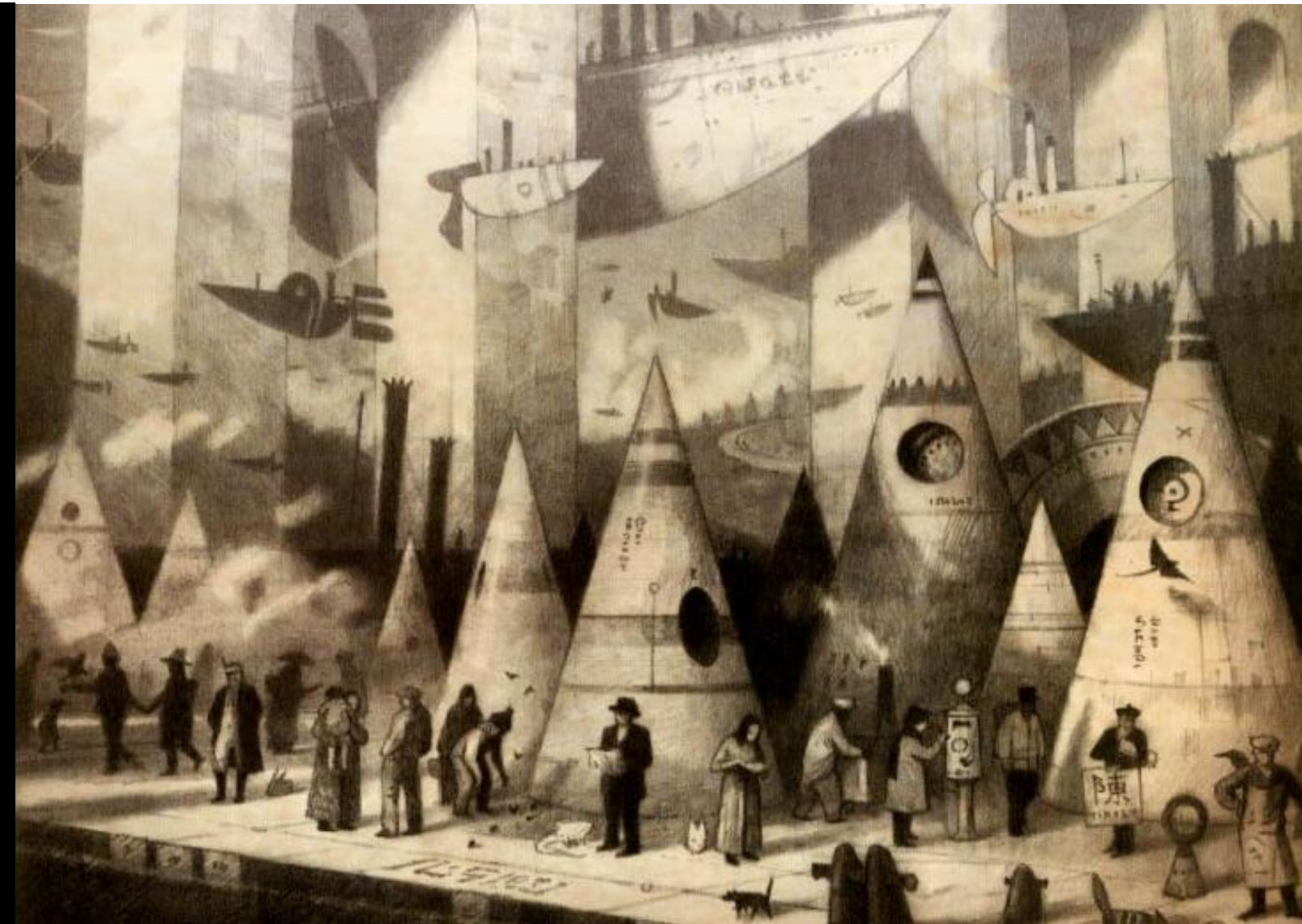


Martina Matozzi

Portugueses de Torna-Viagem.
A Representação da Emigração na Literatura Portuguesa

UNIVERSIDADE DE COIMBRA



Martina Matozzi

PORTUGUESES DE TORNA-VIAGEM. A REPRESENTAÇÃO DA EMIGRAÇÃO NA LITERATURA PORTUGUESA

Tese de Doutoramento em Patrimónios de Influência Portuguesa, ramo de Estudos Culturais, orientada pela Professora Doutora Margarida Calafate Ribeiro, co-orientada pelo Professor Roberto Francavilla, apresentada ao Instituto de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra.

Fevereiro de 2016



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Martina Matozzi

Portugueses de Torna-Viagem.
A Representação da Emigração na Literatura
Portuguesa

2016



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Ficha Técnica

Tese de Doutoramento apresentada ao Instituto de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra

Título *Portugueses de Torna-Viagem. A Representação da Emigração na Literatura Portuguesa*

Autor Martina Matozzi

Orientador Margarida Calafate Ribeiro

Co-orientador Roberto Francavilla

Identificação do Curso Patrimónios de Influência Portuguesa

Ramo Estudos Culturais

Financiamento Fundação para a Ciência e Tecnologia. Bolsa de Doutoramento SFRH/BD/78581/2011

Imagem capa Shaun Tan, *The Arrival*. New York: Arthur A. Levine Books, 2007

A Stefania e Paolo

Para o Nelson

*Explicar con las palabras de este mundo
Que partió de mí un barco llevándome*
Alejandra Pizarnik

Índice

Agradecimentos.....	3
Resumo/Abstract	5
Introdução.....	7
Primeira Parte. Do “Brasileiro de Torna-Viagem” a Outros Emigrantes. Emigração Transoceânica Moderna.....	19
1. Os “Brasileiros de Torna-Viagem”: um Paradigma de Representação	21
2. A Geração de 70: uma “Emigração Imaginária” para a Europa	41
3. “Brasileiros” Atípicos e Outros Emigrantes	53
4. Francisco Gomes de Amorim, um Escravo Branco	65
Segunda Parte. Entre a Geografia Imperial e a Geografia da Emigração	79
5. “Fora do Império”: Emigrar para o Brasil.....	81
6. “Fora do Império”: Emigrar para os Estados Unidos.....	109
7. “Fora do Império”: Emigrar para a Europa.....	127
Terceira Parte. De Torna-Viagem: a Emigração Representada na Literatura Portuguesa Pós-25 de Abril.....	153
8. Auscultar as Alteridades. Dois Romances de Migração de Olga Gonçalves	169
8.1. A Escrita como Exercício de Auscultação.....	176
8.2. Efeitos de Estranheza	180
9. Um Lugar Inesperado na Literatura Portuguesa. A Emigração Representada em <i>Três Vidas ao Espelho</i> de Manuel da Silva Ramos.....	187
9.1. Tordesilhas Hoje.....	193
9.2. Um Surrealismo Ex-Cêntrico.....	201
10. Reformulações da Portugalidade. Memórias da Emigração em <i>Gente Feliz com Lágrimas</i> de João de Melo	207
10.1. “Miragens” da Emigração e Desenraizamento	214
10.2. Movimentos de Partidas e Regressos Invisíveis.....	219

11. A Emigração que um Escritor não Viveu. <i>Livro</i> de José Luís Peixoto.	225
11.1. Microhistória: a Emigração e os Seus Protagonistas.....	231
11.2. A Construção de um Espaço Patrimonial da Emigração.....	236
Considerações Finais.....	243
Bibliografia.....	259
Outras Fontes Consultadas.....	289

Agradecimentos

A responsabilidade desta tese é pessoal e intransmissível, mas a sua realização não teria sido possível sem o apoio das pessoas e das instituições que aqui agradeço.

À Professora Margarida Calafate Ribeiro, pela clareza e disponibilidade na orientação científica. Obrigada pelas valiosas sugestões, pela confiança depositada neste trabalho e pelas palavras de incentivo.

Ao Professor Roberto Francavilla, pela orientação durante o trajeto académico até agora cursado. Obrigada pela compreensão, o acompanhamento e a confiança.

A todo o corpo docente do doutoramento *Património de Influência Portuguesa*, por ter proporcionado um percurso de aprendizagem tão enriquecedor. Obrigada aos Professores: Paulo Varela Gomes, António Sousa Ribeiro, Sandra Xavier, Renata Araújo, Paulo Peixoto, Maria José Goulão, Rochelle Pinto, pelo conhecimento transmitido e os conselhos que recebi nas várias fases de formulação desta tese. Um agradecimento especial para o Professor Sílvio Renato Jorge, pelo acolhimento e orientação facultados durante o estágio doutoral na Universidade Federal Fluminense; e para o Professor Walter Rossa, pela receptividade e confiança depositada neste trabalho.

Pela disponibilidade e interesse demonstrados neste trabalho, devo ainda agradecer à Professora Maria Beatriz Rocha-Trindade, ao Professor Sebastiano Martelli, à Professora Fernanda Silva-Brummel, à Professora Yvonne Hendrich, à Professora Graça Capinha, à Professora Elsa Lechner, ao Professor Søren Frank, ao Professor Marcos Andrade e ao Manuel da Silva Ramos.

Pela amabilidade com que acompanharam o meu percurso de formação em Coimbra, quero agradecer ao Professor Alberto Sismondini, à Professora Carmen Soares, à Professora Maria do Céu Fialho, ao Professor José Luís Brandão e à Professora Isabel Botto.

Quero ainda agradecer ao Centro de Estudos Sociais pelo acolhimento, instalações, apoios e também ao Instituto de Investigação Interdisciplinar.

Aos bibliotecários da Biblioteca Norte/Sul um especial obrigado à Maria José Carvalho e ao Acácio Machado pela disponibilidade, competência e simpatia. Obrigado também ao Gabinete de Gestão de Projetos do CES, pela atenção que recebi e que muito me ajudou na obtenção de financiamentos e à Fundação para a Ciência e Tecnologia, pela bolsa de estudo que tornou possível a realização deste trabalho.

Devo ainda agradecer aos meus pais Stefania e Paolo, à minha irmã e amiga Renée e à alegria da Agata.

Ao Nelson, pelo amor, e tudo o que sempre me falta e completa. Aos amigos e amigas de algures e de sempre: obrigada Giada, Chiara, Romina, Vasco, Ubi, Leonor, Giovanni, Conceição, Rui. Agradeço também a todos os colegas do curso de doutoramento; aos antigos e atuais amigos e amigas da Real República do Rás Tèparta e à Associação Recreativa de Paio Mendes, pela intensidade dramática até agora partilhada.

Resumo/Abstract

Resumo

Como é representada a experiência migratória na Literatura Portuguesa?

Esta é a principal pergunta a que esta tese quer dar resposta, propondo um estudo que contribua para a compreensão de uma característica estruturante e diversificada da sociedade portuguesa: a emigração, aspeto persistente e marcante tanto no passado como no presente. O objetivo principal é traçar um mapa literário, que possa funcionar como um guia hermenêutico sobre o aparecimento e a caracterização desta temática. Realiza-se assim uma análise das representações da emigração desde meados do século XIX até à contemporaneidade – nas modalidades de romances, contos e crónicas – de forma a poder tecer considerações sobre a relevância da representação da experiência migratória no campo literário português. Norteiam o percurso traçado uma constelação de conceitos. A abrangência que a noção de império desempenha no horizonte da cultura portuguesa, bem como as diferenças que é preciso estabelecer entre o uso de termos como emigração, diáspora e exílio. A noção de migração torna-se assim estimulante e inclusiva no âmbito da análise literária, abrindo espaço de reflexão a noções como: outro/estrangeiro, estranheza, ausência, desenraizamento, hibridiz e ambivalência.

A partir da personagem do “brasileiro de torna-viagem” dos romances de Camilo Castelo Branco e de Júlio Dinis, surgem caracterizações, questionamentos, reescritas e contrapontos desta mesma figura, nos textos de escritores da *Geração de 70*, bem como nos escritos finisseculares de Fialho de Almeida e de Trindade Coelho. A experiência migratória é ainda contada como uma vivência numa zona de contacto através do uso do compêndio discursivo das narrativas de viagem pela pena de Francisco Gomes de Amorim. No início do século XX estas mesmas narrativas são reescritas e questionadas nos romances de Ferreira de Castro. Durante todo o século XX, ao mesmo tempo que é possível observar a persistência na reformulação e negação do paradigma camiliano da personagem do “brasileiro”, em alguns contos de Aquilino Ribeiro, Miguel Torga e Mário Braga, surgem também outros tipos de textos de emigração em que se torna clara a dificuldade de contar esta experiência de desenraizamento. Da dispersão geográfica da emigração portuguesa surgem, além do Brasil, outros grandes destinos como os Estados Unidos e a Europa. No caso dos EUA são de fundamental importância as narrativas produzidas no contexto açoriano com as suas miragens da América e a caracterização humanizada e realista da experiência migratória. O caso europeu abarca o surgimento de um conjunto heterogêneo de textos que testemunham viva e cruelmente a grande vaga de emigrantes dirigida principalmente para França e Alemanha durante as últimas duas décadas do regime ditatorial. Da descida ao abismo da emigração são ainda testemunho as reflexões de Miguel Torga e os textos de intelectuais exilados como Jorge de Sena, José Rodrigues Miguéis e Manuel Alegre. Finalmente, a literatura publicada depois do 25 de Abril, com os romances analisados de Olga Gonçalves, Manuel da Silva Ramos, João de Melo e José Luís Peixoto, caracteriza-se pela reescrita da História e das memórias da emigração. São estas as obras literárias portuguesas que identifico com a atual definição de literatura de migração, no sentido extraterritorial.

É desta forma que a temática migratória se apresenta e representa no campo literário português e considera-se o *corpus* das obras estudadas nesta investigação um património da palavra migrante que, num percurso cíclico e inconclusivo de torna-viagem, se apresenta rico em temáticas, estruturas e estilos narrativos em constante reescrita e renovação.

Palavras-chave: Literatura Portuguesa; Emigração Portuguesa; Literatura de Migração; Estrangeiro/Outro; Desenraizamento; Exílio; Império.

Abstract

How is the migratory experience represented in Portuguese Literature?

This thesis wants to offer an answer to this question through a study that might contribute to the comprehension of a Portuguese society's characteristic that is structuring and diversified: emigration, a persistent and remarkable feature in both the past and the present. The main objective is to outline a literary map that functions as a hermeneutic guide on the appearance and the characterization of this theme. Therefore, it analyses representations of emigration since mid-XIXth century until the contemporaneity – in novels, short stories and chronicles – with the purpose of hypothesizing the relevance of the migratory experience in the Portuguese literary field. This path is guided by a constellation of concepts: the broad notion of empire and its repercussions in Portuguese culture as well as the differences that need to be clarified when using words such as emigration, diaspora or exile. The idea of migration becomes then stimulating and inclusive in the context of literary studies, being expanded to the observation of notions like: other/the stranger, uncanny, absence, rootlessness, hybridity and ambivalence.

Since the creation of the *brasileiro torna-viagem* in the novels of Camilo Castelo Branco and Júlio Dinis, this character type continued to appear in new portraits, re-writings and counterpoints in the texts of the writers of *Geração de 70* as well as in the end of the century writings of Fialho de Almeida and Trindade Coelho. The emigration is also reported as an experience in a contact zone through the discursive compendium of the travel writings of Francisco Gomes de Amorim. In the beginning of the XXth century, these same writings are re-written and questioned in the novels by Ferreira de Castro. In the XXth century it is possible to observe the persistence in the reformulation and denial of Camilo Castelo Branco's paradigm through the short stories of Aquilino Ribeiro, Miguel Torga and Mário Braga. At the same time, other types of texts about emigration start to surface, where the difficulty of telling the experience of migration and its subsequent rootlessness is obvious. The geographical dispersions is not restricted to Brazil, also including other destinations like the USA and Europe. In the case of North American it is essential to highlight the narratives produced in Azores, with its mirages of America and the realistic and personified telling of the migratory experience. The European case is all about the appearance of a motley group of texts that testify with rawness the great wave of emigrants that went to France and Germany during the last two decades of the *Estado Novo* dictatorship. From the deep abyss of emigration come to us the reflections of Miguel Torga and the writings of exiled intellectuals like Jorge de Sena, José Rodrigues Miguéis and Manuel Alegre. Finally, we arrive to the literature published after the 25th of April of 1974, with the novels of Olga Gonçalves, Manuel da Silva Ramos, João de Melo and José Luís Peixoto. Distinguished by the processes of re-writing History and the memories of emigration, they represent the group of texts that I propose to identify with the current definition of migration literature, in an extraterritorial way.

Thus, it is established that this is how the migratory theme is presented and represented in the Portuguese literary field. Therefore, it is possible to consider that the *corpus* of the works studied in this dissertation represents a heritage of the migrant storytelling which, in a cyclic and inconclusive path of return (*torna-viagem*), is manifestly rich in themes, structures and stylistic narrative ways in constant re-writing and renovation.

Keywords: Portuguese Literature; Portuguese Emigration; Literature of Migration; Stranger/Other; Rootlessness; Exile; Empire.

Introdução

A emigração [...] é um fenómeno complexo que põe em causa, a diversos níveis, de maneira indirecta, a imagem de nós mesmos mas por isso deve ser apreendida na sua verdade, de maneira adulta e não servir de pretexto como serve a muita gente, a fantasmas colectivos, uns positivos outros negativos, que têm pouco a ver com ela.
(Eduardo Lourenço)

Portugal é um país profundamente marcado pela experiência migratória. Os seus movimentos populacionais intensificaram-se na primeira modernidade e, sucessivamente, prolongaram-se, multiplicaram-se, ramificaram-se e diversificaram-se ao longo dos séculos. Tanto que, como sugere Robert Rowland, definir hoje a emigração “[...] como um traço estrutural da sociedade portuguesa, seria repetir um lugar comum historiográfico.” (Rowland *in* Bethencourt e Chaudhuri, 1998. Vol. IV: 321).

Hoje Portugal é um país europeu, onde a emigração perdura e convive com a imigração. Esta persistência das saídas, numa época de mudança e de intensificadas e complexas migrações transnacionais como a contemporânea, pode, portanto, constituir um ponto de partida para a possibilidade de articular, analisar e interpretar “a curta com a longa duração” (Rowland *in* Bethencourt e Chaudhuri, 1998. Vol. IV: 321), de forma a poder detetar os pontos em comum, mas também as diferenças substanciais que caracterizaram e distinguem o fenómeno ao longo do tempo.

Esta tese propõe um estudo que, através do crivo da análise literária, possa contribuir para a compreensão de uma característica tão persistente quanto multifacetada na sociedade portuguesa.

A principal interrogação que a guia é perceber como foi e é representado hoje o fenómeno migratório na literatura portuguesa.

O seu objectivo principal é desenhar um mapa literário, que possa funcionar como um guia hermenêutico, acerca do seu aparecimento e caracterização num sistema literário demarcado geográfica e historicamente, realizando uma análise das representações da

emigração desde meados do século XIX até à contemporaneidade, e de forma a poder tecer considerações sobre a relevância da temática migratória no campo literário português.

O alcance que a noção de império atinge, nas suas vertentes históricas, políticas e culturais, tem desempenhado uma importante chave de interpretação para pensar a forma como foi representada, em literatura, a experiência migratória. No âmbito desta reflexão foram de indispensável inspiração os estudos de Eduardo Lourenço sobre a mitologia e a importância simbólica do império na cultura portuguesa (*cf.* Lourenço, 1994c; 1999a; 1999c; 2012; 2013a; 2013c; 2013d; 2014a; 2014b), bem como a noção de “império como imaginação do centro” de Margarida Calafate Ribeiro (2004: 15), adaptação e formulação do conceito de “Estado como imaginação do centro” de Boaventura de Sousa Santos (1993: 20)¹.

Por outras palavras, tentei colocar-me a questão: como é que uma “sociedade semiperiférica” como a portuguesa (*cf.* Santos, 1993: 49 ss.), que tanto se autorrepresentou e autorrepresenta como “centro” através do que foi e hoje significa a sua dimensão imperial (*cf.* Ribeiro, 2004: 15), conseguiu e consegue representar-se, na sua literatura, como um país de emigrantes?

Podendo considerar-se a emigração como uma “constante estrutural da sociedade portuguesa” pelo menos desde o século XVI, como apontaram as análises de Joel Serrão (1974: 186) e Vitorino Magalhães Godinho (1978: 5-32), num primeiro momento foi necessário identificar as diferenças entre vários tipos de deslocações populacionais ao longo do tempo.

A necessidade de diferenciar os fluxos de colonização e de emigração, de resto, tem constituído um desafio importante no âmbito dos estudos históricos e sociológicos do

¹ Quanto a outras adaptações dos conceitos de Boaventura de Sousa Santos no campo cultural e literário veja-se o estudo de Maria Irene Ramalho sobre Fernando Pessoa, que a investigadora considera ser o “inventor da semiperiferia” (*cf.* Ramalho, 1993).

fenómeno migratório português. Joel Serrão, por exemplo, marcava uma distinção entre quem abandonava a terra de origem com destino a uma colónia e quem saía do país por motivos pessoais livremente concebidos (*cf.* Serrão, 1974: 87, 88). A socióloga Maria Beatriz Rocha-Trindade também distinguia o emigrante colono do emigrante económico (*cf.* Rocha-Trindade, 1982: 5, 6). Sobre este assunto, é possível ainda acrescentar a relevância da questão legal. Por exemplo, quando o Brasil, em 1822, se tornou independente, o português que para lá emigrava encontrava-se num país estrangeiro e não era, portanto, considerado um cidadão de pleno direito (*cf.* Galvanese, 2013: 24).

No âmbito das representações literárias da emigração, poderia então afirmar-se que, sendo a viagem um dos grandes temas da literatura portuguesa desde o período dos Descobrimentos, é possível encontrar traços da experiência migratória na literatura pelo menos a partir do século XVI. Alguns exemplos disso poderiam ser a preocupação com a falta de gente no reino patente no discurso do Velho do Restelo no canto IV d’*Os Lusíadas*, ou ainda mais nos versos de Garcia de Resende (*cf.* 1917: 69) e de Sá de Miranda (*cf.* 1972: 82). Pense-se também nas aventuras e ambições de Constança, protagonista do *Auto da Índia* de Gil Vicente, à espera do regresso do marido da Índia, mas sobretudo nas experiências de deslocação vividas na pele, testemunhadas em obras como a *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto, o *Soldado Prático* de Diogo de Couto, a *História Trágico-Marítima*, ou a própria epopeia de Luís de Camões. Usando e concordando com as palavras de Eduardo Lourenço, poder-se-ia então afirmar que, no século XVI inaugurou-se uma “[...] «emigração» planetária” de que “Camões foi cantor patético e violento, o cruzado intelectual e moral consciente de sê-lo [...]” (Lourenço, 2013a: 123).

Os vários estudos relativos à temática da representação da emigração na literatura portuguesa têm interrogado uma suposta ausência de textos (Jesus, 1995: 98-132), um silêncio literário que tinha sido sentenciado por Miguel Torga num discurso proferido no Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, em 1954, e sucessivamente publicado

em *Traço de União* (1955: 117-118). Mais tarde Eduardo Lourenço retoma esta ideia no ensaio intitulado “A Nau de Ícaro ou o Fim da Emigração”, escrito em 1993 (cf. 1999c: 43-53).

O que se pretende neste trabalho é, pelo contrário, não confirmar a ideia de que esta ausência existe, mas propor a leitura de um conjunto de textos que proporcione a possibilidade de interrogar as razões da hipótese do silêncio. Isto é, considerou-se a possibilidade de existir uma certa invisibilidade crítica.

Concordando com as considerações que Ana Paula Coutinho Mendes tece em *Lentes Bifocais. Representações da Diáspora Portuguesa do Século XX* (2009) – um interessante estudo que explora a imagética da emigração em obras literárias e cinematográficas do século XX – parece-me uma hipótese válida considerar que, a legitimar a conclusão de Eduardo Lourenço sobre o silêncio literário (1999c: 43-53), operem uma série de “formas simbólicas de rasuras”. Estas geraram-se através de processos de sobreposição que celebram a “«vocaçã» dos portugueses para a aventura [...]” (Mendes, 2009: 16). A partir de 1974, uma vez findo o tempo das colónias, no contexto das várias tentativas de relegitimação de um Portugal “expandido”, a emigração teria vindo a representar “[...] uma realidade estruturante quanto silenciada e/ou desprezada na sociedade portuguesa” (Mendes, 2009: 16).

Urge dizer que não faltam também estudos que corroboram a anterior afirmação. Exemplo disso é a tese de doutoramento „*E todos, todos se vão*“ *Emigration und Emigranten in der Portugiesischen Literatur* de Fernanda Silva-Brummel, defendida em 1987 na Universidade de Mainz e nunca publicada em português, bem como as antologias *Testemunhos sobre a Emigração Portuguesa* de Joel Serrão (1976)² e *A Emigração na Literatura Portuguesa: uma Colectânea de Textos* de A. M. Pires Cabral (1985); ou ainda o breve estudo de Clara Rocha sobre a personagem do emigrante, intitulado “A Imagem do Emigrante

² De Joel Serrão veja-se ainda o capítulo intitulado “Da Índia à saudade” in *A Emigração Portuguesa. Sondagem Histórica*, (cf. 1974: 183-210).

na Ficção Portuguesa dos Sécs. XIX e XX” (1996: 164-178).

De resto, o mesmo Eduardo Lourenço, no ensaio intitulado “A Emigração como Mito e os Mitos da Emigração”, comentando as reassumidas comemorações do dia 10 de Junho, que tiveram lugar na Guarda, em 1977, apontava para o perigo de “[...] amalgamar numa só referência ou atribuir o mesmo significado, e por conseguinte o mesmo papel como elemento definidor do nosso perfil no mundo, ao processo global da nossa «emigração» à antiga e à moderna, por serem, como são, de sinais contrários.” (Lourenço, 2013a: 123). O “Dia de Camões, de Portugal e da Raça” durante o Estado Novo, tornava-se, a partir daquela data, “Dia de Camões, de Portugal e das Comunidades Portuguesas”, podendo sugerir, como alertava o filósofo, uma arriscada sobreposição entre a imagem épica e moral do “português-colonizador” e a do “português-emigrante”, proposta como uma versão “moderna e aceitável” da primeira (Lourenço, 2013a: 119)³. Não por acaso, num ensaio intitulado “«Portugalidade» para Exportação? Emigração e «Comunidades Portuguesas»”, publicado em 2015, Vítor Pereira confirma a hipótese do silenciamento. Os emigrantes, segundo o historiador, foram e são usados como “[...] um substituto do império, provando a vocação universal do país.” (Pereira, 2015: 27).

A migração, como apontam os estudos do sociólogo Abdelmalek Sayad parece então estar ainda relegada a uma “dupla ausência”, um silenciamento que se instaura quer no

³ Sobre a história do dia 10 de Junho sabe-se que a 12 de Outubro de 1910, poucos dias depois da implantação da Primeira República, um decreto determinou os novos feriados nacionais, com o objectivo de eliminar os feriados religiosos e de responder à exigência republicana de laicizar o país. O decreto de 12 de Outubro dava aos municípios a possibilidade de escolher um feriado municipal que representasse a sua história e tradições. Em Lisboa foi escolhido o dia 10 de Junho em homenagem a Camões, na data da morte do poeta. O dia 10 de Junho tornou-se feriado nacional denominado “Festa de Portugal” em 1925; mesmo assim, não foi celebrado com continuidade. Foi durante o Estado Novo que o dia 10 de Junho começou a ser celebrado publicamente e a imagem do poeta, entre outras eminentes figuras da História nacional, foi usada pelo regime salazarista para a construção de uma imagem mítica do país que sustentasse a sua ideologia. O feriado teve várias denominações: em 1933 passou a ser comemorado como “Dia de Camões de Portugal e da Raça”; em 1963, o dia 10 de Junho passou a homenagear também as forças armadas portuguesas. Depois do 25 de Abril de 1974, o dia 10 de Junho continuou a ser feriado, mas nos três primeiros anos não houve comemorações. A importância da imagem do poeta voltou ser valorizada em 1977, ano em que o feriado foi novamente celebrado publicamente, na cidade da Guarda, sob a denominação atual. (cf. Andrade e Torgal, 2012: 105-110). Alguns dos discursos proferidos depois das reassumidas comemorações encontram-se em Ferreira *et alii* (1983).

país de origem do emigrante, quer no de destino (2014: 22)⁴.

Na sua extensão e diversidade, o fenómeno migratório dificilmente se ajusta por completo “à glosa edificante” (*cf.* Lourenço, 1999c: 48) da aventura imperial que tanto caracteriza a identidade portuguesa⁵. Consequentemente a representação literária da emigração poderá ser interpretada como algo que foi relegado numa zona de sombra, muitas das vezes encoberta por imagens e miragens imperiais que não lhe podem sempre servir de espelho.

Instauram-se assim dispositivos complexos de ocultação, que podem ser percebidos se entendermos a ambivalência que assombra a ideia da Nação (*cf.* Bhabha, 1994), bem como se entendermos a “cultura” e a “identidade nacional” como processos de negociação e construção de narrativas numa época de evidente “crise de identidade” (*cf.* Hall, 1992). Pensando a Nação como uma “comunidade imaginada”, isto é, como um “artefacto cultural” dinâmico, resultado de estratégias discursivas em constante formulação e reformulação (*cf.* Anderson, 1991), nesta tese serão analisados predominantemente romances e contos de emigração publicados em Portugal e produzidos por autores portugueses.

Neste âmbito, entendeu-se o conceito de campo literário dentro do quadro teórico de Pierre Bourdieu: um “universo intermediário”, provido de uma rede de forças e de leis específicas que articulam o espaço social da obra. Aqui inserem-se os agentes e as instituições que criam, reproduzem e divulgam a arte e a literatura, podendo reconhecer-se nele o princípio da existência da arte, não só pela sua valência estética, mas também pelo seu valor histórico, trans-histórico e social (*cf.* Bourdieu, 1996: 17, 19).

A par disso, entendeu-se o conceito de representação literária como um “modo de

⁴ Sobre este assunto, no contexto português, veja-se o artigo “A Presença dos Ausentes” de Maria Beatriz Rocha-Trindade (1989: 8-16) e *O Presente Ausente. O Emigrante na Sociedade de Origem* de Adelino Gonçalves, 1986.

⁵ Sobre os processos de constituição de mitos relativos à identidade portuguesa, tais como “sebastianismo, universalismo internacionalista, saudade, lirismo sonhador, plasticidade do homem português e brandura dos costumes [...]” veja-se Mattoso, 1998: 57, 58.

fazer mundos” (*cf.* Goodman, 1995). Isto é, entendeu-se a “representação” como uma possível versão — relativa, criativa, dinâmica e subjetiva — de determinadas experiências, fundada, por sua vez, no conhecimento de outras versões de mundos, advindas de diferentes campos do saber. Tratar-se-á então de representações que se geram através de sistemas de símbolos capazes de criar um património de conhecimento que permite estabelecer uma ligação entre a obra em si e o mundo nela representado.

Na análise proposta nesta tese, portanto, tentar-se-á oferecer uma abertura interpretativa de um determinado cânone, neste caso o da literatura portuguesa, e não da instauração de um contra-cânone, para, avançando em territórios não garantidos e adotando perspectivas de análise transdisciplinares, demonstrar uma hibridez e uma diversidade que nele poderia estar inscrita (*cf.* Martelli, 2007: 289)⁶. Uma forma de realizar o questionamento antes referido será incluir no cânone o que dele já faz parte, mas que pode oferecer-se a um diferente leque de interpretação, bem como o que dele foi excluído. Daí que, dependendo do foco de análise, determinados textos literários possam ganhar nova luz.

Neste âmbito, para questionar a ausência e começar a descortinar e interpretar as narrativas de emigração, as pesquisas do italianista Sebastiano Martelli constituíram um auxílio fundamental. De facto, o suporte teórico de estudos realizados em Itália (*cf.* Franzina, 1996; Martelli, 2007, 2008, 2009 2010; De Nicola, 2009; Paoletti, 2011; Magnani, 2015), trabalharam para a realização de uma análise como que arqueológica dos textos literários da emigração, face a uma ausência literária que também tinha sido decretada e questionada por figuras iminentes do campo cultural italiano, como Leonardo Sciascia, Giuseppe Antonio Borghese e Antonio Gramsci (*cf.* Paoletti, 2011: 7-17)⁷.

⁶ Sobre os vários tipos de cânones literários no contexto contemporâneo veja-se Damrosh, 2009: 510-512.

⁷ Sobre o fenómeno migratório italiano, a sua profusão e a sua importância histórica e cultural veja-se Bevilacqua, 2001 e 2002.

Sebastiano Martelli destaca os seguintes pontos a ponderar para o estudo das representações literárias do fenómeno migratório, que foram tomados em consideração para a realização deste trabalho:

i) importância de perceber o que se entende por emigração e apelar para a erosão do uso contemporâneo de certa terminologia: emigração, exílio, diáspora. Para isso, é importante definir o que se entende, por emigração: no caso desta pesquisa ocupei-me de literatura portuguesa que representa a experiência migratória predominantemente económica, não o exílio, nem a diáspora; ii) entender a literatura das migrações não somente como literatura biográfica ou autobiográfica, mas também como um conjunto de textos heterogéneo, cuja análise pode vir a constituir um guia hermenêutico para a percepção das experiências migratórias; iii) tomar consciência da existência de um duplo tabu sobre emigração ligado a uma visão elitista da literatura que apela ao cânone e ao desejo de ocultar a experiência migratória por vergonha (*cf.* Martelli, 2007: 283-310).

Aquela que, segundo o italianista, pode ser definida como uma “literatura de emigração” – definição que partilho e utilizarei ao longo da tese, adaptada, no contexto contemporâneo, com a que suprime o prefixo *e*: “literatura de migração” ou “migration literature” (*cf.* Pourjafari e Vahidpour, 2014: 686-689; Frank, 2008: 3; Martelli, 2009) – pela sua heterogeneidade e contaminação de materiais, requiere uma abordagem heurística pluridisciplinar capaz de lhe reconhecer a diversidade, bem como o seu sentido histórico, sociológico e antropológico (*cf.* Martelli, 2007: 290).

Daí que, à medida que se realizava uma pesquisa inicial em que se analisaram várias edições de Histórias da Literatura Portuguesa⁸, comparando-as com os estudos existentes sobre a temática migratória referidos em precedência (*cf.* entre outros, Serrão, 1976; Pires Cabral, 1985; Silva-Brummel, 1987; Jesus, 1995; Rocha, 1996; Mendes, 2009; Vieira,

⁸ Entre as principais fontes que foram consultadas: o *Dicionário de Literatura* de Jacinto do Prado Coelho (1984), a *História da Literatura Portuguesa* de A. J. Saraiva e Óscar Lopes (2008) e a *História Crítica da Literatura Portuguesa* dirigida por Carlos Reis.

2010)⁹, também se realizavam leituras dos estudos históricos, antropológicos e sociológicos do fenómeno migratório, cuja referência principal foi encontrada nos capítulos dedicados a esta temática nos volumes da *História da Expansão Portuguesa* de Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (1998-1999)¹⁰. As diferentes abordagens e perspectivas teóricas adotadas ao longo da tese foram portanto orientadas pela heterogeneidade dos textos em análise. Também as delimitações temporais, temáticas e geográficas propostas, que deverão ser interpretadas como *fronteiras*, isto é, como espaços instáveis de encontro e articulação, dinâmicos e heterogêneos (*cf.* Ribeiro, 2005: 77-87).

Por um lado, o facto de iniciar o estudo com a caracterização da personagem do “brasileiro de torna-viagem” em meados do século XIX, permitiu analisar esta figura no contexto da história, num momento de incipiente acréscimo de uma emigração em massa de portugueses, dirigida principalmente para o Brasil já independente.

Na Primeira Parte da tese, intitulada *Do “Brasileiro de Torna-Viagem” a Outros Emigrantes. Emigração Transoceânica Moderna* examina-se a função mítica que desempenhava a “miragem” do Brasil como “colónia mental” (Lourenço, 1999c: 50), ou “espiritual”, no entendimento do “imperialismo cultural” de Fernando Pessoa (1978: 233)¹¹. Os contornos grotescos com que Camilo Castelo Branco emoldurou o “brasileiro de torna-viagem”, bem como as críticas e reescritas que esta figura e a questão migratória suscitaram por parte dos intelectuais da *Geração de 70*, são representativos de quanto o fenómeno migratório, durante toda a segunda metade do século XIX, se aproximou da ideia de decadência, distanciando-se, gradualmente, da miragem do império, embora ainda através do uso do “compêndio discursivo” a ele ligado (*cf.* Pratt, 1999: 195-229).

⁹ Ao mesmo tempo, a análise de cada obra do corpus, foi acompanhada por uma bibliografia de referência que será mencionada ao longo do elaborado.

¹⁰ Esta referência de base, foi acompanhada por estudos específicos, inerentes aos vários fluxos analisados, que serão referidos ao longo da tese (entre outros, Alves, 1993; Paulo, 2000; Pereira, 2002; Pereira, 2014). Os principais estudos antropológicos consultados foram os de Brettel, 1978 e 1986 e Lechner, 2009. Os principais estudos sociológicos foram os de Baganha, 1981, 1991 e 1994.

¹¹ Sobre este aspecto veja-se Ramalho, 1993: 53-77 e Ribeiro e Ramalho, 2002: 411-435.

Na Segunda Parte, intitulada *Entre a Geografia Imperial e a Geografia da Emigração* estuda-se um vasto conjunto de representações literárias da emigração para três grandes destinos: o Brasil, os Estados Unidos e a Europa. Aqui abordam-se as formas como as representações da emigração portuguesa, no contexto das escritas produzidas no continente e nas ilhas, se afastam da geografia imperial, questionando-a e ganhando autonomia em termos temáticos e de estratégias estilísticas e narrativas. Neste âmbito, além da análise de um conjunto de obras representativas do fenómeno migratório, são também estudados os textos de alguns “intelectuais na migração” (Adorno, 2001: 10), recorrendo também aos aportes teóricos sobre o conceito de “desenraizamento” (Todorov, 1999: 27).

De facto, além da distinção entre colonização e emigração, foi também necessário assinalar uma fronteira entre emigração e exílio. Neste caso, baseei-me na distinção entre exilados, refugiados, expatriados e emigrados, proposta por Edward Said no ensaio *Reflection on Exile* (2000: 181), onde o autor de *Orientalismo*, convidava a pôr de lado por um momento as obras consagradas dos autores do exílio, para conseguir pensar também nas grandes massas de pessoas em deslocação pelas quais a agência ACNUR das Nações Unidas foi instituída. Pensar, por exemplo, nos camponeses refugiados sem nenhuma perspectiva de um dia voltar a casa. Paris, para Said, é, com certeza, a capital dos exilados cosmopolitas por excelência, mas, ao mesmo tempo, é também a cidade em que uma miríade de desconhecidas e desconhecidos passaram anos de miserável solidão (*cf.* Said, 2000: 175, 176). Será talvez também este o caso de aquele milhão e meio de portugueses que, entre 1957 e 1974, deixaram Portugal e anteciparam o regresso ao cais europeu que, institucionalmente, só se concretizou em 1986?

Com o 25 de Abril de 1974, o efetivo fim do império não acompanha o fim da sua essência (*cf.* Lourenço, 2014b: 265). A Terceira Parte da tese, intitulada *De Torna-Viagem: a Emigração Representada na Literatura Portuguesa Pós-25 de Abril*, destina-se à leitura de um

corpus selecionado da literatura de migração publicada depois do 25 de Abril, caracterizada pela recusa da narrativa tradicional, pela reescrita da História sob a forma de “metaficções historiográficas” (Hutcheon, 2008) e das memórias da emigração sob a forma de “fictions of memory” (Neumann, 2008), para chegar à conceptualização da que pode ser definida na atual definição “extra-territorial” (Steiner, 1972: 11) de “migration literature” (Frank, 2008).

Na literatura contemporânea serão individualizadas as representações e as reescritas do fenómeno migratório e da personagem do emigrante, que descodificam as “miragens” imperiais, contribuem para deslegitimar as formas simbólicas de rasura do fenómeno e apontam, usando aqui as palavras de Julia Kristeva (1994: 9), para a aceitação de um outro, um estrangeiro, que reside dentro de nós mesmos.

O mapeamento das narrativas e a sua interpretação de que aqui se propõe a leitura, permitem apelar para um *património da palavra* presente na literatura portuguesa. Um património entendido como um processo de construção narrativa em constante formulação e reformulação (Hall, 1999), que necessita ser estudado e situado, à luz do presente, no contexto da história. Como afirma Victor Pereira, os portugueses no estrangeiro continuam, na sociedade portuguesa atual, a ser representados com um cunho “luso-tropicalista”, isto é, eles são o elemento chave que permite prolongar a imagem e a “miragem” do império, idealizando assim “a vocação universal do país” (2015: 27). No entanto, o mapeamento da “literatura de emigração” que aqui se propõe, transpõe o silenciamento ou a cobertura desta “dupla ausência” (Sayad, 2014), mostrando um caleidoscópio de experiências de certo nem sempre edificantes, mas através das quais se reconhecem palavras como hibridez, ambivalência, desenraizamento, e desterritorialização, noções que parecem fundamentais, num momento de evidente crise do espaço europeu.

Primeira Parte

Do “Brasileiro de Torna-Viagem” a Outros Emigrantes.

Emigração Transoceânica Moderna

E tudo deserto, tudo silencioso, mudo, morto! Cuida-se entrar na grande metrópole de um povo extinto, de uma nação que foi poderosa e celebrada, mas que desapareceu da face da terra e só deixou o monumento de suas construções gigantescas.
(Almeida Garrett)

A miséria de um ou outro indivíduo pode derivar de culpa própria: a que expulsa uma parte notável da população de um país, onde esta, considerada colectivamente, está longe de superabundar, é sempre resultado de um defeito ou de uma perturbação nos órgãos da sociedade.
(Alexandre Herculano)

Capítulo 1

Os “Brasileiros de Torna-Viagem”: um Paradigma de Representação

Tenho o peito fechado,
A chave está no Brasil;
O meu peito não se abre,
Sem a chave de lá vir.

Rosa que estás na roseira,
Deixa-te estar até ver,
Que eu vou ao Brasil e volto,
Rosinha para te colher.
(Quadra Popular)

Em Dezembro de 1873, Alexandre Herculano deixava uma definição do que se entendia naqueles anos por “brasileiro de torna-viagem”.

A denominação de *brasileiro* adquiriu para nós uma significação singular e desconhecida para o resto do mundo. Em Portugal, a primeira ideia talvez que suscite este vocábulo é a de um indivíduo cujas características principais e quase exclusivas são viver com maior ou menor largueza, e não ter nascido no Brasil; ser um homem que saiu de Portugal na puerícia ou na mocidade mais ou menos pobre e que, anos depois, voltou mais ou menos rico. (Herculano, 1983a: 68)

A designação de “brasileiro” deveria estar já bem enraizada no uso da língua portuguesa, pelo menos desde 1720, alternada com a de “mineiro”¹². De facto, na segunda década do século XVIII tinha começado uma emigração em massa de Portugal para o Brasil, relacionada com a descoberta de ouro aluvial na região do Rio das Velhas (e a sucessiva criação da capitania de Minas Gerais), como testemunha o jesuíta italiano André João Antonil no *Tratado Cultura e Opulência no Brasil por Suas Drogas e Minas* (1711).

A cada ano vêm nas frotas quantidades de portugueses e de estrangeiros, para passarem às minas. Das cidades, vilas, recôncavos e sertões do Brasil vão brancos, pardos e pretos, e muitos índios, de que os paulistas se servem. A mistura é de toda a condição de pessoas: homens, mulheres, moços e velhos, pobres e ricos, nobres e plebeus, seculares e clérigos, e religiosos de diversos institutos, muitos dos quais não têm no Brasil convento nem casa. (Antonil, 1976: 167)

¹² “A partir de 1720 o emigrante regressado do Brasil começa a ser chamado de «brasileiro», e a partir de meados do século são frequentes nas listas de ordenanças as referências específicas às ausências no Brasil.” (Rowland *in* Bethencourt e Chaudhuri, 1998. Vol. IV: 334). “Em 1764, já se encontram registos de “brasileiros” e de outros, “ausentes no Brasil”, seguindo a debandada para as Minas.” (Machado, 2005: 35).

Remonta à segunda metade do século XVIII o aparecimento da personagem literária do “mineiro”, nos versos dos poetas arcádicos Correia Garção (*cf.* Garção, 1778: 100-101) e Filinto Elísio (*cf.* Elísio, 1837: 137), nas peças teatrais de António José da Silva¹³, ou ainda em diversas quadras populares que revelam uma “[...] força de saudade e amor insatisfeito” (Serrão, 1974: 202) por parte das mulheres que ficavam em Portugal à espera do regresso do marido que tinha partido à procura do ouro (*cf.* Serrão, 1974: 203).

Entre 1697 e 1760 as áreas rurais portuguesas ficaram quase despovoadas, provocando efeitos devastadores na agricultura do país (*cf.* Russell-Wood, *in* Bethencourt e Chaudhuri, 1998. Vol. III: 164). As saídas relativas a este período foram muito significativas e geraram uma emigração económica ditada pela possibilidade de melhoramento de vida que a emigração para o Brasil poderia proporcionar. Tratava-se, contudo, de uma emigração que, apesar de não se inserir diretamente no projeto da coroa (*cf.* Serrão, 1970: 598), continuava a ser “protegida” (*cf.* Lourenço, 1999c: 45), enquanto ainda circunscrita à geografia imperial¹⁴.

A emigração para o Brasil, e mais especificadamente para a região que, em 1720, será designada Capitania de Minas Gerais, teve o seu apogeu entre 1697 e 1760 e diminuiu consideravelmente na segunda metade do século XVIII (*cf.* Boxer, 2011: 197)¹⁵. O

¹³ É o caso da peça de tons jocosos *Guerra do Alecrim e Manjerona*, representada no Teatro do Bairro Alto de Lisboa no Carnaval de 1737. Encontra-se o mineiro na personagem de Dom Lancerote, assim descrito pelo criado Semicúpio: “[...] aquele mineiro velho, que veio das minas o ano passado” (Silva, 1957: 5) e objecto de escárnio durante toda a obra. Vejam-se ainda os diálogos entre os criados Fagundes e Semicúpio. (*cf.* Silva, 1957: 168).

¹⁴ Remonta a 1720 a promulgação de uma legislação para limitar o escoamento de pessoas através de um sistema de passaportes que vedava a saída de metropolitanos, feita exceção para funcionários da coroa ou outros agentes que tivessem negócio em território brasileiro. As medidas aplicadas tiveram a ver com o fechamento da Estrada do Rio São Francisco, em 1701, e com a adoção de um passaporte assinado pelo governador geral ou pelo governador do Rio de Janeiro e de Pernambuco para o acesso às minas (*cf.* Serrão, 1970: 601-602 e Serrão, 1974: 107). Sobre este aspeto veja-se também a tese de Fernanda Silva-Brummel, que distingue diversos tipos de emigrantes (1. colono-conquistador, 2. mineiro, 3. brasileiro, 4. francês, 5. clandestino) (*cf.* Silva-Brummel, 1987: 4), refletindo na necessidade de diferenciar os vários períodos da emigração portuguesa, no seio da continuidade da sua História e indicando, como no estudo de Serrão (1974: 107), o ano de 1720 como o momento em que os portugueses começaram a emigrar não só dentro do contexto de um projeto de colonização imperial, mas também por iniciativa própria (*cf.* Silva-Brummel, 1987: 10).

¹⁵ A deslocação de portugueses para o Brasil não se limitava exclusivamente às zonas mineiras. De facto, ao longo do século XVIII a população das cidades portuárias como Salvador, Recife e Rio de Janeiro aumentou consideravelmente, confirmando a consolidação do Brasil como uma colónia de fixação para a

sucessivo aumento das saídas deu-se com os fluxos migratórios transatlânticos de migrantes europeus que começaram a crescer a partir da segunda metade do século XIX.

No caso português, o principal destino continuou a ser o Brasil.

A partir da metade do século XIX [...] com o incentivo brasileiro à vinda de mão-de-obra europeia para o “branqueamento da raça”, teve início uma migração portuguesa de conotação diferenciada, executada por pessoas sem posses, sem inserção nas redes de comércio e sem a preparação escolar necessária para tanto. Eram os famosos “engajados”, emigrantes a contrato, que assumiam dívidas para poder pagar a passagem e os custos da viagem, dívidas estas que seriam pagas com o trabalho em fazendas no interior do Brasil, principalmente fazendas de café. Esses portugueses substituíam a mão-de-obra escrava. Embora a emigração mais qualificada continuasse, os emigrantes engajados passaram a ter maior importância numérica [...]. (Machado, 2005: 51-52)

Não por acaso, em 1838, num artigo publicado no *Diário do Governo*, Alexandre Herculano tinha definido a emigração espantosa (cf. Herculano, 1983b: 131) intuindo, de certa forma, o que se viria a verificar algumas décadas mais tarde¹⁶.

Que resultado se tira de dizer a homens que só vêm na pátria um prospecto de miséria «vós arriscais-vos a ser miseráveis na vossa emigração?». «Ao menos, dirão eles, essa desventura é incerta e podemos lá ser felizes quando aqui temos quase a certeza de nunca o ser.» Uma ferida nas entranhas não se cura só com aplicações externas. (Herculano, 1983b: 132).

O aumento dos fluxos migratórios de Portugal para as Américas a partir da segunda metade do século XIX foi de tal forma que o desequilíbrio económico do país começou a ser recuperado graças às remessas dos emigrantes, constituindo um suporte financeiro fundamental do Estado (cf. Pereira, 2002: 55-65; Baganha, 1981: 130). Logo, se é verdade que a emigração é uma permanência estrutural da sociedade portuguesa pelo menos desde o século XVI (cf. Serrão, 1974; Godinho, 1978), também é verdade que no século XIX este fenómeno adquiriu características novas, integrando-se no contexto mais amplo

qual se ia também para exercer outros tipos de trabalhos, o agrícola e o da criação de gado em particular.
¹⁶ “Em média [...] a emigração total portuguesa na segunda metade da década de 1830 não deve ter ultrapassado as 3200 partidas.” (Rowland *in* Bethencourt e Chaudhuri, 1998. Vol. IV: 304). É certo que os números das saídas começaram a aumentar a partir das primeiras décadas de 1800, tal como demonstra uma ação do governo de 1835, que alertava contra as atividades de alguns engajadores que, para substituir o trabalho escravo no Brasil, procuravam colonos nos Açores (cf. Rowland *in* Bethencourt e Chaudhuri, 1998. Vol. IV: 304). O que há à disposição em relação aos números das partidas da primeira metade do século XIX são estimativas calculadas por Robert Rowland (cf. Bethencourt e Chaudhuri, 1998. Vol. IV: 304) e, antes, por Joel Serrão (1970 e 1974: 32-33) e Vitorino Magalhães Godinho (1978: 10). Sobre este assunto veja-se também Machado, 2005: 62 (nota 2).

da emigração europeia oitocentista como efeito da lenta extinção do tráfico negreiro, das políticas de branqueamento das nações americanas recém independentes, e beneficiado pela implementação da nau a vapor, que veio facilitar os fluxos transoceânicos entre a Europa e a América (*cf.* Pereira, 2002: 17).

Dito de outra forma, se desde o início da expansão colonial até meados do século XIX a emigração europeia “[...] desempenhou essencialmente a função de enquadramento socioeconómico e administrativo da sociedade colonial, que se assentava no trabalho escravo”, a própria supressão da escravatura colocou “[...] os novos países americanos diante da necessidade de substituir a fonte de mão de obra. É então que tem início a emigração em grande escala da Europa para a América e a Austrália, corrente que se manteria até a Segunda Guerra Mundial, embora com oscilações conjunturais e limitação e seleção crescente após a crise de 1929.” (Pereira, 2002: 17).

Diferentes tipos de representações da emigração começam a aparecer na literatura portuguesa a partir da segunda metade de 1800. Mas antes de entrar na sua caracterização e interpretação, considero indispensável chamar a atenção para, pelo menos, dois aspetos.

O primeiro tem a ver com a novidade do fluxo migratório português para o Brasil a partir da segunda metade do século XIX, apesar da sua evidente continuidade colonial, numa conjuntura em que se realizam, ainda que lentamente, alterações sociais importantes quer no Brasil recém independente (1822), quer em Portugal, com a Revolução Liberal e a consequente extinção do Antigo Regime (*cf.* Pereira, 2002: 20).

O segundo tem a ver com o processo de formação do Brasil independente, que permaneceu para Portugal como uma “colónia mental”, ou, como mais tarde será chamada por Fernando Pessoa no seu entendimento do “imperialismo cultural”, como uma “colónia espiritual” (1978: 233) embora passe a constituir no século XIX o principal destino da emigração económica do país. A este propósito, Eduardo Lourenço afirma

que o emigrante português no Brasil prolongou “[...] de certa forma, a nossa presença colonizadora” (Lourenço, 1999c: 50), transformando-se este país num espaço compensatório que adquiriu maior importância simbólica após a sua perda (*cf.* Lourenço, 2013d: 45). Por outras palavras, o Brasil continuou a ser imaginado em Portugal como terra incógnita, selvagem, ainda por desbravar e onde era possível adquirir riquezas (*cf.* Machado, 2005: 51) enquanto, do outro lado do Atlântico, este mesmo país começava o seu processo de “[...] rasura consciente ou inconsciente das suas origens lusitanas.” (Lourenço, 1999b: 149).

Efetivamente, a situação dos emigrantes portugueses à chegada no Brasil começou a mudar depois do processo de independência desta ex-colónia. Portanto, apesar de existir uma continuidade dos fluxos, torna-se neste momento estritamente necessário não só distinguir a emigração relativa ao período colonial da emigração moderna e transatlântica, mas também diferenciar a emigração portuguesa e dos países do sul da Europa com a dos países do Norte, como indica a historiadora Miriam Halpern Pereira.

Há que distinguir duas grandes zonas de proveniência da emigração transatlântica, a Europa do Norte e a Europa Mediterrânica, cujo nível de desenvolvimento económico começa então a demarcar-se muito claramente. A função desempenhada pela corrente emigratória foi claramente diferenciada nestas duas grandes regiões. Nos países industrializados a emigração permitiu diminuir o desemprego e o pauperismo inerentes à industrialização oitocentista, sem afetar o crescimento demográfico. [...] Nos países da Europa Mediterrânica, a corrente emigratória integra-se no condicionalismo particular a que a desagregação da sociedade de Antigo Regime esteve ali sujeita, proveniente do desenvolvimento desigual do capitalismo e da inerente dependência externa. Este contexto histórico determina uma função da emigração nos países da Europa Mediterrânica, diferente do papel desempenhado nos países industrializados. Em lugar de constituir factor equilibrador do crescimento industrial, é um dos vectores que contribuem para prolongar o subdesenvolvimento. [...] (Pereira, 2002: 17-19)¹⁷

Por conseguinte, na maior parte dos casos o emigrante português “engajado” (*cf.* Machado, 2005: 51-52), sobretudo a partir de meados do século XIX, pode ser

¹⁷ Nesta distinção proposta por Miriam Halpern Pereira é necessário destacar a emigração irlandesa que, no contexto das migrações da Europa do norte, constitui um caso de estudo diferente (*cf.* Fitzgerald e Lambkin, 2008).

considerado um “hilota” que, em muitos casos, substituiu o trabalho escravo, o que não quer dizer que ele foi um escravo. De facto, apesar de, nesta altura, o termo “escravos brancos” começar a ser usado em textos e narrativas que se debruçaram sobre a questão migratória, é necessário estabelecer uma diferenciação entre o que foi a escravidão e o que foi o trabalho feito por emigrantes. Neste contexto, o emigrante pode ser considerado um sujeito subalterno¹⁸, detentor de uma condição diferente no que diz respeito aos emigrantes dos países industrializados ou a outros tipos de viajantes europeus¹⁹. Esta oscilação e a ambiguidade que é possível notar entre a continuidade colonial da emigração e as alterações das suas características a partir de meados do século XIX, refletem-se também no âmbito da suas representações literárias, como agora me proponho demonstrar.

Aquela que foi definida como primeira geração romântica, embora não tenha revelado grande interesse pela temática migratória (pelo menos na sua produção artística) teve um papel crucial na maneira inédita de pensar Portugal, de acordo com as necessidades do país (*cf.* Lourenço, 2012: 26). Almeida Garrett e Alexandre Herculano refundaram o imaginário cultural inicialmente a partir dos seus exílios europeus, num momento em que o país, depois das invasões napoleónicas, a fuga da corte para o Brasil, as guerras civis e as revoluções liberais, estava em “[...] sério risco de perecer” (Lourenço, 2012: 27).

Se Alexandre Herculano refundou e livrou de milagres a História de Portugal,

¹⁸ Na cultura do homem dominado é preciso incluir também “[...] a do emigrante pobre que vem do país do colonizador.” (Capinha, 2014: 16).

¹⁹ Neste contexto veja-se a distinção que Robin Cohen propõe entre os emigrantes europeus e os não europeus, que não se aplica na totalidade ao caso português, como corrobora a reflexão de Miriam Halpern Pereira antes referida (2002: 17-19). Concordando com a distinção proposta entre “escravos” e “contratados”, no caso português não é possível concordar totalmente com as hipóteses de Cohen: “In the plantation societies established by European mercantilism, indentured labourers were highly disadvantaged by the terms of their contracts and even after they had served out their indentures, they were able only to obtain the status of colonial subject. Their descendants had to await the process of decolonization to reach citizenship and even then many experienced discrimination and expulsions as a result of the restricted definitions of nationality that emerged. By contrast, those European migrants who successfully established dominion societies appropriated the boundaries of nationality and citizenship for themselves, normally at the expense of the native peoples and sometimes at the expense of non-European migrants.” (Cohen, 1996: 27). Sobre este aspecto veja-se também Cohen, 1987.

Almeida Garrett elegeu a obra de Luís de Camões como centro, instaurando “[...] a primeira mitologia cultural portuguesa sem transcendência” (Lourenço, 2012: 32). A corrente romântica representou, portanto, um ponto de viragem importante em termos de representação identitária e de criação literária. Como nota Eduardo Lourenço, começou a escrever-se a pátria em termos específicos e a escrever-se Portugal enquanto realidade histórico-moral (cf. Lourenço, 2013c: 81), num projeto de intervenção regeneradora que pretendia acabar com a ideologia absolutista através de ações cívicas e pedagógicas.

As obras dos escritores românticos viraram-se para dentro do país ou para lugares de exílio político²⁰, ou ainda para locais descritos pela via do exotismo, como é o caso das novelas inacabadas de Almeida Garrett, *Komuraby* (escrita entre 1828 e 1833) e *Helena* (1853), cuja ação se passa num Brasil descrito seguindo as tendências românticas da altura²¹. Assim, se com o poema *Camões* (1825) Almeida Garrett começara o processo de “autognose de Portugal” que terminará com *Mensagem* (1934) de Fernando Pessoa, o seu romance *Viagens na Minha Terra* (1846) porá a nu a condição de um país esvaziado pela incipiente ação das descobertas quinhentistas e perdido numa imagem histórica gloriosa a que não conseguia, na realidade, corresponder, como se pode notar na citação posta em epígrafe a esta Primeira Parte da tese.

A representação literária de uma emigração que escolhia um território (o Brasil) que, a partir de 1822, começava a constituir uma parte do império que adquiria mais relevância após a sua perda (cf. Lourenço, 2013d: 45) não podia, logo, constituir um tema apropriado para reencontrar as características fundadoras do povo português a partir da sua colocação europeia, como os românticos tentaram realizar.

Almeida Garrett, contudo, promoveu as peças teatrais de Francisco Gomes de

²⁰ Vejam-se, a este propósito, os diários de exílio de Almeida Garrett, *Diário da Minha Viagem a Inglaterra* e de Alexandre Herculano, *De Jersey á Granville*.

²¹ Sobre este assunto cf. Ribeiro, 1999: 115-127 e Vieira, 1991: 79-84.

Amorim que, como indicarei no Quarto Capítulo, tratavam criticamente da temática migratória, demonstrando não estar alheio à questão²². De forma semelhante, Alexandre Herculano escreveu sobre a questão da emigração para o Brasil a ele contemporânea, não em veste de escritor ou de historiador, mas de cronista e comentador dos acontecimentos políticos nacionais²³.

No entanto, o responsável, a nível literário, da divulgação da personagem do emigrante foi Camilo Castelo Branco, através do notório “brasileiro de torna-viagem”. Tradicionalmente considerado um autor de novelas passionais, ultrarromântico e conhecido pela sua turbulenta vida amorosa, a gigantesca obra deste escritor “naturalizou” a ficção portuguesa “[...] dando-lhe como pasto inesgotável o mundo sentimental e passional de uma sociedade que entra no seu século de vapor e ferro [...]”, mas não inscrevendo “[...] uma ruptura que possa comparar-se à do primeiro romantismo.” (Lourenço, 2012: 34).

Em 1856, quando conheceu Ana Plácido, o escritor vivia no Porto e frequentava o ambiente intelectual da cidade²⁴. Aqui ter-se-á cruzado com muitos dos que viriam a ser o alvo dos seus romances: homens e mulheres pertencentes à classe burguesa e, no seio desta, os “brasileiros de torna viagem”. Na cidade do Porto, nos anos em que o escritor lá viveu, floresciam, um após outro, palacetes e vilas de portugueses regressados ricos do Brasil.

O papel do remigrado do Brasil na constituição da sociedade portuguesa foi capital no norte do país. [...] Personagem viva que assomava e ascendia

²² Refiro-me às três peças teatrais, *Ódio de Raça* (1854), *O Cedro Vermelho*, representado em 1856, e *Aleijões Sociais* (1870).

²³ Alexandre Herculano escreveu sobre a questão da emigração a primeira vez no artigo publicado no *Diário do Governo* de 13 de Janeiro de 1838 “A Emigração para o Brasil” (cf. 1983b), e a segunda vez nas *Cartas sobre Emigração* que enviou, de 1873 a 1875, ao conselheiro Carlos Bento da Silva, em resposta a um inquérito que então se realizava sobre os problemas da emigração e publicadas na *Revista Agrícola* e no *Jornal do Comércio* (cf. 1983a).

²⁴ Camilo Castelo Branco instalou-se no Porto em 1848, depois de ter tentado tirar um curso de Medicina, antes no Porto e depois em Coimbra (cf. Saraiva e Lopes, 2008: 778). A relação entre o escritor e Ana Plácido é publicamente conhecida e à época gerou muita polémica. Ela, forçada pelo pai a casar com Manuel Pinheiro Alves, comerciante regressado do Brasil em 1840, na altura desta união matrimonial tinha 19 anos, enquanto o futuro marido tinha 43.

sobre o decair rápido das classes predominantes do velho regime. Aburguesaram fortemente o meio e regaram de libras a cidade e o campo. Bairros inteiros edificaram no Porto, cidade sua predilecta. Eram seus o palacete urbano enfeitado com o brasão da fidalguia de fresca data que os ufanava e o casarão vermelho erguido no pomar da quinta bem granjeada. A igreja, a escola, o asilo, o hospício, o hospital, outros tantos marcos da sua benemerência dadivosa. (Jorge, 1930: 23-24 *apud* Alves, 1993: 294)

A abundância de “brasileiros” nas regiões nortenhas do país é revelada muitas vezes nas narrativas de Camilo Castelo Branco, como quando, nos romances *Eusébio Macário* (1879) e *A Corja* (1880) (reunidos no volume único *Sentimentalismo e História* (1880)), é comparada a uma praga contagiosa.

Anda por aí tanto brasileiro. Este ano, em Vizela, eram tantos como a praga, a botarem os pés p'ra fora, de calças brancas, com cadeias d'ouro cheias de cousas, muito gordos, uns figurões. (Castelo Branco, 1879: 59)

Os “brasileiros” com que o escritor se cruzou no Porto e em todo o Norte de Portugal e que descreveu em muitas das suas obras, eram, na maior parte dos casos, portugueses regressados ricos do Brasil por volta das décadas de 40 e 50. Muitos deles tinham enriquecido graças ao comércio no Rio de Janeiro ou em outros grandes centros do Brasil, desde as plantações de café na região de São Paulo, passando pelo comércio que unia, desde o período colonial, os portos brasileiros aos do Norte de Portugal. É o caso, por exemplo, do rico negociante e Comendador Bento José Pereira Montalegre de *Sentimentalismo e História*, que tinha começado a sua carreira a trabalhar no ofício humilde de caixeiro em Pernambuco.

Camilo Castelo Branco cruzou-se com os “brasileiros” ao longo da sua vida e, assim como Almeida Garrett tinha escolhido os “barões” para dirigir a sua aguda crítica (*cf.* Saraiva e Lopes, 2008: 694), ele escolheu como alvo a mesma classe burguesa, e os “brasileiros” em particular, sem ter a sua escrita um intento regenerador, mas registando “[...] como um sismógrafo, os abalos de um mundo em metamorfose profunda” (Lourenço, 2012: 35)²⁵. O escritor descreveu quase todos os “brasileiros” como homens

²⁵ “De entre a galeria de “barões” que o século XIX produziu, o “português que emigrou para o Brasil e que voltou rico”, o “brasileiro”, foi, indubitavelmente, o alvo predilecto da verve galhofeira dos nossos

entre os 45 e 50 anos, endinheirados, feios, gordos, ridículos porque pouco instruídos, que voltavam ricos a Portugal à procura de mulheres novas para casar e edificar a própria casa²⁶.

Existem modelos descritivos comuns para estas personagens²⁷. Isto é, os “brasileiros” assemelham-se entre si e as suas descrições respondem às características antes expostas. Indico agora alguns exemplos. João José Dias, “brasileiro” do romance *O que Fazem as Mulheres* (1858) é uma das primeiras, e mais cuidadas em termos estéticos aparições de tal personagem, como se pode comprovar pela descrição grotesca que passo a referir.

João José Dias devia orçar pelos seus quarenta e cinco anos. Era de estatura menos que meia, adiposa, sem proeminências angulares, essencialmente pançuda, porque João José tinha uma série descendente de panças, desde a papeira cor-de-rosa até as buchas das canelas ventrudas. [...] João José não tinha pescoço: as espáduas ladeavam-lhe os bócius da garganta, alteando-se ao nível das orelhas escarlates, com bolbos da mesma cor, e não sei que excrescências no lóbulo, simulando pingentes de coral. [...] As pernas de João José eram dois cepos, postos em peanha a uma esfera armilar. Tão curtas eram elas, e tão desmesurados os pés, que me não seria dificultoso convencer-vos de que a natureza, em hora de travessura, fez da porção de matéria, destinada para a perna e pé, duas partes iguais, juntou-as e o ponto de junção denominou-o calcanhar. As botas de João José tinham incríveis expansões de couro: eram um oceano de bezerro cortado de ilhas. Os joanetes de pé direito formavam um arquipélago. (Castelo Branco, 1986: 43, 44)

O narrador deste romance oferece também informações, embora mais sucintas, sobre a origem modesta da sua família (*cf.* Castelo Branco, 1986: 45), sobre o trabalho que desempenhou no Brasil (*cf.* Castelo Branco, 1986: 45) e sobre como conseguiu enriquecer (*cf.* Castelo Branco, 1986: 46-47).

Acontece quase a mesma coisa nos seguintes romances: o “brasileiro” Nicolau de Mesquita, regressado do Brasil em 1835, protagonista d’*O Esqueleto* (1865); Hermenegildo

escritores.” (Vaquinhas e Cascão, 1993: 441).

²⁶ Sobre a figura literária e social do brasileiro veja-se, entre outros: Silva-Brummel, 1987: 118-129; Monteiro, 2000a; 2000b; 1991; Alves, 2004; 1999a; 1999b; 1994; 1993; CNCDP, 2000. Sobre a temática do brasileiro na literatura camiliana veja-se: Tavares, 1953; Rego, 1961; César, 1969; Vieira, 1991; Castro, 1999; Oliveira, 2004 e 2005; Granja, 2009. Outros estudos serão referidos ao longo do texto.

²⁷ Clara Rocha sublinha a “distorção hiperbólica” (Rocha, 1996: 166) usada na descrição da personagem do brasileiro que, segundo a autora, teve sucesso por causa do efeito de estranhamento que causava a caracterização desta personagem (*cf.* Rocha, 1996: 164).

Fialho Barrosas (e os seus três amigos, também “brasileiros”), enganado pela mulher Ângela no romance *Os Brilhantes do Brasileiro* (1869); João Evangelista, corretor de meretrizes no Rio de Janeiro, protagonista do conto *O Degredado*; Belchior Bernabé do conto *O Comendador*; o protagonista de *Cego de Landim* (estes três contos estão incluídos em *Novelas do Minho*, escritas entre 1875 e 1877); ou, ainda, Feliciano dos Prazins, de quarenta e sete anos, opulente e gordo como todos os restantes “brasileiros” e por sua vez enganado pela mulher, no romance *A Brasileira de Prazins* (1882)²⁸.

Mas na narrativa camiliana, é ainda possível identificar outros dois tipos de emigrantes que, de certa forma, contrastam com o paradigma de caracterização dos “brasileiros” presentes nas obras até agora referidas (cf. Rocha, 1996: 166). O primeiro aparece no romance *Estrelas Propícias*, publicado em folhetim em 1862, no *Comércio do Porto*. Trata-se do fidalgo minhoto Gastão de Noronha que viveu em Paris com a família de 1829 a 1833 e que voltou pobre para Portugal. O segundo é João Palhares da novela “Segundo Comendador” contido na recolha de contos *Serões de São Miguel de Seide* (1885). Este “brasileiro” não é descrito com o desprezo que se encontra em outras obras (cf. Castelo Branco, 1928: 14), podendo representar “[...] uma proposta séria de filantropia e de terapêutica ocupacional” (Jesus, 1995: 144)²⁹.

De acordo com a hipótese de Maria Saraiva de Jesus referida anteriormente, o estudo de Rosemary da Silva Granja sobre esta personagem literária demonstra que os “brasileiros” não são exclusivamente ridicularizados nas narrativas camilianas. Estes, de facto, representam também um modelo de progresso e regeneração num momento de evidente crise das estruturas sociais vigentes na altura no país.

²⁸ Outras narrativas onde aparecem os “brasileiros” que é preciso assinalar são *Coração, Cabeça e Estômago* (1862), *O Filho Natural* (1876) (in *Novelas do Minho*, 1875-1877), *Neta do Arvediago* (1856) e *Vingança* (1858) (cf. Rego 1961: 12). Veja-se também *Anos de Prosa* (1863) história do “brasileiro” José Francisco Andraenes.

²⁹ Muito parecida é a caracterização de outro “brasileiro de torna-viagem”, contida no romance em dois folhetins intitulado *Mil por Um* e publicado na “Gazeta de Portugal” a 13 e 14 de Janeiro de 1863. Vejam-se ainda os “brasileiros” que aparecem nas três novelas *O Comendador*, *O Cego de Landim*, e *Maria Moisés* (in *Novelas do Minho*, 1875-1877), exemplos, para Clara Crabbé Rocha, de mais humanização desta personagem (cf. 1996: 167). Segundo Maria Saraiva de Jesus nestas narrativas os “brasileiros” são personagens “honradas e bondosas” e emigraram por razões sentimentais (cf. Jesus, 1995: 109).

[...] Camilo Castelo Branco não constituiu um projeto de regeneração, à maneira dos românticos e da Geração de 1870. No entanto, o quadro que pintava da sociedade nortenha portuguesa colocava em evidência aquele personagem como saída possível para a crise. O brasileiro comparecia como o único personagem histórico interessado em investir diretamente no claudicante capitalismo e liberalismo português. No entanto, enredando-se nas práticas sociais e culturais do Antigo Regime ainda vigentes, o português retornado sucumbe. O almejado ingresso na aristocracia é resultado da necessidade de prestígio social e adaptação naquele quadro na medida em que o capital não era valor suficiente de legitimação de sua ascensão (Granja, 2009: 190)

Estes dois últimos exemplos, mas também todos os outros “brasileiros”, se forem observados despreendendo a atenção das descrições grotescas que mais sobressaem nas suas caracterizações, demonstram que Camilo Castelo Branco também foi capaz de atribuir uma certa espessura à personagem do emigrante (*cf.* Jesus, 1995: 114). Nos seus romances é possível encontrar referências diretas ao retorno de quem partia de Portugal pobre, e que, passando por um “espaço mágico de enriquecimento” (Oliveira, 2004: 8) – que é o Brasil ainda como colônia mental de Portugal – regressou a Portugal rico³⁰.

Posto isto, será então inevitável questionar a predominância e a permanência do modelo grotesco das representações do “brasileiro de torna-viagem”. Para responder a esta interrogação é necessário considerar que na altura em que os “brasileiros” de Camilo Castelo Branco voltam (todos antes de meados de 1800), ainda não se tinham verificado as grandes vagas migratórias transatlânticas. Logo, a presença do “brasileiro de torna-viagem”, na continuação da personagem do “mineiro”, é anterior ao começo da emigração dita económica, isto é, à dos emigrantes “engajados” precedentemente referida (*cf.* Machado, 2005: 51-52), acabando por incluir também esta diferente categoria de emigrante, mas exclusivamente na versão em que se realiza o regresso em opulência.

A emigração para o Brasil fazia parte de uma cultura familiar e social que se estendia a todo o Norte do país e quem voltava aparecia, aos olhos dos conterrâneos, diferente e exótico, vista a mudança de sotaque, gostos, hábitos e cultura que transportava consigo

³⁰ Note-se que a ideia do Brasil como espaço mítico de enriquecimento no caso da caracterização da personagem do “brasileiro” tinha sido identificada também na tese de Fernanda Silva-Brummel, 1987: 120-140.

no regresso³¹. Ao mesmo tempo, porém, estas mesmas figuras representavam um exemplo claro de melhoramento de vida num contexto, como o de Norte de Portugal, em que a emigração é um fenómeno radicado há séculos. A este propósito, escreve Jorge Fernandes Alves.

Ir ao Brasil, “fazer a emigração” era a alternativa mais sonhada no âmbito das acanhadas colectividades rurais, onde sobravam braços e faltavam terras para trabalhar ou alternativas de trabalho industrial: observar os “brasileiros” de retorno e seus sucessos, ler cartas de amigos ou conhecidos, dar ouvidos à opinião pública, estagiar como marçano nas casas de comércio do Porto ou de outras vilas ou cidades do Minho como preparação para trabalhar do “outro lado do mar”, ouvir apelos de partida em anúncios ou através de engajadores e agentes de emigração (acenando com facilidades de transporte e de trabalho), poder escapar ao recrutamento militar que representava um castigo para quem não emigrasse, eis um conjunto de dispositivos de uma cultura familiar e comunitária que impelia o jovem à emigração. Inserido numa região com longa história de emigração para o Brasil, cuja corrente (ainda que sob estatuto colonizador) remontava pouco após a sua descoberta em 1500, o português do litoral nortenho tinha, assim, em relação ao Brasil, um comportamento semi-automático, na linha do que W. Petersen atribui às migrações de massas, para quem, havendo população a emigrar, a principal causa emigratória é a emigração precedente, sendo no âmbito deste efeito que actuam outros incentivos, ou seja, quando a emigração se configura como um padrão social torna-se pouco relevante inquirir sobre as motivações pessoais. (Alves, 1999b: 198)

Se esta figura foi satirizada por parte de Camilo Castelo Branco foi quer por questões de entendimento da literatura por parte deste escritor, que escrevia e encenava a vida portuguesa da qual, o “brasileiro”, com as suas particularidades, fazia parte, quer por motivos pessoais³². Quanto à primeira razão, como nota Eduardo Lourenço, a intenção do escritor “[...] não é mudar Portugal, contribuir para renovar o seu modo de ser e ainda menos pensá-lo. O seu desígnio é apenas encenar a vida portuguesa como teatro de sentimentos, palco de conflitos entre o dever e a fatalidade, o bem e o mal.” (Lourenço,

³¹ Nos romances de Camilo Castelo Branco é reproduzida a fonética do sotaque dos brasileiros de torna-viagem. Assim, por exemplo, fala o Barão de Rabaçal no momento em que explica ao abade porque quer casar com Custódia, filha do boticário Eusébio Macário: “–Vossé sabe que mais, abbade ? Eu estou a amar a sinhá. É a primara qui mi succede, dou-lhe minha palavra di cavalhêro. Esta só pelos diabos, hein? Que mi diz? já viu? [...] – Pois abade, sómentes lhi digo uma coisa. Si não casar com Custódia não caso com outra palavra de cavalhêro. Não quero fidalgas, nem vou a Lisboa buscar elas. Fidalgo sou eu da casa real, hein? Quero uma minina rica e pobre. Rico sou eu.” (Castelo Branco, 1879: 79-81). Uma reprodução parecida deste sotaque é presente também em algumas obras de Almeida Garrett, como *Helena* ou *Komuraby* (cf. Ribeiro, 1999: 115-127; Vieira, 1991: 87).

³² Acrescente-se ainda que, através do “brasileiro”, Camilo Castelo Branco talvez quisesse reproduzir uma certa imagem generalizada e exótica do Brasil, como era frequente em outras obras da altura, como as de Almeida Garrett precedentemente referidas (cf. Vieira, 1991: 71-89).

2012: 34). Quanto à segunda razão, note-se que um aspecto importante da narrativa camiliana é a interferência que esta tem com a vida do autor real do texto, uma biografia intencionalmente ficcionalizada.

Não por acaso, o primeiro “brasileiro” que aparece nas obras de Camilo Castelo Branco – o drama em dois atos de 1855, intitulado *Poesia e Dinheiro* – chama-se Manuel Alves, nome do marido de Ana Plácido (Castelo Branco, 1862: 21)³³. Como escreve Eduardo Lourenço, Camilo Castelo Branco foi “[...] o primeiro a ousar misturar-se íntima e pessoalmente com a sua escrita, o único a viver uma vida paralela, em infelicidade e em romanesco, à das suas criaturas e dramas descabelados, e a justo título se tornara para outros objecto de ficção: o romance do romancista.” (Lourenço, 1994d: 220).

Acrescente-se ainda que, ao mesmo tempo que o “brasileiro” representava o exemplo a seguir de um emigrante de sucesso, também personificava um mal social advindo de uma ex-colónia que, no seu processo de independência, começava a recusar a sua ligação com uma metrópole que ainda se queria imaginar como o seu centro de referência e que, por sua vez, também ridicularizava o emigrante português. A este propósito, note-se que na altura em que Camilo Castelo Branco começou a caracterizar a personagem do “brasileiro”, isto é, nos anos 50 do século XIX, existiam no país já diferentes perfis de “brasileiros”. Tinha-se verificado, por exemplo, uma grande onda de regressos por parte de portugueses escravagistas instalados no Brasil há anos (*cf.* Machado, 2005: 51-53)³⁴, mas também existiam “brasileiros” que tinham sido “engajados” e que tinham conseguido regressar ricos graças ao trabalho desempenhado

³³ Clara Rocha escreve que a crítica camiliana reconheceu na personagem de Hermenegildo Fialho Barrosas de *Os Brilhantes do Brasileiro* uma caricatura de Pinheiro Alves (*cf.* Rocha, 1996: 165).

³⁴ Como escreve o historiador Jorge Alves, “[...] na altura das medidas ligadas à extinção de escravos”, isto é, entre 1830 e 1850, “[...] tornou-se visível o refluxo de grandes negociantes ligados ao tráfico (caso do Conde de Ferreira, dos irmãos Pinto da Fonseca, entre muitos)” (Alves, 2004: 196). Outras razões de regresso tinham a ver também com “[...] razões políticas (sobretudo, em sequência de motins lusófonos); e, essencialmente, havia as práticas comerciais das casas de grosso trato ou de secos e molhados, com a norma de os proprietários se retirarem para Portugal quando encontravam um sucessor que assegurava o negócio, garantindo prestações regulares, sob o controlo à distância do proprietário.” (Alves, 2004: 196).

honestamente no Brasil. Leia-se, a este propósito, o que o narrador de *O que fazem as mulheres* pede ao editor para publicar no final de um dos capítulos do romance.

Não querendo eu, nem por sombras, indispor contra os meus fiéis escritos o império do Brasil, peço ao meu sisudo editor que faça estampar o seguinte epílogo deste capítulo:

João José Dias adquiriu com exemplar probidade os seus bens de fortuna.

Foi bom filho.

Levou a honra comercial ao primor de embolsar credores roubados pelos sócios que o roubaram a ele.

Foi trabalhador, quando precisava acreditar-se pelo trabalho, e foi-o também, na opulência, como o último dos seus servos.

Nunca teve escravos, comprados ou alugados: remiu alguns na decrepitude e deu-lhes uma cama onde o último instante da vida lhes fosse o primeiro de bem estar.

Que mais virtudes querem, ou maiores encómios a um bom carácter? Se pintei João José Dias feio, não é dele a culpa, nem minha. João José Dias era realmente muito feio.

Do Brasil vem muita gente galante.

Tenho na pasta um esboço de romance onde figuram quatro brasileiros bonitos.

Hão-de ver com que isenção de animo se escreve nesta província das letras.

Acabou-se o epílogo, e preveniu-se uma crise literária no Brasil. (Castelo Branco, 1986: 47, 48)

Se nas obras de Camilo Castelo Branco aparecem “brasileiros” com o perfil dos esclavagistas regressados nas décadas de 40 e 50, também aparecem personagens com percursos diferentes. Não é por esta razão que eles são descritos como feios, gordos e ignorantes: a imagem rude e tosca que o escritor destina a estas personagens deve-se, provavelmente, à origem humilde que a maior parte deles tinham no momento da partida e à maneira como estes eram realmente recebidos “de torna-viagem”, em Portugal. É esta uma realidade que o escritor observa e quer retratar.

O Brasil é em qualquer parte, pois qualquer parte pode servir como espaço de enriquecimento. Mas, na ficção camiliana, o Brasil concreto, o do outro lado do Atlântico, é por excelência o espaço que ocupa esse papel. É de lá que parte, na grande maioria dos casos, o dinheiro que depois irá ser gasto em Portugal. Dinheiro honesto, em muitos casos, ou criminosamente acumulado, em alguns outros, como ocorre em *O Cego de Landim* [...] (Oliveira, 2004: 11)

Camilo Castelo Branco fez dos “brasileiros” os embaixadores das relações entre Portugal e Brasil, laços humanos de uma “teia atlântica” nas palavras de Paulo Motta de Oliveira (2004: 12) e, ao mesmo tempo, símbolo da representação que em Portugal se

fazia do Brasil, acabando por demonstrar, nas suas “encenações” (*cf.* Lourenço, 2012: 34), quanto, na realidade, Portugal estava longe de avançar por um caminho de progresso, mantendo a imagem deste país como parte de um projeto imperial que, em território americano, tinha chegado ao seu fim. É aqui que se nota a influência da escola realista da obra camiliana, confirmando a ideia de Eduardo Lourenço sobre este escritor “entre dois mundos” que “[...] tem um pé no mundo antigo da monarquia absoluta que não acabava de agonizar perante os seus olhos [...] e o outro, no mundo novo de um liberalismo que não escapará nunca aos seus sarcasmos e às suas invectivas.” (Lourenço, 1994d: 220).

Apesar de não refletir nas suas obras a “História e a Política”, este escritor reinventou o “[...] imaginário e quotidiano e trivial, enraizado no conjunto da vida portuguesa” (Lourenço, 1994d: 220) na qual também se insere a figura do “brasileiro” que reflete o perfil específico, mas multifacetado, de quem regressava rico ao seu país em meados do século XIX. Poderá então deduzir-se que, através da criação desta personagem, o escritor não realizou diretamente uma crítica ao “brasileiro” em si, limitando-se a consagrar em literatura uma opinião já presente no país e que se estendeu ao longo de todo o século XIX, ao ritmo do aumento da emigração económica, dos seus mitos, e da diversificação do perfil do emigrante. A este propósito parece-me esclarecedora a reflexão de Maria Ioannis Baganha que aqui refiro.

Não admira que a sociedade portuguesa acolhesse de bom grado a imagem camiliana, por várias ordens de razão, entre as quais sobressai a própria agressividade que o «brasileiro» lhe suscitava. Ele formara-se à sua revelia e retornado não se coadunava com os padrões existentes. Saíra porque estava a mais, regressado continuava na mesma situação, mas os motivos do facto é que se alteravam; no primeiro momento sentira-se a mais devido à escassez material em que vivia e da qual entendia não conseguir sair na sua terra; no regresso, o lapso de tempo necessário para granjear fortuna tornara-o um homem diferente dos que tinham permanecido, imbuído de uma nova cultura, agia, comportava-se e pensava de forma diversa, o que o marginalizava do grupo a que outrora pertencera. (Baganha, 1981: 129)

Ao passo que o Brasil se distanciava da ex-metrópole, rejeitando a sua presença histórica (*cf.* Lourenço, 1999b: 149) e, por sua vez, criando também imagens

estereotipadas do emigrante português, chamando-o “portuga” ou “galego”³⁵, o “brasileiro de torna-viagem” assinalava em Portugal a fraqueza da ideia do Brasil como uma “colónia mental”. Ele, de facto, voltava e era diferente, isto é, aquele “espaço mágico de enriquecimento” (Oliveira, 2004: 11) tinha-o modificado. Mostra-se assim a ambivalência do Brasil como “espaço compensatório” de Portugal e o “brasileiro” torna-se então “reflexo” da mesma decadência de Portugal já detetada, de resto, pelos escritores românticos precedentemente referidos e que, como se verá mais adiante, será um tema de debate constante dos intelectuais da *Geração de 70*.

Dito de outra forma, os “brasileiros” dos romances de Camilo Castelo Branco, já representam o declínio da “miragem” do Brasil como um “espaço compensatório” (Lourenço, 2013d: 45) ainda incluído num sonho imperial. Talvez seja também por esta razão que estas personagens, apesar da riqueza que trazem de torna-viagem, são decadentes como os mesmos portugueses que deles se riem, desmascarando assim a projeção do Brasil no imaginário português.

Neste âmbito, um exercício que poderia ser útil para corroborar esta constatação seria comparar a representação literária do “brasileiro” com a personagem de Fradique Mendes, ou ainda com a personagem de Gonçalo em *A Ilustre Casa Ramires* (1900) de Eça de Queirós. Enquanto as duas personagens antes referidas se apresentam como refinadas e aculturadas, ainda que ridicularizadas por quem as caracteriza, os “brasileiros” mantêm no regresso as suas toscas figuras, acabando por tornar-se, “injustamente”, um “depósito do riso” como mais tarde escreverão Eça de Queirós e Ramalho Ortigão em *As Farças* (cf. Queirós e Ortigão, 1872b: 22).

Com a criação desta figura de ficção por parte de um escritor que foi tão influente pelas inovações estéticas que introduziu na novelística do seu país (cf. Lourenço, 1994d: 220), acabou por oficializar-se um paradigma de representação do emigrante que virá a

³⁵ A este propósito, vejam-se as representações dos emigrantes portugueses nos romances de Machado de Assis, *Memórias póstumas de Brás Cuba* (1881) ou de Aluísio de Azevedo, *O Cortiço* (1890).

tornar-se canónico e a gerar várias reescritas em diferentes temporalidades e contextos.

Efetivamente, a par com o horizonte de espera de riqueza que estes tipos de emigrantes de torna-viagem criaram na mitologia das camadas mais baixas da população que irá emigrar a partir da segunda metade do século XIX, operou-se uma sobreposição entre a figura do opulento “brasileiro” e a do emigrante económico que, em raros casos, voltou rico à terra natal³⁶. Isto deu vida a um estereótipo acima do já estereotipado “brasileiro de torna-viagem” que, como esclarece o historiador Jorge Alves estava “[...] inscrito num processo difuso de identidade social, alimentado, na terra natal, pelas mitologias da emigração e do retorno.” (Alves, 2004: 193).

O uso posterior da figura camiliana do “brasileiro de torna-viagem” e do seu modelo representativo como emigrante económico, deverá ser interpretado à luz de uma construção, uma reescrita nascida da sobreposição entre emigrantes com perfis diferentes. As palavras do historiador Jorge Alves, que passo a referir, podem explicar melhor como se deu este processo de reapropriação de sentidos.

A configuração do “brasileiro” enquanto motivo literário não podia, pois, corresponder a uma representação dominante, dado o restrito domínio da cultura livresca. No domínio social, a maioria das famílias ansiava por ter um filho “brasileiro”, para muitos visto como o “anjo” que velaria pela família nas suas dificuldades à medida que evoluísse o ciclo de vida, desde o apoio aos irmãos mais novos até ao papel de amparo da velhice dos pais. Por isso, muitas famílias, como forma de preparar o sucesso, preparavam com cuidado e antecedência o projecto migratório, propiciando a aquisição de saberes e a inserção em redes, sobretudo para os meios comerciais de portugueses do Brasil, que os brasileiros nativos não se cansavam de denunciar como uma “parede” que impedia o acesso dos nativos para assegurar o privilégio dos “patrícios” [...] (Alves, 2004: 197)

Através da representação camiliana, o “brasileiro” tornou-se “[...] sem dúvida, uma personagem tentadora do ponto de vista literário” (*cf.* César, 1969: 164; Rocha, 1996: 164), logo, um “material temático” reconhecido e relevante (*cf.* Paiva, 2001: 27)³⁷. O

³⁶ Um exemplo claro desta sobreposição é a exposição organizada na Alfândega da cidade do Porto sobre os “brasileiros” de torna-viagem e o seu legado patrimonial em ocasião das Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, no mês de Abril de 2000 (*cf.* Santos, 2000). Sobre esta questão, veja-se também Machado, 2005.

³⁷ Outros exemplos de representação da figura do “brasileiro” são as peças teatrais *O Tio André que Vêm de*

aparecimento do “brasileiro” no romance de Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviais* (1868), demonstra o sucesso do modelo camiliano³⁸. A personagem do “brasileiro” nos romances de Júlio Dinis apresenta-se mais complexificada na sua caracterização, como é o caso de José Urbano, protagonista do conto *Justiça de sua Majestade* (*in Serões de Província*, 1870) ou de Agostinho, emigrante que regressa pobre a Portugal, mas cuja história de emigração não é contada por inteiro (*cf.* Valério, 1998). A mesma descrição da casa do “brasileiro” apresenta-se mais pormenorizada nos romances deste escritor do que nos de Camilo Castelo Branco. Atente-se apenas a este exemplo da narrativa publicada em 1868.

Veio edificar uma casa no sítio em que nascera, uma casa grande de cantaria e azulejo, com três andares e varandas, jardim com estátuas de louça e alegretes pintados de verde e amarelo, o qual jardim tinha mais fama, naquelas aldeias vizinhas, do que os jardins suspensos da Babilónia. Trouxera um papagaio e uma arara, igualmente famosos, e uma botica homeopática, que ele próprio manipulava. (Dinis, 2009: 187)³⁹

É preciso notar que o assunto da emigração nunca é enfrentado como fenómeno coletivo nas narrativas até agora analisadas, mas sempre como iniciativa individual de que não são dadas muitas informações acerca do período relativo à estadia no estrangeiro, mas exclusivamente da partida e do regresso. A caracterização do “brasileiro”, portanto, carecia ainda de um contraponto consistente (*cf.* Baganha, 1981: 130), que relatasse também a experiência migratória vivida por esta personagem. A mensagem que passou da leitura destas obras foi outra, no prolongamento de um estereótipo em relação a um emigrante (o “brasileiro”) de que Camilo Castelo Branco representou maioritariamente o exemplo de sucesso.

América de Mendes Leal, ou *O Brasileiro Pancrácio* de Sá de Albergaria (*cf.* Silva-Brummel, 1987: 279; Meireles, 2007; Baptista, 2008).

³⁸ No romance *Uma Família Inglesa* (1870) Júlio Dinis descreveu a mudança arquitectónica que os “brasileiros” aportaram na cidade do Porto. No romance *A Morgadinha dos Canaviais* (1868) o “brasileiro” Eusébio Seabra é descrito de forma muito parecida à da ficção camiliana (*cf.* Dinis, 2009: 187). Clara Rocha sublinha o pendor retórico que é atribuído a esta personagem e que não aparecia nas personagens criadas por Camilo Castelo Branco (*cf.* Rocha, 1996: 168).

³⁹ Outra descrição das chamadas “casas de brasileiros” encontra-se no romance *Uma Família Inglesa* (1870): “No Porto o bairro oriental é principalmente brasileiro, já mais procurado pelos capitalistas que recolhem da América. Predominam neste umas enormes moles graníticas a que chamam palacetes; o portal largo, as paredes de azulejo – azul, verde ou amarelo, liso ou de relevo; o telhado de beiral azul; as varandas azuis e douradas.” (Dinis, 1986: 41).

A este ponto, pode ficar mais claro o que Alexandre Herculano queria dizer quando, em 1873, apontava para a singularidade da denominação de um “brasileiro” que partia “mais ou menos pobre” e voltava “mais ou menos rico” (1983a: 68), evidenciando as potencialidades de ampliação que esta figura poderia chegar a abranger, já em meados do século XIX.

Em conclusão, desde o “mineiro” no século XVIII ao “brasileiro” que regressava a Portugal, na temporalidade das narrativas de Camilo Castelo Branco e Júlio Dinis, estas personagens refletem e prometem possíveis representações de emigrantes e “miragens” de regressos opulentos, mas decadentes, ao passo que não apresentam, ainda, o lado mais trágico da experiência migratória (*cf.* Baganha, 1981: 130). Este contraponto surgirá com o aumento da emigração económica para o Brasil e para outros destinos, a partir da segunda metade do século XIX. Isto é, ao mesmo tempo que iniciava uma emigração em que o português no Brasil, e com ele também o “brasileiro”, passava da condição de colono à condição de imigrante, começando verdadeiramente a sair das imaginadas fronteiras imperiais. A personagem do “brasileiro”, a partir daí, permanecerá como um paradigma de representação, ganhando novos contornos, figurações e reescritas.

Capítulo 2

A Geração de 70: uma “Emigração Imaginária” para a Europa

Georges! Anda ver meu país de Marinheiros,
O meu país das naus, de esquadras e de frotas!
(António Nobre)

Na década de 60 do século XIX, começou a formar-se uma *intelligentsia* que situava e interpretava Portugal a partir do contexto europeu, desvendando as fragilidades do país, mas acreditando, contudo, numa revolução que fosse capaz de reorganizar o seu organismo social. O cenário era o de um país que, apesar do esforço das políticas liberais já consolidadas e que visavam alcançar um progresso económico e social, encontrava-se paralisado. Isto ocorria nas zonas rurais do interior, bem como nos núcleos urbanos, sobretudo nos mais periféricos. Com efeito, embora seja inegável o crescimento da burguesia, de alguns sectores da indústria e do comércio, assim como os benefícios que estas mudanças sociais e políticas traziam, o Portugal da segunda metade do século XIX apresentava uma sociedade em atraso em relação a outros países europeus, que já tinham passado pela Revolução Industrial.

A *Geração de 70* reagiu a esse cenário, propondo um impulso revolucionário às políticas do Marechal Saldanha e, sucessivamente, de Fontes Pereira de Melo, cujos estímulos “regeneradores” eram demasiado débeis ou talvez só aparentes (*cf.* Machado, 1980: 385-386). Usando as palavras de Eduardo Lourenço, com a *Geração de 70* começou a história da “autognose moderna” do país, a tomada de consciência da situação de Portugal que de “farol do mundo” nos Descobrimentos tinha-se tornado a “lanterna vermelha das nações civilizadas” (*cf.* Lourenço, 2013c: 89). Os ideais desta geração que, como uma pequena elite cultural, começou a formar-se na década de 60 numa Coimbra em que, finalmente, chegavam as novidades da Europa, iam do socialismo utópico e da razão hegeliana até ao positivismo e ao republicanismo. No fundo, tratava-se de uma

tentativa de adaptação ao contexto português das ideias que vinham do pensamento europeu, à procura de uma nova forma de progresso a dar não só à criação artístico-literária, mas a todo o funcionamento da sociedade portuguesa da altura.

Se Antero de Quental, no conhecido discurso que proferiu nas Conferências do Casino (1871), individualizava três fatores como *Causas das Decadências dos Povos Peninsulares* (a Contrarreforma; a centralização política advinda da monarquia absoluta; e o sistema económico realizado pelos Descobrimentos), o aumento da emigração económica poderia representar, naquele contexto, um dos efeitos mais evidentes dessa decadência, isto é, um fator a acrescentar à falta de liberdade moral, de uma classe média e de indústria, individualizadas pelo autor.

Seguindo esta hipótese, a emigração patenteava a continuação estrutural das saídas que, desde o período dos Descobrimentos para adiante, contribuíram para o despovoamento do reino. De facto, o fenómeno migratório tinha começado a ganhar mais visibilidade a partir de 1850 e remontam a esta altura algumas disposições legais com o objectivo de regulamentar os fluxos em constante crescimento até à primeira década de 1900⁴⁰. Assim como lhes são contemporâneas as várias respostas dadas por intelectuais ao problema da emigração⁴¹.

Alexandre Herculano foi um dos principais mestres de boa parte das personalidades que compunham a *Geração de 70*, embora não possa ser considerado parte dela (*cf.* Saraiva e Lopes, 2008: 799). Como referido anteriormente, em matéria de emigração escreveu

⁴⁰ Refiro-me à Carta de lei de 20 de Julho de 1855 (estabelecimento das condições do transporte de pessoas em embarcações nacionais ou estrangeiras); ao Decreto de 7 de Abril de 1863 (estabelecimento das condições de entrada, circulação e saída do Reino; condições para as concessões de passaportes e obrigatoriedade de ter, para quem quisesse emigrar, um contrato de prestação ou serviço de recibo. Obrigações das companhias marítimas que transportam nacionais; estabelecimento das penas para quem abandonava o país sem os documentos requeridos). Refiro-me também à Lei de 28 de Março de 1877 (proibição de concessão de passaporte aos mancebos até 22 anos; deslocação da emigração para as colónias africanas e facilidades para quem quisesse ir para lá por um período mínimo de cinco anos); e à Carta de Lei de 23 de Abril de 1896 (gratuidade dos passaportes para quem se quisesse dirigir para o Ultramar português) (*cf.* Galvanese, 2013: 149; Pereira, 2002: 79-80).

⁴¹ Ver, entre outras, as seguintes referências, segundo as datas da primeira publicação: Herculano (1838; 1873-1875); Martins (1887); Costa (1911). Sobre este assunto ver o artigo de Mendes, 1988. Refiro-me também à tese de José Frederico Laranjo, de 1878 (*cf.* Alves, 2007).

um artigo publicado no *Diário do Governo* em 1838 e onze cartas que, entre 1873 e 1875, dirigiu ao conselheiro Carlos Bento da Silva, refletindo sobre o “Questionário da Associação Agrícola de Lisboa”⁴². Herculano sublinhava a importância de promover uma emigração interna (do Norte para o Alentejo), ao mesmo tempo que mostrava a complexidade do fenómeno migratório, defendia a liberdade de emigrar e reconhecia as complexidades estruturais que motivavam a emigração ao longo dos séculos.

A emigração é um fenómeno complexo nas suas causas, condições e resultados. Emigram uns por cálculos e previsões, ou próprios ou dos que os dirigem, pela esperança, bem ou mal fundada, de voltarem algum dia ricos ou abastados à aldeia natal: emigram, não porque não pudessem viver, trabalhando, vida modesta e tranquila entre os seus, mas porque aspiram a mais elevada fortuna. Outros há que emigram violentados, ou antes, que não emigram; que são expulsos pela miséria: que não calculam, nem esperam, nem deliberam; que tão somente se resignam. Entre estas duas situações há, a meu ver, um abismo. (Herculano, 1983a: 68)

Dada a impossibilidade de evitar as saídas, a solução proposta pelo historiador seria organizar antes o mercado do trabalho em Portugal, deixando depois que o excedente escoasse para uma “colónia mental”, o Brasil, que podia voltar a constituir um território onde a presença portuguesa se mantivesse relevante.

Estou plenamente de acordo em que se empreguem todos os meios razoáveis e liberais para promover um movimento da população do Norte para as províncias do Sul, especialmente para o Alentejo, e para reter na pátria as classes trabalhadoras [...]. Mas o que não posso é sentir essa repugnância absoluta, esses terrores profundos, ilimitados, da emigração, e o desejo de obstar a ela só para obter salários baratos para a agricultura. (Herculano, 1983a: 68)

Em suma, na opinião de Alexandre Herculano, combater a emigração significava combater antes a miséria em Portugal e isto poderia ser de possível realização melhorando as condições de vida dos trabalhadores *in loco*.

Às afirmações do historiador, respondeu ironicamente Ramalho Ortigão numa *Farpa* de Janeiro de 1874, em que criticava a aceitação do fenómeno migratório por parte de

⁴² Em 1972 o problema da emigração tinha-se levantado no parlamento, dando vida a uma comissão parlamentar e a um inquérito. A questão tinha sido levantada por causa da gestão da emigração para Nova Orleães (*cf.* Alves, 1993: 206). Sobre os escritos de Alexandre Herculano em matéria de emigração, veja-se, na presente tese, as páginas 21, 23 e 28 (incluindo a nota 23).

uma figura que ele definia um “semi deus da literatura portuguesa” (Ortigão, 1874b: 83).

Quanto à relevância das remessas, que Alexandre Herculano considerava fundamentais para a economia do país, o cronista de *As Farpas* explicava o seguinte.

Ficamos pois sabendo e apressamo-nos a registá-lo – porque é profundo isto! – que o sr. Alexandre Herculano, a nossa gloria nacional, [...] opina que se mantenha e facilite a emigração, porque dela revertem ao país 3000 contos anuais, na algibeira do brasileiro, e que o país natal tem mais fácil, mais sábio, mais útil que fazer que explorar essa algibeira! (Ortigão, 1874b: 94, 95)⁴³

Ainda em *As Farpas*, agora de autoria conjunta com Eça de Queirós, é possível encontrar outras referências à emigração⁴⁴. Na crónica publicada na edição de Dezembro de 1871 intitulada “O Governo e a Emigração”⁴⁵ os dois escritores comentavam as notícias sobre a emigração de portugueses para Nova Orleães, que suscitaram escândalo pelas condições precárias a que foram sujeitos os emigrantes⁴⁶. A emigração aqui é vista como um mal, causado pela miséria “[...] de um país esterilizado que expulsa, sacode e instiga a emigrar, a procurar longe o pão [...]” (Queirós e Ortigão, 1872c: 73; cf. Queirós e Ortigão, 1872c: 76). A crítica à situação de decadência em que se encontrava o país direcionava-se, em seguida, diretamente à classe política e, mais especificamente, às duas medidas que foram tomadas pelo Governo da altura (a tentativa de incentivar uma emigração interna para as terras do Alentejo e a proibição da emigração) se comparadas com as atitudes que outras nações europeias tomavam em relação à emigração (usando-a

⁴³ A grafia de *As Farpas* foi adaptada pela autora.

⁴⁴ Quando, em 1887, Ramalho Ortigão decidiu reunir e reeditar *As Farpas* em volumes, pediu ao seu colaborador, Eça de Queirós, que revisse as que ele escreveu. O escritor aceitou parcialmente o convite, decidindo publicar os textos de sua autoria (ou de autoria conjunta) publicados entre 1871 e 1872, em dois volumes separados e publicados entre 1890 e 1891 com o título *Uma Campanha Alegre*. Refiro-me aqui aos números LI (“O Governo e a Emigração”. cf. Queirós, 1980a. Vol. I: 281-288) e XX e XXI (“Missiva ao S. M. o Imperador do Brasil, solicitando veneras” e “O brasileiro”. cf. Queirós, 1980a. Vol. I: 369-379). Note-se que os textos de *Uma Campanha Alegre*, divergem consideravelmente dos que foram publicados nas edições originais de *As Farpas* por modificações estilísticas e cortes de palavras e frases (cf. Campos Matos, 1988: 262). Por este motivo, ambas as versões serão tomadas em consideração e vão ser assinaladas ao longo do texto, ou em nota, consoante a relevância, as diferenças entre a edição original d’*As Farpas* e a edição queirosiana.

⁴⁵ Na edição original de *As Farpas* esta crónica aparece na edição de Dezembro de 1871 (Queirós e Ortigão, 1872c: 72-84) enquanto em *Uma Campanha Alegre* a data indicada é Janeiro de 1872.

⁴⁶ Referem-se aqui ao caso de uma campanha de emigração promovida por um agente americano em 1871 e realizada em 1872 (cf. Alves, 1994: 206).

para travar o pauperismo)⁴⁷.

Porque a emigração em Portugal não significa – ausência – significa abandono: o inglês por exemplo vai á Austrália, á América, fazer um começo de fortuna – para voltar a Inglaterra, viver, casar, acabar de enriquecer, servir o seu país, a sua comuna, trazer-lhe auxílio da vontade robustecida, da experiência adquirida, do dinheiro ganho; para Portugal ninguém volta, a não vir provindo de boa fortuna, ser improdutivo, burguês retirado, inutilidade a engordar. (Queirós e Ortigão, 1872c: 73)⁴⁸

Voltando agora à *Farpa* que Ramalho Ortigão dirigiu a Alexandre Herculano, note-se como o cronista comentava a diferença que o historiador propunha entre a emigração forçada (a dos emigrantes pobres que, segundo este último, devia ser freada) e a emigração voluntária (a dos futuros “brasileiros”, que poderia ser vantajosa para o país).

Chama sua ex.^a emigração forçada à que é determinada pela miséria. Chama emigração voluntária à que é produzida por outros impulsos da actividade que sua ex.^a não especifica mas que nos parece podermos classificar gosto das viagens, curiosidades de paisagista [...] Para os emigrantes voluntários a emigração é pois uma resolução facultativa. Para os emigrantes forçados pela miséria a emigração é uma necessidade indiscutível, fatal. Aos primeiros, que podem livremente emigrar ou não, quer o sr. Herculano que a lei aplane todos os caminhos, para que emigrem. Aos segundos, aos que ficam na miséria se lhes cortarem o seu único refúgio – a emigração – quer o venerando sábio que se faça tudo para que? Para que eles persistam na miséria. (Ortigão, 1874b: 94, 95)

O cronista expunha uma opinião contrária à do historiador, que via no emigrante que ia para o Brasil uma possível fonte de riqueza para o país. Como de resto tinha proposto no artigo já referido e escrito em 1838 (*cf.* Herculano, 1983b: 129-132), e sucessivamente nas onze cartas escritas entre 1873 e 1875, o objetivo seria o de tornar o Brasil “A nossa melhor colónia [...], depois que deixou de ser colónia nossa” (Herculano, 1983a: 69), como é evidente no trecho que cito a seguir.

⁴⁷ “A manutenção desta política fortemente limitativa da emigração, até a década de 70, deve-se à forte influência da burguesia agrária e da classe senhorial na estrutura económica e política portuguesa. Uma vasta massa de campesinato empobrecido é obrigado a trabalhar concomitante ou intermitentemente para outrem [...]” (Pereira, 2002: 79-80).

⁴⁸ Na crónica do mês seguinte, Janeiro de 1872, Ramalho Ortigão reforça as mesmas afirmações. Esta *Farpa* referida, não reaparece em *Uma Campanha Alegre* (*cf.* Ortigão, 1872b: 78-85). Sobre a questão das terras alentejanas supostamente destinadas aos potenciais emigrantes na *Farpa* de Janeiro de 1872 pode ler-se: “Algumas pessoas tomaram numa intenção extremamente literal as nossas rápidas páginas (Número de dezembro) sobre a emigração para Nova Orleães e o seu remédio – os terrenos do Alentejo [...] é bastante ingénuo – da parte dos homens honrados e inteligentes – dizer-lhes: esperai, esperai, nós vamos apresentar ao governo esta ideia, que é a regeneração da vossa economia infeliz. Dizer isto é ingénuo: crer nos governos, entre nós, é ter boa fé de um patriarca, ou a descorada credulidade de uma miss.” (Ortigão, 1872b: 78-80).

Qual é, porém, o teor da vida, em geral, do português do Brasil, do futuro brasileiro de Portugal? é forcejar incessante, pertinaz, por acumular capitais, reduzindo ao estritamente indispensável a satisfação das suas necessidades. Dedica à prosperidade da indústria, da agricultura ou do comércio aquelas regiões a menor parte que pode do fruto do seu trabalho. A sua ideia constante, inflexível, tenaz, é voltar rico, ou pelo menos abastado, à pátria. E volta. [...] E nós, nós que pregamos aos operários a abstenção, a poupança das suas tão modestas sobras [...] havemos de combater a emigração voluntária para o Brasil, emigração que representa uma caixa económica opulentíssima, a qual, por mais que se fizesse, todas as outras juntas nunca poderiam igualar? (Herculano, 1983a: 69)

Ramalho Ortigão, pelo contrário, num momento de aceso debate entre intelectuais portugueses e brasileiros, apelava para a inutilidade da figura do “brasileiro”, isto é, do emigrante português, que regressava de um país que, na sua opinião, não só recusava a sua ligação histórica com a ex-metrópole, como agora se servia da sua força de trabalho⁴⁹.

O “brasileiro”, escrevia o cronista:

[...] não vem produzir, vem descansar. [...] Que traz ele à pátria? Traz-lhe o dinheiro, a ociosidade, a propensão para gozar – coisas que o sublime historiador considera os mananciais da riqueza pública, em manifesta contradição do historiador com a história, a qual nos ensina pelo contrário que o ouro e a propensão para gozar, que o sr. Herculano nos decanta hoje, não foram nunca durante todo o decurso da nossa vida nacional senão os agentes imediatos e fatais da nossa corrupção, da nossa decadência, do rebaixamento profundo da nossa dignidade e da nossa consciência (Ortigão, 1874b: 90, 91)

Além de criticar a atitude desta figura, Ramalho Ortigão também se ocupou de desmontar os mitos a que a mesma estava ligada. Ele será o único desta geração a opor-se firmemente ao fenómeno migratório, uma vez diferenciados os “brasileiros” ricos da maioria dos emigrantes que partiam e permaneciam pobres no Brasil e denunciando as condições em que estes viviam no Rio de Janeiro⁵⁰. A descrição do cortiço, em uma *Farça* escrita em Dezembro de 1872 pode comprovar a anterior afirmação.

O *cortiço* é a mais afrontosa de todas as vergonhas nacionais. É o corolário vivo da nossa decadência. É o comentário profundo da nossa inépcia. É o espelho do nosso vício, do nosso desleixo, da nossa corrupção. Não se confunda o «cortiço» dos portugueses no Rio de Janeiro com a «casa de malta» dos galegos em Lisboa. Da Galiza não emigram senão os homens. [...] A mulher portuguesa é muito mais desgraçada: desterra-se com o

⁴⁹ Sobre as representações do Brasil em Portugal e vice-versa, no século XIX, veja-se Vieira, 1991: 71-124 e Machado, 2005. Sobre a lusofobia veja-se Rowland, in Bethencourt e Chaudhuri, 1999. Vol. IV: 351-352.

⁵⁰ Sobre a posição contrária à emigração de Ramalho Ortigão veja-se Silva-Brummel, 1987: 32-33.

homem, e desterra-se com os seus pequenos.

No Rio de Janeiro, à noite, essa multidão infecta, andrajosa e faminta recolhe-se no cortiço, sem distinção de sexos nem de idades, em uma aglomeração completamente bestial. Dormem [...] numa promiscuidade torpe. A falta de higiene, o excesso de trabalho, a fadiga, a insuficiência de alimento produzem naturalmente nessa população quase nómada as variações do sangue [...] Os contágios secretos e vergonhosos propagam-se e radicam-se no cortiço por um modo pavoroso, entre os adultos, as mulheres e as crianças (Ortigão, 1872a: 33, 34)⁵¹

Eça de Queirós e Ramalho Ortigão esclareceram a sua opinião acerca da emigração em outras *Farpas* escritas em conjunto, como a dirigida ao Imperador do Brasil. Atente-se a este trecho onde os dois cronistas tentavam valorizar o papel do imigrado português no Brasil.

Conhece por certo Vossa Majestade o brasileiro de Minas Gerais, o de Mato Grosso, o do Catete, o da Tijuca e o da rua do Ouvidor: este não é o nosso brasileiro. Há dias liamos no registo dos leitores de uma biblioteca o seguinte: *Fulano de tal – profissão, brasileiro – naturalidade, Mesão Frio*. Este, imperial senhor, é o nosso brasileiro. [...] Anda acamarado com outros, e encontram-se sempre em turmas ou no passeio de S. Pedro de Alcântara, onde costumam sentar-se, ou nas carruagens do caminho de ferro onde descalçam as botas. [...] Perfeitamente respeitáveis pela sua iniciativa e pelo seu trabalho, constituem uma espécie de tribos, sem pátria que os adopte, porque em Portugal chamam-lhes brasileiros, e no Brasil chamam-lhes galegos. (Queirós e Ortigão, 1972b: 22, 23)⁵²

Uma opinião parecida foi reiterada numa *Farpa* onde Ramalho Ortigão denunciava a lusofobia dos brasileiros e a apatia dos portugueses emigrados que continuavam a aceitar ir para um país que não lhes reconhecia méritos (“O Brasil é duas vezes nocivo: nocivo pelos braços que leva, e nocivo pelo dinheiro que nos manda.”(cf. Ortigão, 1874a: 68)).

É interessante notar que, na *Farpa* dirigida a Alexandre Herculano o cronista apelava para uma reconstituição da organização do país com uma argumentação que se assemelha à panorâmica histórica do discurso das Conferências de Antero de Quental. O raciocínio de Ramalho Ortigão, porém é muito mais sarcástico, e ao mesmo tempo também mais rudimentar do que o discurso do filósofo açoriano. Todavia, vale a pena aqui referi-lo, porque torna manifesta não só a vontade dos intelectuais da *Geração de 70* de se distanciar

⁵¹ Sobre os cortiços e a presença portuguesa nos cortiços veja-se o estudo de Chalhoub, 1996.

⁵² Em *Uma Campanha Alegre* aparece somente uma pequena parte da *Farpa* dirigida ao Imperador do Brasil (cf. Queirós e Ortigão, 1872b: 65-69 e Queirós, 1980a: 369-372).

do próprio passado e de se aproximar à Europa, quanto também mostra que esta mesma História é interpretada como uma causa da decadência a eles contemporânea.

Desde o século XII até o século XIV, Portugal viveu da espoliação dos árabes pela reconquista. No século XV a XVI explorou as colônias da Ásia e da África. No século XVI a XVII espoliou os judeus. No século XVIII a XIX espoliou primeiros os jesuítas e depois os frades. Agora, quando o país já não tem o árabe, nem tem a Ásia, nem tem a África, nem tem o judeu, nem o jesuíta, nem o frade, seria talvez um momento oportuno para que o país pensasse em não apelar mais para os suprimentos do acaso e cuidasse em reorganizar-se honradamente pela instrução, pela revolução económica e pelo trabalho. [...] Mas se uma perturbação nacional, se um cataclismo político fechar amanhã os portos do Brasil à emigração portuguesa, o que será de nós sem educação, sem trabalho organizado, sem recursos próprios? Será que Deus quiser. Depois do eminente historiador português, o dilúvio! (Ortigão, 1874b: 94-95)

No contexto da *Geração de 70*, portanto, o debate acerca da questão da emigração pode ser interpretado como a individualização de um, entre muitos, dos efeitos da decadência do país. Enquanto o Brasil também se europeizava, rejeitando a sua ligação histórica com Portugal, os intelectuais portugueses ficavam indignados com a continuação do fluxo migratório⁵³.

No entanto, na relação que redigiu entre Junho e Novembro de 1874, Eça de Queirós não escreveu, além das linhas que seguem, muitas mais informações no que tinha a ver com a emigração portuguesa.

Emigração Portuguesa : — O estado da emigração em Portugal é um assumpto muito interessante para que se possa resumir n'esta síntese didáctica dos movimentos emigrantes da Europa; pelas suas proporções, pelas suas consequências e condições, pela sua influencia na organização do trabalho nacional, pelas relações comerciais que estabelece com o Brasil, pelos mesmos vícios da sua organização, merece um estudo aplicado, experimental, critico e económico, e não uma simples indicação condensada. (Queirós, 2001: 70-71)

O que o escritor, aqui no seu trabalho como cônsul, redigiu foi uma “síntese didáctica” sobre a universalidade do tema da emigração, dedicando muita atenção ao fenómeno no plano teórico na sua globalidade e colocando-o, a seguir, dentro do contexto da emigração europeia num momento em que esta tinha aumentado quantitativamente. No

⁵³ A este propósito vejam-se duas *Farpas* (cf. Ortigão, 1874a e Queirós e Ortigão 1872b) em que os cronistas evidenciam a sua apreciação do Brasil que eles consideram um país ainda não civilizado.

relatório o cônsul avaliava vantagens e desvantagens que a emigração comportava para os estados emissores e os estados receptores, defendendo a liberdade de emigrar como um “direito natural” do ser humano e argumentando sobre a impossibilidade de existir um “acordo internacional para organizar a emigração europeia.” (Queirós, 2001: 149).

O título escolhido por Raul Rego na edição do relatório de 1879, *A Emigração como Força Civilizadora*, merece uma interpretação a partir das mesmas palavras do texto queirosiano e da sua evidente perspectiva eurocêntrica. O autor via na emigração europeia e nas vantagens que o fenómeno comportava a possibilidade de inaugurar uma nova colonização, isto é, dar “[...] ao homem civilizado, uma posse mais completa do globo.” (Queirós, 2001: 126). Ao mesmo tempo que o escritor se dava conta da invisibilidade que a emigração portuguesa tinha no contexto europeu – escrevendo em *As Farpas*, afirmações como: “lá fora não nos distinguem” ou “Porque a emigração entre nós, não é como em toda a parte a transbordação de uma população que sobra, é a fuga de uma população que sofre.” (Queirós e Ortigão, 1872b: 73 e Queirós, 1980a: 281) – no relatório, Eça de Queirós limitava-se a elogiar o sistema de emigração adoptado nos países do Centro e do Norte Europa (Inglaterra e Alemanha em particular)⁵⁴, que constituíam, nas palavras do mesmo, “[...] mais um sistema de colonização que uma verdadeira expatriação [...]” (Queirós, 2001: 127).

Em suma, o que há de significativo neste relatório é o facto de o escritor, embora não querendo abrir uma discussão sobre a situação da emigração portuguesa, isolar a necessidade de efetuar um estudo aprofundado deste fenómeno, tendo em conta os “vícios da sua organização” (Queirós, 2001: 70-71).

O que seriam estes “vícios” senão os mesmos que Antero de Quental tinha identificado no discurso das Conferências do Casino?

A este ponto, o estudo sobre a política de emigração portuguesa de Miriam Halpern

⁵⁴ No relatório é analisada a emigração moderna dos seguintes países europeus: Escandinávia, Holanda, Bélgica, Itália, Espanha e, por último, Portugal.

Pereira torna-se útil para ilustrar a maneira como funcionavam as redes de recrutamento de emigrantes e as incongruências entre a política portuguesa de emigração, assim como os esforços dos consulados portugueses para amparar as situações mais dramáticas.

Os capitães de navios eram um dos principais elos financeiros do mar, abriam crédito aos emigrantes clandestinos que não podiam adiantar em terra o preço da passagem aos engajadores. O crédito fundamentava-se ou em serviços prestados durante a viagem [...] ou na contratação de serviços futuros, que depois o capitão negociava com os engajadores brasileiros. Neste último caso, era o futuro contratante que pagava a viagem ao capitão e, ao chegarem ao Brasil, os emigrantes ficavam retidos a bordo até que aparecesse alguém para contratá-los, sendo praticamente obrigados a aceitar qualquer contrato que os permitisse desembarcar. [...] Um autêntico “leilão de homens” tinha lugar a bordo dos navios ao aportarem no Brasil, conta o Conde de Tomar, em carta enviada do Rio de Janeiro em 1854. O barco era invadido pelos engajadores locais de mão-de-obra emigrada, que vinham munidos das licenças das alfândegas para o desembarque e pagavam a passagem. (Pereira, 2002: 37)

A emigração em massa para o Brasil começava a possibilitar às camadas mais baixas da sociedade a opção de partir na esperança que se concretizasse o mito da fortuna, sempre na perspectiva, muitas das vezes não correspondida, do regresso nas vestes de opulentos “brasileiros”. Poucos anos mais tarde, a lei de 28 de Março de 1877, inspirada nos resultados de um *Inquérito Parlamentar sobre a Emigração* (1873) sobre o qual Alexandre Herculano tinha debatido nas suas cartas (1983a: 67-128), tentava incitar a emigração para as colónias africanas⁵⁵. Passados alguns anos da lei, o governo português deixou “[...] de se preocupar com o aumento da emigração, porquanto esta se tornara uma fonte substancial de invisíveis.” (Pereira, 2002: 82).

⁵⁵ Escreve Joel Serrão sobre o *Inquérito Parlamentar sobre a Emigração* de 1873: “Se, por um lado, se ignorava em Portugal a profunda transformação que no Brasil provocara a extinção da escravatura, a qual criava perspectivas menos risonhas ao trabalho do emigrante português, por outro lado, a experiência quotidiana de “brasileiros” de torna-viagem, enriquecidos no comércio (e nunca na meação da exploração agrícola), permanecia incentivo local à saída, conquanto o destino de muitos que passaram a abandonar o Reino não pudesse ser outro além da prestação de serviço braçal nas fazendas. Segundo documento publicado no *Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração*, de 1873, era este o teor de vida a que estava condenado o grosso da emigração portuguesa para a antiga colónia: comiam, dormiam e trabalhavam como os escravos, quer dizer, tinham a sua tamina (ração) de carne seca, feijão e farinha, que eram obrigados a cozinhar para comer na hora do almoço e do jantar (uma hora para cada refeição). Senzalas eram as habitações, que constavam de um pequeno quarto, não solhado, com a porta e janela, tendo por cama uma esteira, e por mobília uma pedra para se sentarem. Trabalhavam a par dos escravos, comandados pelo feitor também escravo e ornado do competente velho (vergalho de castigo), trabalho que principiava ao romper de alva e terminava às nove horas da noite, apenas com interrupção das refeições. De dia cavavam na terra, de noite lançavam ou tiravam tijolos do forno.” (Serrão, 1970: 604, 605).

Com os anos, o debate sobre a questão migratória tornou-se mais inflamado, como demonstra o escrito de 1887 intitulado *Fomento Rural e Emigração* (1994) de Oliveira Martins. Neste texto a problemática da emigração portuguesa é analisada a partir de um contexto em que Portugal, depois da Conferência de Berlim (1884-1885), tentava manter o seu lugar colonial em África. Nele, o autor alertava para a dificuldade, e ao mesmo tempo a necessidade, de deslocar a emigração económica de portugueses para o Brasil rumo às colónias africanas, pois os emigrantes que iam para as Américas eram pobres e analfabetos, enquanto para as colónias africanas era necessário que emigrassem pessoas qualificadas.

Após a abolição da escravatura no Brasil, em 1888, a emigração portuguesa tinha aumentado de forma considerável na não aplicação das leis restritivas que o Estado tinha criado para limitar os fluxos, e na manutenção de uma rede de engajadores que ia recrutar mão-de-obra a baixo custo, vendendo o sonho do *Eldorado*. Oliveira Martins criticava fortemente o sistema de recrutamento de emigrantes. Em *Fomento Rural e Emigração*, uma proposta de lei que o intelectual apresentou a 27 de Abril de 1887, por exemplo, ele interpretava a questão social da emigração que, na sua opinião, era causada, por um lado, pelas condições deploráveis do país, que faziam com que as pessoas mais pobres o deixassem e, por outro lado, pela legislação militar, da qual muitos jovens portugueses fugiam e que obrigava ao pagamento de uma fiança aos homens em idade militar (entre os 18 e os 22 anos) que quisessem obter um passaporte falso (*cf.* Martins, 1994: 11, 12).

A esta situação Oliveira Martins propunha uma solução: desviar parte dos fluxos para as colónias africanas, através do recrutamento de potenciais emigrantes instruídos, cuja missão seria a de explorar e não colonizar. Atente-se ao que escrevia em *O Brasil e as Colónias Portuguesas* (1880).

O que aos portugueses cumpre é explorar, e não colonizar a África. Do que ela carece não é de trabalhadores; mas sim daquilo a que os ingleses chamam *skilled labour*, o trabalho dirigente de oficinas, capatazes, contramestres, regentes, engenheiros, administradores, sob cujas ordens o braço preto, dócil

e forte como é, extraia da terra as riquezas que ela pode dar. (Martins, 1978: 196)

Em conclusão, os intelectuais da *Geração de 70* propuseram soluções para os problemas da sociedade que lhes era contemporânea. Uma destas propostas tinha a ver com a criação de uma alternativa à questão migratória, que poderia fortalecer a posição de Portugal na Europa, bem como a economia do país.

Dito de outra forma, o que estes intelectuais propuseram para resolver os problemas do país, foi uma viragem para uma Europa de que descobriram não fazer parte (*cf.* Lourenço, 2012: 36) e, como no caso de Oliveira Martins, uma viragem para um território imperial não imaginado (como no caso do Brasil), mas ainda real e em risco de ser perdido (isto é, para as colónias africanas), que podia fortalecer a posição europeia do país. Tratava-se, em suma, de propor uma viagem de regresso para Portugal, além da sua história gloriosa dos Descobrimentos, na perspetiva de um presente que queria ter uma noção do futuro clara e objetiva.

Todavia, enquanto eles “emigravam” com a imaginação para a Europa (*cf.* Lourenço, 2013c: 91), encontrando neste continente o único destino possível de realização de uma renascença nacional, a realidade era bem outra. A emigração continuava a dirigir-se maioritariamente para o Brasil, os portugueses continuariam a emigrar e esta *Geração* ficaria como que “desterrada” (*cf.* Machado, 1980), num exílio que poderia partilhar no passado com os escritores românticos e no futuro próximo com a visão de Portugal em Paris de António Nobre.

Capítulo 3

“Brasileiros” Atípicos e Outros Emigrantes

Olhai, olhai, vão em manadas
Os emigrantes...
Uivos de pó pelas estradas,
Junto do cais, nas amuradas
Das naus distantes...
[...]
Morreu a vinha, não dá uvas...
é morto o velho camponês...
Pedras levadas pelas chuvas...
Tecto a cair... Órfãs e viúvas,
Luto e nudez!
(Guerra Junqueiro)

Na Conferência que pronunciou na Primavera de 1871, Eça de Queirós, influenciado pelas novas leituras que circulavam no *Cenáculo*⁵⁶, cortava de forma radical com os preceitos estéticos da corrente romântica, explicando a exigência de criação de um espírito de restauração em que a literatura deveria servir como um verdadeiro espelho da realidade⁵⁷.

A questão da representação literária do “brasileiro de torna-viagem”, no âmbito desta linha de pensamento, constituiu um argumento de interesse, enquanto reflexo de uma rejeição dos preceitos estéticos da corrente romântica. Com efeito, Basílio, o *dandy* sedutor e cosmopolita do romance de 1878, que voltava rico a Portugal depois de uma longa viagem, poderia ter o perfil de um “brasileiro de torna-viagem”, assim como outra personagem deste romance, o Conselheiro Acácio, ou como o brasileiro Castro Gomes em *Os Maias* (1888).

⁵⁶ Refiro-me aqui às influências das teorias de Pierre-Joseph Proudhon, mas também às leituras de Gustave Flaubert e de outros pensadores franceses, entre os quais o historiador Hippolyte Taine e o filósofo Joseph Ernest Renan.

⁵⁷ Leia-se, a título de exemplo, este trecho da conferência proferida por Eça de Queirós: “Que é, pois, o realismo? É uma base filosófica para todas as concepções do espírito – uma lei, uma carta de guia, um roteiro do pensamento humano, na eterna região do belo, do bom e do justo. Assim considerado, o realismo deixa de ser, como alguns podiam falsamente supor, um simples modo de expor [...] O realismo é bem outra coisa: é a negação da arte pela arte; é a proscrição do convencional, do enfático e do piegas. É a abolição da retórica considerada como arte de promover a comoção usando da inchação do período, da epilepsia da palavra, da congestão dos tropos. É a análise com o fito na verdade absoluta. Por outro lado, o realismo é uma reacção contra o romantismo [...]” (Queirós, 1988: 127).

Eça de Queirós, porém, não adotou os paradigmas estéticos consolidados da personagem do “brasileiro” nos seus romances, mas já se tinha pronunciado sobre esta figura em *As Farças*, onde é possível reparar numa descrição de um perfil de “brasileiro” bastante diferente daquela com que Camilo Castelo Branco tinha habituado os seus leitores. Na frase “Porque a emigração em Portugal não significa – ausência – significa abandono”, bem como nas palavras que, com uma certa indignação, lastimavam que o “brasileiro” fosse representado apenas como um ser “improdutivo” e um “burguês retirado” (Queirós e Ortigão, 1872a: 73), é possível notar a diferença de tratamento desta personagem ficcional, mas sobretudo presente na sociedade portuguesa da altura⁵⁸.

Face ao “romantismo estereotipado e inócuo” (Lourenço, 2012: 37) com que tinha sido apresentado o “brasileiro”, os dois autores de *As Farças* teriam apreciado que esta figura representasse um exemplo de civilização, mais na linha da atitude positiva do emigrante inglês *self made man*, e não um ser inculto e grotesco como maioritariamente tinha sido compreendida a caracterização de Camilo Castelo Branco ou de Júlio Dinis⁵⁹. Efetivamente, pouco antes de Eça de Queirós ter sido colocado como cônsul em Havana, numa crónica escrita em Fevereiro de 1872 com Ramalho Ortigão, os dois tinham começado a questionar o estereótipo romântico do “brasileiro de torna-viagem”, como se pode notar nesta descrição que não consta por completo em *Uma Campanha Alegre*.

Há longos anos o *Brasileiro* é entre nós o tipo de caricatura – mais francamente popular. Cada nação tem assim um personagem típico, criado para o riso público. As comédias, os romances, os desenhos, as cançonetas espalham-no, popularizam-no, acentuam-no aperfeiçoam-no caracterizam-no, e ele fica assim um Judas infeliz de sábado de aleluia, que cada um rasga friamente com a sua gargalhada, e vara feramente com a sua chacota! [...] Nós temos o Brasileiro: grosso, trigueiro com tons de chocolate, modo ricoço, arrastando um pouco os pés, burguês como uma couve e tosco como uma acha, pescoço suado, colete com grilhão, chapéu sobre a nuca, guarda-

⁵⁸ A este propósito veja-se o discurso de Luís Palmeirim proferido na Câmara dos Deputados em 1882, referido in Baganha, 1981: 131, 132.

⁵⁹ A concepção de “brasileiro” como *self made man*, mas mais reforçada, aparece ainda na mesma crónica editada e modificada em *Uma Campanha Alegre*, onde se lê: “Para Portugal o emigrante que volta, provido de boa fortuna, vem ser um burguês improdutivo, uma inutilidade a engordar.” (Queirós, 1980a: 282).

sol verde, a voz fina e adocicada, ar desconfiado e um vício secreto [...] É o brasileiro: ele é o pai achinelado e ciumento dos romances satíricos: é o gordalhufo amoroso das comédias salgadas: é o figurão barrigudo e bestial dos desenhos facetos: é o maridão de tamancos traído – dos epigramas. (Queirós e Ortigão, 1872a: 83-84)

Na reescrita para a edição de 1890-1891 das suas *Farpas*, Eça de Queirós especificava ainda mais o que entendia por brasileiro: “(não o brasileiro brasílico, nascido no Brasil – mas o português que emigrou para o Brasil e que voltou rico do Brasil)” (Queirós, 1980a: 373), evidenciando assim a vontade de distanciar estas duas figuras nacionais que faziam agora parte de dois territórios diferentes. Os dois cronistas condenaram o estereótipo romântico relativo aos “brasileiros”, afirmando que este não deveria ser considerado outra coisa senão um trabalhador honesto. Os “brasileiros” que se tinham tornado um “depósito do riso”, eram afinal pessoas “perfeitamente respeitáveis” pela sua iniciativa e pelo seu trabalho e precisavam de ser “adoptados” por alguma pátria (Queirós e Ortigão, 1872b: 22).

Eça de Queirós encara a visão estereotipada do “brasileiro” como uma injustiça, defendendo – sem renunciar à ironia que caracteriza toda a sua obra – a sua opinião através de uma série de comparações entre portugueses “brasileiros de torna-viagem” e brasileiros, chegando até a confundir esta figura com os brasileiros de nascença, vista a importância de sublinhar uma continuidade colonial e a partilha de uma história comum entre Portugal e Brasil que o segundo país, nos mesmos anos, rejeitava⁶⁰. O “brasileiro” tornava-se assim, conforme a opinião dos autores, uma derivação do português que deveria ser aceite na sociedade de origem.

As suas qualidades tiveram o seu germen nas nossas qualidades. Somente neles alargaram, floresceram, cresceram, frutificaram: em nós estão latentes e tácitas. O Brasileiro é a expansão do português.
O Brasileiro é o Português desabrochado. E o Português é o Brasileiro encolhido [...] O Português o pevide de Brasileiro! [...]
Portanto quando nos rimos dele – intentamos a nós mesmo um processo

⁶⁰ Com uma acentuada ironia, pode ler-se que a ligação entre portugueses e brasileiros era regida por uma “[...] lei de retração e dilatação para os corpos – sob a influência da temperatura” (Queirós e Ortigão, 1872a: 87). Assim que se torna claro que até os defeitos chegam a dilatar-se por causa do calor: “Os nossos defeitos, sob o sol do Brasil, dilatam-se, expandem-se espriam-se” (Queirós e Ortigão, 1872a: 88).

terrível. No inverno a pevide contém a abobora: mas quando a abobora cresce no verão é ela que contém a pevide. Nós cá contemos o brasileiro; mas ele depois no Brasil, cresce, alarga em fruto, e nós ficamos-lhe dentro [...] se ridicularizamos o Brasileiro, ridicularizamos-nos a nós. Reconhecemos nele como nós mesmos – ao sol!
Ser brasileiro pode acontecer a todo o mundo: basta uma soalheira! (Queirós e Ortigão, 1872a: 87-92)

Ora, os dois escritores pertenciam a uma geração que começava a pensar Portugal numa perspectiva europeia, procurando e analisando as causas da decadência que afetavam o país e dando-se conta do lugar periférico que na realidade ocupavam, tanto os portugueses, como os “brasileiros de torna-viagem” e os mesmos brasileiros: “Lá fora [...] não nos distinguem: acham-nos quase a mesma cor, o mesmo feitio, o mesmo tosco – mas *quase* [...]” (Queirós e Ortigão, 1872a: 88, 89).

Com estas palavras os cronistas atingem, na minha opinião, o “estrangeiro dentro de si”, apontando para um reconhecimento do “brasileiro” – se bem que “ao sol” – dentro de si mesmos (“Portanto quando nos rimos dele – intentamos a nós mesmos um processo terrível” (Queirós e Ortigão, 1872a: 88, 89)).

Estranhamente o estrangeiro habita em nós: ele é a face oculta da nossa identidade, o espaço que arruína a nossa morada, o tempo em que se afundam o entendimento e a simpatia. Por reconhecê-lo em nós, poupamos-nos de ter que detestá-lo em si mesmo. Sintoma que torna o nós precisamente problemático, talvez impossível, o estrangeiro começa quando surge a consciência da minha diferença e termina quando nos reconhecemos todos estrangeiros, rebeldes aos vínculos e às comunidades. (Kristeva, 1994: 9)

Apesar das palavras de Julia Kristeva terem sido escritas na contemporaneidade, é interessante verificar a possibilidade de comparação entre a reflexão proposta pela pensadora búlgara e o discurso dos escritores portugueses, que é muito mais informal, albergando, mesmo assim, um conteúdo profundo escondido atrás do lado mais cómico.

Contudo, enquanto Julia Kristeva divulga uma noção universal e psicanalítica do sentido de ser “estrangeiro”, Eça de Queirós e Ramalho Ortigão apontavam para a identificação deste estrangeiro com outro modelo específico, inspirado na ideia positivista do homem burguês europeu (*self made man*), porque é desta forma que

gostariam que fossem vistos e tratados os “brasileiros” em Portugal, dentro de uma Europa onde o país periférico deveria ser incluído. Eça de Queirós e Ramalho Ortigão, idealizavam um Portugal mais central e civilizado.

Ora o brasileiro que não é formoso, nem espirituoso, nem elegante, nem sábio, nem extraordinário – é um trabalhador: – e tu português que não és um formoso etc. – és um mandrião! De tal sorte que tu te ris do brasileiro – procuras viver á custa do brasileiro. [...] Em conversa é o *macaco*; no jornal é a *nação irmã!* [...] (Queirós e Ortigão, 1872a: 95)

Se nas descrições de Camilo Castelo Branco o facto do “brasileiro” também ser descrito como um trabalhador honesto tinha ficado escondido atrás da abundância do grotesco, o que estes dois escritores da *Geração de 70* propunham era um percurso de “desbrasileirização do brasileiro”, como uma das várias formas que estes dois intelectuais teriam gostado de “europeizar” Portugal.

O que eles sugeriam, num contexto de grandes tensões entre Portugal e Brasil como foi o século XIX (*cf.* Vieira, 1999: 71-124), era extrair o Brasil do perfil do emigrante ou, pelo menos, atribuir-lhe um reconhecimento que, naqueles anos, não chegava nem do lado português – porque o “brasileiro” era representado como grotesco e ridículo – nem do lado brasileiro – onde a maioria dos emigrantes portugueses vivia em cortiços e, além de trabalhar em substituição da mão-de-obra escrava (*cf.* Serrão, 1970: 604,605), ocupava no Brasil o papel do “bode expiatório”, “personificador de males sociais” (Alves, 1994: 348).

O emigrante português sofre, no século XIX, uma evidente degradação do seu estatuto social no Brasil: deixa de pertencer automaticamente ao estrato privilegiado de uma sociedade colonial para ser objecto de uma hostilidade originada por um passado de opressão, que demoraria em atenuar-se. (Pereira, 2002: 46)

A este propósito, atente-se no que perguntava Ramalho Ortigão na crónica escrita em Dezembro de 1874.

Que mal fazemos nós ao brasileiro?

Nenhum.

Demos-lhe a vida histórica, demos-lhe os costumes dos nossos pais, a civilização herdada dos nossos antepassados, a língua dos nossos poetas. Estamos-lhe dando ainda em cada ano os mais fortes elementos que

constituem o progresso, – o braço e a inteligência dos nossos filhos mais fortes e mais robustos [...] Onde está a nossa forte mocidade montanhosa, transmontana ou minhota? No Brasil. Eis o mal que nós fazemos ao brasileiro. (Ortigão, 1974b: 62, 63).

No prefácio que Eça de Queirós escreveu ao romance do seu amigo Luís de Magalhães, *O Brasileiro Soares* (1886) a proposta de “desbrasileirização do brasileiro” torna-se ainda mais evidente. Joaquim Soares, protagonista deste romance, tem uma história de vida parecida à dos “brasileiros” da ficção camiliana: é natural do Minho, emigra com 15 anos, trabalha como marçano no Brasil, na casa de um tio, volta rico, constrói em Portugal uma casa de gosto duvidoso, financia obras de bem na sua aldeia mas, no final da história, traído pela mulher, Ermelinda, que se tinha casado com ele por interesse, escolhe a via do suicídio⁶¹.

Note-se que este tipo de história de emigração e regresso não é referida com a mesma clareza nas obras de Camilo Castelo Branco, mais interessadas em evidenciar os defeitos dos “brasileiros”. A história de vida do Senhor Soares, mesmo seguindo um trajeto parecido às narrativas camilianas, é diferente porque esta personagem é descrita como um homem de bem que se confronta com uma sociedade que não o aceita e que tira proveito dele (*cf.* Magalhães, 1980: 47). Com efeito, é importante realçar que no romance de Luís de Magalhães, quem se aproveita e critica brasileiro está dentro da narrativa na voz dos intervenientes da ficção e não fora dela em forma de narrador onisciente, como acontece nas obras de Camilo Castelo Branco ou de Júlio Dinis.

Em *O Brasileiro Soares* o papel do narrador é, pelo contrário, o de sublinhar indiretamente a injustiça do tratamento a ele destinado no seio da sociedade para a qual regressa e onde desempenha o que já pode ser definido como um “papel típico” dos ambientes narrativos também “típicos” da altura em que a obra foi publicada. Através deste modelo narrativo o autor consegue alterar o espaço do “brasileiro”, evidenciando o

⁶¹ Note-se ainda que o brasileiro provém de uma família que corresponde ao modelo familiar que caracterizava o norte do país (*cf.* Rowland *in* Bethencourt e Chaudhuri, 1998. Vol. IV: 328) e é retratado detalhadamente nas palavras iniciais do romance (*cf.* Magalhães, 1980: 25).

facto de ele não merecer a forma como é tratado, humanizando esta personagem, conferindo-lhe uma certa espessura psicológica e fazendo dele um anti-herói que põe fim à sua vida (cf. Magalhães, 1980: 144). Consequentemente, é a missão de reabilitação da personagem do “brasileiro”, e uma anulação do seu mesmo nome (“desbrasileirando-o”), que Eça de Queirós sublinhava na carta-prefácio do livro.

Há mais de trinta anos, em novela, em drama, em poemeto, o Romantismo (ou antes o Maneirismo Sentimental que entre nós representou o Romantismo) tem utilizado o brasileiro como a encarnação mais engenhosa e a mais compreensível da sandice e da materialidade. Sempre que o enredo, como se dizia nesses tempos vetustos em que as musas viviam, necessitava um ser de animalidade inferior, um boçal ou um grotesco, o Romantismo lá tinha no seu poeirento depósito de figuras de papelão, recortados pelos mestres, o brasileiro – já engonçado, já enfardelado com todos os seus joanetes e todos os seus diamantes [...] Bastava só colar-lhe na nuca um nome bem plebeu, arranjar-lhe uma aldeia de origem que cheirasse bem a curral, atirá-lo para o meio de páginas trémulas e regadas de lágrimas – e ele começava logo a ser bestialmente burlesco e a enjoar os delicados. (Queirós, 1980b: 15)

As palavras *supra* referidas podem ser consideradas como um manifesto do Realismo em literatura que se opõe à estética e à ideologia dos românticos (cf. Rocha 1980: 12), tomando como exemplo a não seguir e exortando a modificar e recuperar o papel que os escritores românticos tinham atribuído ao “brasileiro”. No plano literário, quanto aos “brasileiros”, o escritor propunha uma forma de reabilitação desta figura que se deveria refletir também no plano social⁶². Eça de Queirós elogiava o esforço de Luís de Magalhães para a destipificação do “brasileiro” e a sua nova caracterização, apontando para uma visão de uma figura de ação, não limitada às vestes grotescas que lhe tinham sido atribuídas.

V. portanto, indo buscar o brasileiro, a esses limbos da caricatura disforme para o fazer reentrar na natureza, e na partilha comum do bom e do mau humano; revestindo-o, pela verdade observada, de todas as excelências morais de que o despira, sistematicamente, a calúnia romântica; mostrando no antigo tipo do Bruto a possível existência do Santo – executou uma verdadeira reabilitação social. V. desbrasileirou o brasileiro, humanizando-o; e como todo aquele que, com um tranquilo desprezo das convenções, faz uma obra de Verdade, V. elevou-se insensivelmente a este feito mais raro, e melhor, que se chama uma Boa Acção. (Queirós, 1980b: 21)

⁶² Sobre esta obra veja-se também Silva-Brummel, 1987: 132-133.

Note-se que, em *Uma Campanha Alegre*, a *Farpa* já referida relativa ao “brasileiro”, publicada em Fevereiro de 1872, foi sucessivamente modificada pelo seu autor, aproximando-se às considerações tecidas na carta-prefácio deste romance. Onde se lia que o “brasileiro” era “o gordalhufo amoroso dos romances satíricos” (Queirós e Ortigão, 1872a: 84) na edição posterior lê-se que é “o pai achinelado e ciumento dos romances românticos” (Queirós, 1980a: 374), ao mesmo tempo que, na edição posterior, desaparecem julgamentos mais diretos quanto ao tratamento do brasileiro por parte da opinião pública, que, segundo Eça de Queirós, negava a esta figura “[...] o carácter e atribui-lhes os negócios de negros.” (Queirós e Ortigão, 1872a: 84, 85).

Apesar das tentativas de desbrasileirar o “brasileiro” por parte dos autores realistas, os fluxos migratórios para o Brasil continuavam. Em 1886, ano da publicação de *O Brasileiro Soares*, a emigração portuguesa rumo ao Brasil e a outros destinos aumentava progressivamente, chegando a tornar-se uma corrente hemorrágica entre 1911 e 1913. Estes constantes fluxos para fora eram, sem dúvida, um sintoma de uma batalha perdida, sob o plano político e económico, da experiência liberal e regeneradora que vivia o país (cf. Serrão, 1974: 36).

Em suma, Eça de Queirós, bem como Ramalho Ortigão ou Luís de Magalhães queriam ver no “brasileiro” o exemplo de um emigrante civilizado, desmontando assim os estereótipos em volta desta personagem e colocando o “brasileiro de torna-viagem” numa Europa que, porém, ainda estava muito longe de Portugal, ou vice versa.

A um Portugal rude, provinciano, analfabeto, a uma capital mimética [...] Eça e Ramalho pretenderam ensinar-lhe tudo – mesmo o que não sabiam – transformar um e outro numa espécie de pequena França [...] que não os envergonhasse! (Lourenço, 2013c: 96)

Esta visão da situação presente e do futuro do país, contudo, não explorava em profundidade outro retrato que era possível fazer da emigração portuguesa da altura, que aponta para as condições económicas deploráveis de quem partia. Os emigrantes,

portanto, continuavam ainda presos à imagem mítica dos regressos dos opulentos “brasileiros de torna-viagem”.

Todavia, é possível notar que, no fim do século XIX, a questão da emigração é apresentada também sob outras perspectivas, como a de uma história de vida fracassada na esperança não concretizada do regresso e oferecendo, portanto, contrapontos significativos no âmbito das representações das experiências migratórias. Por outras palavras, começou a ser representado outro lado da emigração, o lado mais pobre e doloroso, que até os inovadores da *Geração de 70*, com exceção de Ramalho Ortigão, tiveram dificuldade em distinguir e representar.

O Filho, conto de Fialho de Almeida, deixa um testemunho bem marcante do que representou, em finais de 1800, o mito da fortuna e do retorno, alimentado pela popularidade de várias figuras que personificavam o sucesso do emigrante de torna-viagem, como o “mineiro” ou o “brasileiro”.

O emigrante aparece [...] como constituindo um dos principais suportes do mito da fortuna brasileira, ao lado do próprio engajador. Chegavam a preferir morrer no Brasil para esconder a sua miséria, a regressarem pobres a Portugal. Quantos conseguiram realizar o seu sonho? Em 1000 emigrantes, 10 enriqueciam, 100 eram remediados, os restantes sobreviviam segundo uma estimativa do Rio de Janeiro, a principal zona de fixação dos emigrantes portugueses. (Pereira, 2002: 46)

Será esta, porventura, a sorte do protagonista do conto de Fialho de Almeida, contida na recolha de narrativas breves intitulada *O País das Uvas* (1893), história de uma viúva beirã que espera inutilmente na estação o regresso do filho do Brasil, que tinha morrido durante a travessia.

Logo de manhãzinha ela viera, a pobre velha, por esses córregos verdes dos pinhais, que a urze borda, e o feto grosso do mato, e a gilbarbeira espinhosa, naquele tempo em Dezembro, roda bordada de bagas escarlates. [...] a taleiga de estopa no quadril, caído o xaile e, sob o chapéu de feltro chato, o seu lenço negro de viúva, enrolado até à boca, como um toucado tunisino. E titubeante, às recuadelas nos *rails*, a pobre mulher acenava para o guarda, a lhe explicar que era de fora, não sabia; e que trazia no saco o farnelzinho pro filho – porque o tiozinho não sabe?, o filho dela devia chegar no comboio de Lisboa... (Almeida, 2008: 78)

A mãe, que pode ser considerada como uma “viúva de vivo”⁶³, recebida a triste notícia, reage com silêncio e inércia e morrerá pouco depois, atropelada pelo comboio que deveria ter trazido de volta o filho, ou talvez atirando-se para baixo da máquina, num gesto suicida, por reação ao grande desgosto. O estilo decadentista desta narrativa, cruza-se com as descrições naturalistas de um ambiente ferroviário onde transitam os agricultores beirões diretos ao trabalho sazonal nos latifúndios alentejanos e o luto causado pela perda do filho.

Uma história parecida encontra-se no conto *Última Dádiva* (1891) de Trindade Coelho, que conta a história de José Cosme, um lavrador que, tendo perdido a mulher e a filha e não tendo como manter o filho Joaquim, escolhe por ele a via da emigração.

Mas, à ideia de ter de acordar o pequeno, o José Cosme deixou-se cair pelo banco que estava debaixo do alpendre e desatou a chorar violentamente. O barqueiro tentou animá-lo, constringido:
– Então, Sr. José?... O chorar é lá para as mulheres! Olhem agora que homem! E tentava levantá-lo, pô-lo de pé. Limpe lá essas lágrimas que vai afligir o pequeno! Ou quer que ele vá a chorar todo o caminho? (Coelho, s./d.: 61)

Em ambos os contos, não transparece nenhuma crítica direta em relação à emigração enquanto questão social, mas é mais evidente o interesse de retratar a miséria e o desgosto com um certo pendor decadentista, de um entre muitos outros sujeitos que poderiam ter sido elegidos.

A emigração passa assim a ser encarada como uma experiência que leva a consequências drásticas, a uma separação fúnebre que divide seres afetivamente entrelaçados (cf. Cabral, 2010: 300). Tanto no momento da despedida, como no momento da não chegada do filho, a emigração demonstra um lado que vai além da

⁶³ A expressão “viúvas de vivos” aparece de forma recorrente em alguns textos sobre emigração portuguesa, como será explicitado ao longo da tese. Esta expressão foi usada pela poetisa galega Rosália de Castro, no final do século XIX: “Este vaise i aquel vaise,/ e todos, todos se van,/ Galicia, sin homes quedas que te poidan traballar./ Tés en cambio,/ orfos e orfas e campos de soledad,/ e nais que non teñen fillos/ e fillos que non tén pais./ E tés corazón que sufren/ longas ausencias mortás,/ viudas de vivos e mortos/ que ningún consolará./ ¡Olividémolos mortos!” (Castro, 1880: 214). O tema das mulheres deixadas no país por quem partia para o além mar é recorrente na literatura portuguesa. Pense-se, por exemplo, na protagonista do *Auto da Índia* de Gil Vicente, ou na *Petição feita ao regedor de ãa nobre moça presa no Limoeiro da cidade de Lisboa por se dizer que fizera adultério a seu irmão, que era na Índia, feita por Luís de Camões*.

partida em busca de riqueza e do retorno onde este sonho se deveria concretizar. O facto de ter sido escolhida uma história de não regresso (no primeiro caso), ou de escolha frustrada que já antecipa a possibilidade de se concretizar uma separação definitiva (no segundo caso), é, portanto, muito significativo.

Por outro lado, na obra de Fialho de Almeida é ainda possível encontrar alguns “brasileiros de torna-viagem”, que esporadicamente aparecem nos moldes camilianos nas crónicas reunidas na edição d’*Os Gatos*, ou no conto *Tio de América*. Note-se que nesta última obra referida, uma breve narrativa, anterior a *O Filho*, o “brasileiro”, mesmo sendo descrito com menos sarcasmo do que propunha o modelo romântico, nunca é chamado com este nome e é apresentado como um ladrão que volta pobre e tenta enganar e roubar os seus familiares para ostentar a riqueza que estes esperariam no seu regresso.

Tinha nos dedos enormes anéis de brilhantes, e um grosso cordão de ouro lhe servia de corrente de relógio. Os cabelos um tanto raros na fonte, arripiavam-se-lhe para trás descobrindo o ângulo de uma testa abaulada de teimoso. O nariz astuto e cartilágneo era móvel nas asas, caindo aduncamente em gancho. Sorrindo, uma contração franzia-lhe as comissuras da boca roxa. Era antipático à primeira vista, mas a voz e a palestra insinuavam-se agradando. (Almeida, 1983: 105)

Notem-se, não somente as afinidades com as descrições camilianas, mas também que o livro em que está incluído este conto foi dedicado a Camilo Castelo Branco (*cf.* Almeida, 1983: 17). O conto de Fialho de Almeida, porém, não desenvolve em profundidade o tema migratório, mas é interessante notar que esta narrativa, assim como a de Trindade Coelho, conseguiram mostrar a emigração de dois pontos de vista diferentes.

Por um lado, uma mãe à espera, duplamente viúva ou um pai que encara a separação do filho como um luto. A emigração nesse caso é representada como um “equivalente crítico da morte” (De Martino, 1975: 78) que, apesar de não descrever ao pormenor a experiência migratória, renega todos os estereótipos gerados até aquele momento em literatura para desaguar num paradigma lutuoso. Aqui, onde ecoam desgraças, doenças,

mortes, bem como choques culturais ligados a esta deslocação, é por vezes impedida a realização concreta do mesmo luto (*cf.* Martelli, 2007: 319).

Por outro lado, um “brasileiro”, agora tio da América, que engana os únicos familiares que lhe restam na pátria, provavelmente porque a sua experiência correu mal, ou seja, porque voltou pobre.

Em conclusão, a descaracterização do “brasileiro”, assim como a temática do não regresso e da pobreza ligada à emigração, acabam por adquirir uma importância nova no contexto das representações literárias da emigração, inaugurando outras visões possíveis, desmascarando as “miragens” do Brasil como “espaço mágico de enriquecimento” (Oliveira, 2004: 11) e atribuindo ao emigrante um lado mais humano e, ao mesmo tempo, também mais dramático.

Capítulo 4

Francisco Gomes de Amorim, um Escravo Branco

Ó Brasil, terra de enganos
Quantos lá vão enganados;
Tantos lá vão por três anos,
E ficam lá sepultados
(Quadra Popular)

Brasileiro, brasileiro,
Chamam-te de mão furada
Foste ao Brasil e viestes (sic)
Não trouxestes (sic) de lá, nada
(Quadra Popular)

Francisco Gomes de Amorim, poeta ultrarromântico de origem minhota, conhecido também por ser o biógrafo de Almeida Garrett, emigrou para o Brasil com dez anos, em 1837, como “filho do navio”, isto é, em clandestinidade, acompanhado por um irmão dois anos mais velho (*cf.* Carvalho, 2000: 46).

A experiência migratória que viveu na pele irá influenciar profundamente a sua obra. Emigrado ainda criança, foi trabalhar em Belém do Pará como caixeiro, ao serviço de um rico comerciante. Depois de ter sido despedido por má conduta, decidiu aprender a ler e a escrever e, mais tarde, fugiu para o sertão amazónico onde viveu cerca de quatro anos ao serviço de diversos senhores e desempenhando vários trabalhos em condições precárias: “[...] ora carpinteiro, ora plantador, ora remador, segundo as conveniências do seu serviço, e nem sempre lhe davam de comer [...]” (Carvalho, 2000: 129, 130).

Quando regressou a Portugal, em 1846, Almeida Garrett tornou-se seu protetor e mentor literário. No terceiro ano que o futuro escritor passou na Amazónia, escreveu duas cartas para o poeta, mostrando-lhe a admiração que nutria pela sua obra que tivera oportunidade de ler no Brasil, contando as suas desventuras e pedindo apoio para ser repatriado (*cf.* Saraiva e Lopes, 2008: 761, 762)⁶⁴.

⁶⁴ As cartas de Francisco Gomes de Amorim para Almeida Garrett foram escritas em Julho e Janeiro de 1845. Estas, assim como a resposta de Almeida Garrett, podem ser lidas *in* Carvalho, 2000: 229-234.

No prefácio do livro de poemas *Cantos Matutinos*, publicado em 1858, consta o testemunho da experiência migratória vivida na pele por um emigrante económico português numa condição de subalternidade. A emigração, de resto, constitui um tema recorrente da obra de Gomes de Amorim, quer nos seus escritos poéticos e teatrais, quer em outros textos que serão mencionados ao longo deste capítulo.

O referido prefácio aqui objeto de análise, pode, a meu ver, ser interpretado à luz das ferramentas conceituais (“zona de contacto”, “transculturação”, “anti-conquista” e “auto-etnografia”) que Mary Louise Pratt usa no seu livro *Os Olhos do Império. Relatos de Viagem e Transculturação*, para a compreensão da produção literária em e sobre diferentes contextos coloniais.

Em 1992, a estudiosa canadiana apresentava uma análise da literatura de viagem europeia do século XVIII até meados do século XX, demonstrando os diversos processos de apropriação discursiva por parte do Ocidente sobre os territórios e os sujeitos coloniais dominados. Através do estudo de um vasto compêndio discursivo fruto das diferentes “manifestações das zonas de contacto”, construía-se, segundo a autora, uma consciência planetária e eurocêntrica do “resto do mundo”, oferecida aos leitores europeus através de uma indústria editorial altamente rentável e forçosamente proposta, numa relação de poder transcultural e assimétrica, como modelo discursivo para os povos dominados e, mais tarde, para as classes crioulas sul-americanas (cf. Pratt, 1999: 195-229).

Segundo Mary Louise Pratt, as “zonas de contacto” ou fronteiras culturais são espaços sociais em que culturas diversas interagem, estabelecendo uma ligação de relações desiguais, de dominação e subordinação (cf. Pratt, 1999: 27). A estudiosa individualiza várias manifestações da “zona de contacto” (cf. Pratt, 1999: 27), entre as quais a “transculturação” (cf. Pratt, 1999: 30-31), conceito usado pelos etnógrafos para descrever os grupos marginalizados ou subalternos que constroem o próprio discurso

apropriando-se, filtrando e reformulando o discurso dominante e vice-versa, isto é, a forma como o discurso dominante se apropria do discurso do “outro” (cf. Pratt, 1999: 30); e o conceito de “anti-conquista”, com o qual se entendem as estratégias de representação usadas pelos agentes europeus para salvaguardar a sua própria posição de poder, recorrendo a uma retórica imperial que os coloca numa posição de inocência (cf. Pratt, 1999: 32-33). Outro conceito usado por Mary Louise Pratt é o de “auto-etnografia” – ou “expressão auto-etnográfica” (cf. Pratt, 1999: 33) – que exprime a necessidade de auto-representação do sujeito subalterno de forma comprometida com os termos do colonizador (cf. Pratt, 1999: 35).

Mesmo colocando o uso de tais conceitos em contextos e temporalidades coloniais diferentes, referindo a dualidade constante entre a presença europeia como colonizadora e a dos povos autóctones subalternizados – da América do Sul à África Subsaariana – Mary Louise Pratt admite que alguns tipos de estratégias de formulação discursiva que têm lugar nas zonas de contacto podem estar presentes também em escritos europeus sobre a Europa, ou em outros contextos.

Leitores de livros europeus de viagens sobre a própria Europa têm observado que muitas das convenções e estratégias narrativas que associo ao expansionismo imperial também caracterizam escritos sobre a Europa. [...] Os discursos que legitimam a autoridade burguesa e desautorizam o modo de vida camponês e de subsistência, por exemplo, podem desempenhar a mesma tarefa ideológica na Europa como no sul da África ou Argentina. (Pratt, 1999: 37)

Apelo então também a esta afirmação da estudiosa, para constatar que o prefácio de Gomes de Amorim reproduz tanto uma narração que tem como base um olhar europeu numa posição de subalternidade – porque formulada por um emigrante pobre que se auto-representa sob a designação coletiva de “escravos brancos” (Amorim, 1874: 29) – como, ao mesmo tempo, se trata de uma narração ocidental, para ser lida na Europa de torna-viagem, produto de uma “cultura de fronteira” (Santos, 2001: 25, 26) como a portuguesa.

A este propósito será então importante evidenciar a posição “interidentitária” que é possível reconhecer no texto aqui em análise. Refiro-me ao ensaio de Boaventura de Sousa Santos “Entre Próspero e Caliban. Colonialismo. Pós-colonialismo e Interidentidade”, em que o sociólogo reflete sobre as especificidades do colonialismo português que, na sua condição semiperiférica, foi ao mesmo tempo colonizador (isto é, Próspero) e colonizado (isto é, Caliban).

Os portugueses nunca puderam instalar-se comodamente no espaço tempo originário do Próspero europeu. Ali viveram como que internamente deslocados, em regiões simbólicas que não lhes pertenciam e onde não se sentiam à vontade. Foram objeto de humilhação e de celebração, de estigmatização e de complacência, mas sempre com a distância de quem não é plenamente contemporâneo do espaço-tempo que ocupa. Forçados a jogar o jogo dos binarismos modernos, tiveram dificuldades em saber de que lado estavam. Nem Próspero nem Caliban, restaram-lhes a liminaridade e a fronteira, a interidentidade como identidade originária. (Santos, 2001: 33)

No texto aqui em análise de Gomes de Amorim será possível assim deparar com um sujeito a assumir a condição de anti-conquistador e herói romântico (refletindo assim o olhar imperial, isto é a personagem de Próspero) e, ao mesmo tempo, a condição de escravo branco que usa de forma comprometida o discurso do primeiro (refletindo assim o olhar de um emigrante económico, isto é, a personagem de Caliban).

Acrescento ainda o facto de que seria preciso interpretar a “literariedade” (Jakobson, 1985) da narrativa de Amorim dentro do conceito de discurso de Michel Foucault (1969) — de que o estudo de Mary Louise Pratt é devedor (*cf.* 1999: 61-62) — ou seja, numa percepção institucional e transindividual dos fenómenos discursivos, porque este se encontra diretamente relacionado com determinadas práticas de poder que têm lugar na “zona de contacto”. Em outras palavras, na introdução autobiográfica do poeta os conceitos usados por Mary Louise Pratt fundem-se num discurso que reflete um olhar produzido num processo de “transculturação” que advém da vivência numa “zona de contacto” através da emigração económica do mesmo autor. Este usa e selecciona o discurso imperial, ou seja, o discurso a que tem acesso, para descrever a situação de

subalternidade que vive na primeira pessoa.

Dentro do compêndio discursivo usado no prefácio de Gomes de Amorim, é possível reconhecer o modelo de uma literatura de sobrevivência que engloba a narrativa de navegação com os seus sofrimentos e perigos, a descrição de um mundo desconhecido e exótico (cf. Pratt, 1999: 48-53), bem como uma certa crítica à emigração enquanto prolongamento da escravidão, de uma perspectiva abolicionista.

Além da adoção dos códigos da literatura de sobrevivência que é possível identificar nesta narrativa, o exotismo romântico é a característica que demonstra de forma melhor o discurso de “anti-conquista” nele presente. De resto, o romantismo enquanto corrente literária, como sugere Mary Louise Pratt, ultrapassou os limites da Europa e deveria ser pensado no contexto da sua produção sincrónica europeia e americana e não exclusivamente como uma projeção unilateral eurocêntrica sobre a América (cf. Pratt, 1999: 238). Vou recorrer agora a alguns exemplos para corroborar a anterior reflexão.

Informações sobre a experiência migratória aparecem também em outros textos de Amorim, como as referidas cartas que escreveu ao seu mentor literário, as *Datas de família e lembranças acerca de meus filhos* (Amorim, 1887: 191-196), as considerações sobre a sua peça *Aleijões Sociais* (cf. Carvalho, 2000: 163-164) e em alguns poemas de *Cantos Matutinos*⁶⁵.

Dentro do compêndio discursivo usado na narrativa deste escritor é possível reconhecer o modelo de uma literatura de sobrevivência que engloba a narrativa de navegação e introduz, em parte, uma narrativa de história natural (cf. Pratt, 1999: 48-53), no momento em que o autor descreve o mundo desconhecido e exótico da Selva Amazónica. Mas na construção do seu discurso é possível identificar também a denúncia da condição subalterna do emigrante português que, no Brasil, veio a substituir o trabalho escravo e as razões de isso ter acontecido, como se pode ler nas primeiras linhas

⁶⁵ Em *Cantos Matutinos* vejam-se os seguintes poemas: “O Desterrado”, “Quinze Anos”, “Meu Pai”, “O Céu é sua pátria”, “Amazonas” (cf. Amorim, 1874).

do prefácio. No trecho que cito a seguir, por exemplo, é possível observar a descrição das redes de engajadores e dos agentes da emigração que operavam em Portugal.

Tinha eu pouco mais de nove anos quando algumas leis repressivas do tráfico dos pretos encaminharam a especulação dos negreiros para o comercio de escravos brancos. [...] Os negreiros correram pois para o continente do reino e ilhas dos Açores; e, dentro em pouco, os mercados do Brasil abundaram novamente em carne humana, com grande vantagem para os consumidores, que podiam comprar escravos brancos mais baratos do que pretos. (Amorim, 1874: 29)⁶⁶

A este propósito, leia-se ainda esta passagem, sobre a negociação de portugueses, entre os quais o poeta, agora já em Belém do Pará.

Depois de uma viagem, em que não faltaram a fome, a sede, as calmas e as tormentas, chegamos a essa formosa terra de Santa Maria de Belém do Pará [...].
Apenas desembarcamos, formaram-nos em turmas nos cais da alfândega, para que os negociantes da cidade viessem escolher d'entre nós os que mais lhe agradassem.
Eu estava ali, sem saber para quê, no meio de grande multidão de gente de todas as cores, que parecia escarnecer de mim e dos meus compatriotas. (Amorim, 1874: 35, 36)

A descrição do recrutamento dos emigrantes confirma as hipóteses de Miriam Halpern Pereira sobre as políticas restritivas e ambíguas da emigração portuguesa para o Brasil relativas a esta altura, bem como sobre as redes de engajadores e capitães de navios (*cf.* Pereira, 2002: 33-43).

Aparentemente cercada em Portugal por uma máquina jurídica e policial, a corrente emigratória tinha à sua disposição uma vasta engrenagem comercial luso-brasileira que envolvia as próprias estruturas administrativas. [...] A imensa teia de recrutamento assentava em múltiplos e sobrepostos escalões de apoio ativo. Um acordo tácito que, principiando no pároco e no regedor se estendia aos governos civis e tinha a colaboração ativa das autoridades consulares brasileiras instaladas no Porto, em Lisboa e em Vigo, possibilitava a aquisição da documentação falsificada que encobria a ilegalidade da emigração. (Pereira, 2002: 34)

Da mesma forma, a descrição que cito a seguir do ambiente português de que é originário o escritor (a aldeia de Aver-o-Mar, no Minho) corresponde ao modelo demográfico que incentivou o aumento de uma emigração persistente no norte do país, a partir da segunda década do século XIX (*cf.* Rowland *in* Bethencourt e Chaudhuri, 1999).

⁶⁶ A grafia do Prefácio a *Cantos Matutinos* foi adaptada pela autora.

Vol. 4: 16 e 100, 101).

A minha terra é uma linda aldeia, que se chama Aver-o-mar, situada n'uma praia do Minho. Pela sua posição e abundancia de população, não podia ela deixar de ser um dos teatros de operações dos engajadores. E, por se ligarem a esta circunstância todos os acontecimentos da minha vida, permita o leitor que eu ponha já em cena a minha humilde pessoa. (Amorim, 1874: 30)

É preciso ter em conta que o prefácio foi redigido por um escritor já bastante experiente, mas que, todavia, tinha emigrado com 10 anos de idade, sem saber ler nem escrever⁶⁷.

Ao completar os meus doze anos, envergonhei-me por não saber ler, e apliquei-me ao estudo com tanta dedicação, que consegui aprender em poucos meses. [...] Eu não lia só para mim; queria auditório, e era pouco escrupuloso na escolha dele! A quantos pretos, tapuyos e mulatos apanhava [...] O segundo livro que possuí, intitulava-se *Lusíadas* de Luis de Camões. (Amorim, 1874: 40)⁶⁸

Ainda neste texto, o poeta diz que o primeiro livro que leu foi a *História de Carlos Magno*, também leitura predileta do poeta brasileiro e americanista Gonçalves Dias (cf. Carvalho, 2000: 82). Mas foi no Brasil que também leu pela primeira vez os clássicos portugueses como *Os Lusíadas* ou *Camões* de Almeida Garrett, aprendendo, como o mesmo declara referindo-se a esta última obra mencionada, a ver a floresta com os olhos do romantismo.

Aquele poema transformou-me repentinamente, e sem eu saber como: principiei a ver debaixo de outro aspecto os rios, os lagos, as florestas e as montanhas. Pareceu-me que as flores derramavam maior perfume e se vestiam de mais vivas cores [...] (Amorim, 1874: 44)

Portanto, no Brasil, o poeta terá tomado conhecimento da região amazónica, escrevendo “mentalmente”, como nota Costa Carvalho no seu estudo sobre a obra deste poeta (cf. 2000: 79). Mais tarde, em Portugal, terá tomando um conhecimento mais aprofundado do compêndio discursivo que foi crucial para contar a sua história de vida.

⁶⁷ Da leitura das cartas dirigidas a Almeida Garrett é possível verificar a rudeza da escrita do poeta em 1845, pelo que ele só terá melhorado a sua escrita uma vez regressado a Portugal (cf. Carvalho, 2000: 79).

⁶⁸ A este propósito a historiadora Miriam Halpern Pereira afirma que a emigração de menores de 14 anos era muito comum nesta altura. “Recebendo uma remuneração insignificante, os menores constituíam uma mão-de-obra extremamente cobiçada pelos fazendeiros, pois era mais barata que os escravos, cuja aquisição exigia um empate de capital, bem maior que o simples pagamento da viagem dos menores.” (Pereira, 2002: 42).

Efetivamente, ao mesmo tempo que Amorim descreve a sua condição de emigrante numa situação de subalternidade (tratado como um escravo) dando assim vida a um discurso auto-etnográfico de consciencialização da própria condição *a posteriori*, ele estrutura a sua narrativa adoptando o modelo das crónicas de viagem da tradição literária portuguesa.

Vale a pena, então, sublinhar a interpretação de Maria Aparecida Ribeiro sobre a tradição de literatura de viagem presente na obra de Gomes de Amorim, quando escreve que o olhar do autor “[...] é marcado por um deslumbramento semelhante ao dos cronistas e viajantes dos séculos XVI e XVII. Cores, formas, aromas, sabores, tudo o encanta.” (Ribeiro, 1998: 123). Assim, a descrição do leilão de trabalhadores portugueses em Belém, que se compunha de “gentes de todas as cores”, entre as quais a do português, parece-se com a descrição do mercado de escravos algarvio retratado por Gomes Eanes de Zurara no século XV na *Crónica da Guiné* (cf. Zurara, 1978-1981).

Da mesma forma, a descrição da viagem onde não faltaram “a fome, a sede, as calmas e as tormentas” (Amorim, 1874: 35, 36), levam-me a pensar numa possível comparação com muitos trechos das crónicas de sofrimento e perigos compiladas na *História Trágico-Marítima*, ou ainda com a *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto. O modelo de narração que o escritor usa para relatar os acontecimentos da sua vida remete quer a nível temático, quer estilístico, para a *Peregrinação*. Note-se, por exemplo, que o autor se define um “rapaz endiabrado e picaresco” (Amorim, 1874: 40) e atente-se a mais um trecho do prefácio, comparável com o *incipit* da narrativa quinhentista antes referida.

[...] vagabundeava pelos campos dias inteiros, contemplando as cristas azuladas das serras de Barroso e de S. Félix, sem me lembrar de almoço ou de jantar, e ainda menos dos cuidados dos meus parentes.

Estas distrações, em tal idade, não podiam deixar de dar nas vistas a toda a gente.

Aconselharam minha mãe para que me *arrumasse*, fosse como fosse, [...] chegaram a assustá-la, apesar dos meus poucos anos; e um lavrador, nosso parente, ofereceu-se para me corrigir, se quisessem entregar-me aos seus

cuidados. (Amorim, 1874: 32)⁶⁹

Mas é o exotismo a característica que demonstra, de forma melhor, o discurso de “anti-conquista” presente no texto deste escritor. As descrições da terra brasileira, advém de um certo compêndio discursivo que a literatura portuguesa e, de forma mais alargada, europeia, ia criando, num processo transcultural, do Brasil e da América em geral (*cf.* Vieira, 1991: 47-100). A este propósito Maria Aparecida Ribeiro escreve que “[...] Amorim conta o tempo pelo cair das folhas, ou pelo frutificar das plantas, como os de Chateaubriand e de outros autores franceses.” (Ribeiro, 1998: 136). Além dos primeiros poemas que escreveu, um sobre o Rio Amazonas e outro sobre a floresta que não escapam ao exotismo romântico (*cf.* Ribeiro, 1998: 120), leia-se ainda esta passagem do prefácio, onde o escritor, durante a sua estadia na Amazónia, descreve uma “zona de contacto” e o processo de “transculturção” que deriva da vivência neste contexto.

Familiarizei-me depressa com a presença da onça, do tigre e do tamanduá; com as mil variedades de serpentes e jacarés; com os gentios de varias tribos, e com a sua existência, costumes e festins bárbaros. [...] dentro de pouco a cor da minha pele era igual à dos tapuyos; deixei a espingarda pela frecha; a língua portuguesa pela dos tupis; preferi, enfim, os costumes selvagens aos dos homem civilizado, e comecei a correr pelos bosques, como o tinha feito nos campos do Minho. (Amorim, 1874: 43)

De uma tensão entre um olhar imperial de “anti-conquista” e um outro de auto-etnografia que se apropria do primeiro para dar voz a uma condição de subalternidade vivida na pele acaba por gerar-se o olhar ambivalente de um emigrante português no Brasil, ainda na primeira metade do século XIX.

A interpretação do vínculo colonial [...] deve, pois, articular-se com este condicionamento prévio – o dos códigos literários e pessoais – sob pena de falhar o alvo. Note-se que a emigração económica de Amorim não deixa de incluir a sua escrita no âmbito de uma viagem coincidente com a do curso dos bens simbólicos da era imperial: o europeu regressa à metrópole tocado pela experiência do outro, mas é sobretudo a sua identidade que se joga na escrita posterior desse Novo Mundo. (Ribeiro e Oliveira, 2000: XXI)

⁶⁹ “E tomado por princípio desta minha peregrinação o que passei neste reino, digo que depois que passei a vida até ida de dez ou doze anos na miséria e estreiteza da pobre casa de meu pai na vila de Montemor-o-Velho, um tio meu, parece que desejoso de me encaminhar para melhor fortuna, me trouxe à cidade de Lisboa e me pôs no serviço de uma senhora de geração assaz nobre [...]” (Pinto, 1983: 20).

Apesar deste poeta se tornar, mais tarde, um afirmado autor não só de poesia, mas também de textos de história natural sobre o Brasil – como demonstram as inúmeras notas das suas peças teatrais (entre outras, *Ódio de Raça*, 1969 e *O Cedro Vermelho*, 1874) ou ainda as *Viagens pelo Interior do Brasil* (cf. Peixoto, 1973) – é no prefácio a *Cantos Matutinos* que é descrita, na primeira pessoa, uma condição social até ao momento não completamente assumida no panorama literário português: a de um português no Brasil como um emigrante económico, isto é, um subalterno (cf. Capinha, 2014, 16).

Não por acaso, a posição do escritor sobre a questão da emigração se manterá sempre bastante polémica, apesar de por vezes contraditória, como se nota em vários escritos da sua autoria, como neste trecho de uma carta de 1889 que passo a citar.

Eu que emigrei aos dez anos de idade para o Brasil, depois do meu regresso tenho tentado todos os modos e meios de fazer propaganda contra a emigração [...] Conheço praticamente os resultados e consequências da emigração; e por isso a tenho combatido sempre, em jornais, em dramas e nos meus modestos livros. (Amorim, 1889: 389)

Note-se, porém, que na luta contra a emigração que Amorim teceu através da divulgação da sua obra literária e peças teatrais⁷⁰, o escritor promovia, na veste de um homem europeu branco e “anti-conquistador”, a emigração para as colónias africanas, como parte integrante da geografia imperial, desvendando os enganos do Brasil como colónia, agora mental, no panorama cultural português⁷¹.

Em vez de ir fecundar os vastos domínios ultramarinos, que ainda possuímos, e que se finam à míngua do impulso protetor, o nosso povo desampara os seus campos, a família, o lar, e corre – não para as Índias, onde fomos tão grandes e ricos, nem para a África, onde poderíamos tornar a ser fortes e temidos – mas para o Brasil que é a terra dos seus sonhos doirados, o país da sua imaginosa fantasia. (Amorim, 1876 *apud* Carvalho, 2005: 166)

A este propósito, veja-se ainda como, nos trechos antes referidos do prefácio, o

⁷⁰ Veja-se *Ódio de Raça* (1854), *O Cedro Vermelho* (1856) e *Aleijões Sociais* (1870), entre outras.

⁷¹ Note-se que Francisco Gomes de Amorim era amigo do político e economista José Frederico Laranjo que, em 1878, tinha publicado um estudo sobre emigração (fruto da sua tese de doutoramento na Universidade de Coimbra). José Frederico Laranjo apoiava e divulgava a obra de Francisco Gomes de Amorim porque era contra a emigração (cf. Carvalho, 2000: 53). Em *Teoria Geral da Emigração e sua Aplicação em Portugal* o estudioso afirmava a insuficiência da emigração para a resolução dos desequilíbrios entre o crescimento da população e a sua subsistência e portanto aconselhava a sua proibição, podendo depois abrir a possibilidade de deslocar os fluxos para as colónias africanas. Sobre este assunto veja-se Alves, 2007.

narrador se coloca em relação à população indígena e preta. No mercados de escravos, a posição dele e dos seus compatriotas no meio de uma multidão “de todas as cores” é “escarnecida” (Amorim, 1874: 35, 36). Da mesma forma, o narrador diz que se “familiarizou” com os costumes bárbaros, mas mesmo preferindo-os aos do homem civilizado, o autor compara estes dois mundos com a infância que o mesmo viveu em Portugal, isto é, com uma época de inocência, reproduzindo ele mesmo a inocência imperial típica do discurso de “anti-conquista”. A posição ambivalente que o sujeito assume poderá então ser interpretada como uma tentativa de identificação com outros sujeitos subalternizados, com convicções religiosas próximas a um evangelismo não certo livre de preconceitos eurocêtricos⁷².

A experiência migratória levou este escritor a produzir outras obras literárias em que é enfrentada a temática da emigração. É o caso do romance, *As duas Fiandeiras* (1881) onde aparecerá o “brasileiro de torna-viagem” Domingos Rosmarinho mais humano que os de Camilo Castelo Branco ou de Júlio Dinis, recusando assim os moldes grotescos já conhecidos⁷³.

Ainda de cariz social é o romance *Os Selvagens* (1875), onde é retratada a catequização de um povo indígena do Amazonas por parte dos colonizadores portugueses como uma forma de melhoramento dos costumes e das crenças de sujeitos considerados bárbaros e que, portanto, deveriam ser civilizados. Nesta narrativa é retratado e criticado o etnocídio dos índios, assim como a perda de identidade pelo processo de assimilação à cultura cristã a que estes foram sujeitos. Também nesta obra, os modelos tradicionais da literatura portuguesa cruzam-se com uma consciência crítica adquirida pelo autor *in loco* e a partir da condição de subalternidade a que ele esteve sujeito no Brasil, mas que de qualquer forma mantém a inocência do discurso de “anti-conquista”.

⁷² Veja-se este trecho da peça teatral *Ódio de Raça* onde, acerca de uma personagem preta se diz: “é pena que seja preto, porque tem alma de branco [...]” (cf. Carvalho: 2000: 109).

⁷³ Veja-se ainda a comédia *A Lição de Dança* (cf. Carvalho, 2000: 73).

De assinalar também que, enquanto cronista, Gomes de Amorim assinou entre 1872 e 1873 algumas crônicas sob o título de *Viagens pelo Interior do Brasil*, publicadas em *Artes e Letras* (cf. Ribeiro, 1998: 123-124). O mesmo autor chegará a evidenciar a veracidade das descrições da Amazônia por ele documentadas, (“[...] pensam que bastam dois troncos saindo de entre ramarias confusas, uns calabres de nota, e outros cabos de andaime, cruzado sobre eles, para fingir cipós [...] Ah! Se eles compreendessem que diferença vai do vivo ao pintado!” (Amorim *apud* Carvalho, 2000: 88)) em oposição à dos artistas franceses, dando vida a um profícuo diálogo com o historiador e viajante Ferdinand Denis que acabou por reconhecer a autoridade na matéria por parte do poeta português (cf. Carvalho, 2000: 88, 89).

A experiência migratória deste escritor verificou-se na mesma temporalidade do regresso dos “brasileiros de torna viagem”, o que comprova que também antes de meados do século XIX existia uma emigração económica, embora não tão significativa como será a das décadas seguintes. Note-se que o romance precedentemente analisado de Camilo Castelo Branco (*O que fazem as mulheres*) foi publicado em 1858, isto é, no mesmo ano em que saiu o prefácio aqui analisado. Mas enquanto nas inúmeras narrativas de Camilo Castelo Branco onde aparecem os “brasileiros” não são dadas informações sobre as suas experiências migratórias (isto é, os “brasileiros” voltam ricos a Portugal e o Brasil, neste âmbito, poderá ser interpretado como um mágico “espaço de enriquecimento” (cf. Oliveira, 2004: 11)), na obra de Francisco Gomes de Amorim, este “espaço mágico” é preenchido, narrado, contado como uma narrativa de história natural seguindo o modelo de Humboldt e filtrado pelo compêndio discursivo da narração de viagem e de sobrevivência. Isto acontece também em obras como *Ódio de Raça* (1854), *O Cedro Vermelho*, representado em 1856 e *Aleijões Sociais* (1870) cujo título inicial era

*Escravidura Branca*⁷⁴, ou ainda em *Viagem pelo interior do Brasil*. O mesmo escritor referiu-se aos “brasileiros” por oposição à condição de emigrante que ele viveu. Note-se, por exemplo, o que escreveu na introdução à sua peça teatral *Aleijões Sociais*.

Há quem julgue que os quatrocentos ou quinhentos portugueses, que no fim de vinte ou trinta anos regressem á pátria, ricos e sem saúde, compensem a perda dos quarenta mil, que durante esse largo período expiram longe dela. (Amorim, 1870: 11-12 *apud* Carvalho, 2000: 35)

Em conclusão, o prefácio inscreve-se no contexto das representações românticas da América do Sul produzidas no Ocidente bem como no Continente Americano. E aqui a comparação a fazer-se seria entre a obra de Francisco Gomes de Amorim e a obra dos brasileiros Gonçalves Dias ou de José de Alencar, ou com outros escritores europeus que viajaram por este continente na mesma altura. Mas o texto aqui analisado também assinala um desvio no que diz respeito a este tipo de representações, inscrevendo-se assim no contexto da literatura de emigração pelo facto de o autor não empreender uma viagem ao Brasil como viajador cientista ou poeta, mas reconhecendo-se, inicialmente, como um emigrante e “escravo branco”. E aqui a comparação a fazer-se seria entre a obra de Francisco Gomes de Amorim e os romances de Ferreira de Castro *Emigrantes* e *A Selva* que serão analisados no próximo capítulo.

O prefácio também representa um desvio ao paradigma camiliano do “brasileiro de torna-viagem”, que se tornará um modelo emblemático nas representações literárias da emigração, recorrentemente reproduzido, criticado e reescrito até à contemporaneidade.

Por último, os textos de Francisco Gomes de Amorim voltaram modificados no seu percurso “de torna-viagem” para o campo literário português acabando por revelar um lado talvez menos edificante, mas mais humano, da emigração, que teria ficado escondido pela existência exclusiva da paradigmática personagem camiliana⁷⁵.

O prefácio a *Cantos Matutinos* engloba a temática migratória no contexto de uma

⁷⁴ Sobre estas peças veja-se Ribeiro e Oliveira, 2000; Costa, 2000.

⁷⁵ Sobre a obra de Gomes de Amorim e a representação da emigração na literatura portuguesa veja-se também a análise de Silva-Brummel, 1987: 132, 133.

evidente ambiguidade colonial inerente a um império europeu periférico como é o caso português. Nele, além da moldura de uma narração de inocente “anti-conquista”, é possível vislumbrar o testemunho auto-etnográfico de um emigrante económico que, de torna-viagem, se tornou poeta.

Segunda Parte

Entre a Geografia Imperial e a Geografia da Emigração

O que farei na vida – o Emigrado
Astral após que fantasiada guerra -
Quando este Oiro por fim cair por terra,
Que ainda é Oiro, embora esverdinhado?

(De que Revolta ou que país fadado?...)
Pobre lisonja a gaze que me encerra...
Imaginária e pertinaz, desferra
Que força mágica o meu pasmo aguado?...

A escada é suspeita e é perigosa:
Alastra-se uma nódoa duvidosa
Pela alcatifa – os corrimãos partidos...

Taparam com rodilhas o meu norte,
As formigas cobriram minha Sorte,
Morreram-me meninos nos sentidos...
(Mário de Sá-Carneiro)

Capítulo 5

‘Fora do Império’: *Emigrar para o Brasil*

A realidade dum presença humana sobre o corpo do mito
(Miguel Torga)

Entre 1850 e 1930 mais de um milhão de portugueses escolheram a via da emigração dirigindo-se maioritariamente para o Brasil⁷⁶, cujo território, na ordem simbólica, ainda fazia parte de uma geografia imperial imaginada, agora como um “espaço compensatório” (Lourenço, 2013d: 45) que ainda prometia abundância e riquezas a alcançar através da emigração.

Quando a experiência da emigração económica começa a ser representada em literatura, mostrando o seu lado mais dramático, o mito desse Brasil como parte de um império de que Portugal seria o centro idealizado, ainda está presente, mesmo começando a desfazer-se.

Se, por um lado, é possível vislumbrar a dimensão imperial do país no sonho saudosista de poetas como Teixeira de Pascoaes ou na missão poética e na vocação patriótica no entendimento do “imperialismo cultural” de Fernando Pessoa (*cf.* Ramalho, 1993: 53-77; Ribeiro e Ramalho, 2002: 411-435; Lourenço, 2013c: 105-108), por outro lado, as obras literárias onde é representada a experiência migratória que surgem na primeira metade do século XX demonstram quantos portugueses – no perfil de emigrantes económicos – viveram, efetivamente, fora da geografia imaginada pela aventura imperial, estando esta, na realidade, ainda ligada a múltiplos vínculos coloniais, que não se tinham extinguido repentinamente com o processo de independência do Brasil ocorrido no século anterior.

Os romances *Emigrantes* (1928) e *A Selva* (1930) de Ferreira de Castro exemplificam

⁷⁶ Sobre os números da emigração portuguesa relativos a este período veja-se: Serrão, 1974; Godinho, 1978; Baganha, 1991; Rocha-Trindade, 1995; Pereira, 2002; Pires *et alii*, 2010.

bem a anterior afirmação. Estas obras têm como protagonistas os emigrantes como sujeitos subalternos que vivem uma experiência de viagem que os coloca à margem, num momento em que a presença portuguesa no Brasil já tinha deixado há algumas décadas de “[...] fornecer o enquadramento administrativo e económico para se tornar a principal fonte de mão-de-obra utilizada” (Pereira, 2002: 20) e revelando, conseqüentemente, as fraturas dessa geografia imaginada.

Se o “brasileiro de torna-viagem” poderia, até certo ponto, ter representado o exemplo de uma emigração de sucesso e mantido ainda uma ligação à projeção imperial, os emigrantes que protagonizam as narrativas de Ferreira de Castro apresentam histórias de vida finamente humanizadas, mais afins ao perfil de emigrante esboçado por Francisco Gomes de Amorim, e mais multifacetado quando comparado com este último⁷⁷. Nestes dois romances começam a desintegrar-se quer o mito do Brasil como terra de fortunas e de onde se regressa em opulência, quer o mito de Portugal como país central da sua geografia imperial, passada ou presente, real ou imaginada.

As personagens que habitam as duas obras referidas acabam por protagonizar narrações de viagem sobre a América, para serem lidas na Europa de torna-viagem. Escritas, portanto, a partir de um olhar europeu, mas um olhar que é descentralizado, isto é, o de um europeu numa posição não hegemónica, porque na veste de emigrante pobre, diga-se mesmo subalterno, na partida, na estada e no regresso.

O lugar onde se situam as histórias e as personagens de *Emigrantes* e *A Selva* será, conseqüentemente, o de uma “zona de contacto”, um espaço social onde culturas díspares se encontram e chocam entrelaçando-se em relações assimétricas (cf. Pratt, 1999: 27-33)⁷⁸. Um espaço, este, onde é manifesta a condição marginal dos sujeitos migrantes,

⁷⁷ Outros romances de Ferreira de Castro em que está presente o tema da emigração são *Criminoso por Ambição* (1916), *Terra Fria* (1935) e *Instinto Supremo* (1968).

⁷⁸ Por exemplo, no romance *Emigrantes* são retratadas por vezes situações de bilinguismo, frequentes nas “zonas de contacto”, entre a variante do português de Portugal e do português do Brasil (cf. Castro, 1946: 190). O mesmo uso do termo “contacto”, explica Mary Louise Pratt, é emprestado da linguística “[...]”

independentemente das suas origens, como se torna perceptível no “Pórtico” do romance *Emigrantes*:

Os homens transitam de Norte para o Sul, de Leste para o Oeste, de país para país, em busca de pão e de um futuro melhor. Nasceram por uma fatalidade biológica e quando, aberta a consciência, olham para a vida, verificam que só a alguns deles parece ser permitido o direito de viver. [...] A terra em que nasceram e que lhes ensinaram a amar com grandes tropos patrióticos, com palavras farfalhantes, existe apenas, como o resto do Mundo, para fruição de uma minoria. (Castro, 1946: I)

Além desta visão universal que trespassa as ascendências dos migrantes, mas que, ao mesmo tempo, também tece uma velada crítica à projeção cultural portuguesa, nos dois romances de Ferreira de Castro – e em *A Selva* em particular – é possível encontrar descrições de cariz imperial, que reproduzem, portanto, um discurso de “anti-conquista” (cf. Pratt, 1999: 32-33). São estas o signo marcante da origem cultural do escritor e da tradição literária em que a sua obra se insere: a do compêndio discursivo da literatura de viagem e, no seio desta, das narrativas de navegação e de sobrevivência e dos seus diversos modelos discursivos, bem como das narrativas de história natural ou de “anti-conquista científica” canonizadas por Humboldt, que nos apresentam, como no caso de *A Selva*, uma “Floresta tropical superabundante” (cf. Pratt, 1999: 48-53 e 219-220). Veja-se, a este propósito, este trecho do romance antes referido.

Ai tudo perdia as proporções normais. [...] As margens ofereciam agora, no meado do Verão, uma altura enorme e eram barro gretado, desvendando raízes e caindo aos pedaços. As águas iam correndo tudo aquilo [...] o drama repetia-se sempre: descolavam-se íngremes ribanceiras, arrastando na queda algumas nexas da floresta, bosques que depois flutuavam, destroçados, ao sabor da corrente e que teriam sugerido ao lusitano Melo Palheta o segundo nome do rio. [...] De assombro que nas almas lusíadas, audazes, cobiçosas e rudes, erguera aquele mundo embrionário, que séculos depois ainda espanta e amedronta, não ficaria nada nas crónicas. [...] A selva virgem parecia querer assim castigar aquele que ousava violar o seu mistério. (Castro, 1999: 62-63)

Este compêndio discursivo é discutido e contrariado pelo autor real do texto no “Pórtico” de *A Selva*, como demonstrarei adiante, enquanto, no romance, é filtrado

onde a expressão “linguagem de contacto” se refere a linguagens improvisadas que se desenvolvem entre interlocutores de diferentes línguas nativas que precisam de comunicar entre si de modo consistente, um com o outro, usualmente no âmbito comercial.” (Pratt, 1999: 31, 32).

através da perspectiva da personagem de Alberto, jovem português exilado por razões políticas (porque monárquico), e do seu percurso que o conduzirá a deixar de ver o mundo exclusivamente através do olhar de um homem europeu branco e da sua visão do mundo claramente eurocêntrica. O protagonista deste romance passará pela vivência numa “zona de contacto” e pela percepção dos múltiplos vínculos de poder e subordinação a ela inerentes: obrigado a ir trabalhar no Seringal Paraíso, Alberto, que esperava ser tratado diferentemente dos outros (entenda-se aqui os sertanejos, bem como a população mestiça, preta e indígena), terá neste local que extrair a borracha, conviver com os migrantes cearenses e maranhenses, ouvir as suas histórias e responder às ordens de um patrão preto. No final do romance, tentará contrariar e reagir a esta ordem estabelecida.

Na descrição da subida do Rio Madeira antes referida é evocada a presença colonial portuguesa na região amazónica, as expedições realizadas no passado pelos rios acima, bem como os nomes de alguns exploradores portugueses e de outras figuras do corpo governamental da ex-colónia. Contudo, apesar de relembrar a presença colonial, esta, a partir do Rio Madeira, aparece ao mesmo tempo descentralizada: é de uma visão distante e onírica que se trata, um olhar que deixa espaço à imaginação do que não ficou nas crónicas e que começa a trair o olhar (e o sonho) imperial. A selva torna-se assim um espaço “[...] dominado pela culpa, onde a ganância europeia pelo domínio se defrontava com a impossibilidade de controle total” (Pratt, 1999: 358), como tinha acontecido, por exemplo, nas narrativas de Joseph Conrad e André Gide estudadas por Mary Louise Pratt (cf. 1999: 353, 358). Atente-se a este trecho de *A Selva*:

[...] Evocado dali, Portugal era uma quimera, não existia talvez. Pequeno e lá longe, os que o levavam na memória não estavam certos se viviam em realidade ou se sonhavam com as narrações dos que tinham voltado das descobertas. (Castro, 1999: 65)

O facto de Ferreira de Castro ter vivido na pele a experiência da emigração terá sido relevante para as escolhas temáticas da sua criação literária. Nascido em 1898 na aldeia de

Salgueiro (Ossela), o escritor provinha de uma família de camponeses pobres, de um meio rural em que a maior parte da população vivia graças ao trabalho agrícola e em que o mito do Eldorado e a ambição de uma riqueza além-mar persistia nos discursos populares. Nos primeiros anos do século XX, a riqueza dos emigrantes que conseguiam regressar à pátria, ou seja dos conhecidos “brasileiros”, era manifesta e perceptível. Esta mesma figura tinha contribuído para alimentar a continuidade do mito da emigração. Neste contexto, o Brasil, para quem vivia em Portugal na pobreza, projetava-se ainda como um “espaço mágico de enriquecimento” (Oliveira, 2004: 11), um sonho que alimentava esperanças de prosperidade, como parece evidente em *Emigrantes*⁷⁹.

Palavra mágica, o Brasil exercia ali um perene sortilégio e só a sua evocação era motivo de visões esplendorosas, de opulências deslumbrantes e vidas liberadas. Sujeitos ao ganha-pão diário, sofrendo existência mesquinha, os lugarejos sonhavam redimir-se, desde as veigas em flor ao dorso das serranias, pelo oiro conquistado no país distante. [...] Vinha já dos bisavós, de mais longe ainda; coisa que se herdava e legava, arrastando-se pela vida fora como um peso inquietante. [...] E formavam, assim, o êxodo, pobres de tudo, mas peçados de visões doiradas, rodando, rodando até o mar e deixando atrás de si o tojo crescer em solo que daria pão, para irem fecundar a terra feiticeira. (Castro, 1946: 30-31)

Ferreira de Castro, órfão de pai aos oito anos, vivia com a mãe, seis irmãos menores e o tio, seu preceptor. Não tinha um futuro na sua pequena e isolada aldeia a não ser cultivar a terra para a autossubsistência familiar. Escolheu (ou escolheram por ele) a emigração. Com 12 anos, a 11 de janeiro de 1911 viajou do porto de Leixões para Belém no navio de carga *Jerôme*⁸⁰. Trabalhou no Seringal Paraíso em plena Floresta Amazónica, nas margens do Rio Madeira⁸¹ e voltou a Portugal em 1919. Ainda no Brasil, como

⁷⁹ Escreve Irene Vaquinhas sobre as condições de vida na passagem do século XIX para o XX que: “[...] para a grande maioria da população, rural ou urbana, que vive em modestíssimas habitações, senão mesmo em “estreitas e infectas moradas”, “húmidas e lóbregas, sem ar e sem luz”, como descreviam tantos autores, na viragem do século XIX para o XX, as condições materiais da habitação operária, tanto do Porto como dos pátios ou das colmeias de Lisboa, os espaços privados são inexistentes, vivendo-se quase na rua, à vista de todos. [...]” (Vaquinhas, 2011: 7).

⁸⁰ Sobre a vida e a obra de Ferreira de Castro veja-se Brasil, 1962; Salema, 1974; Alves, 2002; Letizia, 2004 e Pandeirada, 2004. Sobre as obras *Emigrantes* e *A Selva* e a temática migratória nelas incluída foram consultados os seguintes estudos: Ornelas, 1979; Silva-Brummel, 1987: 146-154; Pandeirada, 2004; Oliveira, 2011; Gago, 2012.

⁸¹ Sobre a descrição do seringal em que Ferreira de Castro viveu e trabalhou veja-se Letizia, 2004: 35. Outros pormenores da vida de Ferreira de Castro, assim como da sua experiência de emigração podem ser

autodidata, tinha começado a sua carreira de escritor e jornalista⁸².

A experiência de trabalho no seringal é retratada em *A Selva*, obra que, contudo, não pode ser considerada autobiográfica. Trata-se de um romance de denúncia social, escrito com cunho certamente autobiográfico por um escritor/emigrante. No entanto, este detalhe sobre a vida do autor real pode transcender face à mensagem que a obra em si transmite, expondo as condições de vida dos trabalhadores imigrantes: os seringueiros cearenses, maranhenses e portugueses (como no caso de Alberto), prisioneiros, quer do contrato estipulado com o patrão do latifúndio, quer da floresta.

Uma parcial presença autobiográfica também está presente no romance *Emigrantes* (1928) em que o protagonista, Manuel da Bouça é oriundo da mesma aldeia do escritor. Mas também neste caso a mensagem da obra extrapola a incursão autobiográfica do autor real, estando no romance denunciados quer o tratamento dos trabalhadores nas fazendas de café brasileiras (*cf.* Castro, 1946: 185), quer os sonhos de riqueza do protagonista, assim como de muitos outros emigrantes com quem este se cruza ao longo da narrativa.

No “Pórtico” do romance publicado em 1928, assinado pelo autor real do texto, é possível reconhecer a consciência social do escritor no que tem que ver com o drama migratório. Este discurso insere-se, a seguir, no espaço ficcional do romance, onde se cruzam as diferentes vozes presentes numa “zona de contacto” (*cf.* Pratt, 1999, 27) num papel dicotómico que oscila entre o dos emigrantes e o de um narrador/observador que confere a voz às personagens através, principalmente, do discurso indireto livre. Enquanto o narrador permanece num lugar de observação, é possível notar, ao longo deste romance, uma certa retórica de “anti-conquista”. Exemplo disso é a relação de dominação sexual que o protagonista tem com a mulata Benvinda na fazenda de café

lidos no livro do mesmo autor *Os Fragmentos* (1974), e no posfácio da edição de *Emigrantes* de 1966.

⁸² Em 1916 publicou o seu primeiro romance, *Criminoso por Ambição* e fundou o jornal luso-brasileiro *Portugal*, com o compatriota João Pinto Monteiro. O escritor colaborou, em Belém, com outros jornais como *A Cruzada* e *Jornal dos Novos*.

(“Agora, também Manuel da Bouça sentia desejos de a setear, como se, ferindo-a, lhe desse maior paga ao carinho que ela acabava de lhe demonstrar” (Castro, 1946: 191)) que, através de um “amor transracial” articula uma “mística de reciprocidade” (Pratt, 1999: 174). Mas no romance também está presente um discurso “auto-etnográfico” – como o dos imigrantes que trabalham nas fazendas e que daí querem fugir, porque tratados como mercadoria humana.

E ele que pensara que no Brasil se enriquecia depressa, desde que houvesse gana de trabalhar! Afinal, onde estava todo esse dinheiro que ele não o via, nem para si, nem para os italianos, nem para os brasileiros que trabalhavam de sol a sol? (Castro, 1946: 212)

Também no romance *A Selva*, o narrador onisciente mantém-se num lugar de observação, intervindo nas descrições da floresta e na caracterização do contexto de disparidades sociais que tenciona denunciar: o drama dos seringueiros, trabalhadores brasileiros e imigrantes que vivem, tal como os trabalhadores da fazenda do romance publicado em 1928, em condições de semiescavidão. Porém, é preciso notar que o conhecido sucesso editorial que *A Selva* teve, deve-se, muito provavelmente, mais às descrições exóticas de uma floresta misteriosa (o que Mary Louise Pratt define como “retórica da presença” (1999: 345)), do que pelo facto de retratar e denunciar as difíceis condições de vida dos seringueiros. É deste tipo de relatos de viagens que o leitor europeu se alimentava.

Se a metrópole imperial tende a ver a si mesma como determinando a periferia (seja, por exemplo, no brilho luminoso da missão civilizadora ou na fonte de recurso para o desenvolvimento económico) ela é habitualmente cega para as formas como a periferia determina a metrópole – começando, talvez, por sua obsessiva necessidade de continuamente apresentar e se re-apresentar para si mesma nas suas periferias e os “outros”. O relato de viagem, entre outras instituições, está fundamentalmente elaborado a serviço daquele imperativo; da mesma forma, poder-se-ia dizer, que grande parte da história literária europeia. (Pratt, 1999: 31)

Não por acaso, na altura em que saiu este romance, as narrativas de viagem e aventura como, por exemplo, as do italiano Emilio Salgari, de Julio Verne, ou recuando

mais atrás, de Daniel Defoe, tinham atingido verdadeiros sucessos literários⁸³.

Um exemplo pertinente é o do romance de aventura e de emigração *Sull'Oceano* (1889) de Edmondo De Amicis, propositadamente encomendado pelo editor Treves de Milão e que teve bastante sucesso: 10 reedições nas primeiras duas semanas (cf. Magnani, 2015: 262). No livro *Cuore* (1886), do mesmo autor, está presente outra história de emigração intitulada “Dagli Appennini alle Ande”, que teve ainda mais recepção (cf. De Nicola, 2009: 39)⁸⁴. Apesar dos tons patéticos que prevalecem nos textos referidos, é interessante notar que no poema “Os Emigrantes”, estes são adjectivados como *iloti* (hilotas), a mesma palavra que o sociólogo Robin Cohen usa para definir os emigrantes não europeus de início do século XX no seu livro *The New Helots* (Cohen, 1987).

Enganados por um mercador traçoeiro,
Vão, objecto de escárnio, ao estrangeiro,
Bestas de carga, desprezados hilotas,
Carne para o cemitério
Vão viver de angústia em terras ignotas
(De Amicis, 1882: 227-231)⁸⁵

Isto, em parte, pode confirmar a necessidade de diferenciar as condições dos emigrantes que provinham do norte e do sul da Europa e a condição de subalternidade a que estes últimos foram sujeitos (cf. Pereira, 2000: 17-19), bem como os tipos de representações literárias relativas a estas presenças e experiências. Com efeito, apesar de *A Selva* poder ser considerado um romance de aventura num território idealizado, desconhecido e misterioso como a Floresta Amazónica, as ambições do escritor, segundo as suas mesmas palavras, deveriam ter sido outras, como o mesmo escreve no “Pórtico” do romance.

⁸³ Para mais informações sobre a adaptação do romance de emigração ao mais conhecido modelo de romance de aventura veja-se o Capítulo 3 do livro de Emilio Franzina, 1996: 63-87. Nesta parte do livro referido, intitulado *Dall'Arcadia all'America*, o historiador italiano analisa vários romances de temática migratória produzidos em Itália entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX, seguindo a influência do que ele define como o “modelo Robinson” (Franzina, 1996: 77, 78).

⁸⁴ Outras obras que o escritor dedicou ao tema migratório são *In America* e o conto *Nella baia di Rio de Janeiro*, contido in *Memorie* (1900).

⁸⁵ “Traditi da un mercante menzognero,/ Vanno, oggetto di scherno allo straniero,/ Bestie da Soma, dispregiati iloti,/ Carne da cimitero,/ Vanno a campar d'angoscia in lidi ignoti”. Tradução da autora.

Eu temia, sobretudo, que o livro se tornasse fastidioso pelas suas longas descrições da floresta [...] As selvas, fechassem elas o seu mistério nas vastidões sul-americanas ou verdejassem, mas permeáveis à luz solar, na Ásia, na África ou na Oceânia, representavam, desde há muito, um assunto maculado literariamente. Maculado por milhentos romances de aventura, onde a imaginação dos seus autores, para lisonjear os leitores fáceis, se permitira todas as inverosimilhanças, todas as incongruências. Eu pretendia fugir à regra. Pretendia realizar um livro de argumento muito simples, tão natural que não se sentisse o mesmo argumento. Um livro monótono, porventura, se não pudesse dar-lhe colorido e vibração, mas honesto, onde o próprio cenário, em vez de nos impelir para o sonho aventuroso, nos induzisse ao exame e, mais do que um grande pano de fundo, fosse uma personagem de primeiro plano, viva e contraditória, ao mesmo tempo admirável e temível, como são as de sangue e osso. A selva, os homens que nela viviam, o seu drama interdependente, uma plena autenticidade e nenhum efeito fácil – era essa a minha ambição. (Castro, 1999: 18, 19)

Todavia, a par do drama da emigração e do trabalho forçado, é inegável que no romance esteja presente também a dimensão da aventura, ligada ao ambiente tentador de uma selva “viva e contraditória”, que faz de cenário ao romance. Era isto o que mais seduzia os gostos dos leitores. Será necessário então também notar que *Emigrantes* e *A Selva* não são romances dirigidos aos emigrantes económicos da altura – até porque, na maior parte dos casos, eles não sabiam ler – visando denunciar uma condição social ignorada e sensibilizar um público tendencialmente burguês que consumia estas tipologias de narrativas⁸⁶.

Assim o exotismo, bem como uma certa retórica de “anti-conquista” (cf. Pratt, 1999: 32, 33), pode ter-se sobreposto a qualquer intenção de denuncia social por parte do escritor. Veja-se, por exemplo, esta descrição dos indígenas, que vivem longe “[...] na taba, lá para os fundões do mato. Ninguém pode lá chegar, nem sabe onde é. Quando apanham um homem vivo, levam-no com eles e nunca mais lhe dão liberdade.” (Castro, 1999: 91).

⁸⁶ Sobre as taxas de alfabetização em Portugal entre 1890 e 1930 veja-se Candeias, 1996. “[...] A realidade com que deparamos neste princípio de século é a de uma sociedade de transição, uma sociedade que se move lentamente, vinda de tempos assentes num modo de alfabetização restrito, informal e decidido em função das necessidades laborais e de vida das crianças e adolescentes, para uma sociedade em que a Escola é imposta pelo Estado em função das pretensas necessidades do colectivo. Por outras palavras, em 1930, cerca de 90 anos depois de a escolaridade obrigatória ser decretada, a sociedade portuguesa é ainda uma sociedade não escolarizada em que o mundo da escrita assenta, em parte, numa forma de alfabetização restrita, informal e dispersa.” (Candeias, 1996: 62).

As intenções do autor, contudo, foram as de modificar e, de certa forma, revolucionar estes mesmos modelos narrativos por dentro. Daí a escolha de uma personagem como Alberto cujo discurso, inicialmente permeado pela segurança da sua supremacia cultural que detém enquanto europeu branco (isto é, de “anti-conquistador”), se tornará cada vez mais sensível ao passo que terá que trabalhar ao lado dos seringueiros sertanejos (também migrantes) e defender-se, quer do seu patrão, quer da ameaça dos índios, donos ancestrais da região amazónica.

Em suma, é possível encontrar nestes dois romances pelo menos dois planos de leitura. O primeiro, é profundamente ligado a uma tradição literária especificamente europeia de literatura de viagem. O segundo, é de denúncia social da condição dos migrantes que modifica e revoluciona o modelo literário estabelecido, e que é ligada ao humanismo que caracteriza a obra de Ferreira de Castro e à sua tendência inconformista⁸⁷.

Estes dois planos fundem-se na escrita de Ferreira de Castro, como se pode notar nas palavras introdutórias de *A Selva*, onde o autor real realça a importância da própria experiência de vida para a escrita do romance (*cf.* Castro, 1999: 11). A perspectiva semiperiférica de Portugal e a condição subalterna (de hilita) do emigrante económico português dos finais do século XIX e inícios do século XX, torna possível a produção deste discurso literário original e fronteiriço. Dito de outra forma, não contrariando totalmente o “paternal modelo representativo”, os romances de Ferreira de Castro tornam-se “escrivíveis” (*cf.* Barthes, 1980: 12-13), porque propõem uma galáxia de significantes e não reproduzem uma estrutura de significados. Veja-se, por exemplo, a descrição de Manuel da Bouça, que representa uma clara reescrita que rejeita e distorce a descrição camiliana do “brasileiro”, a comparar com a caracterização de João José Dias no romance *O Que Fazem as Mulheres*:

Assim imobilizado, era tosca cariátide do sobreiro aquele corpo meão mas rijo, de linhas enérgicas, sem adiposidades, todas elas atestando pertinácia no

⁸⁷ Sobre este aspeto veja-se Alves, 2002: 16.

trabalho e saúde campesina, saúde dos que se levantam quando se apagam as últimas estrelas e se deitam quando as primeiras se acendem. (Castro, 1946: 21)

O protagonista de *Emigrantes* personifica claramente a figura do “brasileiro” no início do romance, ao tomar a decisão de emigrar, bem como nos primeiros dias de regresso a Portugal: ele volta à aldeia natal e finge uma opulência nunca alcançada. Porém, à diferença dos “brasileiros” até agora analisados, a personagem deste romance sente-se claramente outro, um estrangeiro que consciencializa a sua diferença (cf. Kristeva, 1994: 9). Não por acaso, poucos dias depois do seu regresso, decide ir viver para Lisboa, uma cidade que, pelo menos, lhe concede, no anonimato, o direito a esta diferença (“Retomada a marcha e aliviado da obrigação de mentir, esprou os olhos, em derradeiro adeus [...]” (Castro, 1946: 326)). Como no caso do texto de Gomes de Amorim, a experiência por aquela terra mágica que deveria ter permitido ao emigrante o alcance do sucesso, é preenchida através da narração de uma história de vida falimentar, tornando impossível que ele se pudesse refletir na imagem mais conhecida do “brasileiro”.

Em suma, por um lado, nestes dois romances é representada de forma veladamente crítica a cara de *Próspero* (Santos, 2002), através de um discurso de “anti-conquista”, um olhar europeu imperial e inocente, que reflete as origens histórico-culturais do seu autor e o mito do Brasil como colónia mental e espaço de enriquecimento, bem como dos principais protagonistas dos romances e, portanto, a tradição de toda uma literatura de viagens e do seu compêndio discursivo. Este discurso, preponderante no início das obras, vai de página a página mostrando todas as suas contradições, acabando por refletir também a cara de *Caliban* (Santos, 2002), através de um discurso “auto-etnográfico” presente na inserção de personagens como os imigrantes pobres, sejam eles portugueses, brasileiros ou de outras origens e denunciando a condição do emigrante como subalterno, como um outro dentro do contexto assimétrico que caracteriza as “zonas de contacto”. Ou ainda, como no caso de Alberto, através do percurso de

consciencialização desta personagem.

Além do esforço de transmitir uma imagem verídica da experiência migratória, estes dois romances divulgam uma mensagem humanitária, sensível a uma questão ainda hoje extremamente atual: o da subalternização que acontece nos contextos migratórios, o da necessidade da defesa dos direitos humanos. Este discurso acaba por desaguar em formas de expressão que não podem ser resumidas a uma só cultura ou a um modelo único de representação, exigindo, por esta razão, uma perspectiva de análise diferente para a sua leitura e interpretação.

O romance *Emigrantes*, como o narrador diz, é a história dos “[...] pobres que não tinham sorte.” (Castro, 1946: 287), que existiram, e existem, em qualquer lugar do mundo. Manuel da Bouça, emigrante português do início do século XX, é um analfabeto a quem Ferreira de Castro atribui uma voz que vai ser lida por um público ocidental, mas que é a voz de um outro, de um “estrangeiro para si mesmo” (cf. Kristeva, 1994), dificilmente compreensível e assimilável por uma tradição literária encaixada em cânones que durante séculos se esqueceram da ex-centricidade das suas margens (cf. Hutcheon, 2004: 57-73)⁸⁸.

Esta tensão entre um olhar ainda imperial de “anti-conquista” de tradição europeia e um outro de “auto-etnografia” que se apropria do primeiro para dar voz à marginalidade, está patente nestes dois romances de Ferreira de Castro, produzidos num país em que as condições dos emigrantes desmontavam progressivamente a sua face de nação imperial, ocidental e europeia. Um país que, na altura em que as duas narrativas foram publicadas, era ainda colonizador em África e no Oriente, mas que, ao mesmo tempo, se afundava numa história de emigração, de escoamento de uma população excedente desprovida de voz.

⁸⁸ Entenda-se aqui o conceito de ex-centricidade na definição de Linda Hutcheon: “It is through language that the status of difference as ex-centricity is thematized. [...] The theory and practice of postmodern art has shown ways of making different, the off centre, into the vehicle for aesthetic and even political consciousness-raising – perhaps the first and necessary step to any radical change.” (Hutcheon, 2004: 73).

Por último, é importante acrescentar que o facto destes dois romances apresentarem histórias malogradas de emigração em que está patente o desejo do regresso a Portugal (que é efetivamente realizado pelos protagonistas) terá protegido os textos do controlo da censura literária durante a ditadura instalada no país com a Constituição de 1933, que contudo não poupou outros textos de Ferreira de Castro⁸⁹.

A censura, por lei, era efectuada previamente no caso da imprensa periódica nacional e jornais, revistas e magazines estrangeiros (*cf.* Azevedo, 1999: 69, 70). As publicações não periódicas – os livros, portanto – não eram sujeitos a censura prévia, mas *a posteriori* a menos que tratassem de assuntos de carácter político ou social, sendo que, nesse caso, deveriam ser revistos e modificados (*cf.* Azevedo, 1999: 75). Todavia, o facto de não existir censura prévia nos casos dos livros, não impedia que os escritores não se sentissem observados nos processos criativos: “A censura prévia, tal como a censura *a posteriori* manietava literalmente o jornalista, o pensador, o escritor, o encenador, o realizador ou o artista, porque o confrontava, permanentemente, com a questão “Será que *eles* me vão permitir isto?” (Azevedo, 1999: 67), gerando muitas vezes mecanismos de auto-censura⁹⁰.

Durante a ditadura fascista as diferentes formas de escrever o fenómeno migratório passaram pela avaliação da caneta azul⁹¹. A maneira como era discutida a questão podia pôr em risco os fundamentos daquela fusão entre Estado e Nação que estava na base do discurso patriótico do regime. A emigração era um fenómeno que atingia em profundidade a sociedade portuguesa, sendo considerada um assunto relevante pelo Estado. Até meados da década de 50, apesar de não ser incentivada, era tolerada, na

⁸⁹ Sobre as obras censuradas de Ferreira de Castro *cf.* Alves, 2002: 47 e Azevedo, 1999: 597.

⁹⁰ Sobre este assunto veja-se Arquivo Nacional Torre do Tombo. Direção dos Serviços de Censura: (<http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4326865> consultado a 5/1/2014); Rodrigues, 1980: 69-96; Azevedo, 1997: 65-70; Carvalho, 1999.

⁹¹ A censura constituía uma das medidas necessárias para a manutenção de uma Política de Espírito, teorizada em grande parte por António Ferro, diretor do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) – sucessivamente nomeado Secretariado Nacional de Informação e Cultura Popular (SNI) – que visava fornecer certezas apoiando-se na ideia do espírito (ou essência) de ser português que a ideologia ditatorial propagandeava, condenando outras “versões possíveis” da mesma realidade.

tentativa de criação de um sistema de comunidades de emigrantes que se incluíssem dentro da geografia imperial propagandeada.

Já em 1929, como demonstra um estudo de Heloísa Paulo, no âmbito do Congresso Regional das Beiras, tinham sido decididas as primeiras medidas de proteção e inclusão dos emigrantes no seio da Nação (*cf.* Paulo, 1998: 292)⁹².

Em Portugal, o Estado Novo [...] cultivava, através do ideário salazarista e da sua propaganda oficial ou oficiosa, este “olhar” em direção às comunidades emigradas. Esta preocupação, já evidenciada na legislação posta em vigor pelo Estado a partir de 1926, é assumida, de forma mais contundente, no próprio discurso de Salazar, endereçado, diretamente ou não, aos emigrantes. A ideia central é difundir a ideia de um “país de paz à beira mar plantado”, fazendo com que o emigrante encontre no salazarismo as mensagens que deseja ouvir sobre a sua “pátria” distante. (Paulo, 2000: 23)

A emigração para o Brasil constituía portanto um dado adquirido por parte do Estado e este país era visto como “uma colónia antiga e, em grande parte, fiel ao regime, [...] a opção para quem não quer ser colono em África.” (Paulo, 2000: 120). Logo, pelo discurso oficial o emigrante deveria sair e não sair da Pátria, representando-a e continuando a contribuir para o seu crescimento⁹³. Quem não fosse instruído sobre os valores do Estado, deveria ser impedido de emigrar⁹⁴. O exemplo que, em termos literários, melhor exemplifica esta posição do Estado perante a emigração é o livro *Emigração* (1956) que saiu na Coleção Educativa da Campanha Nacional de Educação de Adultos, de João Carlos Beckert d’Assumpção. Atente-se a este trecho da narrativa antes referida.

E o meu conselho é: se queres emigrar, vai ser colono em Angola ou Moçambique. Se não puderes ir já, espera mais uns anos, para que aquela terra se desenvolva mais e se prepare para te receber. E verás que então serás bem acolhido. Poderás criar, ganhar dinheiro, arranjar um bom futuro para os teus filhos, sem teres de deixar Portugal, sem que a saudade te mate, sem que a tua “santa terrinha” te esqueça. Se queres sair de Portugal Continental,

⁹² Sobre os Congressos Regionais veja-se Amaro, 1999.

⁹³ “A atuação do Estado, porém, desde o século XIX, nunca pretendeu acabar com o fluxo emigratório, buscando, todavia, fortalecer os vínculos que ligassem o emigrante à sua terra natal. Esta “rede de emigração” favoreceria o escoamento do excedente populacional e a entrada das remessas de capitais provenientes das colónias portuguesas radicadas no estrangeiro. Com o Estado Novo, no entanto, este processo ganha uma dimensão mais complexa, extrapolando a esfera mais simples da economia.” (Paulo, 1998: 291, 292).

⁹⁴ Sobre a legislação portuguesa de emigração relativa a este período *cf.* Galvanese, 2013: 149-153.

vai para Portugal Ultramarino. Se queres conhecer novas terras, vai para África. Se queres construir, cultivar, vencer na vida, vai para África. E que o meu sonho se realize em ti. (Beckert d'Assumpção, 1956: 169)⁹⁵

Quer num primeiro momento, de 1926 até o fim da Segunda Guerra Mundial, quer num segundo, de 1945 até 1956, a política e o discurso oficial do Estado sobre emigração propagandeavam uma preocupação com o bem estar do emigrante durante todas as fases do seu percurso, tentando criar vínculos paternalistas entre ele e a Pátria, de maneira a nunca a abandonar totalmente. O discurso oficial do Estado apelava, portanto, à vocação dos portugueses emigrantes como descendentes diretos dos protagonistas da expansão ultramarina, novos heróis e continuadores do destino peregrino do povo (*cf.* Paulo, 1998: 291-326). Isto é, a emigração representava uma instância inevitável que o governo tinha de controlar formalmente e tentar canalizar para as colónias africanas⁹⁶.

Porém, nem todos os portugueses no Brasil aderiam às colónias de emigrantes que tinham vínculos com o Estado Novo. As condições precárias do país exortavam os mais pobres a emigrar, mas estes não foram os únicos a deixar a pátria nesta altura. Se, do lado dos mais desfavorecidos a escolha era condicionada predominantemente pela falta de ganha pão e pela esperança de atingir riqueza e quiçá voltar, uma grande quantidade de intelectuais escolheu ou foi obrigado ao exílio⁹⁷.

O Brasil no seu período de abertura democrática (de 1946 a 1964) acolheu muitos exilados portugueses⁹⁸. Nesse contexto, a participação em congressos representou uma

⁹⁵ Além do livro de Beckert d'Assumpção, são desta altura outros textos plfletários sobre a emigração, como *Nós, os emigrantes* (1954), *Notícias de Portugal* (1947), que circulava sobretudo nos consulados e instituições portuguesas do Brasil, e *Portugal. Breviário da Pátria para os Portugueses Ausentes* (1946). Eram escritos, estes, em que, como no caso de *Emigração*, o discurso oficial tentava vincar os laços com os portugueses que viviam além fronteiras, transmitindo a ideia do emigrante como representante de Portugal (*cf.* Paulo, 1998: 311-313). A este propósito veja-se ainda o conto *Relógio da Saudade* do Livro da 3ª classe (*cf.* Vieira, 2010: 88, 89 e 380), o romance *Diário dum Emigrante* (1936) de Joaquim Paço d'Arcos (1908-1979) e duas peças teatrais sobre emigração que foram promovidas pelo regime: *Brasil*, de Armando Pinto Vieira (1937) e *Emigrantes* (1937) de Armando Neves. As duas contam histórias parecidas, de experiências falimentares de ir fazer fortuna no Brasil (*cf.* Paulo, 2000: 115-117).

⁹⁶ “A emigração [...] é encarada como um dado incorporado na realidade portuguesa, tendo, no entanto, uma alternativa e uma outra “proposta preferencial” de opção.” (Paulo, 1998: 294).

⁹⁷ No caso do exílio para o Brasil durante o Estado Novo veja-se, entre outros, Gobbi, 2002; Silva, 2006, 2007 e Paulo, 2012, bem como a nota bibliográfica no ensaio desta autora (*cf.* Paulo, 2012: 49).

⁹⁸ Alguns intelectuais exilados no campo das letras foram, por exemplo, Fidelino de Figueiredo, Vítor

das alternativas possíveis para deixar o país. Adolfo Casais Monteiro, por exemplo, exilou-se no Brasil aceitando o convite para o Congresso Internacional de Escritores em Agosto de 1954, que teve lugar na Biblioteca Municipal Mário de Andrade em São Paulo⁹⁹.

Nesta mesma ocasião, Miguel Torga viajou para o Brasil, onde já tinha passado pela experiência da emigração na sua juventude. Tanto pela sua ligação a este país, como pela sua obra e os diversos discursos que lá proferiu, vale a pena prestar alguma atenção à relevância da obra deste escritor no âmbito da literatura de emigração.

Adolfo Correia da Rocha viveu uma experiência parecida com a de Ferreira de Castro, tendo emigrado para o Brasil com 13 anos, em 1920. Ficou lá até aos 17 anos, sob os cuidados de um tio, proprietário de uma fazenda cafeeira em Leopoldina (Minas Gerais) e deixou testemunho desta fase da sua vida na obra *A Criação do Mundo* (em *Os Dois Primeiros Dias*), assinada com o seu pseudónimo literário: Miguel Torga¹⁰⁰.

Em *A Criação do Mundo* é contada uma experiência individual de emigração e o percurso de amadurecimento condicionado por exigências económicas e culturais do meio social de onde o autor/personagem é oriundo¹⁰¹. Como nas obras de Ferreira de Castro, na de Miguel Torga está presente uma visão do Brasil como terra desconhecida e promissora de riquezas antes e na decisão de emigrar. No entanto, em *A Criação do Mundo*, a experiência migratória relatada não se alarga a uma dimensão coletiva do fenómeno, a não ser quando o narrador percebe a discriminação a que está sujeito

Ramos, Agostinho da Silva, Eduardo Lourenço, antes de se exilar em França, mas também Fernando Lemos, Jaime Cortesão, Joel Serrão, Óscar Lopes, Jorge de Sena, antes de se exilar nos Estados Unidos. Exilavam-se também professores e jornalistas, que iam exercer as suas funções, bem como ações de denúncia do regime, além fronteiras (cf. Silva, 2007: 18-19).

⁹⁹ Outro exemplo é o de Jorge de Sena que, em 1959, por ocasião do IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, aceitou o convite de Eduardo Lourenço, por sua vez exilado, que na altura lecionava em Salvador da Bahia.

¹⁰⁰ A presença autobiográfica que poderia parecer inegável no caso desta obra pode ser posta em questão, vista a operação de extinção do autor que se processa no ato da escrita e para a figura de Adolfo Correia da Rocha/Miguel Torga como leitor/autor (cf. Andrade, 2008: 11, 12). Sobre a escrita autobiográfica de Miguel Torga cf. Rocha, 1977 e 2000; Gonçalves, 1986; Sivla-Brummel, 1994; Andrade, 2005.

¹⁰¹ Em *Primeiro Dia* o narrador conta de como a sua decisão de deixar os estudos no seminário não foi aceite pelos pais, que também não tinham recursos para o manter (cf. Torga, 1952: 64).

enquanto estrangeiro (cf. Torga, 1952: 169).

Disse-me logo que eu não sabia falar, não sabia andar, não sabia nada. Levou-me do cais a uma casa que vendia fatos feitos. Que aquele terno que trazia era indecente! Atrás de um biombo despi a roupa que me tinham feito as Pintas e vesti uma feita não sabia por quem. Depois fomos a uma chapelaria trocar o chapéu. Nem me reconhecia. (Torga, 1952: 76)

Num ensaio de 1997, José N. Ornelas (cf. 156-157) compara a chegada do escritor ao Brasil com a chegada dos portugueses no tempo das descobertas com a diferença de que, no caso da chegada do escritor, seria ele a ocupar o lugar do outro, do selvagem. Este paralelo é em parte plausível, porque, realmente, o protagonista passará uma dura experiência de trabalho e exclusão no meio social para onde emigra, sendo inicialmente desprezado pelo tio e por outros intervenientes, que tratam o jovem emigrante como um ser estranho e diferente (cf. Torga, 1952: 76). Na minha opinião, contudo, não é possível aceitar por completo esta inversão de papéis, mas sim, como foi o caso da análise dos romances de Ferreira de Castro, pensar na possibilidade de individualizar os traços das condições fronteiriças do sujeito na escrita literária que trata da experiência migratória no Brasil que já não pode representar, no século XX, uma terra desconhecida aos olhos de um escritor português que reescreve, *a posteriori*, a sua experiência de emigração.

Acrescente-se ainda que não existe nesta obra um discurso alargado da questão da emigração – como acontece em outros textos de Miguel Torga que serão referidos mais adiante – mas a descrição de uma experiência dolorosa e traumática vista a partir de um olhar subjetivo¹⁰². Experiência tão dolorosa e marcante que, como considera Clara Rocha, corresponde a uma mudança radical da posição perante a vida do escritor, uma posição de consciencialização (cf. Rocha, 1977: 196). Os primeiros dois dias de *A Criação do Mundo* podem, portanto, ser considerados um “Bildungsroman” em que o narrador conta na primeira pessoa as várias fases do percurso migratório que viveu e a partir do

¹⁰² Por exemplo, mesmo desempenhando ofícios agrícolas na fazenda do tio (cf. Torga, 1952: 89), o narrador não denuncia as condições dos outros trabalhadores, chegando a relatar a sua primeira experiência sexual com uma mulher a que não atribui nome, chamando-a apenas “mulata” (cf. Torga, 1952: 97-98).

qual este mesmo percurso pode ser observado por inteiro, como uma experiência que leva a um melhoramento da condição social do emigrante, contribuindo para a realização das aptidões espirituais e intelectuais do protagonista (cf. Silva-Brummel, 1994: 77-89).

O percurso de regresso a Portugal contado em *A Criação do Mundo*, também não foi feliz. Como o narrador refere, os pais ficaram desiludidos com a transformação do filho, que não correspondia ao mito popular, ou seja, ao perfil de rico “brasileiro de torna-viagem” (cf. Torga, 1970: 23-25). A resposta do protagonista, tratado como “estrangeiro” na terra de origem, como a de Manuel da Bouça no romance de Ferreira de Castro, será afastar-se do lugar de origem. No caso da personagem de *A Criação do Mundo*, bem como de Miguel Torga enquanto escritor, porém, tratar-se-á apenas de um distanciamento físico que lhe permitirá um futuro diferente.

Como escreve Eduardo Lourenço, o lugar deste escritor é o de um “[...] mediador da verdade profunda daqueles que só podem exprimi-la em gritos e violência cega, enquanto eles mesmos o não puderam fazer.” (Lourenço, 1995: 9-10). Esta característica, mais do que em *A Criação do Mundo*, nota-se em outros textos de Miguel Torga, em que se descobrem as raízes atávicas do país e dos seres que o habitam. Em algumas destas obras, como em *Contos da Montanha* (1941) e em *Novos Contos da Montanha* (1944) o escritor tratou também da temática migratória.

Vale a pena incluir aqui dois exemplos. *A Maria Lionça* em *Contos da Montanha* – história de uma mulher de uma “grandeza humana”, forte e bonita, um retrato de uma corajosa “viúva de vivo” à espera do regresso do marido que não se acostuma à obrigação de vestir os trajes pretos de um luto falacioso (cf. Torga, 2012a: 13, 14); e o inocente “brasileiro Lucas” do conto *A Promessa*, que volta rico do Brasil e é recebido de braços abertos pela mulher que, contudo, se aproveita dele. Neste conto não é criticada a atitude do “brasileiro”, mas sim a da sua consorte, descrita com tons parecidos com as palavras grosseiras que Camilo Castelo Branco usou nos seus romances para os

“brasileiros”, invertendo assim o paradigma de representação desta personagem tipificada. Lucinda era “[...] feita com o resto do povo, emoldurava-o nos olhos ramalhudos e brejeiros, que o entonteciam, e continuava na dela.” (Torga, 2012a: 62).

O reaparecimento da personagem do “brasileiro” em trâmites de descodificação dos mitos que esta figura transportava, e de reescrita de realidades diferentes dos mesmos, demonstra que esta personagem não se extinguiu com o seu processo de “desbrasileirização” proposto pelos escritores realistas na segunda metade do século XIX. O “brasileiro” também protagoniza o conto *A Mina de Diamantes* de Aquilino Ribeiro, publicado em 1958 juntamente com a mais conhecida história do almocreve *O Malhadinhas* (editada inicialmente em 1922). Não por acaso, a nota preliminar desta edição o escritor anunciava a representação de um novo “brasileiro” que personificava a negação do regresso (cf. Ribeiro, 2005: 8).

É necessário salientar alguns aspetos que caracterizam a personagem deste conto: Diamantino Alves é descrito pelo narrador como um sujeito desprezível mas que, diversamente de outros “brasileiros”, não é de “torna-viagem”, isto é, não quer regressar, voltando só temporariamente a Portugal e não se querendo mais reconhecer no seu país: “Ena, está tudo na mesma! Saí daqui ontem!” (Ribeiro, 2005: 229). Para além disso, nas suas curtas estadas na terra de origem, esta personagem goza das reverências que lhe são atribuídas pelos autóctones porque o emigrante representa a riqueza e é proprietário de uma mina de diamantes: “Diamantino é da Europa. É de Portugal.” escrevem os jornais (Ribeiro, 2005: 225).

É interessante, como faz notar António Manuel Ferreira, interpretar a escolha do escritor em publicar as duas novelas juntas com uma distância de trinta e seis anos à luz da sua visão de Portugal¹⁰³: por um lado, *O Malhadinhas* oferece um olhar profundamente

¹⁰³ O mesmo escritor, na primeira edição de 1958, afirmava que, além da vantagem de publicar as duas novelas juntas, as duas “perspectivam-se [...] como uma ponte.” (Ribeiro, 2005: 7). Sobre este conto veja-se também Silva-Brummel, 1987: 218-227.

radicado no país, a visão de um Portugal a partir de dentro, intrinsecamente pobre, encarado pelo almocreve com um espírito de extrema liberdade. Por contraponto, *A Mina de Diamantes*, oferece o olhar o do estrangeirado rico advindo de uma “expansão geográfico-cultural” que molda a sua personalidade, uma visão de fora, de um país retrógrado onde as pessoas adulam o “brasileiro” pela sua riqueza adquirida no exterior (cf. Ferreira, 2008: 123-129).

É preciso ainda assinalar a personagem principal de outro romance deste escritor *Quando os Lobos Uivam*, publicado em 1958¹⁰⁴. Manuel Louvadeus, distintamente de Diamantino, é um “brasileiro” (Ribeiro, 2014: 51) que tenta voltar a Portugal definitivamente, mas que não tem alcançado uma riqueza material relevante (cf. Ribeiro, 2014: 30, 31). Na sua terra de origem, uma pobre aldeia da Beira Alta, o protagonista luta ao lado dos camponeses para defender os terrenos baldios que o Estado queria expropriar para a plantação de pinheiros. O romance foi censurado, não tanto pela figura da personagem do “brasileiro” e do seu percurso migratório, mas pela denúncia à política do Estado que continha (cf. Cândido, 1999: 639). Atente-se a este trecho do romance, onde Manuel Louvadeus argumenta contra os engenheiros públicos.

O Manuel Louvadeus chegou-se adiante no seu fatinho tropical, todo ele a respirar o embarcação. Por baixo dos seus modos acanhados, mesmo tímidos, latejava um homem habituado a lutar contra tudo [...]

– Dão-me licença os senhores? Eu andei por longe muitos anos, mas afinal a minha alma ficou cá nos penedais. Por isso a questão me encontra na primeira fila. Ouvi agora dizer ao senhor Julião Barnabé que os senhores engenheiros encaravam como maneira de resolver este caso, a contento de todos, dar aos lavradores, que têm gado e cortam estrumes na roda do ano para as suas terras, um subsídio proporcional, que os indemnizasse do que perdem temporariamente [...]. E aos que não têm gado, que lhes oferecem? (Ribeiro, 2014: 72, 73)

Significativo, neste caso, é o facto de a revolta para a defesa dos terrenos nascer e ser reforçada por parte de uma personagem que muda a sua maneira de estar no mundo

¹⁰⁴ Veja-se também o “brasileiro” presente na novela *A Eleição de Sua Senhoria (in Casa do Escorpião, 1963)* história da vitória política na Vila Nova de São Bento do Senhor Xisto de Melo Damas de Penarruiva, que lembra as descrições das eleições administrativas com que Júlio Dinis criticava a classe política portuguesa no romance *A Morgadinha dos Canaviais*.

graças à experiência migratória que viveu e que, se não o enriqueceu materialmente, lhe permitiu trazer, “de torna-viagem”, novos saberes.

Em suma, com estes exemplos, é possível constatar a mudança de caracterização da personagem do “brasileiro” e como o “espaço mágico” de emigração tenha contribuído positivamente para o percurso individual dos emigrantes.

Voltando agora à obra literária de Miguel Torga, é possível constatar que a temática migratória encontra nela outros espaços significativos¹⁰⁵. A população do interior português protagoniza os *Contos da Montanha*, por exemplo, gente sem meios de autorrepresentação, tão recorrente na obra torguiana, assim como foi na de Aquilino Ribeiro.

Nos seus contos ou evocações se narra a Odisseia de um povo pobre em cata de ventura sempre adiada, submisso e violento, ignorante e sábio daquela experiência que a miséria curtida pelos séculos ensina. À hora em que Torga dele emerge para o contemplar, com o sentimento contraditório de uma raiva de bicho e de uma ternura iluminada de remorso, esse povo é já a roga humana que começa [...] a tomar consciência de si mesmo e a exigir o salário justo e atrasado dos rios de suor que durante gerações verteu aos pés de senhores, no fundo, mais pobres do que ele. (Lourenço, 1995: 7-8)¹⁰⁶

Foi por retratar tão ao pormenor as condições de vida daqueles que, segundo a ideologia do Estado Novo viviam felizes no seio da pobreza, que o livro *Contos da Montanha* foi logo apreendido pela Polícia Política no ano em que saiu (1941) (cf. Azevedo, 1999: 650)¹⁰⁷. Esta coletânea foi editada no Brasil em 1955 e, sucessivamente, em 1962 pela Editora Pongetti de Rio de Janeiro, circulando clandestinamente em Portugal até a sua reedição, em 1968. No prefácio à quarta edição, o escritor voltará a falar de emigração, escrevendo que os seus contos, finalmente, retornaram de “torna-

¹⁰⁵ Sobre a temática da viagem e do estrangeiro na narrativa de Miguel Torga, e em particular do *Diário* veja-se Gago, 2008. Sobre a presença da temática migratória na obra deste escritor veja-se Silva-Brummel, 1987: 165-170.

¹⁰⁶ O papel do escritor transmuntano, como ele elucida no Prefácio à 2ª Edição dos *Novos Contos da Montanha*, em 1945 será o de “[...] representar o ingrato papel de cronista de um mundo que nem me pode ler.” (Torga, 2010b: 8).

¹⁰⁷ Poucos anos antes o escritor, controlado pela PIDE, passou dois meses nas prisões de Limoeiro e de Aljube, no seguimento da publicação do *Quarto Dia* (1939) onde denunciava, entre outras coisas, os acontecimentos da Espanha, ensanguentada pela Guerra Civil.

viagem”: “Numa época em que tantos portugueses de carne e osso emigraram por fome de pão, exilaram-se eles, lusitanos de papel e tinta, por falta de liberdade. [...]”(Torga, 2012a: 9)¹⁰⁸.

Nos prefácios às várias edições das duas coletâneas de contos referidas, o escritor elucida a sua vontade de criar uma “[...] comunhão universal” (Torga, 2012b: 10), através do retrato das suas personagens que, nas palavras introdutórias à terceira edição de 1952, definia como “Almas perdidas dum Portugal nuclear.” (Torga, 2012b: 9).

Em suma, a experiência migratória de finais do século XIX até à primeira metade do século XX tem uma presença literária significativa que sublinha o quanto a emigração económica estava presente na sociedade e o quanto esta se distanciava da aventura imperial portuguesa e dos seus tradicionais mitos, retomados e enaltecidos pelo discurso oficial da ditadura de Salazar. Miguel Torga, enquanto protagonista e narrador desta face silenciosa e ocultada da sociedade portuguesa que protagonizava a experiência migratória, refletiu sobre esta questão não exclusivamente na sua escrita ficcional, escolhendo o Brasil como lugar de enunciação de alguns discursos: um lugar onde, vistas as conjunturas presentes no seu país, podia ter a liberdade de se expressar.

No seguimento da sua participação nas Conferências paulistas antes referidas, o escritor proferiu uma série de palestras em várias cidades brasileiras a que vale a pena prestar atenção. Neste contexto, Miguel Torga propunha outros pontos de contacto entre Portugal e Brasil e vice versa, desmontando o “rosto contraditório” (Torga, 1955: 129) que o Portugal salazarista – mas que de qualquer forma estava presente por tradição¹⁰⁹ – profetizava e de que Camões, “sem querer”, foi “o grande cabouqueiro”

¹⁰⁸ O Brasil como “seio acolhedor das [...] aflições” (Torga, 2010a: 9) está presente também em outras narrativas de *Contos da Montanha*. Vejam-se estes três contos: *Homens de Vilarinho*, *A Paga* e *Justiça*. Outra obra que poderia ser considerada de emigração é a novela intitulada *O Senhor Ventura*, publicada em 1943. Em *Novos Contos da Montanha* é mencionada uma vez a temática da emigração, ainda ligada ao Brasil, no conto *O Artilheiro*.

¹⁰⁹ Sobre as complexas relações Brasil-Portugal e vice versa veja-se o artigo que Eduardo Lourenço escreveu em 1960, resposta indignada à participação do presidente Juscelino Kubitschek nas Comemorações Henriquinas. “Salazar não é o primeiro homem político a explorar a mitologia histórico-

(Torga, 1955: 129).

Segundo Miguel Torga, o verdadeiro rosto de Portugal era outro, o de um “povo amorfo” ao lado do qual navegaram “os Gamas que comandavam, os Albuquerque que conquistavam, os Camões que cantavam” (Torga, 1955: 140), um povo silenciado mas que mostrava a “grandeza discreta” da Nação, pela sua humanidade e dignidade (cf. Torga, 1955: 58-62). A tese do escritor, que chegou a gerar polémicas vistos os reparos que dirigiu ao Professor Roger Bastide no âmbito do discurso proferido em São Paulo em Agosto de 1954, era a da existência de um mútuo desconhecimento entre Portugal e Brasil. Por um lado, em Portugal, o Brasil representava ainda uma colónia mental.

Embora haja em cada emigrante uma visão renovada das terras de Santa Cruz, a nação inteira, o todo, permanece fiel à imagem quinhentista que lhe ficou do alvoroço da descoberta de Pedro Álvares Cabral. (Torga, 1955: 9)¹¹⁰

Mas o Brasil, por outro lado, “não conhece Portugal. Tem dele uma ideia inteiramente arbitrária, onde a sua realidade aparece absurdamente desfigurada” (Torga, 1955: 127). Por estas razões, Miguel Torga lembrava que foram os portugueses a construir o Brasil, juntamente com os italianos, os espanhóis e outros trabalhadores estrangeiros. Foram os emigrantes, como ele tinha sido (“Pronuncia-se aqui não um pobre escritor, mas um antigo emigrante.” (Torga, 1955a: 107)), que, parafraseando o autor, figuram agora como *conquistadores conquistados pelo Brasil* (cf. Torga, 1955: 26).

Um Brasil onde a nossa própria alma encontra dimensões imprevistas, que vão para além da largueza espacial das bandeiras, da altura religiosa das missões e do comprimento marítimo da saudade. (Torga, 1955: 27)

Note-se que nesta ocasião, além de criticar os estudos do Professor Roger Bastide, o escritor também criticava a visão eurocêntrica que se projetava sobre o Brasil, achando necessário rever as evocações que a Europa fazia e divulgava da América. O testemunho

sentimental dos portugueses. Nisto, como em muita outra coisa, é herdeiro. Mas ninguém se serviu dela com tão consciente e cínica precisão.” (Lourenço, 2014a: 25).

¹¹⁰ Mais um exemplo para corroborar a tese torquiana segundo a qual os portugueses imaginavam o Brasil ainda como parte do império: “Ou por exagerado afecto [...], ou por necessidade de compensar a pequenez geográfica com a grandeza dos adjectivos, ou por temperamental incapacidade objectiva, o que é certo é que a boa vontade de uns, a inépcia doutros e a insensatez de todos redundou num mal serviço.” (Torga, 1955: 128).

destas evocações são os emigrantes: “Aquele incessante caudal de humildes Europeus que, desde Quinhentos, integram generosamente as Américas [...] que ajudaram este mundo a erguer-se” (Torga, 1955: 46-47)¹¹¹.

Segundo Miguel Torga, o elo de ligação e de compreensão mútua entre Portugal e Brasil seria o mar, um “Atlântico inexorável” (Torga, 1955: 119). O mar e quem o atravessou, isto é, os escravos, e depois, em diferentes condições e contextos, os emigrantes.

Um mar que em certos momentos parece prolongar-lhe a orografia revolta, e noutros se não distingue da mais lisa das suas veigas. E foi preciso continuar nele as fainas e as dores. Por isso a charrua se transformou em barco, o barco em caravela, e toda a líquida imensidão dos oceanos passou a ser lavrada como se terra fosse. E o nosso cavador de há pouco, desdobrado em marinheiro, sem fazer qualquer distinção entre leivas e ondas, alargou às cinco partes do mundo a expressão da sua vida natural. (Torga, 1955: 139)

Mas esse Portugal “[...] que embarca nos porões da emigração como embarcava nas naus” (Torga, 1955: 143), estes emigrantes que “[...] são como bússolas malucas, hesitantes entre dois Nortes opostos, cada um com igual força de atração.” (Torga, 1955: 104) representaram-se ou tiveram uma voz que os representasse? Torga começava o seu discurso proferido no Gabinete Português de Leitura de Rio de Janeiro, com esta provocatória afirmação:

O drama do emigrante português está por escrever. (Torga, 1955: 103)

Não foi Dom Dinis que o escreveu, nem Dom Francisco Manuel de Melo (*cf.* Torga, 1955: 113). Tampouco foram Camilo Castelo Branco, com a sua “crueldade e levianeza”, ou Eça de Queirós com a sua tentativa de reabilitação social (*cf.* Torga, 1955: 106-108).

Na ficção dos romances, na crueza dos relatórios, na sensação de reportagens, na hipérbole de epopeias, em comédias, sátiras ou folhetos de cordel, as estações visíveis do calvário de expiação têm sido mostradas em toda a sua grandeza e miséria. [...] Mas essas páginas, assim livre e evocativamente escritas, que pintam tão ao vivo tão vivas personagens, não

¹¹¹ Como nota Marcos Roberto Teixeira de Andrade na sua dissertação de mestrado, passados 30 anos da sua emigração, Miguel Torga conseguia lançar outro olhar sobre o Brasil, já não amargurado visto o sofrimento da sua experiência, mas afetuoso. A desterritorialização que o escritor viveu como emigrante e em viagens sucessivas que teve ocasião de fazer contribuíram para que este processo de “dis-tensão” se realizasse (*cf.* Andrade, 2005).

são o gráfico aproximado sequer do sofrimento íntimo, secreto, dos modelos autênticos que as motivaram. São esforçadas e corajosas tentativas de mergulho num abismo onde não sei se alguém poderá completamente descer. (Torga, 1955: 105)

Seria preciso, afirmava Miguel Torga, ir em direção aos trâmites psicológicos que estão por detrás da experiência migratória: “o hibridismo incómodo a que o silêncio serve de travesseiro” (Torga, 1955: 116), talvez perceptíveis apenas por quem a tenha vivido na pele¹¹².

É possível que o silêncio literário que se verifica sobre esta singular situação advinha precisamente da incapacidade de captação psicológica num tão confuso e desmedido plasma emocional. (Torga, 1955: 117, 118)

Isto é, usando as palavras do escritor proferidas no mesmo ano em ocasião do Congresso Internacional de Escritores (São Paulo), seria preciso falar de “A realidade dum presença humana sobre o corpo do mito.” Dizia o escritor: “Temos agora um Europeu emigrante em reação directa. Um homem que passa a sofrer a influência do novo meio, e a criar uma consciência por indução.” (Torga, 1955: 45).

Todavia, apesar de denunciar esta impossibilidade de representação, Miguel Torga dedicou uma boa parte da sua escrita literária à temática migratória, conseguindo representar a margem presente no seio do próprio país, num período em que foi alvo de um esquizofrénico e duradouro controle por parte da censura¹¹³. A este propósito acho esclarecedoras as palavras que seguem de Eduardo Lourenço.

Reconhecer o carácter, ao mesmo tempo, estrutural e histórico do drama da emigração, dissociá-lo da ideia de fatalidade natural, equivaleria, no mínimo, a por em causa a ordem do mundo em que ele toma este aspecto. Perspectiva rara, mesmo na época de crítica radical do sistema económico moderno, e impensável no quadro cultural de um país onde a emigração parecia evidente há séculos. (Lourenço, 1999c: 48)

Como Miguel Torga, também Ferreira de Castro e Aquilino Ribeiro puseram em causa a ordem deste mundo de que fala Eduardo Lourenço, assinando um compromisso

¹¹² “Quem nunca se sentiu a mais na própria terra, a ponto de ser obrigado a deixá-la e a procurar na distância o calor que ela lhe nega, mal pode compreender o que significa esse golpe na consciência, essa vergastada no amor próprio, esse sentimento dorido de todo o filho escorraçado do lar materno.” (Torga, 1955: 109).

¹¹³ Sobre o controle da PIDE e Miguel Torga veja-se o estudo de Renato Nunes, 2007.

com “[...] a palavra e a responsabilidade ontológica do acto de escrever.” (Chorão, 1995: 14). Mas este compromisso, contudo, nem sempre é fácil de alcançar e respeitar. Como o escritor transmontano declarou na conferência realizada no Gabinete Português de Leitura de Rio de Janeiro, a descida ao abismo da emigração através da escrita literária – mesmo tendo ele vivido a experiência migratória na pele – não se realizou completamente, acabando por se volver num esforço frustrado.

Impossível não pensar, contudo, que nesta altura os romances de Ferreira de Castro antes analisados estavam em circulação e que o escritor de *Emigrantes* e *A Selva*, tal como Miguel Torga e Aquilino Ribeiro, tenham dado realmente um passo importante na busca de uma linguagem apta a descrever a experiência migratória¹¹⁴.

Impossível não pensar, também, no aparecimento da escrita neorrealista que se deu nos mesmos anos, que procurava uma imagem diferente de Nação, e que voltava as costas ao mar (cf. Jorge, 2009: 30, 31). Neste âmbito, além da obra teatral *Fronteiras Fechadas* de Alves Redol, publicada postumamente em 1972, (cf. Vieira, 2007: 9), encontra-se a representação da experiência migratória em alguns contos de Mário Braga incluídos na coletânea *Serranos* (1949), onde se destacam *Emigração*, que conta a história de Manuel Varão e do seu exílio ascético dentro do próprio país (“Emigrara dentro da própria montanha, diluído no silêncio parado daquela terra sem nome, a fraternizar com as fragas e os bichos.” (Braga, 1996: 46)) e o *Regresso*, onde se encontra uma versão de “brasileiro de torna-viagem” que, apesar de ser descrito segundo o modelo camiliano (“parecia um pombo gordo a saltitar de pedra em pedra.” (Braga, 1996: 69)), tem uma difícil experiência de emigração como trabalhador de um seringueiro¹¹⁵.

Serão estas tentativas falhadas, como Miguel Torga afirmava no discurso “O Drama

¹¹⁴ Note-se que num artigo Fernanda Silva-Brummel considera *Criação do Mundo* “[...] uma das peças mais válidas da literatura portuguesa de emigração.” (Silva-Brummel, 1994: 77). Quanto ao romance de Ferreira de Castro este é considerado em vários estudos como a primeira representação humanizada da experiência da emigração na Literatura Portuguesa (cf. Silva-Brummel, 1987: 281; Vieira, 2010: 221; Rocha, 1996: 170, 171; Jesus, 1995: 108; Lourenço, 1999c: 47).

¹¹⁵ Sobre a presença da temática migratória na narrativa neo-realista veja-se Viçoso, 2011: 257-269.

da Emigração”?

No caso deste escritor talvez dependa da dificuldade de cortar o cordão umbilical com a ancestralidade da terra de origem, como o mesmo admite em outro discurso proferido no Brasil durante a mesma viagem (*cf.* Torga, 1955a: 70-71).

Mais do que serem tentativas falhadas, parece mais viável pensar na necessidade da leitura crítica que estas exigem e de que aqui se propõe uma interpretação, esperando por futuras respostas que poderão contribuir e enriquecer o debate.

Capítulo 6

“Fora do Império”: Emigrar para os Estados Unidos

Só isto:
O céu fechado, uma ganhoa
pairando. Mar. E um barco na distância:
olhos de fome a adivinhar-lhe, à proa,
Califórnia perdida de abundância
(Pedro da Silveira)

O Brasil foi, sem dúvida, o destino mais escolhido da emigração portuguesa, pelo menos até meados dos anos 50 do século XX. A geografia das deslocações, contudo, não se restringe a esta ex-colónia. Ao longo dos séculos XIX e XX a emigração transoceânica seguiu também outras rotas que eram as que ligavam o fluxo dos emigrantes europeus para as Américas, de que os Estados Unidos foram os receptores mais prolixos¹¹⁶. Podem indicar-se alguns exemplos. A emigração açoriana, tradicionalmente ligada ao Brasil, começou a deslocar-se em massa para os EUA já em meados do século XIX, com a descoberta do ouro na Califórnia. Tal como no caso da emigração para o Canadá, este fluxo irá aumentar descontroladamente a partir de meados da década de 1950 do século XX, indo gradualmente formar uma 10ª Ilha, ou a que Onésimo Teotónio de Almeida define LUSAlândia: “uma porção de Portugal rodeada de América por todos os lados” (Almeida, 1987a: 7).

A emigração açoriana para os Estados Unidos, de facto, esteve ligada ao embarque nos navios baleeiros americanos, pelo menos desde finais do XVIII, que recrutavam a tripulação em Cabo Verde e nos Açores. Além dos alistados, viajavam nos baleeiros muitos clandestinos, que eram aceites nos barcos em troca de trabalho (cf. Cabral, 2010: 283). O mesmo uso do termo *a salto*, que encontrará a sua vulgarização com a emigração clandestina para França das décadas de 60 e 70, advém provavelmente deste contexto,

¹¹⁶ Entre finais do século XIX e inícios do século XX existia também um fluxo migratório para a Europa, sobretudo para França (cf. Pellerin, 2009; Arroiteia, 1985: 118).

porque a maior parte dos emigrantes clandestinos “saltavam”, literalmente, da costa para os barcos (cf. Vieira, 2007). As passagens legais de barco dos Açores para as Américas eram, de qualquer forma, frequentes, publicitadas e divulgadas pelos meios de informação (cf. Bettencourt, 1989: 10, 11)¹¹⁷. Atente-se ainda à emigração madeirense para o Havá a partir de 1878 até, pelo menos, à primeira década de 1900 (cf. Vieira, 1990) e outros destinos Sul Americanos como a Argentina, a Demerara ou a Venezuela¹¹⁸.

Se a emigração para o Brasil quase não deixou traços na literatura açoriana¹¹⁹, não se pode dizer a mesma coisa no que diz respeito à emigração para os Estados Unidos, “Grande país do sonho e das ilusões” nas palavras de Rodrigo Guerra (1980: 104). De resto, a emigração é um dos grandes temas da literatura açoriana, a par da terra, e do mar (cf. Melo, 1978: 30) e a ilha (cf. Cabral, 2010).

[...] historicamente convertida em factor estruturante da sociedade açoriana, a emigração tornar-se-ia o acontecimento central da história dos Açores e da sua narrativa, ganhando espaço e presença numa estética literária de que a partida, a viagem e a errância [...] se constituem os temas mais pertinentes. (Bettencourt, 2003: 48)

A presença constante e o tratamento da temática migratória na literatura açoriana mereceria uma análise detalhada. Esta, contudo, não carece de estudos aprofundados (cf. Cabral, 2010; Villar, 2006; Bettencourt, 2003; Freitas, 1992; Melo, 1978; Almeida, 1983 e 1987b). Por esta razão, dispense aqui uma análise pormenorizada desta realidade e dos textos literários a ela inerentes, apontando para alguns aspectos que considero contribuir de forma marcante para a questão da representação literária da emigração

¹¹⁷ No artigo referido de Urbano Bettencourt (1989) encontram-se importantes dados históricos e sociológicos que ajudam a contextualizar a emigração açoriana. Além de causas estruturais como a miséria e a fome, o momento de maior saída foi ao abrigo do Azorean Refugee Act, em 1958, como consequência dos danos provocados às habitações, aos campos e pastagens causados pela erupção do Vulcão dos Capelinhos no Faial. Na década de 60, com o começo da Guerra Colonial, muitas pessoas emigraram para fugir ao serviço militar obrigatório que, na altura, era de 4 anos.

¹¹⁸ Sobre a emigração açoriana para os EUA veja-se, entre outros, Leite, 1989; Williams, 2005. Sobre a emigração portuguesa para a Argentina veja-se o estudo histórico de Marcelo J. Borges, 2009. Sobre a emigração madeirense para os EUA veja-se Mendonça, 2007.

¹¹⁹ “O rasto ainda assim detectável é-o apenas em Rodrigo Guerra, na referência circunstancial que ocorre em *Baleia à Vista* [...] e principalmente nas duas curtas histórias “Tristeza” e “Amor de Mãe”” (Bettencourt, 1989: 17). Neste último conto referido aparece a personagem do “brasileiro”, que não é descrito com tons depreciativos (cf. Bettencourt, 1989: 17, 18). No contexto madeirense veja-se o romance *Saias de Balão* (1946) de Ricardo Jardim, que retrata um cenário de emigração para o Brasil.

no contexto do campo literário português.

Quando, nas palestras proferidas no Brasil, Miguel Torga apontava para o mar como elo de ligação que poderia permitir uma compreensão da experiência migratória (*cf.* Torga, 1955: 143), acabava também por constatar que o Atlântico era “inexorável” (*cf.* Torga, 1955: 119), tendo condenado assim o “drama do emigrante português” ao silêncio, à impossibilidade de ser escrito (*cf.* Torga, 1955: 117).

Este mar que da costa portuguesa se projeta a partir de um cenário europeu – ainda que como rosto ou *finis terrae* – é o mesmo que rodeia o território açoriano, enclausurando-o, de certa forma. Esse mesmo mar, contudo, nas palavras de Vitorino Nemésio, seria capaz de conferir aos seres que o habitam um “instinto de amplidão”.

[...] confinados nas ilhas, não nos consideramos em cárcere. O sentimento de liberdade nos garante o poder de evasão. A mesma liberdade nos confere domicílio inviolável e nos convida a emigrar. (Nemésio, 1975: 37)

Talvez também graças àquele “instinto de amplidão” de que falava o criador da ideia de uma expressividade açoriana específica (*cf.* Almeida, 1989), a inexorabilidade do mar invocada por Miguel Torga, no contexto do arquipélago deu vida a uma literatura onde a temática migratória é preponderante, rumo àquela “captação psicológica num tão confuso e desmedido plasma emocional” (Torga, 1955: 117) que o escritor transmontano invocava.

A este ponto, torna-se importante apresentar alguns exemplos de como a temática migratória é tratada no contexto literário do arquipélago. O grupo dos contistas da Horta, fomentador cultural do contexto ilhéu na viragem do século XIX para o século XX dedicou muitas páginas à questão migratória. Nesta altura a maior cidade do Faial, era escala obrigatória para os navios que cruzavam o Atlântico, entre a Europa e a América, dando assim vida a uma literatura que representava “[...] a vida rústica das gentes do mar e da terra, dos caçadores de baleias, dos imigrantes (*calafonas*), com interesse muito para além do sociológico” (*cf.* Almeida, 1989). Encontram-se pelo menos

três características a destacar nas obras de escritores como Florêncio Terra, Rodrigo Guerra, Nunes da Rosa ou Dinis da Luz, que irei referir propondo, quando possível, um olhar comparativo com a literatura do continente até agora analisada¹²⁰.

O primeiro ponto a assinalar é que as imagens ou ressonâncias míticas do império português não são tão influentes, o que pode ser determinado pelo facto de não ser o Brasil o Eldorado imaginado pelos açorianos, mas sim os Estados Unidos, gerando o que Urbano Bettencourt define como “miragens de América” (2003: 25). Desmontando a definição antes referida, se o alcance da visão não pode ser traduzido necessariamente numa agudeza do olhar, da mesma forma também as expectativas e os sonhos inerentes à emigração podem chegar a não se concretizar (*cf.* Cabral, 2010: 306). Assim como o mito do Eldorado brasileiro tinha sido desmistificado nas obras de Ferreira de Castro, Miguel Torga ou Aquilino Ribeiro, uma sorte parecida coube ao mito da América como “país do ouro”, com a diferença de que não existe, neste segundo caso, um apego mítico-histórico à terra de imigração, mas, preponderantemente, uma relação de novidade.

Os contistas da Horta, por exemplo, mostraram como na ilha se imaginavam os EUA (*cf.* Cabral, 2010: 307-311): tratava-se de uma visão utópica, tão evidente nesta descrição de Dinis da Luz em *O Cedro da Tia Maluquinha* comparável com a miragem do Brasil/Eldorado descrita no romance *Emigrantes* de Ferreira de Castro (*cf.* Castro, 1946: 32-33).

A América! Que poderio de riqueza! Que fartura! Que deslumbramento para quem, no dorso de uma ilha enevoadas, com o gume do sacho, sustentava a filharada que ameaçava multiplicar-se como a bênção das estrelas da abóbada celestial e do lar doméstico, na visão de Abraão... [...] (Luz, 1951: 24)

Mais tarde, no conto *Oiro! Oiro!* de Vitorino Nemésio será retomada esta visão ilusória, onde o horizonte mítico funciona como estímulo da resolução a emigrar (*cf.*

¹²⁰ Vejam-se as seguintes obras: de Nunes da Rosa, *Gente das Ilhas* (1925); de Florêncio Terra, *Contos e Narrativas* (1942); de Rodrigo Guerra, *A Americana*, livro de contos que não chegou à publicação em 1924 e que foi editado em 1980 junto com outros textos do autor saídos em várias revistas. Para uma análise destas obras *cf.* Melo, 1978; Bettencourt, 2003. Sobre as obras destes três autores veja-se o estudo de Cabral, 2005: 254-272.

Cabral, 2010: 309-310). Mas a outra face da América, que já era possível vislumbrar no conto *Cenas Triviais* de Nunes da Rosa (*in Pastorais do Mosteiro*, 1904), encontrará uma representação mais ampla somente a partir da segunda metade do século XX, nas obras de Dias de Melo, Onésimo Teotónio de Almeida, Cristóvão de Aguiar e Fernando Aires, entre outros (*cf.* Cabral, 2010: 314-318)¹²¹. O espaço de desejo vai tornar-se progressivamente a ilha como miragem reflexa de um passado onde se afundam as raízes do emigrante e que, dificilmente, será reencontrado no regresso, substituindo assim a América no percurso real ou imaginado “de torna-viagem” (*cf.* Cabral, 2010: 320).

O segundo ponto a destacar é a complexificação da personagem do emigrante numa literatura de emigração que, sobretudo na sua fase inicial, representou principalmente os momentos da partida e do regresso. Na literatura açoriana não se encontram “brasileiros de torna-viagem”, mas os chamados “calafonas”, deturpação sincopada do substantivo Califórnia. Estas figuras, também “de torna-viagem”, são caricaturadas na literatura da viragem de século, mas as peculiaridades que lhes são atribuídas (da língua, da indumentária, da fisionomia e das atitudes) não são apresentadas de forma tão depreciativa, podendo-se assim diferenciar pelo tratamento os “calafonas” dos “brasileiros” (*cf.* Cabral, 2010: 326-328).

A personagem do emigrante é portanto representada na literatura açoriana com uma crescente humanização e um incipiente contraponto realista que irá encontrar uma caracterização mais pormenorizada partir da segunda metade do século XX. O conto já referido de Dinis da Luz é exemplar neste aspeto porque oferece a caracterização psicológica de uma personagem feminina que regressa à ilha viúva e pobre, ridicularizada pela população, entrando numa espiral de loucura.

Tudo suportava sem uma palavra, no silêncio da sua ausência, como se nada

¹²¹ Sobre a produção ficcional de Cristóvão de Aguiar veja-se a análise de Silva-Brummel que evidencia a representação da vivência da emigração do ponto de vista de quem fica. No caso do romance *Vindima de Fogo* (1979) a emigração reveste a forma de um mito que é parte do quotidiano e elemento essencial na formação do indivíduo (*cf.* Silva-Brummel, 1987: 229-255).

ouvisse, como se morasse no deserto. Mas aí de quem, à sua vista, lhe molestasse o velho cedro, que dava sombra às suas paredes, que lhe afastava de diante da janela a visão do mundo que a iludira. Então – só então – parecia realmente louca, alucinada e viva de emoção e raiva. Ficava, depois, horas sem fim à roda do velho cedro, consolando-o, desagravando-o, defendendo-o, como se defendesse o derradeiro mastro de salvação num naufrágio de sete mares, que veio a acabar em terra. (Luz, 1951: 24)

O terceiro ponto a destacar é a caracterização do percurso migratório na sua integridade: na ida, na estada e na volta, assim como dos seus efeitos. Enquanto a geração dos contistas da Horta dedicou-se mais às representações dos momentos da partida e do regresso do migrante, como, de resto, tinha acontecido na literatura relativa aos “brasileiros” do século XIX precedentemente analisada (cf. Cabral, 2010: 287), existem também exemplos literários que retratam mais detalhadamente a experiência migratória.

[...] entre esses dois polos – o eufórico e o disfórico, o exultante e o prudente – a ficção açoriana elegerá a América como um dos seus temas recorrentes e fará da emigração a grande narrativa insular, num processo em que a caminhada para Oeste, com as suas vicissitudes, dramas, derrotas e triunfos, é ao mesmo tempo procura e descoberta do mundo, aprendizagem da vida, abertura ao Outro e à diferença, motivo para o confronto entre o “mundo abreviado” da ilha e os espaços abertos do mundo e das suas gentes e para a construção de um imaginário que se projecta para lá das reduzidas fronteiras insulares. (Bettencourt, 2003: 26)

A este propósito os exemplos a referir são pelo menos dois, que da saga baleeira – já presente como temática na literatura do arquipélago – se expandem à temática mais abrangente da emigração. Por um lado, o romance *Mau Tempo no Canal* (1941) de Vitorino Nemésio, que anuncia a despedida dos portugueses do mar evidenciando o declínio do arquipélago como metáfora de Portugal, da sua decadência e do esvaziamento do seu império (cf. Real, 2012: 78)¹²². Por outro lado, o romance *Pedras Negras* (1964) de Dias de Melo, parte da trilogia denominada por João de Melo como “ciclo da baleia”.

Neste último romance referido encontra-se a história de vida de dois anti-heróis, dois pícaros – Francisco Marroco e João Peixe Rei – através da qual é possível vislumbrar

¹²² Sobre a temática migratória na obra de Vitorino Nemésio cf. Garcia, 1981.

a pobreza crónica não só dos Açores, mas do Portugal salazarista nos anos 60, com os ecos das mortes na guerra colonial e as novas vagas de emigração: dos Açores para os EUA e Canadá e de Portugal Continental para França. *Pedras Negras* atravessa todas as fases da emigração, incluindo a morte longe da terra de origem de João Peixe-Rei, em Cabo Horn e as peripécias de Francisco Marroco, após uma infância de sofrimento no princípio do século XX, as aventuras e desgraças do salto no baleeiro, a corrida pelas terras americanas para ganhar dinheiro e, finalmente, o regresso (cf. McNab, 1987).

Nas obras até agora referidas a ligação à terra de origem é outra presença constante, sempre relatada e fundamental para o desenrolar das narrativas, assim como para a caracterização e evolução das personagens nos percursos migratórios. Note-se que a terra de origem, no caso açoriano, é a ilha e só num segundo momento é Portugal com as suas referências aos territórios imperiais. Contudo, é possível encontrar conexões entre os exemplos literários referidos e a projeção do espaço imperial português.

A primeira tem a ver com a convergência entre literatura açoriana e literatura cabo-verdiana do movimento “Claridade” (cf. Almeida, 1989), que encontra pontos em comum quer na caracterização da experiência migratória que os dois arquipélagos – duas margens do império – partilham navegando nos mesmos navios baleeiros, quer na condição de ilhéus das personagens retratadas.

A segunda tem a ver com a revisitação da aventura migratória em chave histórica, que adquire as formas de uma “metaficção historiográfica” (cf. Hutcheon, 2004: 89)¹²³ no romance *Crónica do Despovoamento das Ilhas* (1995) de Daniel de Sá, em que as crónicas de Gaspar Frutuoso servem de modelo para reescrever o passado dos que não têm voz em onze breves narrativas que vão da fase de povoamento das ilhas até a fase de emigração

¹²³ “Metafictional novels tend to be constructed on the principle of a fundamental and sustained opposition: the construction of a fictional illusion (as in traditional realism) and the laying bare of that illusion. In other words, the lowest common denominator of metafiction is simultaneously to create a fiction and to make a statement about the creation of that fiction. The two processes are held together in a formal tension which breaks down the distinction between “creation” and “criticism” and merges them into the concepts of “interpretation” and “deconstruction”.” (Waugh, 2001: 6).

e, portanto, de despovoamento (*cf.* Brasil, 2003 e Cabral, 2006).

Aqui a geografia imperial portuguesa não é imaginada mas ligada ao território e à sua História, um dado de facto, portanto, e não uma fatalidade. Isto é, o elo de ligação a Portugal é tão afastado quanto o arquipélago dista do Continente e se aproxima aos EUA. Por outras palavras, parece que a literatura açoriana, nas suas representações da emigração, não precisou de distanciar-se do mito da geografia imperial portuguesa, porque ele não era percebido e interiorizado da mesma forma. Assim, as personagens representadas são emigrantes por si só, com a sua dignidade humana, não necessitando de ser descendentes diretos “dos Gamas ou dos Camões” (*cf.* Torga, 1955: 140) para serem reconhecidos nas suas identidades de açorianos e de portugueses.

Em suma, a emigração para os Estados Unidos, criando um distanciamento ainda maior com Portugal e as suas narrativas, acaba por complexificar e ampliar as representações da emigração. O espaço privilegiado de escrita para que isto se realize é o contexto ilhéu, no centro de um mar “inexorável” – retomando a definição de Miguel Torga – que parecia não permitir uma representação completa do drama da emigração.

Outro espaço privilegiado de escrita para que tal propósito se realize é a mesma América como local de enunciação, não em inglês mas em português. Além do exemplo da literatura açoriana, é importante, neste âmbito, recorrer às vozes de alguns exilados que participaram neste processo de escrita da temática migratória, contribuindo para uma compreensão mais profunda do fenómeno. De entre um vasto panorama de intelectuais exilados, os mais representativos neste sentido são José Rodrigues Miguéis e Jorge de Sena.

Os dois escritores, ao refletir a temática migratória – o primeiro nos seus romances e contos e o segundo nas suas crónicas, poesias e artigos – atuaram, através do distanciamento da terra de origem, uma evidente aproximação e fraternização para com os emigrantes, que lhes servirá de ponte para um regresso a Portugal que nunca chegará a

concretizar-se na realidade, mas sim, e profundamente, no ato da escrita¹²⁴.

Será então possível considerar as obras destes dois escritores como produtos “do intelectual na emigração”, espaço fundamental para a percepção do mundo, tal como Adorno, também “desterrado” nos EUA, elucidou como ponto de partida da sua obra *Minima Moralia* (cf. Adorno, 2001: 10). Espaço, este, onde o intelectual se distingue pela sua condição de estrangeiro e pelo local de enunciação a partir do qual observa o mundo e formula o seu discurso.

José Rodrigues Miguéis exilou-se nos EUA em 1934, onde permaneceu até à sua morte, depois de várias tentativas falhadas de regresso a Portugal (cf. Neves, 1990: 68, 69)¹²⁵. Como elucidava Eduardo Lourenço, o escritor viveu, ao mesmo tempo, duas condições: a do exilado – ou seja, duma ausência imposta – e a do expatriado – ou seja, duma ausência escolhida – não sendo, afinal “[...] nem uma coisa nem outra sem íntima contradição e perpétuo dilaceramento.” (Lourenço, 2001: 46). A atmosfera política do Portugal em que o escritor viveu não é suficiente para justificar o seu exílio, se não se acrescentar a este fator a condição de “andarilho de nascença” (Miguéis, 1984: 13) que o caracteriza e que o encaminhou para a procura incessante do “Outro que havia nele mesmo” (Lourenço, 2001: 47), tão evidente nas suas obras de ficção¹²⁶. Este “intelectual na emigração”, todavia, mesmo tendo vivido mais que metade da sua vida nos Estados Unidos, não saiu de Portugal – estando a maior parte da sua escrita literária dirigida ao

¹²⁴ Sobre o exílio para o Brasil e o Continente Americano veja-se Paulo, 2006/2007; Silva, 2007; Oliveira, 2010.

¹²⁵ O escritor voltou a Portugal entre 1946 e 1947, entre 1957 e 1959 e entre 1963 e 1964. Permaneceu no Brasil entre 1949 e 1950 (cf. Gago, 2012: 102). Para uma biografia de José Rodrigues Miguéis veja-se Neves, 1990. Para um estudo crítico bio-bibliográfico veja-se Kerr, 1977 e Lopes, 1961. Uma extensa bibliografia crítica da sua obra é referida nos estudos publicados em *José Rodrigues Miguéis: Lisboa em Manhattan* (2001), coordenada por Onésimo Teotónio Almeida, assim como presente em vários artigos da revista *Gávea-Brown* da Brown University. Sobre a literatura de emigração deste escritor veja-se também Silva-Brummel, 1987: 177-186.

¹²⁶ Declara o escritor numa entrevista conduzida por Carolina Matos: “A minha saída de Portugal teve o seu lado dramático pessoal, que não vem a propósito expor aqui. Está nas minhas obras. Vim pela primeira vez aos Estados Unidos, como visitante, em 1935, numa altura em que a minha vida em Portugal se tornara bastante desconfortável, pessoal e politicamente. A Censura oficial tinha-me proibido publicar, com o meu nome, nos jornais.” (in Almeida, 2001: 251).

público português e intimamente ligada ao país (cf. Lourenço, 2001: 50)¹²⁷.

Rodrigues Miguéis escreveu sempre no intervalo que separa a vida presente da ausente. Fã-lo-á como *português* e *sob fundo português* como quem tendo nascido e sido criado em Portugal, sabe como o protagonista da sua *Uma Aventura Inquietante* que não se é *estrangeiro* inocentemente quando os outros assim nos vêem e nós a eles.

É um olhar «português» que Rodrigues Miguéis passeia pelo mundo, um olhar preocupado até à crucificação pela *ideia* que os outros podem fazer de nós e até – sobretudo – pelo grau de existência que nos conferem, não a título de meros indivíduos, mas mais fundamentalmente, como *portugueses*. É esse olhar e essa perspectiva, subdeterminantes de toda a ficção e reflexão de Rodrigues Miguéis enquanto expatriado uma autêntica *literatura de exílio* e não mera ficção de toda a parte e nenhuma, como a ficção cosmopolita. (Lourenço, 2001: 50, 51)

José Rodrigues Miguéis foi um profundo observador do fenómeno migratório, da separação de classes que gerava, dos diferentes tipos de emigrantes e das conseqüentes práticas políticas e sociais de não aceitação da diferença no contexto migratório¹²⁸. A escrita “portuguesa” (cf. Sayers, 2001: 30) deste autor questiona e diferencia-se de uma escrita que se realiza dentro das fronteiras míticas de um império imaginado, porque retrata, precisamente, as suas margens e ex-centricidades (cf. Hutcheon, 2004: 57-73), revelando as evidentes incongruências do mito e proporcionando chaves de leituras diferentes da realidade.

Não é apenas a realidade e o olhar estrangeiro que lhe impõem com insistência a sua qualidade de estrangeiro. É a consciência aguda e exasperada da sua diferença que o instala num exílio que bem-estar ou sucesso temporal algum podiam apagar. Rodrigues Miguéis adorou a Bélgica, como adorou a América, mas não foi nem quis ser um novo Venceslau de Moraes. O seu destino peregrinante pode assimilar-se, ao menos como aventura de alma, ao daquele Fernão Mendes Pinto por ele tão evocado. Só que um português do século XVI vivia naturalmente na universalidade da sua presença ostensiva neste mundo [...]. Tinha pátria superlativamente. *Os Lusíadas* e *A Peregrinação* são essa maneira superlativa, para sempre obliterada, de ter pátria. O português moderno continua nela, mas apenas sob a forma de ficção. (Lourenço, 2001: 52, 53)¹²⁹

¹²⁷ Apesar de ter vivido a maior parte da sua vida nos EUA José Rodrigues Miguéis escreveu grande parte da sua obra em português e para Portugal. Sobre o que escreveu sobre a sociedade Norte Americana cf. Sayers, 2001: 30.

¹²⁸ O escritor viveu na Bélgica uma primeira aproximação com os contextos migratórios. Em Bruxelas entrou em contacto com os imigrantes russos, entre os quais a sua futura mulher. Desta experiência, terá surgido a inspiração para os livros *Léah* (1958) e *Nikalai! Nikalai!* (1971) (cf. Neves, 1990: 63). Por exemplo, em *Léah*, o conto *Regresso à Cúpula da Pena* é a história dum expatriado que regressa a Portugal depois de 20 anos.

¹²⁹ A este propósito, veja-se também Lopes, 1961: 62-63.

É a condição do homem estranho em país estrangeiro que caracteriza muitas páginas da obra deste escritor, condição que, em 1963, será explorada também por Herberto Helder em *Os Passos em Volta*¹³⁰. Zacarias, emigrante na Bélgica e personagem de *Uma Aventura Inquietante* (1958), é acusado de um crime que não cometeu, é um estrangeiro em terra estranha e um estrangeiro para si mesmo, tal como Meursault de *O Estrangeiro* (1942) de Albert Camus. A posição do protagonista de *Uma Aventura Inquietante*, é socialmente situada no contexto português: ele, como escreve Eduardo Lourenço, poderia ser considerado um novo e modesto Fradique Mendes pela maneira como explica e fala de Portugal (*cf.* Lourenço, 2001: 49).

José Rodrigues Miguéis, como “intelectual na emigração” (Adorno, 2001: 10), fez do sentir-se estrangeiro não somente um caminho para a introspeção da própria identidade mas também uma maneira de viver Portugal e sentir-se português: “Era a minha maneira de continuar a viver em Portugal, sem lá estar”¹³¹, como escreveria em *Um Homem Sorri à Morte com Meia Cara* (1959). Consequentemente, o exílio permite a consciencialização da condição intrínseca de cada ser humano como estrangeiro para si mesmo, isto é, no momento em que, usando as palavras de Julia Kristeva, “surge a consciência da minha diferença”, desvela-se a “face oculta da nossa identidade” e o “espaço que arruína a nossa morada” (Kristeva, 1994: 9).

No conto *Gente de Terceira Classe*, contido na coletânea de 1962 que prende o título desta mesma narrativa, nota-se uma identificação profunda entre o narrador e os sujeitos migrantes marginalizados, sejam eles portugueses ou de outras nacionalidades. O contexto desta escrita ocorre na experiência do autor real na primeira viagem que o levará até aos EUA. Na primeira etapa, no transatlântico *Arlanxa* que regressava da América do

¹³⁰ Refiro-me aqui ao conto *Escadas e Metafísica*, história do regresso a Lisboa por parte de um sujeito anónimo que constrói através da referência ao seu fluxo de consciência e à experiência de uma viagem de volta a uma cidade conhecida. Refiro-me também ao conto *Polícia* onde o narrador é um jovem clandestino que vive em Bruxelas (*cf.* Helder, 2006. 67-73 e 25-32).

¹³¹ José Rodrigues Miguéis considerava-se “[...] um escritor português, com a missão de interpretar o seu país de origem e de levá-lo ao conhecimento dos seus conterrâneos.” (Sayers, 2001: 26).

Sul, fazendo escala na Madeira, em Lisboa e Southampton, o escritor encontrou muitos portugueses de “torna-viagem”: “[...] no bojo mercenário um punhado de viajantes da casta de todas a mais triste: os de torna-viagem.” (Miguéis, 1984: 12). O fruto deste encontro é a narrativa antes referida, sob a forma de um “Jornal de bordo”.

São portugueses que o narrador encontra e com os quais quer identificar-se sem alcançar completamente o seu intento (*cf.* Lourenço, 2001: 53). São portugueses que regressam e outros que seguirão o mesmo caminho de quem os observa: de Southampton aos Estados Unidos. São “gado humano”, gente de terceira classe que afligem o espírito do observador, separados por uma fronteira daquele mundo a que o narrador pertence, o “[...] mundo dos homens, onde há luz elétrica a jorros, tintilam copos e rangem violinos.” (Miguéis, 1984: 13).

– Onde é que eu posso passear a bordo? Aqui não há lugar nem para esticar as pernas.

Ele olha-me cortesmente na fatiota nova, comprada para a jornada e diz:

– Oh, o senhor pode passear onde quiser. Isto aqui – acrescenta com um jeito desdenhoso – é só para espanhóis e portugueses!

Supõe-me com certeza passageiro de outra classe. Irrito-me:

– Obrigado. Eu também sou português!

Ouçõ o lacaio murmurar, perfilado atrás de mim:

I'm sorry, sir! (Miguéis, 1984: 13)

É um gesto solidário e fraterno o do protagonista e narrador deste conto, um “escritor”, tal como se define na narrativa, que desejaria que não existisse uma separação tão evidente entre classes, “(Começo a compreender, com espanto, o que me move: um desejo de identificação com os humildes deste mundo...)” (Miguéis, 1984: 14). Mas além de se incomodar com esta separação de classes e com quem a aceita, o escritor/narrador também se incomoda e desilude com os mesmos emigrantes, os que são capazes de falar somente de uma riqueza material que pouco lhe interessa: “[...] é diante destes que eu às vezes pergunto, angustiado, se o Povo existe, se ele ainda existe.” (Miguéis, 1984: 29).

Esta evidente tensão política e social que fratura o sujeito, incluindo-o em “classes”, irá atenuar a sua presença em outros contos de emigração (veja-se *Natal Branco*, *O Cosme*

de Riba-Douro, *O Viajante Clandestino em Gente de Terceira Classe e Inauguração em Paços Confusos*, 1969)¹³², onde é dada maior atenção ao sujeito migrante em detrimento da reflexão do narrador/observador, na tentativa de entrar à fundo na sua psicologia, como é o caso da história de Seu Tomás, no conto *O Viajante Clandestino*.

Sonhava com a América havia muitos anos. Vinha em busca dela como, quatrocentos anos antes, e mais, os seus antepassados (isto é um modo de falar) tinham andado em demanda da Terra Firme, do El Dorado e do Xipango. Esses porém eram mais felizes [...] (Miguéis, 1984: 43)

Como “[...] intelectual observador e solidário que se identificava com as pessoas do mundo” (Baden, 2001:157) o escritor identificou-se com os imigrantes portugueses nos Estados Unidos, através da sua escrita literária¹³³. É importante notar, a este ponto, que a procura das raízes históricas dos migrantes reduz-se a um simples “modo de falar” (Miguéis, 1984: 43), a uma mitologia que o narrador denuncia com uma afirmação curta, aguda e entre parêntesis, e com a narração de uma saída das fronteiras do império que não é feliz, mas que, pelo menos, espelha uma realidade social de seres que necessitam ser retratados na sua dignidade humana. O narrador identifica-se com Seu Tomás (*cf.* Baden, 2001: 156), mas trata-se de uma identificação que encontra a sua plenitude somente na ficção, ao contrário do que foi a experiência do autor real nos EUA, na tentativa falhada de interação e convivência com os migrantes, como o mesmo admite.

[...] levado pela paixão política (de que me julgava divorciado) e o meu amor a Portugal e à Democracia, cometi o erro de me devotar demasiado aos problemas dos imigrantes e de me apaixonar pela gente portuguesa, não só de Massachusetts, Rhode Island, mas de Nova Iorque e New Jersey. [...] Em tempos acreditei que o dever do escritor era o de consagrar-se aos seus deveres “sociais” antes de produzir. Esta atitude resultava num sectarismo ao serviço da teoria da “literatura como arma” (Miguéis, *in* Almeida, 2001: 253, 257)

Na obra de José Rodrigues Miguéis é possível encontrar a dilaceração que a experiência migratória vivida provoca aquando da sua convivência com as comunidades

¹³² Para uma análise crítica de *Gente de Terceira Classe* veja-se também Gago, 2012.

¹³³ Veja-se, a este propósito, também o conto *Natal Branco*: “[...] é nestes momentos de convívio que eu me sinto mais nosso, mais deles, mais orgulho dos simples, mais enternecido” (Miguéis, 1984: 62); e o conto *O Viajante Clandestino*: “Também vinha a bordo um passageiro, um só, de que não rezavam os livros de navegação e que não pagara a passagem [...]” (Miguéis, 1984: 39).

de emigrantes. Esta decorre na experiência de um “intelectual na emigração” que, ao mesmo tempo, procura identificar-se com os outros emigrantes, os de “terceira classe”. A voz do escritor provém, portanto, do espaço do desenraizamento (*cf.* Todorov, 1999: 27), que consegue captar os efeitos desta maneira de estar e de ser e representá-la na escrita literária, num esforço que, para o autor real, se torna frustrado.

Tratar-se-á, em suma, de uma representação da emigração que surge na literatura portuguesa como um grito que de longe chega a Portugal em ressonâncias, mostrando “miragens” (*cf.* Bettencourt, 2003: 25) nem sempre de sucesso, mas de outros mundos, outras realidades, outras “Américas”, outros países possíveis além das fronteiras propostas pela geografia imperial propagandeada naquela altura pelo regime fascista.

Se na obra de José Rodrigues Miguéis a complexidade identitária entre o ser português, emigrante, exilado e expatriado representa uma inquietação constante e nunca resolvida, no caso de Jorge de Sena os conflitos identitários sobre essa mesma complexidade tornam-se mais nítidos¹³⁴. Nos versos da poesia “Em Creta com o Minotauro”, por exemplo, torna-se clara a maneira como Jorge de Sena se vê enquanto “intelectual na emigração” (*cf.* Adorno, 2001: 10) e como outro dentro de si mesmo (*cf.* Kristeva 1994: 9).

Colecionarei nacionalidades como camisas se despem,
se usam e se deitam fora, com todo o respeito
necessário à roupa que se veste e que prestou serviço.
Eu sou eu mesmo a minha pátria. A pátria
de que escrevo é a língua em que por acaso de gerações
nasci. E a do que faço e de que vivo é esta
raiva que tenho de pouca humanidade neste mundo
quando não acredito em outro, e só outro quereria que
este mesmo fosse. Mas, se um dia me esquecer de tudo,
espero envelhecer
tomando café em Creta
com o Minotauro,
sob o olhar de deuses sem vergonha.
[...]

¹³⁴ A bibliografia crítica da obra de Jorge de Sena é vasta, abrangendo a produção académica, textual e poética do intelectual. Para os efeitos desta tese foram consultadas os seguintes estudos: Silva, 2006; Lourenço, J.F., 1987; Sena e Lourenço, 1991; Picchio, 1983; bem como as notas prévias da coleção de obras completas do autor coordenada por Jorge Fazenda Lourenço (*cf.* Sena, 2011a,b; 2012; 2013).

Em Creta, com o Minotauro,
sem versos e sem vida,
sem pátrias, nem ninguém,
que não o dedo sujo,
hei-de tomar em paz o meu café.
(Sena, 2013: 516, 518)

No caso deste poeta, o corpo que se torna pátria é necessariamente o local de enunciação escolhido pelo autor e a língua portuguesa não se faz completa e messiãnicamente pátria na acepção pessoana, mas torna-se uma coincidência geracional que comporta o peso de uma herança, de um património que implica uma identificação identitária que o autor não recusa, mas pensa criticamente¹³⁵.

Não tendo propriamente escrito narrativas de emigração, as reflexões de Jorge de Sena sobre a sua condição de “intelectual na emigração”, assim como sobre a própria interação com os emigrantes, tornam-se neste âmbito muito interessantes¹³⁶. No livro publicado em 2011 sob o título *América, América* – que, nesta publicação póstuma, decalca o célebre romance/encenação de Elia Kazan – o autor discorre acerca da sua experiência americana, bem como da cultura e política dos Estados Unidos, deixando bem clara a sua posição de diferença em relação aos emigrantes. Nestes textos, este “intelectual na emigração” (Adorno, 2001: 10) explica de forma clara que o seu exílio foi uma escolha política – de aversão ao regime ditatorial – e profissional – por falta de apoio institucional em Portugal – antes no Brasil (entre 1959 e 1965) e, sucessivamente, nos Estados Unidos (*cf.* Sena, 2011a: 147)¹³⁷. O escritor perpetuou de longe a sua ligação

¹³⁵ A este propósito leiam-se os versos que Sophia de Mello Breyner Andresen dedicou ao poeta “Não és navegador mas emigrante/ Legítimo português de novecentos/ Levaste contigo os teus e levaste/ Sonhos fúrias trabalhos e saudade;/ Moraste dia por dia a tua ausência/ No mais próximo fundo das profundas/ Cavernas altas onde o estar se esconde” (Andresen, 2004: 41).

¹³⁶ Destaco os seguintes textos em *Rever Portugal* (2011b): “Fugas de Portugal”; “A Comunidade de Estados Portugueses”; “Mensagem à Comunidade Portuguesa”; “Saudação para o Dia das Comunidades”; “Carta aberta ao Ex.^{mos} Secretário e Sub-secretário da Emigração”. Em *América, América* (2011a): “Testemunho Pessoal sobre viver nos Estados Unidos da América”; “Os americanos e as línguas, e a língua portuguesa na América”; “Os estudos de Português na América” e “Ser-se emigrante e Como”.

¹³⁷ Jorge de Sena aproveitou o convite para participar no IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros na Universidade da Bahia em Agosto de 1959, para permanecer no Brasil, integrando-se neste país numa rede já existente de exilados políticos portugueses e de opositores ao regime, entre os quais Adolfo Casais Monteiro, Vítor Ramos, João Sarmento Pimentel, Fernando Lemos e Humberto Delgado (*cf.* Lourenço, J. F. *in* Sena 2011a: 20-21).

com o país de origem, sobretudo na sua estadia na Califórnia, onde existia uma grande comunidade de portugueses e luso-descendentes, que lhe permitiu destacar-se como figura de referência da cultura do seu país, ao mesmo tempo que se deparava com a marginalidade dos estudos portugueses nos EUA e, sobretudo, com a indiferença com que os emigrantes eram tratados: invisíveis nos Estados Unidos e também em Portugal e para quem os representasse em âmbito institucional e académico.

Em 1970, aceitando o convite da Universidade da Califórnia, para este Estado me mudei, com a promessa de que viria desenvolver os estudos de Português e os de Literatura Comparada em Santa Barbara, o que tenho tentado fazer. Mas desde logo senti que estava num outro mundo [...], um mundo aonde os portugueses, ainda que fizessem tudo para ser invisíveis, *existiam*. (Sena, 2011a: 160-161)

Entre vários textos do volume antes referido destaco o intitulado “Ser-se emigrante e como” onde o autor, refletindo sobre a sua experiência californiana, afirmava que havia uma grande diferença entre o ser-se ou não emigrante económico. Ele não se diferenciava desse grupo num plano mais amplo, mas acabava por ter que constatar a sua diferença enquanto “intelectual na emigração”.

Antes de mais, e no que direi, não quero que ninguém veja ou imagine que me separo ou distingo dos outros imigrantes (nunca nos esqueçamos de que para a pátria ingrata que se congratula de nos ver pelas costas, somos emigrantes com *e*, já no latim do *ex* que nos punha fora; e de que passamos a ter *i* de estar *in*, já nos latins das nossas origens linguísticas, no país que nos acolhe, ou em que nos obstinamos em sobreviver.) (Sena, 2011a: 147)

“O imigrante ou emigrante”, escrevia Jorge de Sena “[...] é então só aquele que, vivendo no estrangeiro, conserva a sua nacionalidade de origem?” (Sena, 2011a: 154). Para responder a esta pergunta o intelectual começava por demarcar uma distinção que ele definia como a “enorme”, diferença entre “entrar por baixo e entrar por cima”. A partir desta constatação ele distinguia a sua posição em relação à de muitos outros seus compatriotas, num primeiro momento, criticando a atitude da classe intelectual portuguesa que, na sua opinião, não emigra nem se exila (*cf.* Sena, 2011a: 152, 153).

Jorge de Sena definia a seguir, por contraste, o perfil de quem entra por baixo: “[...]”

a gente pobre ou remediada que vendeu o que tinha para se estabelecer no estrangeiro [...]”. Ele e a sua família não entram nesse grupo, mas o percebem e se identificam com ele, constatando a existência das diferentes razões das suas invisibilidades (cf. Sena, 2011a: 160-162). A este propósito é interessante notar como o autor critica o uso do termo diáspora em relação à emigração no contexto português:

Por vezes, para os portugueses [...] tem sido usado o termo grego *diáspora*, aplicado à colossal dispersão de seres humanos de origem portuguesa pelo universo ao longo dos séculos [...]. Mas, quanto a mim, o uso deste termo deve ser feito com certas qualificações, e tendo em mente, pelo que tem que ver com a Península Ibérica, a que foi primeiro aplicado aquele helenismo. (Sena, 2011a: 148)¹³⁸

Os escritos de Jorge de Sena e de José Rodrigues Miguéis, acabam por desmontar o mito da dispersão da pátria portuguesa, denunciando as evidências de uma emigração que claramente foge das fronteiras imperiais, mas que, enclausurada nelas, com dificuldade consegue uma projeção de voz capaz de ser ouvida.

Em conclusão, Portugal, visto das Ilhas ou dos Estados Unidos revela-se então no pleno da sua condição de país semiperiférico (cf. Santos, 1993) e o seu império mostra-se mais pequeno e imaginado do que quando visto do Continente, ou mesmo do Brasil. Um país de que se exilam intelectuais inconformados e “hilotas” fartos de serem pobres.

¹³⁸ A este propósito, veja-se também o que, na “Breve Introdução” a *O Labirinto da Saudade* Eduardo Lourenço escrevia sobre a utilização do termo diáspora no contexto português: “[...] nunca houve nem há diáspora nenhuma que toque os portugueses. [...] A nossa dispersão ao longo dos séculos e em particular o êxodo contemporâneo são de nossa exclusiva responsabilidade, determinadas pela pressão secular de uma indigência pátria a compensar, ou por uma vontade bandeirante de aceder à custa de outros a melhor vida. Tudo o resto é fábula. A única diáspora da nossa história foi aquela que por pressão da catolicíssima Espanha impusemos em tempos aos nossos judeus [...]” (Lourenço, 2013b: 20).

Capítulo 7

“Fora do Império”: Emigrar para a Europa

Georges: vem ver o sol
nos olhos do meu povo em Champigny
[...]
nem é terra que falta Georges: é pão
[...]
anda ver Portugal a um bairro pobre
anda vê-lo em Paris sem mar e sem pinheiros.
Nanterre St.-Denis Aubervilliers Champigny.
(Manuel Alegre)

Durante o longo período ditatorial a ideologia fascista do regime projetava Portugal no contexto mundial através da extensão geográfica do seu império. Era esta uma cartografia que, idealmente, se sobrepunha à do território europeu fechando-se em si mesma e virando as costas, quer ao velho continente, quer ao mundo (cf. Alegre, 2002: 33). Isto ocorria, por exemplo, no mapa “Portugal não é um país pequeno” divulgado na Exposição Colonial do Porto (1934) onde, através desta invasão figurada, se demonstrava o tamanho da Nação em relação ao território do velho continente e também a sua autonomia em comparação com ele¹³⁹. A realidade, contudo, era outra e algumas décadas mais tarde, o contexto da emigração e dos exílios antecipa, de certa forma, o regresso à Europa que se concretizará, no plano político, só depois do 25 Abril de 1974 e a sucessiva integração do país no espaço europeu, em 1986.

Nos versos referidos em epígrafe, Manuel Alegre, exilado político em Paris desde 1964, reescrevia *Lusitânia no Bairro Latino* invocando, mas sobretudo interpelando António Nobre à luz do seu presente¹⁴⁰. Um presente, o deste escritor, em que os mitos

¹³⁹ Sobre a projeção imperial de Portugal durante o Estado Novo vejam-se os ensaios contidos em Sanches, 2006.

¹⁴⁰ Note-se que António Nobre no poema *Só* evocava, por sua vez, o mote da obra de Bernardim Ribeiro *Menina e Moça*. Veja-se a este propósito o poema em três partes *Lusitânia no Bairro Latino* que é o mesmo a que Manuel Alegre se refere “.....Só!/ Ai do Lusíada, coitado,/ Que vem de tão longe, coberto de pó,/ que não ama, nem é amado,/ Lúgubre Outono, no mês de Abril/ [...] Menino e moço, tive uma torre de leite,/ Torre sem par!/ Oliveiras que davam azeite,/ Searas que davam linho de fiar, [...]” (Nobre, 2010: 32). Cf. Coelho, 2009: 253-262.

de um Portugal pobre, mas glorioso, ditados pela ditadura fascista começavam a mostrar-se como ruínas. Um tempo em que o regime constrangia uma inteira geração a uma escolha dramática: defender o nome da pátria numa guerra africana ou desertar, unindo-se àquela população que emigrava para fugir da miséria, dirigindo-se, pela primeira vez em massa além das fronteiras da tão propagada geografia imperial. Por outras palavras, “A força de trabalho portuguesa estava derramada: pela Europa, nas Américas, em África – a manter uma guerra de que os africanos colhiam vitalização crescente, mas que desvitalizava Portugal” como escreverá em 1981 Nuno Bragança, no seu romance *Square Tolstoi* (2009: 472).

De 1960 a 1970 cerca de um milhão e quatrocentos mil portugueses escolheram a Europa, quebrando assim as fronteiras do império português¹⁴¹. A emigração portuguesa das décadas de 60 e 70 é a que, de certa forma, marca ainda hoje o imaginário da emigração em Portugal. Foram muitos os que deixaram o país e foram também muitos os que fugiram clandestinamente, *a salto*, não nos navios baleeiros como os açorianos, mas neste caso através de uma longa caminhada pela Península Ibérica até além dos Pirenéus. O principal destino era a França, mas os portugueses iam também para a Alemanha e Inglaterra¹⁴².

Com o sucesso do Plano Marshall (1947), que visava a reconstrução dos países devastados pela Segunda Guerra Mundial, nações como a França e a Alemanha necessitavam de e recrutavam mão-de-obra estrangeira. De Portugal muitos partiram por razões meramente económicas: fugia-se da miséria consagrada pela ditadura. Mas outros, em menor número, fugiam por causa da repressão política e moral do salazarismo, das

¹⁴¹ Para mais informações sobre os números e os tipos de fluxos migratórios relativos a este período ver Serrão, 1974; Godinho, 1978; Baganha, 1994; Pires *et alii*, 2010.

¹⁴² É importante especificar que a emigração portuguesa para França remonta aos finais do século XIX. Durante a Primeira Guerra Mundial muitos membros do Corpo Expedicionário Português acabaram por ficar em solo francês e no período entre as duas grandes guerras verificou-se um incipiente fluxo migratório para esse país que precisava de mão-de-obra após o conflito (*cf.* Pellerin, 2009; Arroiteia, 1985: 118).

incorporações obrigatórias nas Guerras Coloniais e, mais tarde, também das promessas de modernização da primavera marcelista. Com os emigrantes, portanto, abandonavam a pátria refractários e desertores da guerra colonial, bem como intelectuais e resistentes¹⁴³. Além dos casos já referidos de Jorge de Sena, José Rodrigues Miguéis e Manuel Alegre, António Sérgio em Espanha, Jaime Cortesão em Espanha e depois no Brasil, Raul Proença em França, Eduardo Lourenço no Brasil e depois em França, Hélder Macedo em Inglaterra, entre outros, são todos “intelectuais na emigração” – voltando à definição de Adorno (2001: 10) – cuja condição de desenraizamento (*cf.* Todorov, 1999), devida a razões ideológicas e políticas, os levou a uma convivência diária com os emigrantes assim como, em alguns casos, à compreensão da sua condição¹⁴⁴.

Neste âmbito, o papel da literatura dos exilados do regime ditatorial torna-se muito relevante, porque os testemunhos literários que eles deixaram das suas experiências e convivências com os emigrantes adquirem importância no contexto da literatura de emigração. O exemplo de Manuel Alegre é um dos mais representativos. O poeta dedicou vários poemas à emigração nos seus dois primeiros livros, *A Praça da Canção* (1965) e *O Canto e As Armas* (1967)¹⁴⁵. Ambas as publicações foram objeto de censura, não impedindo, contudo, a sua circulação em clandestinidade¹⁴⁶. Estas, de facto, inspiraram grande parte dos movimentos que se opunham ao regime¹⁴⁷. No poema

¹⁴³ O exílio para França, assim como para Madrid, tinha começado depois da primeira tentativa de revolução, em 1927, indo formar o grupo denominado por “Budás” de que faziam parte, entre outros, Jaime de Morais, Jaime Cortesão, Alberto Moura Pinto e João Sarmiento Pimentel. Seguidamente, o movimento dos “Budás” irá expandir-se para o Brasil. Sobre a questão dos exiliados existe uma bibliografia que ainda carece de sistematização e estudos. Sobre os exílios para França *cf.* Clímaco, 1998; Farinha, 1998; Paulo, 2006/2007 e 2014, que se referem aos exílios até cerca de 1940.

¹⁴⁴ Sobre o papel da literatura produzida pelos exilados o estudo de Marie Isabelle Vieira refere alguns romances de Urbano Tavares Rodrigues, Álvaro Manuel Machado, José Martins Garcia e Amadeu Lopes Sabino (*cf.* Vieira, 2010: 155-157 e 222-224).

¹⁴⁵ Em *O Canto e As Armas*: Canto IV “Emigração”; “Vão-se os homens desta terra”; “E alegre se fez triste”; “Paris não rima com meu país”; “Lágrimas Azuis”. Canto V: “Lusíada Exilado”; “Portugal em Paris”; “Exílio”; “Pátria Expatriada”; “Os dois sonetos do amor de Ulisses”; “Lusíada exilado”. Em *Praça da Canção*: “Trova do Emigrante”.

¹⁴⁶ *O Canto e As Armas* foi proibido a 15/12/1967 enquanto *Praça da Canção* foi proibido a 8/3/1968 (*cf.* Azevedo, 1997: 586).

¹⁴⁷ Pense-se no movimento da Música Popular Portuguesa (MPP): a “Canção do Desterro (Emigração)” de José Afonso (no LP de 1970, *Traz Outro Amigo Também*) assim como o já referido “Cantar de Emigração”

“Portugal em Paris” é possível notar que o distanciamento inicial entre o “poeta militante” e “solitário” e o povo português “derramado na Gare de Austerlitz” e “anónimo”, acaba com a identificação do poeta com os emigrantes.

[...]
Solitário por entre a gente caminhei contigo
os olhos longe como o trigo e o mar.
Éramos cem duzentos mil?
E caminhávamos. Braços e mãos para alugar
meu Portugal nas ruas de Paris.
(Alegre, 2009: 150)

Manuel Alegre retrata nestes versos um povo anónimo que habita silenciosamente as ruas da capital francesa. Colocando-se no lugar de observador solitário, faz do seu poema um testemunho. Ele, poeta e militante, está presente e recorre à linguagem poética para evocar os pedaços dispersos de uma pátria “derramada”. O facto de o poeta também se encontrar nas mesmas ruas de Paris (que se torna explícito no penúltimo verso do poema: “E caminhávamos”), deixa entender que ele também se inclui nesta pátria, mas tem uma posição diferente em relação à massa de que fala. Tem, efetivamente, quer uma arma (a sua mesma palavra), quer uma argumentação clara sobre o regresso, que descobriu no decorrer do seu exílio: “descobrir Portugal em Portugal”, desmontando e questionando a geografia imperial imaginada pelo regime¹⁴⁸.

A saída maciça de portugueses de 1957 a 1974, período em que emigraram, legal e ilegalmente, mais de um milhão e meio de cidadãos para destinos europeus, contribui para enfraquecer a ideia de Nação entendida segundo os preceitos salazaristas, como bem demonstra a investigação histórica recentemente realizada por Victor Pereira.

[...] Em 1974, após 20 anos de emigração, existem mais portugueses em França do que nas províncias do ultramar depois de 450 anos de colonização! Num só ano, 1970, as idas para França são da mesma ordem das idas para

de Adriano Correia de Oliveira (no LP de 1970, *Cantaremos*) e a canção “Emigração” do ano seguinte (no LP *Gente de aqui e de agora*), entre muitas outras que enfrentam denúncias a situação da emigração.

¹⁴⁸ Note-se que o tema principal dos primeiros dois livros de Manuel Alegre é, sem dúvida, o regresso e que este regresso invocado não é só do poeta, mas também de Portugal à Europa. O seu exílio será, de qualquer forma, sem remédio, porque o regresso se torna uma nova chegada. A este propósito veja-se a reflexão de Emelda Loureiro que propõe a dicotomia entre o povo português e o poeta/Ulisses de um lado e a pátria portuguesa e Penélope de outro (*cf.* Loureiro, 1998: 117-119).

Angola e Moçambique entre 1957 e 1974. Isto, quando as partidas para a França são oficialmente restringidas e consideradas como inoportunas e as partidas para as províncias ultramarinas não cessam de ser oficialmente encorajadas (Pereira, 2014: 48)

Os portugueses que emigraram ilegalmente não podiam, neste contexto, ser considerados servidores da pátria. Eram, pelo contrário, julgados traidores, sobretudo a partir de 1961, com o início da Guerra Colonial. Isto é, perder voluntariamente a nacionalidade representava um atentado à integridade da Nação (*cf.* Paulo, 1998: 320). Nesses termos, portanto, a emigração devia ser impedida, ou pelo menos desencorajada. Ao mesmo tempo, a pobreza que levava muitos a emigrar figurava no discurso do Estado Novo como um dos valores essenciais da Nação e não era contemplado como um dos factores que mais incentivavam as partidas. Tudo isto estava patente nos discursos de Salazar, com que o ditador tentava captar a intuição profunda do povo, orientando-o para um destino nacional glorioso (*cf.* Gil, 1995: 12).

A todos os que são nossos ou desejem sê-lo havemos de dizer, claro e alto, em nome da Nação a reconstruir, que às forças da Ditadura se exige Disciplina, Homogeneidade, Pureza e Ideal. Não estão connosco os que preferem a obediência à sua liberdade de acção, nem os que sobrepõem às directizes superiormente traçadas às indicações da sua inteligência, ainda que esclarecida, ou os impulsos, ainda que nobres, da sua vontade. Não estão connosco os que não sentem profundamente os princípios essenciais de reconstrução nacional, os que restringem a sua adesão àqueles com quem concordem ou lhes convêm, nem os que entrem e fiquem ainda de fora, recebendo de mais de uma parte indicações e ordens. Não estão connosco os que pensam tirar da sua adesão título de competência, os que buscam uma vantagem em vez de um posto desinteressado de combate, os que não sentem em si nem dedicação para servir a Pátria nem disposição para sacrificar-se pelo bem comum. (Salazar, 1961: 183)

“Não estão connosco”, com a Nação, portanto, os emigrantes que iam em clandestinidade procurar trabalho numa Europa em reconstrução, pois estes escapavam, voluntária ou involuntariamente, às redes de controle geridas pela máquina do Estado. Note-se, portanto, que pelo discurso oficial o emigrante poderia sair do país mas não da pátria, representando-a e continuando a contribuir para o seu crescimento, mesmo quando se encontrava além fronteiras. Ou seja, quer numa primeira fase (de 1926 até o

fim da Segunda Guerra Mundial)¹⁴⁹, quer numa segunda (de 1945 até 1956)¹⁵⁰, existia, na política do Estado, uma preocupação para com os emigrantes, na tentativa de criar vínculos entre estes e a pátria. O discurso oficial apelava à vocação dos portugueses emigrantes como descendentes diretos dos protagonistas da expansão ultramarina, ou seja, como novos heróis e continuadores do destino “peregrino” do povo (*cf.* Paulo, 1998: 291-326; Pereira, 2015: 25-28).

Todavia, a partir dos anos 60 a situação daqueles que o Estado Novo imagina como colónias portuguesas além das fronteiras do império principiam a desenhar novos rumos, visto o elevado número de emigrantes que, por via legal, mas sobretudo ilegal, saiu de Portugal com destino aos países europeus ou aos EUA. Numa terceira fase (de 1957 a 1974), é possível constatar que o discurso do Estado Novo sobre emigração mudou significativamente perante a evidência de um novo fluxo (o europeu) que, com mais dificuldade, se encaixava na ideia de integração dos emigrantes como servidores da pátria, como tinha acontecido previamente através das tentativas de controle das colónias de emigrantes no Brasil (*cf.* Paulo, 1998: 323-326).

A emigração tornava-se então um problema para o Estado, porque a grande mobilidade das classes populares se mostrava prejudicial para a sua estabilidade, ainda baseada numa economia latifundiária e num sistema de empresas de médio-baixas dimensões que, beneficiando de um excedente de mão-de-obra, conseguiam manter baixos os salários dos trabalhadores. Enquanto, dantes, a maior parte dos emigrantes se deslocava para destinos americanos – onde já, em alguns casos, estavam presentes colónias de portugueses que podiam, aos olhos da Nação, ser incluídas dentro das

¹⁴⁹ Numa primeira fase, da instauração do regime até ao fim da Segunda Guerra Mundial, foram construídas as bases para o controle do fenómeno migratório. Isto foi realizado graças à promulgação de uma série de decretos que se apoiavam ainda no Regulamento Geral dos Serviços de Emigração da Primeira República e que pretendiam melhorar as condições económicas e culturais dos emigrantes e o controle das saídas de forma a que estes mantivessem sempre um vínculo com a pátria e a soubessem representar e respeitar (*cf.* Paulo, 1998: 297-310).

¹⁵⁰ Numa segunda fase (de 1945 e 1956), além destas preocupações, houve uma acentuação do discurso nacionalista e uma tentativa falhada de canalizar os fluxos para o na altura chamado Ultramar (*cf.* Paulo, 1998: 310-320).

fronteiras do projeto imperial e por isso podiam, de certa forma, ser controladas – os novos emigrantes começaram a escolher um destino diferente (*cf.* Paulo, 2000: 23)¹⁵¹.

A este propósito, o historiador Victor Pereira (2014: 13-93) apresenta com clareza a mudança do discurso oficial perante o fenómeno migratório relativo às décadas de 60 e 70 e a instabilidade do país perante a nova corrente de fluxos. No momento em que o país entrava a fazer parte da EFTA (1959), apoiando a posição de uma parte da elite nacional que exigia uma abertura de modernização, o governo de Salazar mantinha ao mesmo tempo de pé o projeto colonial ultramarino, apoiando assim outra facção da elite, mais tradicionalista, que recusava a industrialização e voltava as costas à Europa. Junte-se a guerra colonial que, de 1961, se prolongará durante quase 14 anos e que será crucial para o fim do regime, em 1974.

A emigração para os destinos europeus começou, portanto, a ser vista como uma ameaça para a estabilidade do país, não somente para as suas já fracas economias agrícola e industrial, como para o papel e a visibilidade de Portugal na Europa e no mundo. Com efeito, este fenómeno punha em causa não somente a posição do país, bem como os valores morais e religiosos dos portugueses que emigravam e que, em França, assim como em outros países, se confrontavam com novas formas de emancipação e consciencialização políticas e sociais que não eram bem vistas pelo regime e deviam ser controladas.

Contudo, os inúmeros decretos e as mudanças de regulamentação que a Junta da Emigração (e, sucessivamente, o Secretariado Nacional da Emigração) aplicou para impedir as saídas legais, nem sempre foram respeitados, sendo possível considerar a clandestinidade como parte da política migratória de uma “ditadura da administração”,

¹⁵¹ Em França também foram instituídas associações de emigrantes controladas pelos consulados, apesar da fraqueza da presença das instituições portuguesas em solo francês (*cf.* Pereira, 2009: 22, 23), se comparadas com as presentes, antes e na mesma altura, no Brasil (*cf.* Paulo, 2000).

como a define Victor Pereira (*cf.* Pereira, 2014: 127-171)¹⁵². O Estado agiu assim de forma dúplice em matéria de emigração, desencorajando a emigração clandestina mas deixando-a acontecer, também durante o governo de Marcelo Caetano (1968-1974), apesar das tentativas de usar a emigração ao serviço da modernização do país¹⁵³. O historiador Victor Pereira, não por acaso, fala de “ineficiência e fragilização” como modo de governo em relação às políticas migratórias portuguesas (*cf.* 2014: 419). A ineficiência, por um lado, “permite [...] privar os portugueses de direitos outorgados pela legislação” e a fragilização da população, por outro lado, impede os “[...] portugueses de emigrar legalmente” forçando-os à clandestinidade (Pereira, 2014: 422).

Todavia, ao mesmo tempo que a clandestinidade era instrumentalizada pela política migratória, existia, por sua vez, também todo um “repertório de ação” (*cf.* Pereira, 2014: 260-287). Isto é, existiam redes migratórias que se inseriam nos recursos de uma “sociedade providência” (*cf.* Pereira, 2014: 294) capazes de viabilizar os processos de partida e contornar uma legislação em contínua mudança.

Os camponeses portugueses estão, portanto, habituados a transgredir sempre as regras sem o saberem e a pagarem a posteriori uma multa, quando um funcionário do Estado o constata e decide sancionar a infração. (Pereira, 2014: 289)

Considere-se também que a emigração era um fenómeno evidente e conhecido na altura e são inúmeros, nas décadas de 60 e 70, os artigos publicados na imprensa periódica que retratam e em alguns casos denunciam o fenómeno, quer do lado português, quer do lado francês¹⁵⁴. Não por acaso, dois livros que mais adiante serão analisados – *França: a emigração dolorosa* (1963) de Nuno Rocha e *As Histórias Dramáticas da Emigração* (1969) de Waldemar Monteiro – constam da edição em conjunto de

¹⁵² Sobre o papel da Junta de Emigração veja-se o estudo de Galvanese, 2013.

¹⁵³ Além dos estudos já referidos, sobre este aspecto veja-se também Santos, 2004.

¹⁵⁴ São inúmeros os estudos que recorrem a artigos de jornais e a publicações periódicas como fonte de pesquisa, o que pode comprovar a presença de uma copiosa produção jornalística sobre o tema. Nesse âmbito, entre outros, vejam-se os estudos históricos já referidos de Galvanese (2013) e Pereira (2014), bem como as análises de Brettell (1986) e de Jerónimo (2001) e toda a documentação exposta no “Espaço Memória e Fronteira” de Melgaço.

reportagens publicadas previamente em jornais, respetivamente no *Diário Popular* e no jornal *O Século*. Tal também se pode ver no romance de Nita Clímaco, *A Salto* (1967), onde são reportados em nota de rodapé muitos recortes de jornais que denunciavam diversos acidentes ocorridos durante a emigração clandestina (Clímaco, 1967: 97 e 111).

Apesar da censura, definida por Salazar como um “corretivo necessário” (Salazar, 1959: 4), uma copiosa literatura de emigração remonta às décadas de 60 e 70. Efetivamente, o facto de não existir censura prévia no casos dos livros não impedia que os escritores não se sentissem avaliados nos processos criativos de escrita¹⁵⁵. Portanto, neste âmbito, tratar-se-á de analisar um conjunto muito heterogéneo de textos, do ponto de vista do género literário ou das suas margens, bem como da apreciação das suas qualidades estéticas. Isto é, trata-se de um corpus de obras escritas em condições precárias, publicado, censurado ou autocensurado, que faz um primeiro registo do que foi a experiência migratória portuguesa para Europa, como em parte demonstram os estudos realizados por Marie Isabelle Vieira (cf. Vieira, 2010: 205)¹⁵⁶.

Algumas narrativas de emigração passaram pelo lápis azul sem serem censuradas. Exemplo disso são os três romances de Joaquim Lagoeiro que compõem o *Tríptico da Terra*, os já referidos livros de Nuno Rocha e Nita Clímaco (1967), bem como as narrativas *Emigrados e Ofendidos* de Manuel Geraldo (1972) e *Acidente Ocidental* de Fernando Madureira (1972)¹⁵⁷.

¹⁵⁵ Sobre esta questão veja-se Rodrigues, 1977: 69-96, Azevedo, 1997: 65-70; *Arquivo Nacional Torre do Tombo. Direcção dos Serviços de Censura*: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4326865> (consultado a 5/1/2014).

¹⁵⁶ Sobre este argumento e sobre a identificação de algumas obras de temática migratória na literatura portuguesa deste período veja-se Vieira, 2007, 2010 e 2013. Na tese de doutoramento desta autora (2010) é possível ler os relatórios de censura relativos a algumas obras estudadas. Considerando arbitrarias as escolhas dos censores, a autora conclui que não era possível perceber as razões pelas quais algumas obras foram censuradas e outras não: “Des ouvrages de témoignages sont publiés mais sont immédiatement retirés du marché, la censure frappant parfois arbitrairement sans que l’on puisse comprendre les raisons de telle ou telle interdiction. Cependant, il était de plus en plus difficile de cacher la réalité de l’émigration et de la guerre.” (Vieira, 2010: 316).

¹⁵⁷ Houve mais narrativas de emigração que não foram censuradas, como, por exemplo, os romances de Maria do Pilar Figueiredo: *O Vento e as Raízes: Histórias de Emigração* (1971) que ganhou o prémio da Secretaria de Estado de Informação e Turismo e *Horizontes de Bruma* (1974); o romance *Fronteira* (1973) de Assis Esperança; o romance *O Rebate* de Rentes de Carvalho (1971); as coletâneas de contos de João de

Por outro lado, textos como os contos em forma de reportagem de Waldemar Monteiro e os estudos sociológicos de Carlos Almeida e António Barreto *Capitalismo e Emigração em Portugal* (1970); de Francisco Ramos da Costa *Emigração: fatalidade irremediável* (1973) e de António Modesto Navarro *Emigração e Crise no Nordeste Transmontano* (1973), foram impedidos de circular¹⁵⁸.

A este ponto, torna-se importante analisar algumas destas obras. No romance *O Salto* (1967) de Nita Clímaco, é possível encontrar o primeiro grande tópico que contradistingue as narrativas de emigração que surgiram nas últimas duas décadas do Estado Novo: a denúncia de como se realizava a viagem *a salto* e das condições de vida dos emigrantes em França, sempre na perspetiva do regresso. O romance referido dá prova da abundância de informação mediática acerca do fenómeno migratório português, usando tanto a imprensa portuguesa como a francesa.

A narradora onisciente desta narrativa recorre muitas vezes a artigos de jornal, reportando-os parcialmente em nota e atendendo assim para a veracidade das notícias sobre as condições miseráveis dos emigrantes portugueses durante o seu percurso (*cf.* Clímaco, 1967: 49)¹⁵⁹. Todavia, a opinião da narradora em relação ao fenómeno migratório é bem clara e em linha com as diretrizes do regime, apelando ao perigo da emigração, ao facto de esta ser um crime quando realizada em não conformidade com a

Araújo Correia, entre as quais *Terra Ingrata* (1946) e *Pó Levantado* (1974); os escritos sociológicos de António José Massano: *Emigração, problema multinacional* (1973) e Teresa Abrantes: *Emigração e despovoamento* (1974). Algumas destas obras (as de Joaquim Lagoeiro, Nita Clímaco, Maria Pilar do Figueiredo, Assis Esperança, Rentes de Carvalho e Teresa Abrantes) são referidas em Vieira, 2007: 7; 2010: 128-206 e 2013: 67. Sobre o romance *Fronteiras* de Assis Esperança veja-se também Marques, 2004: 684-685.

¹⁵⁸ Outro texto censurado encontra-se em *Retrato do Artista quando Jovem Cão Emigrante* de José David Rosa, que acabou por ser publicado em 1976 (sobre esta obra veja-se Mendes, 2009: 35, 36). Além desta obra também o romance de António Vicente Campinas, *Fronteiriços*, foi censurado em 1957. Outro romance deste escritor que trata do tema da emigração intitula-se *Três dias de Inferno* (1980). Para mais informações sobre esta obra veja-se Silva-Brummel (1987: 196-206) em que a estudiosa analisa a representação da vivência dos emigrantes em França, como uma consciencialização da humilhação a que são sujeitos e que os levará a escolher um destino diferente, que os dignifique e não os estigmatize como estrangeiros. Algumas informações sobre os livros censurados estão contidas em *Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista* (1981) (*cf.* Azevedo, 1999: 585-655). Algumas destas obras, bem como alguns relatórios da PIDE (de Waldemar Monteiro, António Modesto Navarro e António Vicente Campinas) são referidas em Vieira, 2007: 2; 2010: 128-206.

¹⁵⁹ Note-se que no mesmo ano em que saiu o romance de Nita Clímaco o realizador Christian de Chalonge divulgava a sua longa-metragem *O Salto*.

lei e denunciando as condições em que os emigrantes acabavam por viver em França. A moral do romance desvelada no final propõe o regresso do protagonista, Toino, um camponês “mais habituado a trabalhar do que a pensar” (Clímaco, 1976: 12), que voltará para a aldeia onde nasceu.

Não penso voltar [...] porque aqui está-se melhor. Lá em França a vida nem para todos é boa. São mais aqueles que passam fome e miséria – como eu passei – do que os que conseguem por dois patacos de lado. Um homem sozinho, que não tenha família, ainda se consegue governar e juntar uns francos. [...] Mas quando um tipo como eu deixa aqui a família, e se empenha para ir para França, convencido que parte para desenrascar a vida, depressa se convence que aquilo não é nenhum paraíso. (Clímaco, 1967: 181)

Certamente, a França dos *bidonvilles* – o bairro de lata mais conhecido é o de Champigny, que chegou a albergar mais de 14 mil portugueses – e do trabalho operário mal pago não era nenhum paraíso, como demonstram as cruéis descrições das condições de vida nos bairros de lata contidas no romance (*cf.* Clímaco, 1967: 96-102)¹⁶⁰. Mas o que nele permanece ocultado é o sofrimento do emigrante que começava ainda antes das condições com que muitas vezes era realizada a viagem para França, como quando a narradora relata casos concretos de emigrantes que morreram durante o *salto* (*cf.* Clímaco, 1967: 82). Os factores de atração que geram a emigração (*push*) são desmascarados neste romance, assim como é desmontada a ideia de riqueza fácil que incentivava muitos portugueses a emigrar.

O que pode não corresponder à realidade, contudo, é a simplicidade idílica com que é retratada a vida dos camponeses no seu ambiente de origem. Isto é, nesta narrativa, os factores de repulsão (*pull*) que incentivam a emigração circunscrevem-se às ambições do

¹⁶⁰ O trabalho que do ponto de vista imagético dá testemunho das condições dos portugueses nos bairros de lata em Portugal e em França é o de Gérald Bloncourt, cujas fotografias foram várias vezes expostas em Portugal e das quais há uma exposição permanente no Museu das Migrações e das Comunidades de Fafe. “Percorri essas regiões onde nasceram os grandes descobridores do mundo, Henrique o Navegador, Vasco da Gama... Vi os sórdidos bairros de lata dos arrabaldes miseráveis de Lisboa... Segui a rota da imigração... Vivi os encontros dos passadores clandestinos do Porto, subi os caminhos de Chaves, falei com o pequeno pastor de capote de palha, provei a aurora nos Pirenéus, sabor a inverno, a pleurisia, a angústia... Juntei-me às longas filas de espera na estação de Hendaye... aqui, por detrás de cada rosto, está Portugal, o seu meio século de história, de escuridão, de opressão...” (Bloncourt, 2014: 41).

protagonista, ambições de riqueza que eram condenáveis pela ideologia do regime¹⁶¹. O romance de Nita Clímaco, de facto, não retrata a pobreza endémica presente no país durante a década de 1960, momento em que a ideia da “[...] casa portuguesa que o regime se empenhara em divulgar, uma casa humilde, mas imaculadamente limpa, [...] era afinal uma ficção recriada a partir de uma visão idílica de vida campestre.” (Pereira, 2011: 16)¹⁶².

O final feliz de torna-viagem numa pobreza idílica proposto no romance corresponde, portanto, à imagem idealizada de Portugal propagandeada pelo regime, assim como pelos sonhos do mesmo protagonista. Este terá efetivamente desejado voltar à sua terra natal, mas a realidade representada, muito provavelmente, não correspondia às condições do país da altura. Logo, mesmo tratando-se de ficção literária, é possível notar que as ambições de denúncia de Nita Clímaco através da história de Toino retratam só uma mensagem clara: não emigrar ou então emigrar tendo em conta os ditames da pátria e nunca abandonar Portugal. A escritora, que já contava com três livros apreendidos pela censura porque acusados de obscenidade (cf. Azevedo, 1999: 599), escapava desta vez à caneta azul, apresentando a história de um emigrante, relatando ao pormenor as dificuldades do percurso migratório e desencorajando, desta maneira, a realização da emigração clandestina.

Outro exemplo de denúncia das condições dos emigrantes é o livro de Nuno Rocha, intitulado *França: a emigração dolorosa* que saiu em 1963 e que recolhia uma série de reportagens que o jornalista, que acompanhou a viagem de um grupo de emigrantes para

¹⁶¹ O modelo de atração-repulsão baseia-se na decisão individual, tomada pelo sujeito visto como *homo economicus*, de migrar relacionada com as diferenças entre a presença de emprego e rendimento no país de partida (menos emprego e baixos rendimentos) e no país de chegada (mais emprego e rendimentos mais altos) (cf. Rocha-Trindade, 1995: 73-75).

¹⁶² Note-se que além das condições precárias das zonas rurais, também no contexto urbano português se encontravam bairros de lata. É o caso das 11 mil barracas identificadas em Lisboa num inquérito realizado em 1959 ou das ilhas do Porto (cf. Pereira, 2011: 21; 24). Apesar das tentativas de contornar os problemas da habitação urbana na década de 1950 com o Plano de Alvalade em Lisboa e com o Plano de Melhoramento no Porto, as barracas continuaram a existir, e o censo de 1970 ainda demonstrava que quase 30% da população era mal alojada (cf. Pereira, 2011: 29-32). O trabalho fotográfico realizado por Gérard Bloncourt, não por acaso, mostra os bairros de lata de Lisboa e os de Paris (veja-se a nota 160).

França, tinha vindo a publicar na imprensa. Este livro apresenta-se como uma obra que quer “explicar a emigração” e como um “documento histórico” (Rocha, 1963: 11), visando denunciar os caminhos da clandestinidade e as suas formas de realização, e podendo ser de ajuda ao regime para suscitar aos leitores medo perante os perigos da escolha do caminho da emigração. O livro foi apreendido mas não censurado porque, apesar de divulgar a política de opressão do governo, também desencorajava a emigração ilegal e fornecia informações importantes sobre a mesma¹⁶³.

Veja-se ainda o romance de Florêncio Neto, *Os dramas da emigração clandestina*. 1963, publicado somente depois do 25 de Abril, em 1975. Neste caso é o autor que explica a autocensura que fez ao próprio texto, que diz ter escrito nos anos 60 (Neto, 1975: 10). A narrativa em si – uma descrição minuciosa do *salto* – não se coloca de forma crítica face ao fenómeno migratório. Este livro, portanto, poderia ter tido possibilidade de circular em Portugal na década de 60, criando o mesmo efeito do texto de Nuno Rocha antes referido. Porém, o facto de o autor possuir informações tão detalhadas sobre a passagem das fronteiras em clandestinidade, e podendo ele estar envolvido diretamente neste processo, poderia pôr em risco a sua liberdade. Daí, provavelmente, a escolha de autocensura¹⁶⁴.

Outro tópico que surge nas narrativas de emigração desta altura é a referência à ausência deixada em Portugal pelos emigrantes, que se transfigura na personagem da “viúva de vivo”, também presente num dos romances mais emblemáticos da literatura

¹⁶³ Sobre o livro de Nuno Rocha: “O relatório de proibição emanando dos Serviços da Direcção-Geral da Informação é o seguinte : «Este livro analisa o fenómeno da emigração, explicando esta pela política de opressão do governo (Págs. 15, 21, 28 e 29). Nas págs 22 e 23 ataca fortemente a guerra que o País trava no Ultramar. Parece, assim, integrada a prática dos crimes punidos nos artºs. 141º e 184º do Código Penal, pelo que a circulação do livro em referência é proibido pelo artº 63º, nº3, do Decreto-Lei º 150/72. Parece reunidos os requisitos exigidos no artº 121º, nº2, do mesmo diploma. CONCLUINDO: Sou do parecer que se determine a apreensão provisória do livro em referência, solicitando-se à Direcção-Geral de Segurança a instauração do procedimento criminal adequado. Lisboa, 3 de Outubro de 1973”, o despacho datando do 25- 11-1973. (Torre do Tombo, SNI cx 630).” (*apud* Vieira, 2007: 11-12).

¹⁶⁴ Sobre este livro veja-se também Vieira, 2007: 6-7. Outros romances que retratam a emigração a partir da denúncia das condições dos emigrantes durante a viagem para chegar a França são o romance de António Vicente Campinas, *Fronteiriços*, censurado em 1957 (*cf.* Azevedo, 1999: 595). Veja-se também o romance *Fronteira* (1973) de Assis Esperança, que não foi censurado, mas do qual foi em parte censurada uma recensão (*cf.* Vieira, 2010: 398-403).

portuguesa que retrata e denuncia a ideia de Nação propagandeada pelo regime, como *O Delfim* (1968) de José Cardoso Pires (cf. 2002: 163).

Joaquim Lagoeiro dedicou à emigração uma trilogia constituída pelos romances *Viúvas de Vivos* (1946), *Madre Antiga* (1968) e *Milagre em São Bartolomeu* (1972)¹⁶⁵. O título do primeiro romance remete às terras desertas de homens e habitadas por *As Viúvas dos Vivos e as Viúvas dos Mortos* cantadas pela poetisa galega Rosália de Castro em *Follas Novas* (1880)¹⁶⁶ e tema já presente há séculos na literatura portuguesa, remetendo à ausência deixada no país de origem por quem partia para o além mar. No entanto, o que a meu ver tem de mais interessante o romance de Joaquim Lagoeiro são os diálogos das comadres deixadas sozinhas pelos maridos, retratadas com extrema crueza, assim como o ambiente rural onde elas vivem.

Não somos solteiras/ Nem somos casadas/ e temos marido./ é das estrangeiras/ desavergonhadas/ nosso amor perdido./ Ai pobres tricanas/ corações mendigos/ os ciúmes tentam-nos!/ As americanas/ Comem-nos os figos/ E os lábios rebentam-nos. [...] Não somos solteiras./ Nem somos casadas/ Mas viúvas de vivos. (Lagoeiro, 1967: 59)

São mulheres toscas, prisioneiras de um mundo rural e atrasado e sem meios para sair dali, que aceitam e incentivam a emigração dos maridos, permeadas por uma violência ditada pelo meio, às quais, numa determinada altura da narrativa, o escritor atribui toda a culpa da emigração dos seus companheiros. Estas mulheres aparecem também no romance *Madre Antiga* (1968), a viver numa condição de pobreza de um país definido no texto como um “[...] calcanhar do mundo” (Lagoeiro, 1968: 18)¹⁶⁷.

Joaquim Lagoeiro não viveu a emigração mas provinha de uma terra do interior

¹⁶⁵ Sobre estas obras veja-se Silva-Brummel, 1987: 161-165.

¹⁶⁶ Os versos do poema de Rosália de Castro (cf. Castro, 1880: 214. Veja-se a nota 63) foram traduzidos para o português por José Niza e usados para uma canção cantada por Adriano Correia de Oliveira em *Cantar de Emigração* (EP, 1971) (“Este parte, aquele parte/ e todos, todos se vão/ Galiza ficas sem homens/ que possam cortar teu pão/ Tens em troca órfãos e órfãs/ tens campos de solidão/ tens mães que não têm filhos/ filhos que não têm pai/ Coração que tens e sofre/ longas ausências mortais/ viúvas de vivos mortos/ que ninguém consolará.”).

¹⁶⁷ Joaquim Lagoeiro deixou ainda outro conto, publicado mais de cinquenta anos depois de *Viúvas de Vivos*, intitulado *Desconstrução* (2003). Outros romances que retratam a emigração a partir da ausência deixada em Portugal são os de Maria Pilar do Figueiredo *O Vento e as Raízes: Histórias de Emigração* (1971) e *Horizontes de Bruma* (1974), assim como os de João de Araújo Correia, entre os quais *Terra Ingrata* (1946) e *Pó Levantado* (1974).

português, Veiros (Estarreja), deixada por muitos e permeada pela ausência. A ele pertence, como no caso das narrativas de Cristóvão de Aguiar (cf. Silva-Brummel, 1987: 229-255), a inauguração de uma escrita de emigração a partir de dentro do próprio país e da ausência que os emigrantes deixam, assumida no último romance da trilogia (*Milagre em São Bartolomeu*), em que está presente a constatação de que na aldeia o que fica são as casas fechadas dos emigrantes e as estátuas construídas em sua honra¹⁶⁸.

Neste âmbito, veja-se também o romance *O Rebate* (1971) de Rentes de Carvalho, que também não foi censurado. Nele é contado o percurso de torna-viagem temporário de um emigrante português e da sua mulher francesa à aldeia onde este nasceu, em Trás-os-Montes. Como nas obras referidas de Joaquim Lagoeiro, é retratado um cenário rural isolado e retrógrado, que dificilmente será capaz de englobar e aceitar a diversidade representada pelo conterrâneo emigrado e vice-versa, como se torna claro nas “Anotações” com que Rentes de Carvalho acaba o seu romance.

Foi preciso que o emigrante abalasse de malinha às costas, à procura do futuro que ninguém lhe deu e lhe é devido.
Os responsáveis acomodam-se. Outros, talvez responsáveis amanhã, decretam que a solução “é arrasar aquela merda à bomba e depois veremos!”
Iguais em cobardia e sem vergonha.
Até ao dia em que o emigrante, de volta, não peça explicações, mas contas.
(Carvalho, 1971: s./p.)

Em suma, no caso das obras destes dois últimos autores estudados, é possível deparar na reprodução de um olhar que usa estereótipos e mitos, mas que não os instrumentaliza para o riso, como tinha acontecido com “brasileiros de torna-viagem” de tradição camiliana, exortando o leitor a refletir sobre as chagas da emigração.

Apesar do poder que os órgãos censórios detinham, portanto, nem tudo foi apreendido e censurado. A editora Prelo, por exemplo, publicava na coleção “Homem do Mundo” obras de cariz sociológico que analisavam o fenómeno migratório daqueles

¹⁶⁸ Sobre o romance *Vítimas de Vivo* veja-se a análise de Silva-Brummel (1987: 155-164) em que a estudiosa sublinha a importância da descrição dos motivos que levam os emigrantes a partir, como um destino aceite pela comunidade e a que os homens se sujeitam passivamente.

anos, assim como, em 1971, tinha editado o romance antes referido de Rentes de Carvalho. Uma das obras da coleção da editora mencionada intitula-se *Emigrados e Ofendidos* (1972), do jornalista alentejano Manuel Geraldo, colectânea de textos breves, pequenas crónicas cujo olhar revela o atraso da região de que o autor é oriundo.

Esta obra não foi censurada, talvez por tecer uma crítica desenfreada a uma Europa industrializada em busca de mão-de-obra a baixo custo. Prova disso é a diferença demarcada no livro entre os portugueses, nós “peregrinos milhares da Europa” *versus* “elas”, as estrangeiras, que são “[...] ‘bikinis’ descascados de um descaro-consciência de sexo livre-arbítrio, pernas torneadas de mulheres-pista, seios duros de ‘karate’, ancas ondeantes de fêmeas-ginásio. [...] nos céus claros de um Agosto-Setembro-Outubro português.” (Geraldo, 1972: 59). No texto intitulado “Falo nos campesinos” pode-se ler esta interrogação: “O que sentirá um alentejano desterrado em terra estranha? Num ‘bidonville’ em Clermont-Ferrand! [...] O que sentirá um alentejano desterrado na França, Suíça, Alemanha, Venezuela, Canadá? Não falo do alentejano cultor do verbo desenrascar que vem passar férias ‘à parvalheira’ para mostrar o carro espadalhudo, dando-se ares de grande patrão.” (Geraldo, 1972: 15).

Para o narrador, assim como para a ideologia do regime, os camponeses ocupam um lugar idílico e fechado em si mesmo, pelo que não lhe é dada a possibilidade de passar férias, nem de ter carros. A emancipação através do percurso migratório, portanto, é negada a estes sujeitos. O mesmo título do livro remete para uma desvalorização do emigrante: emigrar significa necessariamente ser ofendido e subalternizado no país para onde se vai, um país capitalista que só tem como propósito disfrutar de mão-de-obra a baixo custo.

Um ano depois do livro de Manuel Geraldo saiu, na mesma coleção, um estudo de António Modesto Navarro, intitulado *Emigração e Crise no Nordeste Transmontano* (1973), uma análise demográfica e sociológica que estudava o impacto do capitalismo e da

emigração na região nortenha, apelando para a exigência de uma reforma agrária em Portugal que evitasse o despovoamento da região e o seu ulterior empobrecimento. Provavelmente, por esta razão, o livro foi censurado. O mesmo aconteceu a outro estudo socioeconómico, intitulado *Emigração: fatalidade irremediável?* (1973) da autoria de Francisco Ramos da Costa, conhecido opositor do regime¹⁶⁹. Este estudo, possivelmente, foi censurado porque demonstrava como o carácter histórico do fenómeno migratório tinha contribuído para a criação de uma oportuna aceitação das partidas, imputando as responsabilidades das condições do país aos seus governantes.

Quanto à liberdade de circulação ou censura de obras de temática migratória a escolha dos censores parece, portanto, ser guiada por uma questão de conveniência. As publicações que de alguma maneira desencorajavam a emigração clandestina e promoviam o regresso do emigrante e a sua ligação à pátria não eram censuradas, mesmo quando teciam algumas críticas ao governo porque, precisamente, a via ilegal escolhida para emigrar dependia exclusivamente dos indivíduos que a praticavam. Isto é, a clandestinidade resultava dos interesses privados dos emigrantes e de quem fazia parte das redes de emigração, que deveriam pagar as consequências de ter cometido um ato ilícito que ia contra as leis e os interesses da Nação, que, por sua vez, não se responsabilizava pelas ações destes sujeitos¹⁷⁰.

Assim, as publicações que desmascaravam a conveniência desta mesma política e a sua continuidade na ilegalidade, apesar da legislação vigente em matéria (como é o caso dos dois estudos antes referidos de António Modesto Navarro e Francisco Ramos da Costa), eram censuradas. Prova disso é também o facto de a emigração nunca ter sido

¹⁶⁹ O mesmo autor já tinha outra publicação censurada *O Desamparo do Trabalho e a Democracia Económica* (1945), reprovada em 1949 porque, diz o relatório do censor: “Ataca a política corporativa do Estado Novo e salienta a miséria do operário explorado pelo capital.” (Azevedo, 1999: 601).

¹⁷⁰ Note-se que em 1970, e portanto em plena guerra colonial, o consulado de Portugal em Paris informava os portugueses de que tinham sido geradas as condições para quem quisesse ir residir em África: “Apesar da inexistência de condições favoráveis a uma deslocação maciça de colonos para África, a propaganda continuava a apresentar o povoamento como uma prioridade, visando restringir a emigração legal para a Europa e assim contrariar a redução do contingente de colonos. Era um modo de tornar ilegítimos os que preferiam ser proletários nos arredores de Paris a ser colonos no Limpopo.” (Pereira, 2010: 141).

proibida durante o Estado Novo, mas sim “suspensa” quando não realizada ao abrigo das convenções e acordos do governo através dos órgãos competentes: a Junta de Emigração e, sucessivamente, o Secretariado Nacional da Emigração. Logo, o objetivo da censura terá sido o de consentir a livre circulação das obras que, de alguma forma, e mesmo criticando diretamente o governo, desencorajassem as viagens clandestinas.

As Histórias Dramáticas da Emigração de Waldemar Monteiro (1969) pode elucidar a anterior consideração¹⁷¹. No relatório de censura este é acusado de apresentar a emigração como um negócio do governo e de insinuar as perseguições da PIDE em França. O censor, todavia, reconhece a vantagem de algumas partes desta publicação, bem elucidativa quanto às condições vividas pelos emigrantes, podendo por isto contribuir para travar o fenómeno. Logo, se a editora Prelo e o autor autorizarem alguns cortes a censura poderá ser levantada, mas isto não aconteceu¹⁷².

Este livro oferecia uma visão ampla do fenómeno migratório do ponto de vista literário, mas também sociológico e político, focalizando, ao mesmo tempo, a atenção no sujeito dentro desse mesmo contexto. Na opinião do narrador os emigrantes representam um “[...] excedente de mão-de-obra do patronato em Portugal [...]” (Monteiro, 1969: 162) descarregados por “[...] um comboio que vomita carne humana [...]” (Monteiro, 1969: 40). Sem se restringir aos portugueses, o autor associa a condição destes à dos imigrantes de outras nacionalidades – os *pied noirs* argelinos, por exemplo – escrevendo também sobre a emigração de mulheres, como é o caso do conto *Chamo-me Aida*, ou de jovens estudantes, como em *De mãos estendidas*.

As críticas ao governo português sobre a sangria migratória gerada pela pobreza

¹⁷¹ Waldemar Monteiro foi intérprete do Serviço Social de Mão-de-Obra Estrangeira em França, experiência da qual surgiu o livro. Da pequena nota bibliográfica da contracapa da edição francesa apreende-se que o autor trabalhou como jornalista do *Século Ilustrado*, do *Diário de Lisboa* e da revista *Mundo*. Foi também realizador de curta-metragens para a televisão francesa, holandesa e polaca.

¹⁷² Proibido em 25/4/1970; Censor: ten.-cor. António Paranhos Teixeira.” (cf. Azevedo, 1999: 628; Vieira, 2007: 12). A este propósito vejam-se os relatórios de censura publicados na tese de Marie Isabelle Vieira (2010: 392-397). A Prelo pediu várias vezes o levantamento de proibição de circulação, mas, devido ao falecimento de Waldemar Monteiro, em 1969, também não efetuou os cortes requeridos. O livro foi editado em 1974 em França sob o título *Les Émigrés Portugais Parlent: Fait Divers de l'Émigration Portugaise*.

endêmica do país não são ocultadas neste livro, assim como não o são às denúncias dirigidas ao governo francês, ao aproveitamento dos recursos humanos e a falta de qualidade de vida dos emigrantes, descrevendo os bairros de lata de Champigny e de Aubervilliers. Da mesma forma, os contos desta coletânea apresentam uma crítica ao individualismo exasperado de cada emigrante e ao proveito que alguns portugueses traziam através do acolhimento dos recém chegados. Efetivamente, é interessante notar que a posição dos narradores destes contos coloca-se num ponto de vista diferente dos três mencionados (o do governo português, o governo do francês e o dos migrantes) propondo um olhar que observa em profundidade o fenómeno.

A solução de todos os problemas seria a de um mundo que funciona como “uma grande cooperativa [...]”, onde não existem injustiças (Monteiro, 1969: 62). Mas o narrador que exprime esta opinião sabe que se trata de uma utopia, assim como quimérica é a busca de riqueza de cada emigrante, como parece claro no conto intitulado *Vão por terras de França* (cf. Monteiro, 1969: 162). Através do relato de algumas histórias de vida, os contos de Waldemar Monteiro conseguem retratar a situação de desenraizamento do emigrante, visto como um outro na terra de acolhimento e que, ao mesmo tempo, é outro também na terra que o viu nascer, na qual é considerado um criminoso.

Urge então apontar um exemplo. No conto *Longe do Sol*, aparece um homem estrangeiro sozinho, à procura de alguém que fale a sua língua e de um sítio para se refugiar. Um homem perdido no encontro com um intérprete indiferente, interessado somente nos seus dados de identificação e na sua capacidade e possibilidade de trabalhar. José Daniel Rodrigues é clandestino, tem 49 anos e à pergunta do intérprete “Porquê veio para França?” responde simplesmente que precisa de trabalho, porque “[...] a minha vida tem sido uma miséria.” (Monteiro, 1969: 54).

A personagem do estrangeiro aqui representada é a de um trabalhador imigrado que,

usando as palavras de Júlia Kristeva, “[...] sangra do corpo e alma, humilhado por uma situação em que, mesmo nos melhores casais, ele/ela ocupa o lugar da empregada doméstica, daquele/daquela que incomoda quando ele/ela cai doente, que encarna o inimigo, o traidor, a vítima.” (Kristeva, 1994: 14). O narrador deste conto transmite o medo do protagonista no momento em que lhe é comunicado que não pode trabalhar. Trata-se de um receio de voltar atrás, a Portugal, onde seria julgado e considerado culpado.

Parece claro, portanto, que o livro de Waldemar Monteiro denuncia a situação dos portugueses, apelando também às ações xenófobas que estes sofriam em França, como evidencia no momento em que o médico da inspeção diz que o paciente tem lepra ou tuberculose, uma “[...] doença que os portugueses e os africanos tem trazido para cá [...]” (Monteiro, 1969: 59). A exclusão do outro – na sua “dupla ausência” (cf. Sayad, 2014) de emigrante em Portugal e imigrante em França – torna-se assim evidente e passa, neste conto, pelas dificuldades linguísticas, pela demora e ansiedade do protagonista na constante procura de um trabalho e pelo medo dele de voltar atrás, de “torna-viagem”. Mas apesar da exclusão do trabalho, que foi o grande objectivo da viagem do protagonista, ele encontra uma solução na submissão a que é condenado, escolhendo ir viver numa barraca e recorrendo às vias ilegais.

O prazer masoquista explica somente em parte a [...] submissão [...] do estrangeiro [...] na realidade esta reforça o estrangeiro por trás da sua máscara: segunda personalidade impossível, pele anestesiada com a qual se cobre para proporcionar a si mesmo um esconderijo onde goza por desprezar as fraquezas histéricas do seu tirano. Dialéctica do senhor e do escravo? (Kristeva, 1994: 14)

Os protagonistas do livro de Waldemar Monteiro e as experiências transmitidas pela voz dos diversos narradores relatam um mundo não estanque, onde é possível viver e a partir do qual é difícil, mas não impossível, ser percebidos e ouvidos. São todos estrangeiros em busca de trabalho, no perfil cruelmente humano traçado por Julia Kristeva.

Entre um Portugal que, apesar das mudanças na política migratória advindas da primavera marcelista, continuava a considerar criminosos os que deixavam a pátria¹⁷³, e uma França interessada em mão-de-obra jovem e saudável, entre mundos e códigos de expressão diferentes, esta coletânea de contos tem a capacidade de atribuir a consciência do “desenraizamento” (Todorov, 1999) aos protagonistas das diversas narrativas e retratar as suas inquietações. Usando as palavras de Tzvetan Todorov, Waldemar Monteiro enquanto escritor poderia, a par das personagens que cria, também ser considerado um “[...] homem desenraizado, arrancado de seu meio, de seu país [...]” (Todorov, 1999: 27). Num primeiro momento ele sofre, porque é mais agradável viver com os seus, podendo, no entanto, tirar proveito da sua vivência (cf. Todorov, 1999: 27). A escrita como uma forma de alcançar e ultrapassar a hostilidade torna-se assim uma tentativa de chegar até ao outro e de o compreender: *As Histórias Dramáticas da Emigração* lança um apelo para começar este esforço de consciencialização e compreensão. Em Portugal, contudo, será impedido de circular.

A censura, porém, não atingiu o romance *Acidente Ocidental* (1972) de Fernando Madureira, provavelmente porque este conta a história de uma emigração falhada e do conseguinte regresso a Portugal dos seus dois jovens protagonistas para descontar a pena do crime cometido: emigração clandestina. Esta obra, responde – com uma ironia que provavelmente não foi percebida ou considerada relevante pelos censores – aos alertas do Secretariado Nacional da Emigração sobre os perigos de emigrar, como se torna claro num texto anexo, intitulado “Do Secretariado Nacional da Emigração recebemos o seguinte comunicado”, de que aqui refiro um trecho.

Tem a imprensa dado notícia das dificuldades em que se encontram alguns trabalhadores portugueses indocumentados, impedidos por este motivo de permanecer em Espanha e de entrar em França [...].

¹⁷³ Note-se que é em 1970, sob o governo de Marcelo Caetano, toda a legislação sobre a disciplina de emigração e proteção do emigrante foi revista na tentativa de limitar as saídas ilegais e realizar acordos internacionais que visassem a melhoria da situação de previdência social dos migrantes (cf. Pereira, 2009: 471-510).

A fim de que situações semelhantes não se repitam, uma vez mais o Secretariado Nacional da Emigração a todos adverte do risco a que inevitavelmente se sujeitam quantos emigram sem se munirem previamente de contrato de trabalho e do respectivo passaporte. (Madureira, 1972: 189)

É importante, a este ponto, perceber como a obra de Fernando Madureira se confronta com este comunicado, porque se a narrativa expõe, à primeira vista, uma história que desencorajaria a emigração, os modos da narratividade se apresentar, por sua vez, contrariam, justamente, o enredo traçado. O protagonista Florêncio, perante a imobilidade que o circunda, a ausência de trabalho, as dificuldades económicas da sua família e a chamada da tropa, decide emigrar com o amigo Rui (*cf.* Madureira, 1972: 91).

O estilo aparentemente desinteressado deste romance (sobretudo nos primeiros 22 capítulos), deixa entrever uma aguda crítica à situação social que Portugal vivia naqueles anos e à questão da emigração. A que, além de um percurso migratório clandestino ditado por condições hostis, parece uma experiência de viagem na onda do romance de Jack Kerouac *Pela Estrada Fora* (cuja tradução foi publicada em Portugal em 1963) acaba por ser contornada pelo que no romance é chamado “Grande Olho Peninsular”. Este é um espaço de limitação da liberdade que, evidentemente, não só não permitia os excessos de uma geração *beat*, como, simplesmente, não autorizava a qualquer pessoa uma viagem a Paris. Numa altura em que a Declaração Internacional dos Direitos Humanos (1948) legitimava a liberdade de mobilidade, as duas personagens são detidas e devem obrigatoriamente voltar ao seu país.

Mas não é Paris já. É a chuva e a lama e uma patrulha da Guardia Civil. É a estrada bloqueada pelo Grande Olho Peninsular. É a lei metralhadora e o dedo no gatilho. É preciso o monte, cair, enterrar o corpo na lama para fugir ao Grande Olho Peninsular. É preciso comer 26 quilómetros de lama e encontrar uma ponte de madeira, algures, numa carta com caligrafia escolar. [...]

Por detrás de cada árvore uma sombra. E em cada sombra o Grande Olho Peninsular bem aberto, terrivelmente luminoso, sádico, único. Cada passo que se dá é proibido. E é medo o viver assim: monte em frente, caminhando à chuva. [...]

Como dói a cabeça no mapa. (Madureira, 1972: 131)

Viajar como Sal Paradise parece então ser impossível na Península Ibérica daqueles

anos. O que não é impossível, contudo, é tentar: “Mas o Rui e o Florêncio seguiam em frente, clandestinos, não em Espanha, mas no mundo” (Madureira, 1972: 120). O que ainda não é impossível é viver a experiência da viagem e escrevê-la, apesar de isso poder, na geografia que interessa a esta viagem, ser considerado um crime: ““É perigoso debruçar-se da janela”, traduz mentalmente Florêncio. [...] “Mas não. O que é perigoso, mesmo muito perigoso, é um tipo não se debruçar da vida”, pensa Florêncio.” (Madureira, 1972: 110). Os dois jovens serão presos e julgados por um crime que eles se recusam a reconhecer:

[...] e o carcereiro quando nos levou ao tribunal fartou-se de dar conselhos e de nos dizer que o juiz era muito boa pessoa mas ele começou a falar e a malta não percebeu nada do que ele disse e a única coisa que a gente percebeu era que se tivéssemos dinheiro podíamos pagar a multa e sairmos imediatamente em liberdade e tu começaste a falar até parecias um advogado e eu gostei de te ouvir e lembro-me muito bem que tu até disseste que aquilo de um tipo passar a fronteira sem pedir licença a ninguém não era crime nenhum nem perante Deus nem perante os homens e o juiz disse Ora essa (Madureira, 1972: 167)

A imagem do império português como uma sombra que limita o direito de viajar é evocada recorrentemente neste romance, a par da liberdade de emigrar, também mentalmente, desta mesma sombra. Um bom exemplo reside neste trecho relativo ao início da viagem dos dois protagonistas.

Império pela noite dentro, cruzando-se, comunicando, em fuga pelo mundo ou em agonia lenta. É preciso salvar a Pátria, a honra, a família. É preciso respeitar e assegurar o direito à vida de cada etnia. É preciso, Império, salvar a própria vida. [...]
Pessoas bem educadas, amáveis, sabem estar. Para eles a viagem na vida é isto: 1.ª classe sem atritos. Fora os emigrantes. Mas os emigrantes também vão calados, não fazem barulho. Saudades. (Madureira, 1972: 104, 105)

Perante o regresso a casa, Florêncio constata que nada tem mudado (“eu não estava a ver muito bem como é que ia conseguir transformar-me numa pessoa muito diferente mas tinha a certeza que o ia conseguir” (Madureira, 1972: 185)), mas não exclui a possibilidade de partir novamente. Atente-se agora ao final aberto proposto no romance.

[...] e a Mãe abraçou-se a mim e levou-me para a janela do corredor e disse-me Florêncio jura-me que nunca mais saís de casa sem dizer nada e (Madureira, 1972: 186)

Em conclusão, é possível notar que as narrativas de emigração das últimas duas décadas do regime ditatorial desmontam progressivamente uma ideia hiperbólica do país e da sua projeção imperial içada pela ideologia fascista e presente por tradição na cultura portuguesa (*cf.* Lourenço, 2014b: 265). Mas não são somente as obras literárias a desmontar essa ideia, porque a iniciativa de mais de um milhão de pessoas de voltar as costas ao seu país, mesmo continuando a viver dentro da sua ideologia e dos seus mitos (os emigrantes que vão calados e não fazem barulho, como os descritos no romance de Fernando Madureira provam isso), pode ser interpretada como uma postura política, mesmo quando silenciosa, ou quando depende, predominantemente, de uma escolha ditada por razões económicas.

Apesar de o regresso constituir um dos grandes sonhos dos emigrantes – que acaba por ser retratado nos textos referidos – nunca se volta ao ponto de partida. Nas obras que foram aqui analisadas, são retratados inúmeros aspectos da experiência migratória: as descrições das viagens *a salto* ou da emigração legal, as condições de vida dos emigrantes nos bairros de lata, a ausência deixada em Portugal, a percepção do fenómeno do ponto de vista sociológico que enquadra, de forma igualmente crítica, quer a posição do estado português e a dos estados receptores, bem como a introspeção na psicologia do/a migrante como representante da condição de alteridade e desenraizamento que caracteriza toda a pós-modernidade e, ao mesmo tempo, a liberdade de escolha que é a emigração.

Parece-me portanto bastante redutor considerar que na literatura portuguesa destes anos houve poucas representações do fenómeno migratório.

De resto, a pôr em causa a imagem do império, questionando uma certa versão da história do país, tinha começado a *Geração de 70* no século XIX, propondo como solução uma “emigração imaginária” para a Europa (*cf.* Lourenço, 2013c: 91). Com esta deslocação utópica, no plano das escritas da emigração, também tinha sido traçado o

percurso de reabilitação e de remodelação da personagem do “brasileiro de torna-viagem”, dando assim continuidade ao tratamento da temática migratória e das suas personagens ficcionais, mas através de novas perspectivas temáticas e estéticas.

O questionamento da história nacional que inspirava uma emigração para dentro das fronteiras metropolitanas, tinha sido já sugerida por Almeida Garrett em *As Viagens na Minha Terra*, ou ainda a angústia ínsita na criação poética finissecular de Cesário Verde.

Ainda durante o período ditatorial encontram-se vários exemplos literários que põem em causa a imagem imperial. Pense-se na literatura produzida nos contextos ilhéus com as suas representações utópicas, mas também disfóricas, das “miragens” da América (cf. Bettencourt, 2003: 25). Pense-se no neo-realismo: o romance *Gaibéus* (1939) de Alves Redol que proporcionava uma imagem nova de um país que virava as costas ao mar (cf. Jorge, 2009: 30) ou na obra de Carlos de Oliveira, filho de emigrantes portugueses no Brasil, que descreveu um Portugal pobre, agreste e despovoado: “Aqueles dias amargurados na Gândara, que geram ladrões, mendigos e assassinos, ganhões e emigrantes, terra-mãe enjeitando os seus próprios filhos pelo mundo fora.” (Oliveira, 2004a: 183)¹⁷⁴. Pense-se ainda nos poetas do Café Gelo na década de 50 e mais tarde no experimentalismo de *Poesia 61*, ou, no plano da narrativa, na influência que teve o *nouveau roman* francês em obras como *Rumor Branco* (1962) de Almeida Faria, *Os Passos em Volta* (1963) de Herberto Helder, *Os três seios de Novélia* (1969) de Manuel da Silva Ramos e *A Noite e o Riso* (1969) de Nuno Bragança.

Muita da literatura de emigração das últimas duas décadas do Estado Novo, questionou os ideais do regime pelo simples facto de que a representação do fenómeno migratório, por si só, punha em causa a sua integridade. No plano destas escritas, os discursos que tiram a autoridade à imagem da mitologia cultural do império e que começam a mostrar, com crueza, as realidades da emigração e do desenraizamento vem

¹⁷⁴ Veja-se também a personagem de Luciano no romance *Casa na Duna* (1943) de Carlos de Oliveira.

principalmente dos exilados, na poesia e nos escritos de Jorge de Sena ou de Manuel Alegre, por exemplo, ou ainda nos mesmos ensaios do também exilado Eduardo Lourenço e nas narrativas de José Rodrigues Miguéis. Mas o conjunto heterogêneo e precário dos textos das décadas de 60 e 70, publicado, censurado e auto-censurado, acaba também por disponibilizar representações já aprofundadas da experiência migratória, através das quais é possível vislumbrar a dimensão de uma condição humana ampla e complexa como a do/a emigrante, proporcionando fôlego para a sua complexificação no contexto pós revolucionário, a par do conseqüente processo de democratização do país.

Terceira Parte

De Torna-Viagem: a Emigração Representada na Literatura Portuguesa Pós-25 de Abril

Exercício para reciclagem de escritores

IV. Certa mulherzinha, muito pobre e doente e mãe de quatro filhos, tem o marido ausente, vai para três anos, na capital do Brasil. Há perto de dois anos que este lhe não escreve, apesar de gozar boa saúde, o que se sabe por informações de uns vizinhos chegados há pouco da mesma terra. Como é de supor, são grandes as privações por que tem passado a mulherzinha, pois, assim pobre e doente, não pode sustentar e vestir seus filhinhos, ainda todos pequenos. Enfim, uma grande desgraça, agravada pela fome, pela doença e pelo abandono do marido.

Com estes elementos e a pedido da infeliz mulher, que é analfabeta, redija, em nome dela, uma carta ao marido, narrando-lhe a miséria do quadro e solicitando-lhe ao mesmo tempo, com maior urgência, todo o amparo e proteção.

(Alexandre O'Neill)

No dia 25 de Abril de 1974 acabava um período ditatorial de 48 anos e com ele findavam, além das limitações da liberdade na prática da cidadania, cinco séculos de existência imperial real, não acabando, com esta, a essência da mitologia cultural portuguesa (cf. Lourenço, 2014b: 265). Por outras palavras, se, por um lado, o 25 de Abril representa um ponto de clivagem na história recente do país, por outro lado, houve continuidades no plano social cultural e ideológico e, enquanto a identidade estava a ser posta em discussão, este “momento fundador” careceu de um “texto fundador” (Pintasilgo, 1986: 63 e 68). Dez anos depois desta data que inaugurou a vivência democrática, Eduardo Lourenço, num ensaio intitulado “Da ficção do império ao império da ficção” escrevia a reflexão que segue.

Alguma coisa se modificou depois do 25 de Abril, mas, atentando bem, a essência da nossa antiga mitologia cultural continua intacta. A nova liberdade superficial do mero discurso político e ideológico vela-nos o mais importante, a vigência imperturbável do *silêncio*, da não-fala cultural sobre aquelas realidades tabus que estruturavam a opacidade do Antigo Regime. Há uma nova arrumação dessas opacidades, uma aparente liberdade ou disponibilidade em relação a elas, mas sem eficácia nem poder de repensamento como exigiria a dinâmica de ruptura se ela fosse o que poderia ter sido e não foi. (Lourenço, 2014b: 265, 266)

A ausência de um texto fundador não inviabilizava, porém, a presença de textos literários que refletissem esta intricada circunstância. No “Breve Esclarecimento” com que prefaciava a primeira edição de *O Labirinto da Saudade* (1978), Eduardo Lourenço detetava a “vontade de renovação” presente nas letras da altura. Tratava-se de uma “irresistível [...] vontade de repensar a sério e a fundo uma realidade tão difícil de aprender como a portuguesa.” (Lourenço, 2013b: 19), perceptível em algumas obras produzidas ainda durante o período ditatorial, numa “literatura desenvolta” ou “Nova Literatura” da década de 50, que unia as obras de autores tão díspares pela escolha, também ditada pela censura, de limitar-se a *mostrar*, elevando o não dito “[...] à altura de um símbolo.” (Lourenço, 1994b: 255-267)¹⁷⁵.

¹⁷⁵ Os escritores que Eduardo Lourenço refere são os seguintes: Agustina Bessa-Luís, Almeida Faria,

No imediato pós-25 de Abril, portanto, o campo literário português começou a ganhar novas configurações (*cf.* Ribeiro, 1993: 478) num quadro diferenciado onde não faltava espaço para interrogações e perplexidades (*cf.* Ribeiro, 1993: 483). A par da recomposição do campo literário, o conceito de intelectual também se modificou: já não visto como um “legislador” ou um “representante”, tinha começado a ser-lhe atribuído um novo sentido “[...] de “responsabilidade”, compatível com as exigências específicas da produção literária.” (Ribeiro, 1993: 478). Portanto, se por um lado os escritores portugueses ganharam a liberdade que antes lhes era vedada pela ditadura, obtendo assim legitimidade, por outro lado, não se realizou um reconhecimento pleno do seu papel social (*cf.* Ribeiro, 1993: 492).

No que toca à temática da emigração é preciso ter em conta que esta, com a Guerra Colonial, representou um “grande processo de desterritorialização” (Ribeiro, 2004: 230). Foi, portanto, um fenómeno que contribuiu para deslegitimar, já antes do fim da ditadura, o discurso salazarista de uma mitologia imperial presente, por tradição, num certo perfil que definia a portugalidade. É nesta altura que são formulados discursos literários inovadores acerca da identidade, da liberdade da escrita, da mitologia da libertação e da emancipação, assim como são enfrentadas temáticas que refletem o quadro social e cultural daqueles anos e que, até aquele momento, tinham ocupado um lugar bastante marginal do campo literário, como bem exemplifica a citação que segue de Eduardo Lourenço.

O afloramento escrito do proibido ou recalcado, em termos de expressão ou de conteúdo, traduziu-se em obras onde as aventuras ou desventuras individuais ou colectivas dos últimos anos – combate e repressão africanos, exílio, emigração, encontram o seu lugar (in)esperado. Toda essa temática, numa perspectiva que é ao mesmo tempo de restituição do vivido e denúncia dele, preenche lentamente a ausência da ficção óbvia impossível antes do 25 de Abril ou só aflorada em termos crípticos e alegóricos. (Lourenço, 1984: 15)¹⁷⁶

Fernanda Botelho, Portela Filho, José Cardoso Pires, Augusto Abelaira, ou ainda Herberto Helder, Ruben A., Natália Correia e Maria Judite de Carvalho (*cf.* Lourenço, 1994b: 266).

¹⁷⁶ Sobre este aspecto veja-se ainda o ensaio de Maria Alzira Seixo “Dez Anos de Literatura Portuguesa. Ficção” onde se propõe um balanço positivo e estimulante das narrativas da década de 1974 a 1984, e no

Eduardo Lourenço falava da Revolução dos Cravos como uma revolução sonhada e mítica, apontando para a paralisia da ficção portuguesa durante os primeiros dois anos a seguir o 25 de Abril e assinalando o esgotamento da poética neo-realista em detrimento de uma “festa da imaginação”, que impunha ao real uma dose de sonho, como nos romances *O Livro das Comunidades* (1977) de Maria Gabriela Llansol ou *O Cais das Merendas* (1982) de Lídia Jorge¹⁷⁷.

Pense-se, por exemplo, no movimento surrealista do grupo do Café Gelo nos anos 50. Além do texto em epígrafe da “Terceira Parte” desta tese, em que Alexandre O’Neill retoma ironicamente o mito do Eldorado brasileiro, mas a partir da perspectiva de quem fica, nos anos 70 o poeta assinava uma série de versos sob o nome de Arthur Corvelo, protagonista de *A Capital de Eça de Queirós* (publicado postumamente em 1925). Em “O Emigrante” desmontava quer o mito da riqueza fácil pelos “Brasis”, ainda como “espaço mágico de enriquecimento” (*cf.* Oliveira, 2004: 8), quer o das (im)possibilidades do regresso.

[...]
E sorrirei p’ra ti, ó minha mãe,
Quando ao caminho, braços ao céu, vieres...
Ditoso aquele que regressa e tem
à espera a mais pura das mulheres!
Olhou-o tristemente a infeliz
(Resfolgava o comboio na estação):
A velha já perdera nos Brasis
O honesto pai e o jovial irmão
(O’Neill, 2009: 25)

É num contexto de uma literatura de “restituição do vivido” (Lourenço, 1984: 15) e de “arrumação das opacidades” (*cf.* Lourenço, 2014b: 265) que explora, portanto,

qual são individualizadas algumas das características predominantes da ficção destes anos, entre as quais a ainda viva influência do neo-realismo no que tem a ver com as questões existenciais e psicológicas, conjugadas com o *nouveau roman* ou com a narrativa de dimensão fantástica da literatura hispano-americana (*cf.* Seixo, 1984: 41, 42).

¹⁷⁷ Outras características desta década são o surgimento de um tipo diferente de expressão da escrita devido ao aparecimento de outras determinantes e envoltimentos: a maturação de algumas personalidades literárias, a pujança dos escritores consagrados ao mesmo tempo que proliferam as escritas de novos ficcionistas, o alargamento das temáticas no campo político ligado à vivência da Revolução de Abril e aos tempos que a precederam, a diversidade na composição, a aglomeração e contaminação de estéticas diferentes. Junte-se a isso a instauração de um novo cânone literário, fruto do trabalho de críticos literários como Jacinto do Prado Coelho, Eduardo Lourenço e João Gaspar Simões (*cf.* Real, 2012: 54).

temáticas ex-cêntricas isto é, fora do centro, (Hutcheon, 2004: 57-73) como a emigração, que podem ser lidos os dois romances de Olga Gonçalves (1929-2004) *A Floresta de Bremerhaven* (1975) e *Este Verão o Emigrante Lá-Bas* (1978) que analisarei a seguir. Estes distinguem-se no âmbito da literatura de migração porque propõem um exercício de auscultação que proporciona uma visão profunda da experiência migratória e dos efeitos de estranheza causados pela alteridade a ela intrínsecos. Os emigrantes que protagonizam as obras desta escritora espelham uma sociedade que ainda não se vê e está livre de um “Tempo de Fantasmas”, para usar o título de uma recolha de poemas de Alexandre O’Neill (1951). Talvez isso explique o que Eduardo Lourenço escrevia em 1993, detetando a inexistência de uma voz que representasse a chaga da emigração.

Se a emigração é uma ferida, e mesmo se, num certo sentido, faz parte do nosso destino desde o século XVI, a chaga que ela representa não encontrou uma voz à sua medida. Talvez porque o que designamos como povo emigrante era o que, em sentido próprio e figurado, não tinha voz. Temos uma espécie de voz sublimada da nossa ausência nobre, a da exceção, como a antiga de Ovídio entre os bárbaros, a voz nunca apagada de Camões. Mas nada de “canto de emigrante”. Ferreira de Castro, no seu romance *Os Emigrantes* e um pouco em *A Selva*, apreendeu o aspecto doloroso desta tragédia subalterna e tardia. A tragédia invocável da verdadeira emigração, esta amputação de todo o nosso ser de uma identidade mais profunda do que a do lar e a do lugar, estremecimento tanto da alma como do espírito e não somente da vida sempre aleatória, encontrar-se-á unicamente nos grandes poetas do “desenraizamento”, José Rodrigues Miguéis, Jorge de Sena ou Casais Monteiro. (Lourenço, 1999c: 47-48)

Se o “texto fundador” (Pintassilgo, 1986: 68) do pós-25 de Abril nunca chegou a materializar-se e se o romance é a epopeia de uma época em que não existe totalidade extensiva, também será impossível encontrar uma só obra ou uma voz que represente a emigração¹⁷⁸. Se a emigração é experiência do desenraizamento que revela, independentemente do nível cultural e social de quem a vive, a pluralidade e alteridade do sujeito, procurar uma única voz sublimada constituiria um esforço frustrado.

¹⁷⁸ “Entre a epopeia e o romance – as duas objetivações da grande literatura épica – a diferença não se deve às intenções íntimas do escritor, mas aos dados históricos-filosóficos que se impõem à sua criação. O romance é a epopeia de um tempo em que a totalidade extensiva da vida não é já dada de maneira imediata, de um tempo para o qual a imanência do sentido à vida se tornou problema, mas que, apesar de tudo, não cessou de aspirar à totalidade” (Lukács, 1971: 61).

A observação de Eduardo Lourenço antes referida poderá então ser interpretada como uma provocação que questiona a suposta escassez de obras de emigração, por este fenómeno não se prestar e ajustar, precisamente, “à glosa edificante” da aventura e mitologia imperial portuguesa.

As nações emigrantes não podem assumir positivamente – salvo através de dispositivos complexos de ocultação – o fenómeno da emigração. Todos sabem que se trata de uma perda de substância do seu ser, uma hemorragia, a meio caminho entre a sangria salvadora e a sangria mortal. Todos sabem melhor ainda que a emigração é, simultaneamente, o sintoma e a sanção de um estado de subdesenvolvimento – absoluto e relativo – ou de uma dissimetria grave no interior de um contexto económico constrangedor como destino. (Lourenço, 1999c: 48)

Nas narrativas do pós-25 de Abril, os “dispositivos complexos de ocultação” (Lourenço, 1999c: 48) da emigração e da sua representação literária começam a desfazer-se, dando origem a um conjunto de obras plurais que vale a pena analisar pela sua diversidade e nas quais se encontram ecos de toda uma tradição literária que se tinha ocupado desta temática. Não existindo uma voz “à medida” da emigração, poder-se-á então apontar a presença de uma pluralidade de vozes e as palavras de Eduardo Lourenço antes referidas poderão assim ser compreendidas como um amargo julgamento acerca da invisibilidade crítica que uma suposta ausência de obras tem vindo a criar. Não por acaso, atente-se que quando o filósofo recorda os nomes de José Rodrigues Miguéis, Jorge de Sena ou Casais Monteiro, escreve a seguir: “Mas não é por esta razão que eles figuram na mitologia cultural portuguesa corrente.” (Lourenço, 1999c: 47)

Nas décadas de 60 e 70 tinha começado a afirmar-se, no romance português, uma tendência esteticista e desconstrucionista. Pense-se em romances como *A Noite e o Riso* de Nuno Bragança, *O Delfim*, de José Cardoso Pires ou *Maina Mendes* de Maria Velho da Costa (todos publicados em 1969), que propunham uma revolução formal e ideológica da narrativa: a subversão das unidades de tempo e espaço e a subsequente anti-narratividade, a revolução da sinalética morfológica, a reflexão subjetiva que substituía ação e intriga, a ausência de referencialidade semântica direta, mas também a capacidade de criar

discursos de desconstrução e crítica das instituições dominantes do Estado Novo, da ausência de liberdade, das consequências, por vezes dramáticas, de fenómenos como o da emigração (cf. Real, 2012: 95-97).

Se a sociedade não tinha mudado radicalmente com o fim da ditadura, a escrita ficcional também não se distanciava completamente desta parcial paralisia, representando-a e questionando-a pela simples maneira de como ela se apresentava, vacilando entre uma “nova arrumação das opacidades” (cf. Lourenço 2014: 266) e uma “vontade de renovação” (cf. Lourenço, 2013b: 19). Neste âmbito, vejam-se, por exemplo, os contos escritos por F. G. Cassola Ribeiro reunidos sob o título *Sinais Exteriores de Riqueza* (1986) nos quais o autor, ex.-Diretor Geral da Emigração, com um estilo tendencialmente neo-realista, destaca a heroicidade do emigrante escrevendo episódios vividos durante a sua carreira. Por contraste, veja-se o romance de Júlia Nery *Pouca Terra... Pouca Terra* (1984) onde Leonor, jovem protagonista filha de emigrantes a residir em Paris, tenta libertar-se dos sonhos de regresso dos pais a Portugal¹⁷⁹.

A paragem do tempo, evidente no último romance referido, pode então ser interpretada como a constatação ontológica de uma “paragem da História” (cf. Mourão, 1996) e da queda de “meta-narrativas legitimadoras” em um tempo que parece estagnado e impossível de formular (cf. Magalhães, 1998: 306, 307). Efetivamente, o tempo distorcido das narrativas de Olga Gonçalves dificulta, mas não nega, a possibilidade de vislumbrar uma tentativa de reformulação da posição identitária portuguesa (cf. Magalhães, 1987: 355-386), através, no seu caso, da representação da experiência migratória.

O propósito de uma reformulação da História da emigração torna-se mais evidente em outro romance que sobressai no âmbito das escritas da emigração e que será

¹⁷⁹ A este propósito, vejam-se também as seguintes narrativas: de Manuel Tiago (pseudónimo literário de Álvaro Cunhal) *Cinco dias, Cinco noites*; de Laura Bulger, *Vaiém* (1986); de Jorge Reis os contos de *A Memória Resguardada* (1990) onde são retratados os anos de exílio em Paris durante os anos 70, em particular os contos *O Pesadelo* e *Paris, Agosto de 1949*.

analisado a seguir: *Três Vidas ao Espelho* (2010) de Manuel da Silva Ramos, que pode ser interpretado como um exemplo de “metaficção historiográfica” enquanto espelho ficcional e proposta de sistemas de significação alternativos que, a par da escrita da História, constituem discursos que permitem ao olhar contemporâneo compreender o passado.

[...] both history and fiction are discourses, that both constitute system of signification by which we make sense of the past (“exertions of the shaping, ordering imagination”). In other words, the meaning and shape are not *in the events*, but *in the systems* which make those past “events” into present historical “facts”. This is not a “dishonest refuge from truth” but an acknowledgment of the meaning making function of human constructs. (Hutcheon, 2004: 89)¹⁸⁰

O romance de Manuel da Silva Ramos – escritor que pertence à geração dos que nas décadas de 60 e 70 concretizaram uma revolução literária no plano formal e ideológico, estando a sua produção ficcional profundamente ligada ao experimentalismo destes anos – destaca-se pelo “realismo no conteúdo e o surrealismo na forma” (Real, 2012: 132) e propõe uma representação original e ex-cêntrica do fenómeno migratório¹⁸¹.

Serão estas narrativas do “regresso do pós-25 de Abril” tal como as define Margarida Calafate Ribeiro:

[...] no pós-25 de Abril não se regressava apenas de África. Outras “partes” marginais que formavam o Portugal salazarista e que eram uma directa consequência dele, se revelavam nesta viagem de regresso. [...] no pós-25 de Abril fazia-se a viagem de retorno à pátria: emigrantes chegados de países europeus, soldados vindos das ex-colónias, exilados regressando do estrangeiro e retornados desembarcados de África. Portugal era para estes

¹⁸⁰ Sobre este aspecto veja-se também Waugh (2001: 1-20) em que se afirma que a realidade e a história não são portadoras de verdades absolutas mas sim ficções, a par da literatura: “Contemporary metafictional writing is both a response and a contribution to an even more thoroughgoing sense that reality or history are provisional: no longer a world of eternal verities but a series of constructions, artifices, impermanent structures. The materialist, positivist and empiricist world-view on which realistic fiction is premised no longer exists. It is hardly surprising, therefore, that more and more novelists have come to question and reject the forms that correspond to this ordered reality (the wellmade plot, chronological sequence, the authoritative omniscient author, the rational connection between what characters “do” and what they “are”, the causal connection between “surface” details and the “deep”, “scientific laws” of existence).” (Waugh, 2001: 7).

¹⁸¹ A este propósito pense-se também no caso do escritor Nuno Bragança que esteve em França a partir de 1968 como funcionário da OCDE. Na sua escrita também tratou da temática migratória. Deste autor veja-se o romance *Square Tolstoi* (1981) e o conto *A Faca* no livro *Estação* (1984). Veja-se ainda o documentário, intitulado *Nacionalidade: Português* (1973) que Nuno Bragança realizou com Gérard Castello Lopes e Fernando Lopes e que retrata as condições dos trabalhadores portugueses em França. Veja-se também o romance *Exílio* (1978), de Álvaro Manuel Machado.

“regressados” um país imaginado: idílica paz para os soldados cansados da Guerra, realização de sonhos políticos para os exilados, porto seguro para exorcização de todas as humilhações passadas nas terras de emigração, país de emigração para os “retornados”, que nunca tinham partido. Mas nem o momento da partida, nem o momento em que se imagina chegar é igual ao da chegada e estas chegadas rapidamente se converteram em chegadas a lugar nenhum, a portos sem espaços para os que chegavam. (Ribeiro, 1998: 132)

Serão, no caso da literatura de emigração, narrativas de “torna-viagem” onde o regresso nunca é definitivo ou igual ao ponto de partida, narrativas que retratam experiências de desenraizamento e uma série interminável de cenários e movimentos de partida, como se tornará evidente no romance *Gente Feliz com Lágrimas* (1988) de João de Melo. O regresso é realmente impossível, ou realiza-se através do alcance de qualquer coisa de mais universal. Será possível só “em Creta, com o Minotauro” apelando a um verso de uma poesia de Jorge de Sena já referida (2013: 516, 518).

No pós-25 de Abril, portanto, a temática migratória continua a ser tratada pelos escritores portugueses, tendo um papel proeminente nas literaturas dos contextos ilhéus¹⁸². Muitos dos romances portugueses da década de 80, como é o caso da obra de João de Melo antes referida, repensam e transgridem o código simbólico das tradições narrativas, em função de uma possibilidade de reformulação¹⁸³. *Gente Feliz com Lágrimas* incorpora este percurso de interrogação e nele a temática da emigração é revelada através da memória estilhaçada do seu protagonista principal, que reconstrói uma vasta pluralidade de cenários que servem para detetar sintomas de “hiperidentidade” (cf. Lourenço, 1994a: 10), bem como para desmontar algumas imagens e mitos da portugalidade.

De “metaficções historiográficas” (Hutcheon, 2004: 89) que apresentam novas

¹⁸² A este propósito vejam-se o romance de João França *Uma Família Madeirense* (edição póstuma de 2006) e as suas peças teatrais *O Emigrante* (1978) e *Quase por Acaso me Tornei Emigrante* (cf. Coelho, 2011: 4-7). Veja-se ainda o romance de Horácio Bento de Gouveia *Torna-Viagem* (1979) e, do mesmo autor, o romance *Ilhéus* (1949) (cf. Santos, 2011: 8-12). A partir da década de 90 serão muitos os autores madeirenses a escrever sobre a temática migratória: *Santa do Calhau* (1992), de Maria Aurora Carvalho Homem; *O Último Cais* (1993), de Helena Marques; *Angélica e a Sua Espécie* (1993) e o conto *A Fonte* (1993), de Irene Lucília Andrade (cf. Santos, 2012: 64-108).

¹⁸³ Vejam-se, por exemplo, as narrativas de Hélia Correia, Teolinda Gersão, José Saramago, António Lobo Antunes, Mário Cláudio e Nuno Júdice, entre outros (cf. Real, 2012: 111-160).

formulações do passado, questionando e reescrevendo História (como acontece nos romances de Olga Gonçalves e Manuel da Silva Ramos), chega-se então a uma reescrita do passado através das memórias dos seus protagonistas¹⁸⁴. O romance de João de Melo pode ser considerado uma “fiction of memory”, isto é, uma narrativa que se torna porta voz de uma memória cultural marginalizada, através da qual será possível reconstruir histórias em parte esquecidas porque traumáticas.

The term “fiction of memory” deliberately alludes to the double meaning of fiction. First, the phrase refers to literary, non-referential narratives that depict the workings of memory. Second, in a broader sense, the term “fiction of memory” refers to the stories that individuals or cultures tell about their past to answer the question “who am I?”, or, collectively, “who are we?” These stories can also be called “fiction of memory” because, more often than not, they turn out to be an imaginative (re)construction of the past in response to current needs. Such conceptual and ideological fictions of memory consist of predisposition, biases, and values, which provide agreed-upon codes for understanding the past and present and which find their most succinct expression in literary plot-lines and myths. (Neumann, 2008: 334)

Não por acaso, mesmo evidenciando a importância e a continuidade das representações da emigração na literatura portuguesa, João de Melo lastimava, ao mesmo tempo, a sua pouca divulgação, apesar da inegável presença desta questão social como material literário, chamando a atenção para a necessidade de recuperação de memórias marginalizadas relativas a estas vivências (*cf.* Melo, 1987: 76). São muitos os exemplos que o escritor refere no texto antes referido, obras que percorrem a experiência dos emigrantes em deslocação, moldando linguagens e técnicas narrativas ao uso das diferentes caracterizações de percursos de desenraizamento¹⁸⁵. Neste âmbito enquadram-se obras como *Imitação da Morte* (1982) e *Contrabando Original* (1987) de José Martins Garcia, *Ilha Grande Fechada* (1992) e *Crónica do Despovoamento das Ilhas* (1995) de Daniel de

¹⁸⁴ Sobre o conceito de memória cultural: “[...] it is no longer possible to passively accept a monolithic idea of collective memory, as it must be perceived as a more fluid concept. Collective memory is not just a substantial entity; we need to grasp the dynamics aspects of remembering, not the static aspects of memory, that is, its mnemonic practices.” (Fortunati e Lamberti, 2008: 128).

¹⁸⁵ Obras de escritores como Ferreira de Castro, José Rodrigues Miguéis, José Martins Garcia, Vamberto Freitas, Eduardo Mayone Dias, Marcolino Candeias, Eduardo Bettencourt Pinto, Avelina da Silveira. E ainda: Dias de Melo, Daniel de Sá, Cristóvão de Aguiar, Álamo de Oliveira, Florêncio Terra, Nunes da Rosa, Vitorino Nemésio, Dinis da Luz, Manuel Ferreira, Fernando Lima, Fernando Aires, Ruy Guilherme de Morais, Norberto Ávila, Vasco Pereira da Costa, entre outros (*cf.* Melo 1987: 76-78). A este propósito veja-se também Brasil, 2003: 23-34.

Sá, ou ainda o romance *Já não gosto de Chocolates* (1999) de Álamo Oliveira (cf. Brasil, 2003: 54-59)¹⁸⁶. Destacam-se ainda a narrativa de viagem *Os Primos da América* de Ferreira Fernandes (1991) e os livros de Onésimo Teotónio de Almeida, *Da Vida Quotidiana na L(USA)landia* (1975), *(Sapa)teia Americana* (1983) ou *L(USA)landia – a Décima Ilha* (1988), entre outros, que, no entender de João de Melo, compreendem “[...] o peso vivencial, o humor comovido e a voz necessária de um testemunho e de uma criação pela escrita [...]” (Melo, in Almeida, 2001: 11). *Gente Feliz com Lágrimas* poderá então ser considerado um contraponto dramático a estes últimos textos referidos, um exemplo de recuperação de memórias de diferentes experiências de emigração, dispersão e desenraizamento¹⁸⁷.

A produção ficcional de João de Melo tece um fértil diálogo entre os Açores e o continente, entrelaçando, ao mesmo tempo um vínculo duradouro com uma certa tradição da literatura produzida no arquipélago. Esta, a partir de um olhar ilhéu, já tinha começado a questionar a geografia imperial, real ou imaginada, do país. Refiro-me, por exemplo, a *Mau Tempo no Canal* (1944) de Vitorino Nemésio e à procura, neste romance, de uma ilha perdida que preanunciava a perda do império, tornando o trágico destino da protagonista Margarida Clark Dulmo uma fatalidade a partilhar com a nação (cf. Garcia, 1978; Real, 2012: 79). O romance de Vitorino Nemésio retratava a decadência de um mar, já não símbolo glorioso da cultura e da história portuguesa, mas espaço de estilhaçamento, distância, dor e luto, antecipando a renovação da escrita como lugar de transformação e reflexão, que se concretiza mais nitidamente no pós-25 de Abril. No

¹⁸⁶ Em *Antologia Panorâmica do Conto Açoriano*, organizada por João de Melo, figuram contos de temática migratória, como por exemplo, o de Manuel Ferreira, intitulado *O Barco e o Sonho*; o de José Martins Garcia, intitulado *O Conto do Vigário*; o de Fernando do Lima, intitulado *O Embarque*; o de Dinis da Luz, intitulado *O Dia mais Feliz do Tio Moisés*; e o de Ruy-Guilherme Morais, intitulado *Passaporte de Emigrante* (cf. Melo, 1978).

¹⁸⁷ Neste âmbito, vejam-se ainda os seguintes romances: de Maria Graciete Besse e Diogo Conde, *Entre o País e o Longe* (1995); de Manuela Dangerine, *A Dívida e o Riso* (1997); de Rosa Lobato de Faria, *O Preâmbulo das Águas* (1999), analisados por Marie-Isabelle Vieira, que escreve: “Durant ce deuxième quart de siècle, le portugais migrant sort de sa chrysalide, tant au Portugal qu’en France. L’entrée du Portugal dans la CEE fait naître des nouvelles images, celui de «l’européen» se déplaçant librement dans l’espace Schengen et le questionnement cornélien de la deuxième génération (partir/rester) fait également son apparition” (Vieira, 2013: 72).

romance *Paisagem com Mulher e Mar ao Fundo* (1982) de Teolinda Gersão, por exemplo, o mar antes glorificado tornar-se-á espelho de uma vasta periferia.

[...] era a festa da morte, gritam, mas doravante é a festa da vida, ele caiu do seu trono e somos nós agora os senhores do mar e os senhores da terra, desvendámos o enigma e encontrámos a saída do seu reino, não partiremos mais porque esta terra é nossa. (Gersão, 1985: 114)

Finalmente, a temática migratória continua a ser objeto de interesse na produção narrativa dos últimos anos, que tem vindo a criar interessantes tendências estéticas, numa multiplicidade de estilos, temas e estruturas narrativas em que a obra de cada escritor se constitui à luz de si própria (*cf.* Real, 2012: 55-56). No conjunto desta produção ficcional, é possível detetar uma perspectiva cosmopolita, sem traços de uma identidade partilhada no que toca à questão da portugalidade e do seu tratamento literário que não é recusado, mas posto em discussão, como tinha sido antecipado de forma provocatória no final da década de 80 por Luísa Costa Gomes em epígrafe ao seu romance *O Pequeno Mundo* (1988).

Leitor! Este livro não fala do 25 de Abril. Não se refere ao 11 de Março e está-se nas tintas para o 25 de Novembro. Pior, não menciona em lugar nenhum a guerra em África. Não reflecte sobre a nossa identidade cultural como povo, o nosso futuro como nação, o nosso lugar na comunidade europeia. Suportará o leitor um livro assim? (Gomes, 1988: 7)

De entre as características mais proeminentes da mais recente produção ficcional distinguem-se a não existência de roturas formais, estilísticas ou lexicais com a produção ficcional anterior e, ao mesmo tempo, a internacionalização de narrativas que se dirigem a um leitor global, sugerindo a relevância de um repensamento de um novo cânone do romance português (*cf.* Real, 2012: 193). Neste contexto, a emigração volta a constituir tema de interesse literário, como é o caso do romance *Livro* (2010) de José Luís Peixoto, uma “fiction of memory” (Neumann, 2008: 334) onde as experiências migrantes são contadas a partir de uma perspectiva “microhistórica” (Levi, 1993: 129). Nesta obra é proposta uma reflexão sobre o legado da experiência migratória como um património ao mesmo tempo pessoal e coletivo que, por sua vez, torna a narrativa em questão parte de

uma herança e de uma tradição literária que tem vindo a enfrentar a temática migratória ao longo do tempo.

De resto, num país de onde se continua a emigrar e no qual a experiência migratória dos anos 60 e 70 do século passado continua a constituir um elemento marcante, mas ainda em parte esquecido ou silenciado porque traumático, e com exigência de recuperação das suas memórias, não podiam faltar exemplos de representação literária deste fenómeno.

Novels do not imitate existing versions of memory, but produce, in the act of discourse, that very past which they purport to describe. [...] They configure memory representation because they select and edit elements of culturally given discourse. They combine the real and the imaginary, the remembered and the forgotten, and, by means of narrative devices, imaginatively explore the workings of memory, thus offering new perspectives on the past. (Neumann, 2008: 334)

Veja-se, por exemplo, o romance de Júlio Magalhães *Longe do Meu Coração* (2010), onde a história do protagonista emigrante acaba num final feliz, com o seu regresso a Portugal e o reconhecimento oficial obtido no dia 10 de Junho. Mas vejam-se também, por contraponto, os dois romances de Maria João Lehning, *Travessa da Memória* (1998) e *D'Acordo* (2003), onde, através de um crioulo luso-francês, são contadas as histórias de vida de vários emigrantes e os jogos de espelho que se geram nas identidades crispadas entre França e Portugal, dos protagonistas da narrativa¹⁸⁸; ou ainda algumas crónicas de Nuno Costa Santos contidas no livro intitulado *Vou Emigrar para o Meu País* (2014).

Evidentemente é um olhar contemporâneo que muita da produção ficcional da primeira década do século XXI oferece aos seus leitores, um olhar que interroga e recria diferentes versões da História bem como memórias culturais, através de narrativas que estabelecem relações de reciprocidade entre o presente e o passado (cf. Erll, 2008: 2).

Recorrendo às palavras de Giorgio Agamben, estas ficções oferecem um olhar que não é apenas “[...] aquele que percebendo o escuro do presente nele aprende a resoluta

¹⁸⁸ Sobre a obra de Maria João Lehning veja-se Vieira, 2013: 73.

luz, mas também aquele que dividindo e interpolando o tempo está à altura de transformá-lo e de colocá-lo em relação com os outros tempos, de nele ver em modo inédito a história [...]” (Agamben, 2009: 71). Portanto, este algo que a geração de escritores nascidos pouco antes ou depois do 25 de Abril não viveu é extenso e vai muito além, ao mesmo tempo que inclui (quando quer) os quase quarenta anos de ditadura, o legado da guerra colonial em África, os regressos a Portugal e a emigração, fenómeno, este último, que continua a manifestar-se e a alcançar hoje novas características na sociedade portuguesa, podendo assim, mais uma vez, constituir tema de interesse para a criação literária.

Capítulo 8

Auscultar as Alteridades. Dois Romances de Migração de Olga Gonçalves

[...] Venham falar-me dos mistérios da poesia,
das tradições de uma linguagem, de uma raça,
daquilo que se não diz com menos que a experiência
de um povo e de uma língua. Bestas.
As línguas, que duram séculos e mesmo sobrevivem
esquecidas noutras, morrem todos os dias
na gaguez daqueles que as herdaram [...]
(Jorge de Sena)

Em 1978 Vitorino Magalhães Godinho publicava um ensaio intitulado “L’émigration portugaise (XVe.— XXe. Siècles). Une constante structurelle et les réponses au changement du monde” propondo uma minuciosa análise demográfica do fenómeno migratório português a partir dos Descobrimentos até ao imediato pós 25 de Abril. A emigração, segundo o historiador, e em linha com a investigação anteriormente realizada por Joel Serrão (*cf.* 1970 e 1974), apresentava-se como uma característica estrutural da sociedade portuguesa. Num estudo precedente, Vitorino Magalhães Godinho chamava ainda à atenção para a “obsessão do imediato” na análise contemporânea da sociedade portuguesa, apontando para a necessidade de parar de imitar os modelos alheios e de situar a análise no “contexto da história”. Nesta ocasião trazia o exemplo da emigração interpretada e estudada como um fenómeno novo enquanto, pelo contrário, se tratava da “[...] solução tradicional dos nossos problemas sempre adiados” (Godinho, 1975: 12).

Estas análises históricas da emigração portuguesa foram escritas na mesma altura em que saíram os romances *A Floresta em Bremerhaven* (1975) e *Este Verão o Emigrante Là-Bas* (1978) de Olga Gonçalves, os quais podem ser interpretados como reformulações em chave ficcional da história recente do país através da exploração de uma temática de evidente ex-centricidade (*cf.* Hutcheon, 2004: 57-73).

Em *A Floresta em Bremerhaven*, é um casal de emigrantes regressados da Alemanha para Portugal que conta a própria história na primeira pessoa: Manuel e a esposa, que não

tem nome¹⁸⁹. Os dois dialogam com uma senhora que, percebe-se no desenrolar da conversa, é uma escritora (cf. Gonçalves, 1975: 15) que está alojada na casa deste casal, passando as férias do verão de 1975 na localidade balnear de Porto Covo. Neste romance encontra-se, por parte da interlocutora, uma ocultação da primeira pessoa, pelo que são diretamente os dois emigrantes a relatar as próprias experiências.

Em *Este Verão o Emigrante Là-Bas* há uma narradora, também escritora, que empreende uma viagem/missão à procura de emigrantes, entre França e Portugal. Neste romance, além das personagens/emigrantes, há uma voz que orienta os diálogos, que é a de uma narradora por vezes homodiegética – porque é evidente a sua recusa de centralidade no meio do discurso dos outros emigrantes – mas, por vezes, também autodiegética – porque, mesmo que indiretamente, é ela que conduz a viagem à procura dos emigrantes.

Estas duas posições por parte da figura da interlocutora no primeiro romance e da narradora no segundo (ambas identificadas nos textos como “escritoras”), definem maneiras de fazer História, de rescrevê-la a partir da margem. A narradora de *Este Verão o Emigrante Là-Bas*, por exemplo, perante algumas celebrações oficiais do emigrante a que assiste em Portugal (cf. Gonçalves, 1978: 64-69), tece considerações sobre os tratamentos destinados naqueles anos a estes sujeitos.

Não é com triunfalismo que Portugal se veste de palmas e lhanezas para festejar o emigrante. É com triunfo: Portugal tem cá os seus braços, a vocação e a humilhação de abalar. O país inteiro estuda a situação concreta. Todos, todos sabemos que já ninguém encolhe os ombros e afirma pobrete mas alegrete. E podia agora ocorrer a síntese poética. (Gonçalves, 1978: 63)

Os romances de Olga Gonçalves caracterizam-se por se dedicarem a temáticas até ao momento bastante marginais e problemáticas no campo literário português, bem como no contexto social do país. A emigração nas duas obras antes referidas, mas

¹⁸⁹ Sobre este aspecto veja-se Magalhães, 1987: 348; Jorge, 2009: 61-62.

também em *Ora Esguardae* (1982) e *Eis uma História* (1991)¹⁹⁰, os retornados das colónias africanas em *Rudolfo* (1985), a prostituição e a vida de rua em *Sara* (1986) e em *Armandina e Luciano, o Traficante de Canários* (1988), são todas temáticas do ex-cêntrico que problematizam, a partir do texto ficcional, as contradições da sociedade que estas obras representam e onde, ao mesmo tempo, se enquadram¹⁹¹.

Nas duas obras aqui em análise, ao mesmo tempo em que é representada uma sociedade contemporânea da data de escrita, assiste-se à constatação de uma “paragem ou fim da História” (cf. Mourão, 1996), que não será uma negação da mesma, mas um apelo à necessidade desta ser reescrita.

Há quinhentos anos buscavam-se as espécies, fazenda, tapetes de arabescos.
Era outro mexer, distintas formas de mercancia – os passos, os afazeres de
que não sei falar. (Gonçalves, 1978: 76)

As sequências dialógicas e fragmentárias e as focalizações internas por parte dos sujeitos que falam nas narrativas obrigam, portanto, a uma reflexão sobre os processos ficcionais da mesma disciplina da História e do seu processo de escrita como discurso.

Se, por um lado, a partir da leitura dos dois romances é possível entrever as razões que levaram ao abandono da pátria de grande parte da população durante as décadas de 60 e 70 do século passado, por outro lado é preciso focar a atenção também nos conteúdos das histórias contadas, bem como na maneira como são relatadas. Estes últimos refletem, de um ponto de vista que é ao mesmo tempo subjetivo e coletivo, a complexidade do contexto antes delineado.

A narradora de *Este Verão o Emigrante Là-Bas*, questiona-se sobre o seu papel enquanto autora do texto, como é patente no trecho que cito a seguir.

¹⁹⁰ Sobre estes dois romances, veja-se o ensaio de Maria Lucia Lepecki intitulado “Propriedade Colectiva”: “No jeito como manipula a sintaxe dos diálogos, Olga Gonçalves instala as personagens no lugar preciso que *Eis Uma História* quer que elas ocupem: o lugar de figuras extraordinárias onde se reúnem e sintetizam todas as feições de um drama nacional.” (Lepecki, 1992: 75); e o ensaio da mesma autora sobre o romance *Ora Esguardae* (cf. Lepecki, 1998: 145-151).

¹⁹¹ Sobre este aspecto veja-se o estudo de Sílvia Renato Jorge (2009) que considera a representação do estrangeiro (emigrante e regressado das colónias africanas) bem como a da mulher na produção ficcional de Olga Gonçalves como duas diferentes representações do ex-cêntrico (cf. Jorge, 2009: 14).

Entretanto, considero a arquitetura da coragem. A coragem deles, no êxodo, colectiva desgraça, famílias inteiras porfiantes no risco.

Ainda sob as copas do verão, lenta, a carreira das nuvens. Viriam buscar o direito à dignidade humana, ao odor cru de um dialecto, outro, e a exigência de civilização.

Vêm-me à ideia inesperadas trajetórias, os movimentos húmidos dos vermes. Eu sei, descobrimos que ferimos o silêncio. Mas nos meus romances só haverá gente de membros desatados e de cabeça ao sol, gente à procura da sua exactidão e robustez, a única profissão da carne viva. (Gonçalves, 1978: 112)

É assim introduzida a problemática da representação do real, a par da impossibilidade de encarar o fenómeno migratório exclusivamente como uma constante da sociedade e da história portuguesa.

Mandato, donde me vi a cuidar deste projecto, escrever sobre a emigração, a qual, deixem-me pensar, será rossio, alçada mesmo, gleba somente de sociólogos. (Gonçalves, 1978: 17)

Nestas palavras é possível individualizar o intento de reformulação da História, realizado através do uso do discurso literário. O trabalho sobre a memória, uma memória que se projeta no futuro, é portanto presente nestes dois romances.

Tão grande a vontade de comprovar. Escritora? Todo o gosto é possível, a oralidade assusta-me, infinitamente pesa. Mas o povoar o tempo com a crise do herói, deslocar as questões, passá-las de geração a geração, é fazer uma tomada de consciência que para o futuro se dirige. (Gonçalves, 1978: 149)

Parte da produção ficcional de Olga Gonçalves enquadra-se no contexto de uma tradição da presença da temática migratória na literatura portuguesa, distinguindo-se pela sua experimentação linguística e estilística, através da qual, de forma inédita, uma “escrita documental” (Besse, 1988: 14) e de restituição do vivido se cruza com uma narrativa fortemente influenciada pelo lirismo (*cf.* Magalhães, 1987: 339). As reformulações da representação do real, assim como da história recente do país e as continuidades das heranças míticas da cultura portuguesa (*cf.* Lourenço, 2014b: 265, 266), nas narrativas desta escritora não são apresentadas como dados de facto, mas questionadas através da escrita e da reflexão sobre o mesmo ato de escrever.

Em seus romances, parece haver um movimento voltado para pensar o

modo como as microrelações sociais presentes em espaços como o da família ou o do trabalho permanecem resistentes a uma nova configuração, apesar das mudanças ocorridas na estrutura política do país após o fim do salazarismo. Daí a percepção de que a imagem centralizadora do Império e os valores a ela agregados relutam em se desfazer plenamente, se perpetuando de forma aparente através de esquemas sociais que colocam em evidência conceitos representativos do humanismo liberal: a autoridade, a totalização, o centro, a hierarquia e a origem, por exemplo, conceitos estes que se concretizam na valorização dos grupos sociais historicamente vinculados a eles: o homem, o branco, o colonizador. (Jorge, 2009: 11)

Portanto, nos dois romances desta autora é recriada uma versão da portugalidade, apresentada como fragmentária, individual mas também coletiva, que rompe com a construção romanesca tradicional e que propõe, através de uma “anti-narrativa”, novas formas de escrita e leitura do tempo ficcional: “[...] a ficção vai acordar, inquietar o real que então deixa de ser apenas objectivo para se tornar vivido” (Magalhães, 1987: 335)¹⁹². Os romances de Olga Gonçalves, de facto, parecem nascer de uma necessidade de compreensão do real através da escrita, bem explícito numa frase que se encontra na parte final de *Este Verão o Emigrante Lá-Bas*: “Escrevo. Preciso da ficção para ver melhor a realidade.” (Gonçalves, 1978: 179).

Estas duas obras trabalham, portanto, para a constituição de um património narrativo da emigração através do discurso ficcional, na tentativa de desmontar os estereótipos em volta deste grupo marginal. Um grupo, o dos emigrantes das vagas de 60 e 70, que é englobado numa História de longa duração começada por um “momento fundador” e dotada de um “texto fundador” como *Os Lusíadas*, que se tornarão, com o tempo, a imagem da nação e a imagem do império (cf. Lourenço, 2013d: 26).

Historiadores eminentes como Vitorino Magalhães Godinho ou sociólogos da cultura portuguesa como Joel Serrão poderiam explicar-nos até que ponto uma grande parte da nossa aventura histórica “expansionista” pode, ou não, ser considerada como uma espécie de subproduto desse fenómeno mais radical da nossa condição de emigrante. Mas com a maior boa vontade do mundo, nem um nem outro poderiam amalgamar numa só referência, ou atribuir o mesmo significado, e por conseguinte o mesmo papel como

¹⁹² Aqui é evidente a influência do nouveau roman francês. Compare-se ainda esta característica da ficção de Olga Gonçalves com as rupturas estéticas e com o tempo e espaço no plano da narração para que contribuíram romances como *A Sibila* (1954) de Agustina Bessa Luís ou *Aparição* (1959) de Vergílio Ferreira, rumo à “enorme DESENVOLTURA” de autores mais ou menos jovens que propunham uma “Nova Literatura” em que era evidente “a grande ausência de nós a nós mesmos” (Lourenço, 1994b: 259).

elemento definidor do nosso perfil no mundo, ao processo global da nossa “emigração” à antiga e à moderna, por serem, como são, de sinais contrários. Aventura de pobre é sempre a dos que buscam em longes terras o que em casa lhes falta. Contudo não se ganha nada, a não ser contribuir para novos mitos, pouco inocentes, tanto sob o plano cultural como político, em unir e assimilar o que a história separou e continua separado. (Lourenço, 2013a: 123)

Eduardo Lourenço escreveu estas palavras em 1977, refletindo sobre as reasumidas comemorações do dia 10 de Junho¹⁹³. Nesta ocasião o ensaísta interrogava-se sobre a possível sobreposição da figura de Camões com a dos emigrantes das décadas de 60 e 70. Os novos mitos pouco inocentes a que o filósofo se referia consistiam na continuação da celebração eufórica de um império que tinha chegado ao seu fim, podendo contribuir para uma reapropriação dos emigrantes: “os nossos emigrantes”, as “nossas comunidades portuguesas” espalhadas pelo mundo¹⁹⁴. Se Camões “[...] não é propriedade de ninguém nem responsável pelas glosas utilitárias, mesquinhas, anti-históricas de todos os representantes mais ou menos qualificados da vária panóplia de suspeitos nacionalismos político e culturais” (Lourenço, 2013a: 120) de quem é que os emigrantes serão propriedade?

Em oposição a esta interrogação, veja-se esta reflexão contida no romance de Olga Gonçalves de 1978:

Que me falem do seu passar, que me digam então porque foram descobrir mundo, por que espinho lhes corre a memória, a ordenação do verde e do vermelho em pano que não defendeu leis votadas à sua causa. Que me relembram o que não têm, pouca terra, pouca terra para o amor, retirada, cruzam os mapas, rumo ao culto da esperança. (Gonçalves, 1978: 85)

A representação das histórias dos emigrantes presente nas duas obras desta escritora permite, portanto, a realização de uma “arrumação das opacidades” (Lourenço, 2014b: 266) e, conseqüentemente, a escrita de outras possíveis versões da mesma história. Recorrendo às palavras de Julia Kristeva, o que se propõe nos dois romances é um

¹⁹³ Veja-se a nota 3.

¹⁹⁴ Note-se que a expressão “nossos emigrantes” é comumente usada nos discursos oficiais do dia 10 de Junho. cf. <http://www.presidencia.pt/diadeportugal2007/?idc=503&idi=6802&action=7> (consultado a 23/11/2014). Veja-se também Pereira, 2015.

exercício de auscultação e de percepção da alteridade que os emigrantes representam.

[...] uma experiência do abismo entre mim e o outro que me choca [...]. Diante do estrangeiro que recuso e ao qual me identifico ao mesmo tempo, perco os meus limites, não tenho mais continente, as lembranças das experiências em que me haviam deixado cair me submergem, descontrolo-me. Sinto-me perdida, vaga, enevoadada. (Kristeva, 1994: 196)

Assim se terão sentido as narradoras dos dois romances perante os emigrantes com os quais dialogam. Esta “inquietante estranheza” (Kristeva, 1994: 200) poderá pressentir o leitor nestas duas ficções, convidado à prática de um exercício de auscultação, na constatação de que a exclusão do emigrante advém da não aceitação da sua “dupla ausência” (Sayad, 2014), de estrangeiro num “transitório perpétuo” (Kristeva, 1994: 12), que põe necessariamente em causa velhas e novas mitologias.

Em suma, trata-se de obras em que Olga Gonçalves, como escreveu Eduardo Lourenço “[...] recria em quase híper-realistas instantâneos a odisséia consciente e inconsciente do mundo emigrante na hora da sua e nossa mudança.” (Lourenço, 1984: 15), bem como “[...] uma interrogação sobre a identidade colectiva.” (Besse, 2000: 21)¹⁹⁵. De certa forma, serão tentativas de ocupação de uma ausência a nível simbólico, num movimento de torna-viagem instável e nunca definitivo, que permite uma tomada de posição em que a escrita manifesta o ex-cêntrico dando voz a quem não a tinha na altura e demonstrando, simultaneamente, a condição de alteridade dos emigrantes no seio do próprio país.

¹⁹⁵ Note-se que Sílvio Renato Jorge propõe uma leitura da obra de Olga Gonçalves a partir da margem: “[...] a margem da história, tangenciada pela memória e pelo uso de recursos metaficcionalis; a margem do texto narrativo que, passeando por outros textos, potencializa o carácter não linear e plurivocal do romance; a margem da própria língua portuguesa, inserida em jogo no qual sua unidade vai ser testada, até mesmo subvertida, pelo contacto com outras línguas. Na ficção de Olga Gonçalves, o texto que fala sobre a margem é também um texto que fala na margem.” (Jorge, 2009: 129).

8.1. A Escrita como Exercício de Auscultação

Olga Gonçalves dizia numa entrevista que a sua escrita “[...] é sobretudo uma escrita portuguesa. Tive a experiência de viver fora do país e de não ter gostado de ouvir diminuí-lo [...]” (Dacosta, 1986: 10).

Nascida em Luanda em 1929, com um percurso de estudo entre Lisboa e Londres, a escritora manteve uma ligação familiar na ex-colónia até o 25 de Abril de 1974 (cf. Matos, 1988: 7, 8). Antes dessa data Olga Gonçalves escrevia só poesia, tornando-se romancista por causa do que aconteceu depois da chamada Revolução dos Cravos (cf. Dacosta, 1988: 10). Os romances desta escritora surgem como uma iniciativa de participação social, através de uma escrita que, voluntariamente, quer mostrar aspectos da sociedade ainda por enfrentar e explorar¹⁹⁶.

A relação entre a observação do mundo real e o ato de escrever funciona aqui como relevante fonte de inspiração de uma forma, não neo-realista, mas que molda a escrita rumo à fragmentação como única maneira possível de representar a realidade e a alteridade nela patente (cf. Magalhães, 1987: 388). Por esta razão, os emigrantes que deixaram em massa o país durante as décadas de 60 e 70 não podiam passar despercebidos. Numa entrevista, falando do romance *A Floresta em Bremerhaven*, ela dizia ter ido de carro “[...] a Porto Covo conviver com ex-emigrantes da Alemanha”, da mesma forma que tinha viajado “[...] para Paris para auscultar os operários portugueses da Renault ou outros do bidonville.” (Chiote, 1988: 12) onde terá encontrado material para o romance de 1978.

O uso do verbo “auscultar” pode servir então como chave de interpretação da

¹⁹⁶ A vontade de moldar a escrita ao passo com o que acontecia na sociedade portuguesa da altura, é patente em vários depoimentos da autora, como quando, numa entrevista, declara: “A literatura produzida por mim será sempre a do “eu estava lá”, são as personagens e as situações que me agarram, e depois a ficção naturalmente surge.” (Chiote, 1988: 12). A este propósito veja-se também Pinto-Correia, 1988: 10; Silva-Brummel, 1987: 171- 174; 2002: 187-194.

representação da emigração na ficção desta escritora. Além do sentido mais genérico que este verbo tem – de ouvir atentamente a opinião de alguém – é usado no vocabulário médico com a acepção de inspecionar o funcionamento dos órgãos, aplicando o ouvido ou o estetoscópio. Mas este verbo, e a riqueza semântica que abrange, também é usado no âmbito da crítica literária, de forma pioneira por Bakhtin em *Problemas da poética de Dostoiévski*, onde eram enaltecidas as capacidades de auscultação que o escritor russo proporcionava através do dialogismo em que punha em interação a multiplicidade de vozes das suas narrativas (cf. Bakhtin, 1997: 42).

É um exercício de auscultação íntima, profunda e social que é proposta nestes dois romances e que se realiza na ficção através da criação de efeitos de invisibilidade da voz por parte de quem ouve. A este propósito, note-se que não se encontra nos romances de Olga Gonçalves uma intervenção direta da entidade das figuras da escritora e que estas narrativas, conseqüentemente, são contadas através da voz dos emigrantes e do dialogismo que elas, através da presença assombrada das figuras femininas, são capazes de gerar.

O exercício de auscultação está bem explícito em *A Floresta em Bremerhaven*, onde os narradores são as várias personagens em diálogo com uma personagem ausente na voz e presente como interlocutora através da referência a ela no discurso direto dos intervenientes. O romance tem a forma de diário com a indicação do espaço e do tempo e os diálogos introduzidos por um hífen tornam-se a única bússola conferida ao leitor para se orientar na ficção. A este propósito veja-se a dedicatória do livro aos dois emigrantes protagonistas do romance, com a reprodução antecipada de algumas das falas que aparecerão ao longo da obra: “... era analfabeto, mas olhe que ouvia romper as raízes das ervas dez metros abaixo do chão. Porque é que não puderam mandar-me à escola? Era diferente deles?” e “Que eu cá por mim, temos além a horta, e quando ali estou a vista alcança tudo e também espairose. Que haverá coisa melhor que ver o mar?”

(Gonçalves, 1978: 11). Vejam-se ainda as palavras introdutórias que sugerem um exercício de aproximação e auscultação bem como a complexidade da compreensão.

APROXIMAMO-NOS. QUEREMOS ENTRAR. MAS A MORADA É
IMENSA: HÁ CANTOS, HÁ DESVÃOS, HÁ FRINCHAS, HÁ
DEGRAUS, HÁ O LIMIAR, O FIM DE CADA TEMPO. O QUE PAIRA
EM EXTENSÃO. E SE FECHA EM FLORESTA:
ESPESSURA DE REMOTO SILÊNCIO. COADO NOUTRO ESPAÇO.
ONDE O HOMEM RASGA A PELE E DISTINGUE O SOM DAS
PRÓPRIAS FORÇAS NO SEU CORPO ABERTO. (Gonçalves, 1975: 11)

O exercício de auscultação está presente também em *Este Verão o Emigrante Lá-Bas* onde a personagem da narradora/escritora por vezes intervém na ficção.

A senhora procura alguém? Vem-se encontrar com portugueses? Procuo
alguém, vou encontrar-me com portugueses, quais? Reconheço os cestos, as
alcofas, os garrafões – coisas que lhe pertencem fora deste encontro, tão
velho e tão recente como a primeira vez que vi o mar. (Gonçalves, 1978: 178)

Note-se que a preparação para o ato de auscultação por parte da narradora/escritora ocorre no plano estilístico através de uma fusão entre o tom lírico e o meditativo e a anulação da sua mesma voz, que se dá em momentos de cisão e mudança de tons, como quando, por exemplo, se encontra e choca com a dos emigrantes. Aqui, como acontece também em *A Floresta em Bremerhaven*, as perguntas que a mulher dirige aos emigrantes, são incorporadas no decorrer dialógico dos interlocutores da ficção.

[...] – Bonjour! Sim senhora, somos, somos portugueses. Não, esse não é o
meu nome, quer dizer, a gente também se chama Santos, mas eu sou Dolores.
Maria das Dolores. Aqui o meu marido é Francisco. (Gonçalves, 1978: 95)

A estratégia narrativa utilizada por Olga Gonçalves de pôr em diálogo os protagonistas do romance, sendo eles a contar diretamente a sua própria história pode também ser interpretada como um trabalho antropológico sobre “histórias de vida”¹⁹⁷.

¹⁹⁷ Este método de pesquisa foi inaugurado para a análise de um contexto migratório no estudo sociológico de Thomas e F. Znaniecki *The Polish Peasant in Europe and America* (1918) e sucessivamente pela Escola de Chicago. No contexto português destacam-se o estudo de Caroline Brettell (1978) e o de Elsa Lechner (2009). Em *Já Chorei Muitas Lágrimas* (1978), Caroline Brettell usa uma abordagem etnográfica para a análise do fenómeno migratório português em França, apresentando o relato de uma personagem real que conta a sua história de vida. No seu livro *Histórias de Vida: Olhares Interdisciplinares* (2009) a antropóloga Elsa Lechner ilustra as potencialidades deste método e a eficácia das suas práticas. As histórias individuais e os discursos assimétricos que surgem da aplicação deste método são, de facto, muito relevantes para a análise social, mas também literária, do fenómeno migratório, pois permitem penetrar nas entranhas dos mecanismos sociais, a partir de olhares propositadamente subjetivos.

Com efeito, nos dois romances é conferida uma voz direta aos emigrantes, tirando-os do silêncio e representando assim a marginalidade que caracteriza estes sujeitos quer no país que os acolhe, quer no seu país de origem, onde tentam regressar, num percurso de *nostos* idealizado e por isso difícil, se não impossível, de alcançar.

Uma comparação com os “brasileiros de torna-viagem” da ficção camiliana e da continuidade da presença desta personagem no campo literário português poderia ser interpretada como escusada. A meu ver, contudo, vale a pena deixar aqui uma interrogação sobre a distância entre estas diversas figuras de ficção, na constatação de que se revelam perfis de emigrantes que exigiam uma prática de auscultação para ser compreendidos e para, precisamente, poderem falar a par das imagens estereotipadas que deles se foram formando com o tempo.

Em conclusão, quando Miguel Torga definia os emigrantes “[...] bússolas malucas, hesitantes entre dois Nortes opostos, cada um com igual força de atração.” (Torga, 1958: 104), apelava para que se realizasse uma escrita da emigração e para a necessidade da descida num abismo que permitisse a captação psicológica de um “plasma emocional” necessariamente obscuro (*cf.* Torga, 1955: 117, 118). O mesmo escritor, na introdução ao livro *Traço de União*, apelava para a execução de um exercício de auscultação. Atente-se a estas palavras.

Ver um povo por dentro, saber auscultar-lhe a parte mais nobre e mais oculta da fisiologia moral, intelectual, emotiva, não é empresa fácil, mormente para nós, acostumados ao método da reacção directa, lança na mão direita e paternalismo na esquerda. (Torga, 1955: 20)

Os romances de Olga Gonçalves, assim como já tinha preanunciado o conjunto heterogéneo de textos produzidos sobre a temática migratória nas décadas de 60 a 70 do século passado, são uma resposta a esse convite “incómodo” (*cf.* Sayad, 2014) de escrever a emigração e dos seus efeitos de alteridade, realizado através de um exercício de auscultação que permite a reprodução direta das vozes dos emigrantes e que se torna também prática a que é convidado o leitor.

8.2. Efeitos de Estranheza

Um dos motivos condutores dos dois romances de Olga Gonçalves aqui em análise é a criação, ao longo das narrativas, de “efeitos de estranheza”. Julia Kristeva, no seu livro *Estrangeiros para Nós Mesmos*, recorria a um estudo de Sigmund Freud de 1919 intitulado “A inquietante estranheza” para distinguir uma reação de recusa e, ao mesmo tempo, de atração para com o outro, que reside “no coração desse ‘nós mesmos’ [...]” (Kristeva, 1994: 200). Por outras palavras a filósofa escrevia que existe:

[...] uma rejeição fascinada que suscita em nós o estrangeiro, existe uma parte de sobrenatural no sentido da despersonalização que Freud ali descobriu e que reata com os nossos desejos e com os nossos medos infantis do outro [...]. O estrangeiro está em nós. E quando fugimos ou combatemos o estrangeiro lutamos contra o nosso inconsciente – este impróprio do nosso próprio impossível. (Kristeva, 1994: 201)¹⁹⁸

As figuras das mulheres escritoras dos dois romances colocam-se numa posição de “desenraizamento” tornando-se, a par dos emigrantes, também estrangeiras e guiando assim silenciosamente os diálogos da ficção “através da interrogação e do espanto” (*cf.* Todorov, 1999: 27).

Ao contrário de Tzvetan Todorov, que tece e define a sua condição de “homem desenraizado” a partir da sua experiência pessoal enquanto intelectual búlgaro exilado em França, as escritoras dos dois romances cumprem um gesto de desenraizamento dentro do próprio país, num “exílio interior”, não se reconhecendo plenamente nele e questionando-o a partir do diálogo que tecem com os emigrantes. É preciso notar, porém, que há uma grande diferença entre o desenraizamento delas e o dos emigrantes, os quais reproduzem, por vezes, características identitárias que elas rejeitam ou que são, ao mesmo tempo, contrariados por outros intervenientes nas narrativas, como os

¹⁹⁸ Junte-se a estas considerações que, no seu estudo, Julia Kristeva cria uma ligação entre a estranheza do migrante e a do escritor. Este último, diferente do primeiro, vive num exílio interior, recriando e apropriando-se da sua pessoal língua de escrita. Em vários capítulos de *Estrangeiros para Nós Mesmos* Julia Kristeva explora a condição de ser estrangeiro com a condição do escritor ao longo do tempo: da lenda das Danaides no mundo grego até a obra de Hannah Arendt. Sobre este aspecto ver também Cixous, 1976.

portugueses que não emigraram. O “efeito de estranheza” manifesta-se, portanto, pelas mesmas diferenças que é possível identificar no decorrer do dialogismo.

Atente-se agora em alguns exemplos: a falta de instrução visível nas falas de quase todos os emigrantes, como quando Manuel diz “Mocracia” (*cf.* Gonçalves, 1975: 71) ou quando demonstra a sua opinião conservadora sobre a posição e das mulheres na sociedade. (“Cala-te, mulher! Eu não tenho vergonha de contar isto.” (Gonçalves, 1975: 62)), aborrecendo-se também com a escritora quando esta – percebe-se indiretamente – revela não concordar com ele. Estranhamente, a esposa defende a opinião do marido.

Deixe-o, deixe-o ir, minha senhora! Ficou enzinabrado! Veja lá como se pós a gritar com a senhora! Mas eu não vou fora do que ele pensa. Não vou, não. Que, como mãe, se alguma coisa acontecesse à nossa filha, o que teria era de encobri-la. Encobri-la do pai e também do povo. (Gonçalves, 1975: 85)¹⁹⁹

Mas veja-se também a maneira como são vistos, por sua vez, os emigrantes, por parte de quem não emigrou.

Horror!, os emigrantes!, uns ambiciosos, querem é ser ricos. Já foi ao Norte?, havia de ir ao Norte! Estivemos também há tempos na Beira, ah, na Beira estragaram a paisagem! Medonho! Medonha a construção das vivendas! Levanta-se, puxa o casaco, acomoda-se no assento. Que mau gosto!, deviam proibi-los, de que lhes serve a fortuna?, há mãos a que não devia chegar o dinheiro. (Gonçalves, 1978: 85)

Às figuras das escritoras dos dois romances é atribuída, por outro lado, um certo poder, não sendo elas menosprezadas ou mandadas calar como as outras mulheres que aparecem nas narrativas. Pela superioridade cultural que demonstram, elas são reconhecidas e até temidas pelos mesmos emigrantes (homens e mulheres) num extremo respeito da autoridade. Ao mesmo tempo, estas mulheres, aproximando-se e interagindo com os emigrantes, colocam-se, por sua vez, numa posição de estrangeiras, acabando por criar, pela sua presença inesperada, um efeito de “inquietante estranheza”.

Em suma, as vozes quase apagadas das duas mulheres/escritoras na constante

¹⁹⁹ Em *Este Verão o Emigrante Lá-Bas* veja-se este exemplo: “As francesas não se guardam de nada, mas ao que eu oiço, com a democracia, parece que em Portugal a mulher está a tomar liberdade. [...] Eu por mim gostei da revolução, espero que tivesse acabado o poder e os escravos, mas essa da mulher, essa da galinha cantar ao mesmo tempo do galo, não é coisa para um homem como eu!” (Gonçalves, 1978: 175).

posição de desenraizamento e interrogação, bem como a dos emigrantes como estrangeiros no seu próprio país (distinguindo estes entre homens, mulheres e filhos pertencentes à segunda geração) e, finalmente, a voz de outros portugueses que têm uma opinião depreciativa dos emigrantes, encontram-se no mesmo plano, gerando um dialogismo que espelha uma sociedade em que ainda está presente, repetindo as palavras de Eduardo Lourenço, “[...] a vigência imperturbável do *silêncio*, da não-fala cultural sobre aquelas realidades tabus que estruturavam a opacidade do Antigo Regime.” (Lourenço, 2014b: 265, 266).

O momento de interrupção deste dialogismo revelador de disparidades é criado em *Este Verão o Emigrante Lá-Bas* através da referência às cartas de Claude Monet, onde o pintor pede dinheiro e reconhecimento pela sua obra. A narradora, durante a sua estadia em Paris, recorre várias vezes a estas cartas (cf. Gonçalves, 1978: 114-115, 181, 204), considerando o artista um emigrado dentro do próprio país (cf. Gonçalves, 1978: 115). Aqui se dá, mais uma vez, o “efeito de estranheza” que no romance de 1975 encontra o seu apogeu no final, através da conjugação lírica de frases dispersas pronunciadas pelos intervenientes da história ao longo da narrativa.

a Emigração
querem lá saber de nós
espere se quiser (Gonçalves, 1975: 153)

Como escreve Julia Kristeva, entre as características do estrangeiro está a “[...] capacidade de expor claramente o que as relações humanas têm de mais abrupto.” (Kristeva, 1994: 15), o que também provoca “efeitos de estranheza” pela capacidade de contar ao pormenor as próprias histórias, muitas das quais infelizes. Apenas dois exemplos.

Começámos a melhorar quando eu e outros mais nos resolvemos a emigrar. Que inda mais infelicidade, pensando bem, eram os rapazes mandados pràs colónias lá por esse Salazar. Até para Timor foram. Três meses de caminho. Prà Alemanha foram três dias. Dias bem maus. Coisa funda que a gente fez, mulher! assim parecido à morte da minha mãe! Uma luta, uma luta como a dos porcos! (Gonçalves, 1975: 54)

A vida de emigrante é dura, só para quem tem bons fígados, senão não aguenta, não se vai ao destino. Os outros, a maioria dos que foram comigo, andam por lá. Estão ricos, alguns nem notícias dão, nunca mais voltaram. (Gonçalves, 1978: 78)

Na altura em que os emigrantes dos romances de Olga Gonçalves viveram, deixar a pátria, por vezes em clandestinidade, podia significar perder a própria identidade, em alguns casos sem ter consciência disso: falsificar os documentos, construir uma vida, uma família, ter filhos fora do país de nascença, tendo que lidar com uma burocracia complexa e com o estatuto de e/imigrante que lhe era atribuído, e sobretudo com uma outra língua. Logo, são inegáveis as consequências das experiências, frequentemente traumáticas, vividas por estes indivíduos que optaram por emigrar.

O Estado corresponde às estruturas legais e institucionais que delimitam um determinado território [...]. Por conseguinte, o Estado configura, supostamente, a matriz para as obrigações e prerrogativas da cidadania. [...] Podemos admitir que o Estado pressupõe, pelo menos minimamente, modos de pertença jurídica; mas uma vez que o próprio Estado pode proceder a expulsões e suspender modos de proteção e obrigação legais, o Estado pode deixar-nos, a alguns de nós, em péssimo estado. Pode representar a fonte da não pertença, pode até produzir a não pertença como um estado quase permanente [...] (Butler e Spivak, 2012: 8-9)

Recorrendo a um plano mais geral de visão do estrangeiro entre Estados-Nação, Julia Kristeva argumenta que para a compreensão e aceitação do estrangeiro seria preciso envolver uma força política: “[...] tratar-se-ia de um cosmopolitismo de tipo novo que, transversal aos governos, às economias e aos mercados, trabalha para uma humanidade cuja solidariedade está fundada na consciência do seu inconsciente [...]” (Kristeva, 1994: 202). Não por acaso, a narradora de *Este Verão o Emigrante Lá-Bas* invoca, no final do romance, o Princípio de Igualdade da Constituição Portuguesa de 1976, cumprindo um gesto que toca o lado político e ideológico, apelando para o reconhecimento da diferença.

1. todos os cidadãos
têm
a mesma igualdade social e
são iguais perante a lei
2. ninguém pode ser privilegiado
beneficiado

prejudicado
privado de qualquer direito ou
isento de qualquer dever em
razão de ascendência sexo raça
língua, território de origem
religião convicções políticas
ou ideológicas
instrução
situação económica ou condição social

Princípio de igualdade, artigo décimo terceiro da nossa Constituição Política de 1976. Sublinhei-o num dia qualquer deste verão, escrevo-o agora sob cor de poema, enquanto nas ruas voejam os modos da mudança. Há sonoridades vagas, o debrum de uma alegria que de pasmada morre, um cansaço mais fundo a percorrer as células. Há a outra grande forma de silêncio, e dentro estamos, com a memória. (Gonçalves, 1978: 215, 216)

A reformulação lírica das palavras da Constituição humaniza e universaliza a questão da igualdade, nesse caso no seio da Nação portuguesa para com os seus emigrantes.

Direitos do homem ou direitos do cidadão? Esta discordância, cuja genealogia Hannah Arendt traçou, mas também a degenerescência – que deu ensejo ao totalitarismo –, aparece nitidamente na abordagem do “problema dos estrangeiros” feita pelas sociedades modernas. [...] Não é verdade que, para estabelecer os direitos próprios aos homens de uma civilização ou de uma nação – seja ela a mais nacional e a mais conscienciosamente democrática –, somos obrigados a afastar desses direitos os não-cidadãos, isto é, outros homens? Esse procedimento significa – é a sua consequência extrema – que somos mais ou menos homens à medida que somos mais ou menos cidadãos e, que aquele que não é um cidadão não é inteiramente um homem. Entre o homem e o cidadão uma cicatriz: o estrangeiro. (Kristeva, 1994: 102, 103)

Esclarecedora, a este ponto, a anterior consideração de Julia Kristeva porque são inúmeros os exemplos da “cicatriz” a que se refere nas falas dos emigrantes dos romances de Olga Gonçalves:

Afinal que querem eles se não as remessas? [...] Acho bem que vá e que diga o que é que se está passando. Temos os braços abertos para quem nos quiser ouvir. [...] Já se fez alguma coisa. Tudo à conta do emigrante, do nosso esforço, de muita labuta. (Gonçalves, 1978: 132)

Ora aí está, é-se explorado em França. Mas foi-se explorado em Portugal. Aqui é-se estrangeiro, mas o que se sentia na terra diante dos ricos? Parecido, olhe que não vai longe, não lhe encontrei diferença. (Gonçalves, 1978: 177)

Em conclusão, a representação em termos dialógicos do “transitório perpétuo” (Kristeva, 1994: 12) dos emigrantes convida, desvendando os “efeitos de estranheza” que esta presença provoca, a que se realize um esforço de aproximação e fraternização com o

outro. Não será este, por outras palavras, um convite à auscultação e à compreensão da diferença no seio de um país que já não é uno e que começa a receber, de torna-viagem, as múltiplas identidades que dele já faziam parte?

Tratar-se-á, em suma, de um movimento de aproximação que surge como emergência ética, uma “ética da alteridade”, como a chamou Emmanuel Lévinas em *Totalité et Infini* (1961) (cf. Levinas, 2008: 25), de pensar a partir do eu, mas já em direção ao outro, voltando depois, inevitavelmente, ao ponto de partida.

Capítulo 9

Um Lugar Inesperado na Literatura Portuguesa. A Emigração Representada em Três Vidas ao Espelho de Manuel da Silva Ramos

[...] Portugal: questão que eu tenho comigo mesmo,
golpe até ao osso, fome sem entretém,
perdigueiro marrado e sem narizes, sem perdizes,
rocim engraxado,
feira cabisbaixa,
meu remorso,
meu remorso de todos nós...
(Alexandre O'Neill)

Manuel da Silva Ramos, autor do romance *Três Vidas ao Espelho* (2010), viveu em França entre 1970 e 1997, ano em que regressou a Portugal. Nascido na aldeia do Refúgio em 1947, deixou a cidade da Covilhã em 1966 para continuar a formação universitária em Lisboa como estudante de Direito, mas ao fim de quatro anos decidiu deixar o país. A sua experiência de exílio conta-a no prefácio da segunda edição do livro que lhe deu renome, *Os Três Seios de Novélia*, com o qual, tendo apenas 21 anos de idade, ganhou o prémio de novelística Almeida Garrett e a estima dos membros do júri, Óscar Lopes, Mário Sacramento e Eduardo Prado Coelho, entre outros.

Os Três Seios de Novélia serviram-me [...] como passaporte para cavar daqui. Nesses anos 60 era preciso passaporte e licença militar para se ir ao estrangeiro. Coisas impossíveis a um mancebo avesso à continência. Com o Prémio no bolso do colete foi possível inventar um Congresso de Escritores em Nice e lá veio o passaporte (ainda o tenho) e sua licença militar de 15 dias. (Ramos, 1996: 7-8)²⁰⁰

A obra referida é uma pessoalíssima e hiperbólica deambulação por cafés, ruas, largos e praças de Lisboa numa constante e cobiçosa procura de uma mulher inatingível e ausente na capital portuguesa daquela altura²⁰¹. Uma mulher imaginada, Novélia, no

²⁰⁰ No prefácio o escritor refere que depois desta viagem voltou a Portugal e que deixou o país outra vez pouco tempo depois (cf. Ramos, 1996: 8-9).

²⁰¹ Sobre esta obra ver Portela, 2008, bem como o ensaio de Paola D'Agostino, tradutora do texto para o italiano (2014).

excesso corporal dos seus três seios, curiosamente filha de emigrantes²⁰², em que o jovem escritor projetava um amor desejado, surreal e impossível perante a realidade de um país que, naqueles mesmos anos, desfalecia nas águas turvas e ensanguentadas das Guerras Coloniais e no estertor da agonia do Império e do qual, em oposição a estas mesmas circunstâncias, havia quem escolhesse sair. Com efeito, foram muitos os que deixaram o país e foram também muitos os que o abandonaram clandestinamente, *a salto*, como retrata o romance aqui em análise.

Em 1977, no ensaio “Psicanálise Mítica do Destino Português” Eduardo Lourenço percorria e analisava o caminho do imaginário da identidade portuguesa à luz do seu presente (o imediato pós-25 de Abril) chegando a esta severa conclusão:

Faltou-nos imaginação. Calçamos as pantufas dos reformados da história.
(Lourenço, 2013d: 66)

Esta dedução de Eduardo Lourenço é, sem dúvida, uma constatação disfórica, mas sobretudo provocatória, que o filósofo dirige ao campo político e cultural a que destinava a sua reflexão e a palavra “imaginação” pode servir, no âmbito da análise de *Três Vidas ao Espelho*, para perceber os mecanismos através dos quais, graças ao seu uso, o romance consegue representar e questionar a ex-centricidade do fenómeno migratório e de quem o protagoniza. Tomando de empréstimo o número três contido no título, proponho então três motivos pelos quais me parece que não falte “imaginação” em *Três Vidas ao Espelho*.

Não falta “imaginação” tendo em vista a desconstrução da arquitetura narrativa do romance, aparentemente harmónica, num tríptico de painéis: três partes, três vidas. *Três Vidas ao Espelho* pode ser considerado um romance polifónico regido por uma estrutura dialógica onde, através da interação das vozes das várias personagens, se destacam dois

²⁰² Diz a Novélia ao narrador “– Nasci em Gotemburgo. Meu pai casou-se com uma holandesa, no dia em que minha mãe morreu eu nasci. Éramos emigrantes. Meu pai tinha um negócio de vacas. Abastecia um dos muitos mercados de Gotemburgo. Por cada vaca que vendia (nós tínhamos tantas vacas que nem sabíamos quantas tínhamos) meu pai bebia uma garrafa de vinho do Porto. Dizia ele que era para o futuro...” (Ramos, 1996: 18).

narradores fixos: o emigrante português Reis e o anarquista espanhol Salvat, que se encontram em França e entre os quais nasce uma profunda amizade que os levará a realizar uma viagem até Portugal, com a missão de recuperar, em Espanha, e sepultar, na terra de origem, o corpo do contrabandista Brigas. Estas duas personagens mudam constantemente quer a focalização, quer o grau da narração, contribuindo para pluralizar e subjetivizar a mundividência representada.

A primeira parte é a história do contrabandista Brigas, morto por um guarda civil espanhol na fronteira da Bismula, enquanto contrabandeava. A segunda parte é a história de Diamantino Alves, emigrante de sucesso na República Centro Africana governada na altura pelo (sur)real ditador Jean-Bédél Bokassa. A terceira parte é a história da carreira no mundo do cinema de François da Silva, que foi para França com 9 anos, filho de emigrantes beirões.

Estes três painéis estão em constante comunicação, assim como as suas personagens, que saltam de uma parte para a outra do texto, interagindo e ultrapassando limites temporais e encontrando-se, enfim, na área de serviço de Tordesilhas que, além de anónimo “não lugar” (*cf.* Augé, 2012), é também um lugar simbólico da História portuguesa, do início “mitológico” e sonhado da expansão e dispersão por um mundo outrora ainda desconhecido.

O segundo motivo pelo qual não falta “imaginação” no romance é o uso da estética surrealista para trabalhar, quer as potencialidades criativas da língua portuguesa, quer a estrutura e os conteúdos do romance. O terceiro motivo é a história que não vem na História. De facto, as vidas representadas nesta narrativa são telas realistas recortadas em mais de 500 anos de emigração portuguesa que servirão para desconstruir uma narrativa identitária ainda dominante que apresenta os portugueses como um povo de navegadores e aventureiros e onde a imagem do “português colonizador” é substituída pela imagem do “português emigrante” (*cf.* Lourenço, 2013a: 119).

No plano temático, o exílio, a colonização, a diáspora e a emigração são assuntos recorrentes na obra de Manuel da Silva Ramos, atento ao que acontece a quem habita nas margens da sociedade, isto é, ao que, na pós-modernidade, pode ser definido como ex-cêntrico (cf. Hutcheon, 2004: 57-73), propondo no romance uma visão subversiva do mundo que não perde, contudo, o apego ao real, conjugando sonho e realidade numa espécie de realidade absoluta, de “surrealidade” (“realismo no conteúdo, surrealismo na forma” (Real, 2012: 132)).

Creio na resolução futura destes dois estados, aparentemente tão contraditórios, que são o sonho e a realidade, numa espécie de realidade absoluta, de surrealidade, se assim se pode dizer. (Breton, 1996: 24-25)

No plano estético, o realismo das personagens e o realismo social de uma temática como a emigração, cruzam-se com a escrita surrealista e a experimentação linguística a ela inerente, com uma certa aproximação entre o modo narrativo, o lírico e o discursivo, e, finalmente, com a comicidade satírica de ambientes e personagens permeados por uma sexualidade intensa e pendoros alcoólicos. Todas estas características são próprias da produção ficcional de Manuel da Silva Ramos. A começar pela “Trilogia Tuga” escrita com Alface, uma reflexão literária de influência surrealista e *joyciana* sobre o destino da portugalidade, que inicia a viagem em 1977 com *Os Lusíadas*²⁰³, passa pelos territórios imperiais portugueses com *As Noites Brancas do Papa Negro* (1982) e volta ao cais com os emigrantes e os regressados de África com *Beijinhos* (1996)²⁰⁴.

As histórias de vida contadas em *Três Vidas ao Espelho* poderão então ser interpretadas como trampolins que contribuem para a criação de uma “surrealidade”, através de um estilo caracterizado pela experimentação narrativa, lexical e tipográfica que dá vida a uma fértil invenção verbal e que toca, com subtilidade e ironia sarcástica, diversos

²⁰³ Sobre *Os Lusíadas* escrevia Almeida Faria: “Os Lusíadas de Manuel da Silva Ramos e de Alface [...] é um romance que, noutra país, seria assinalado, discutido, estudado, justamente considerado como algo de anormal. Mas que fazer se a terra dos *Lusíadas* caiu em profundo coma e já nada a abala?” (Faria, 1979: 83). Veja-se também Seixo, 1984: 39.

²⁰⁴ De entre as muitas referências à emigração portuguesa contadas em *Beijinhos*, destaca-se esta: “gozarmos da mesma aflição / é como negar a emigração” (Ramos e Alface, 1996: 65).

aspectos culturais e sociais ligados à experiência migratória. O elo entre realidade e “surrealidade” é estabelecido através das investigações históricas que estão por detrás da criação de muitas obras de Manuel da Silva Ramos, onde a reescrita da história é preponderante, num processo de criação literária de uma “metaficção historiográfica” (cf. Hutcheon, 2004: 106) que confere aos romances, além de uma valência literária, também importância social, histórica e antropológica²⁰⁵.

Em 2010, quando Eduardo Lourenço esteve na Covilhã para apresentar *Três Vidas ao Espelho*, ligou o livro “[...] à poesia surrealista, verdadeiramente perturbadora do tipo de vida que a sociedade moderna nos fez hino.” e disse que trazia “[...] para a literatura o que a vida tem de esperança e invenção. Estamos numa província de emigração, os dramas abordaram essa gente que nunca perde a ideia de um regresso, que levou na sola dos pés o país de onde saiu. Sempre se parte para regressar. Como no livro.” (Neves, 2010a).

Manuel da Silva Ramos tem recorrido em várias entrevistas às palavras de Witold Gombrowicz para explicar o que ele entende por literatura: “A literatura séria? Ela não está cá para nos facilitar a vida, mas sim para no-la complicar”²⁰⁶. As palavras do escritor polaco podem servir de sugestão para a análise da complexa e fragmentária cosmovisão que *Três Vidas ao Espelho* apresenta. Como escreve Miguel Real, este será o “melhor romance” do escritor, “[...] uma ambiciosa e deslumbrante narrativa sobre a vida de contrabandista das comunidades raianas da Beira Baixa e da emigração clandestina para França. [...] romance dramático, carregado de miséria e dor, escrito, porém, num estilo irónico, não raro sarcástico e, por vezes, jocoso, que [...] aborda mordazmente a vida

²⁰⁵ Além do romance em análise, vejam-se, por exemplo, obras como *Viagem com Branco no Bolso* (2000), *Café Montalto* (2003), *Ambulância* (2006) e *A Ponte Submersa* (2007).

²⁰⁶ “In my opinion only a literature that cannot be taken seriously attempts to solve the problem of existence. Serious literature poses them. One man will not solve the problems of existence – they solve themselves, if they solve themselves at all, in humanity. Serious literature does not exist to make life easy but to complicate it.” (Gombrowicz, 1989: 7). O escritor usou esta citação na entrevista à autora deste trabalho a 25 de Fevereiro de 2013, assim como em outra entrevista publicada no *Jornal do Fundão* (cf. Neves, 2010b).

trágica dos excluídos de Portugal, compondo-a de sangue e beleza.” (Real, 2012: 129-130).

Em suma, o realismo social de inspiração surrealista que caracteriza este romance, proporciona uma proposta inédita e locais inesperados para a representação e o questionamento do fenómeno migratório português, diferenciando-se, no âmbito das escritas de migração, pela sua original exaltação imaginativa e pelo tratamento morfológico e semântico da língua e das suas potencialidades narrativas.

9.1. Tordesilhas Hoje

Três Vidas ao Espelho é uma obra que reabilita o estatuto social dos emigrantes e que os dignifica pelo material humano e de sonhos que transportam. Com este romance Manuel da Silva Ramos conseguiu atingir o não dito da emigração, situando algumas das histórias relatadas em frente de um espelho que, como supõe Miguel Real, será também o da História:

[...] que cruzando existências socialmente diversas (contrabandistas, combatentes espanhóis republicanos, emigrantes bem e mal sucedidos na Europa e em África, segunda geração de emigração em Paris...), tempos diferentes [...] e espaços múltiplos (raia da Beira Baixa, raia da fronteira Espanha-França, Bangui, em África, Paris e Toulouse em França), os unifica segundo uma constante duradoura e permanente, que se constitui como a essência antropológica e social da emigração portuguesa. (Real, 2012: 130-131)

Por outras palavras, o romance propõe uma versão subversiva da experiência migratória portuguesa e da sua História, desmascarando alguns mitos da portugalidade com esta relacionados. Este processo de desmitificação torna-se possível graças à caracterização da subjetividade das várias personagens que através das próprias experiências, acabam por revelar a sua invisibilidade, enquanto estereotipados²⁰⁷, ou incluídos em narrativas mais edificantes sobre a identidade do país, como é o caso dos Descobrimentos e da “mitologia cultural, miticamente épica” da construção identitária portuguesa de que fala Eduardo Lourenço (2013b: 12).

Na segunda e terceira parte do romance encontram-se vários interlocutores que interagem dialogicamente em volta de uma mesa na área de serviço de Tordesilhas, tendo todos uma ou mais “histórias de vida” (cf. Lechner, 2009) para contar²⁰⁸.

²⁰⁷ Sobre as críticas que rebaixam os emigrantes no país de partida cf. Gonçalves, 1996. Victor Pereira assinala que este tipo de críticas eram já em uso durante os anos 50 e 60 em Portugal: “As inúmeras críticas de que os emigrantes são alvo, quanto aos seus consumos ostentatórios, aos seus carros, às suas casas que desfiguram a paisagem e não respeitam as tradições arquitecturais, inscrevem-se nessa vontade de conservar um estatuto privilegiado baseado não só na riqueza mas também na superioridade moral.” (Pereira, 2014: 46).

²⁰⁸ Este mesmo termo é utilizado também no romance, quando Salvat diz para Reis: “Continua a tua

Os acontecimentos relatados neste convívio improvisado tornam-se, à sua maneira, emblemáticos da história portuguesa tanto quanto o conhecido Tratado de Tordesilhas – com o qual duas pátrias manifestaram e dividiram um espaço imaginado, assumindo um sonho de expansão ainda sem fronteiras definidas – porque incluem a emigração como um entre os vários elementos edificantes da vida de cada personagem evidenciando, ao mesmo tempo, um lado mais ex-cêntrico da portugalidade, o de uma nação permeada pela experiência migratória.

A estação de serviço dissocia-se assim da sua singularidade de “não-lugar” (cf. Augé, 2012), adquirindo particularidades históricas diferentes, voltando a caracterizar-se e a renovar o sentido da dispersão portuguesa pelo mundo graças aos seres que por aí passam, falam e convivem num “transitório perpétuo” (cf. Kristeva, 1994: 12) descrito buliçosamente no romance:

Era a hospitalidade reforçada \$ suicidária da auto-estrada cujas aptidões para a comezaina recebe o apoio das forças subconscientes do ser humano – não um pandilhas anónimo ao volante mas um comilão personalizado com uma barriga vertiginosa \$ bocas beligerantes. Ao lado o ramalhudo garrafão de 5 litros “Oito Bicas”, admirador da sombra. Mediante a apresentação de várias credenciais dentárias ou de argumentos sólidos não se fala de morte mas de comida viva. Em genuflexão. (Ramos, 2010: 153)

Da multiplicidade das histórias de vida contadas neste local surgem opiniões diferentes sobre os emigrantes, que são pronunciadas principalmente pela personagem de Martinho, que se faz mensageiro de muitas histórias de vida e de um pensamento crítico acerca do fenómeno migratório: “O que eu quero dizer é que nem todos os emigrantes são avarentos ou económicos, há perdulários e outros habitantes da desgraça.” (Ramos, 2010: 191). Em outros casos ainda, as histórias contadas por Martinho desafiam a percepção do real representado na ficção e superlativam ao extremo o que Eduardo Lourenço define como “vocaçao migratória sem invenção de identidade” (Lourenço, 1999c: 46). Atente-se, por exemplo, a este episódio contado no romance:

história de vida, não te prendas comigo” (Ramos, 2010: 135).

Aconteceu com um transmontano de Mogadouro.
Morreu-lhe o pai em França e ele não esteve com três pirezas. Pegou no pai magrinho ao colo e meteu-o na camioneta da carreira que vinha para Portugal. E sentou-se ao lado, naturalmente. Não queria pagar uma transladação cara e ele, como todo o emigrante, queria poupar. Lembrava-se da última viagem que realizara com um garrafão de cinco litros que ele fizera passar por um bebé, todo enroladinho em cobertores novos.
Deixa-me lá ir dar o biberão ao meu miúdo.
Dizia ele a quem o quisesse ouvir. (Ramos, 2010: 196)

É importante notar que o ex-cêntrico representado não se propõe substituir e criar um novo centro, mas afirmar-se pela diferença. Dito de outra forma, este romance não se propõe sugerir um novo modelo identitário a partir da caracterização da experiência migratória, mas insere este aspeto na composição fragmentária que este mesmo modelo tem vindo a adquirir na pós-modernidade²⁰⁹. A redefinição de uma identidade essencial, coesa e permanente a partir da vivência da emigração torna-se então não só impossível, como dispensável.

Portanto, será importante considerar a obra de Manuel da Silva Ramos um romance pós-moderno e, mais precisamente, uma “metaficção historiográfica”, no entender de Linda Hutcheon (2004: 89 e 106 *cf.* Waugh, 2001: 7), onde a História se torna um lugar de exploração para o discurso literário que a modifica e redefine, incorporando aspetos que ficaram omitidos e apresentando-se fundamentalmente contraditória, decididamente histórica e obrigatoriamente política (*cf.* Hutcheon, 2004: 129). A partir de espaços deixados em branco e até ao momento total ou parcialmente ignorados pelo discurso histórico oficial, o romance propõe um questionamento das versões tradicionais da identidade ligadas ao fenómeno migratório, sem querer resolver as suas contradições, mas querendo, através do uso da ironia e da paródia (*cf.* Hutcheon, 2004: 124), deixar aberta a discussão. A este propósito, leia-se o que diz Martinho quando acaba de relatar uma das muitas histórias de vida de que se faz portador.

Um dia um historiador sério e que não tenha joanetes nos pés fará a

²⁰⁹ Como escreve Stuart Hall, na pós-modernidade, o sujeito previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, torna-se fragmentado, composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas. (*cf.* Hall, 1992: 274-316).

necessária história da emigração portuguesa ocorrida durante o século vinte e da sua influência sobre o país dorminhoco. Este movimento de população, este apepinamento dos sonhos, este chocar mecânico de economias, só é comparável à incrível odisséia marítima do século dezasseis menos a cruz. Esta foi substituída pelo garrafão de cinco litros. (Ramos, 2010: 205)

A constatação de Martinho contraria a transformação em um mito “pouco inocente” da emigração económica ainda na senda da euforia de um império imaginado, como tinha apontado Eduardo Lourenço, através de uma sobreposição em que o português emigrante substitui o português colonizador oferecendo assim uma “versão moderna e aceitável” (Lourenço, 2013a: 119). Na frase de Martinho citada anteriormente, a comparação da experiência migratória com a odisséia dos Descobrimentos não é rejeitada, mas torna-se um elemento complementar e contraditório do mesmo discurso.

A comparação que Martinho faz da aventura marítima com a aventura migratória, contudo, não podia ter sido realizada senão através da ironia, ao constatar que uma emigração feita pela glória da nação se perdeu completamente, ou nunca existiu. O romance oferece assim versões parodiadas da que Eduardo Lourenço chama “euforia mítica” (Lourenço, 1994a: 13) da “hiperidentidade” portuguesa (*cf.* Lourenço, 1984: 10), deixando entrever outro retrato de Portugal, o de um país que foi, usando as palavras de Boaventura de Sousa Santos, “tanto europeu como selvagem, tanto colonizador quanto emigrante.” (Santos, 1994: 49). Dito de outra forma, no romance de Manuel da Silva Ramos é a cultura portuguesa como “cultura de fronteira” a falar.

A cultura portuguesa é uma cultura de fronteira, não porque para além de nós se conceba o vazio, uma terra de ninguém, mas porque de algum modo o vazio está do lado de cá, do nosso lado. E é por isso que no nosso trajeto histórico cultural da modernidade fomos tanto o Europeu como o selvagem, tanto o colonizador como o emigrante.

A zona fronteiriça é uma zona híbrida, babélica, onde os contatos se pulverizam e se ordenam segundo micro-hierarquias pouco suscetíveis de globalização. Em tal zona, são imensas as possibilidades de identificação e de criação cultural, todas igualmente superficiais e igualmente subvertíveis [...] A fronteira confere à cultura portuguesa, por outro lado, um enorme cosmopolitismo. Para as culturas dotadas de fortes centros, as fronteiras são pouco visíveis, e isso é a causa última do seu provincianismo. Ao contrário, o acentrismo da cultura portuguesa é o outro lado do seu cosmopolitismo, um universalismo sem universo feito da multiplicação infinita dos localismos. (Santos, 1994: 48-49)

Encontra-se, territorialmente, na fronteira o local de enunciação de muitas das histórias contadas neste romance. A fronteira entre Portugal e Espanha, e entre Espanha e França, lugares raianos como as estações de serviço da autoestrada. A fronteira, finalmente, da condição desenraizada do autor real, um “emigrante incompleto, político e sexual”²¹⁰, assim como se definiu, mas sobretudo das personagens da ficção. Uma fronteira descrita por Salvat com as palavras que seguem:

[...] lugar mítico e tão mistificador, onde tudo se ganha e tudo se perde, onde todos os países começam e acabam. Porém, espaço no terreno sempre inexistente. Espaço, por excelência, mental e composto por histórias de homens e mulheres que se perderam para sempre no turbilhão do nosso mundo. Histórias que merecem ser contadas porque são as luzes diurnas de muita gente desimportante que viu que esse local era o ponto de ebulição da História. Para estes homens humildes, a História é um pêlo agreste que nunca viu o dia e que não se pode arrancar porque cresceu para dentro, para um interior impacificável. (Ramos, 2010: 68)

Em *Três Vidas ao Espelho*, ao mesmo tempo que se reconhece o “carácter estrutural e histórico do drama da emigração portuguesa” este aspecto é dissociado do que pode ser causa dele, isto é, de uma “fatalidade natural” (cf. Lourenço, 1999c: 48) ou um destino inevitável. Realizar esta dissociação, como notava Eduardo Lourenço num ensaio intitulado “A Nau de Ícaro ou o Fim da Emigração”, comporta pôr em causa a “ordem do mundo” em que a emigração toma forma (cf. Lourenço, 1999c: 48), ou seja, toda a mitologia de um povo. É a partir dessa dissociação praticada em locais e por sujeitos fronteiriços que é possível interpretar o romance de Manuel da Silva Ramos como uma “metaficção historiográfica”. A este propósito leiam-se as considerações de Martinho, onde não dá relevância ao regresso bem sucedido dos emigrantes, mas, pelo contrário, à iniciativa da partida e à coragem que é preciso ter para empreender a emigração.

Gosto de exercer a crítica positiva porque sem esta o mundo era um mar coalhado de rosas brancas. E em Portugal ninguém critica, cala o bico reduzido. A única verdadeira e inútil crítica é a desgostante e estafante crítica futebolística. Aqui cada ser é um anoitecer. Veja lá bem: os grandes portugueses que estiveram exilados no estrangeiro nunca foram reconhecidos: Cavaleiro de Oliveira, Filinto Elísio, Francisco Manuel de Melo, Jorge de Sena, José Rodrigues Miguéis etc., a lista é longa e o meu

²¹⁰ Manuel da Silva Ramos em entrevista à autora deste trabalho a 25 de Fevereiro de 2013.

tempo pouquinho nesta paragem repousante de auto-estrada. Se tivesse aqui uma guitarra cantava

*Há muitas pátrias ingratas
Mas como a nossa não há igual
Pois quando alguém morre de gatas
Diz-se morreu fulano de tal*

Mas não tenho.

Gosto dos emigrantes. Porque no seu feroz e descontrolado grito de procura de outra vida melhor são fortes de rica ingenuidade. E práticos: se tivessem ficado no país não passavam do caixilho torto da guilhotina: morriam de pasmo. Ou andavam a monte.

E porque sabem onde está o pincho da metafísica alguns constituíram-se filósofos. [...] (Ramos, 2010: 207)

A insatisfação sarcástica da afirmação de Martinho é uma chamada de atenção e uma crítica à pátria que celebra os emigrantes na prolongação de uma mitologia imperial que não lhe diz necessariamente respeito²¹¹. Numa entrevista sobre o romance o escritor dizia preocupar-se com “gente sem voz ativa” (Neves, 2010b) e, interrogado sobre o surgimento da ideia para a escrita deste livro, apontava para a veracidade das suas personagens, a documentação que consultou, as histórias que ouviu²¹². Quando questionado sobre o porquê de escrever um romance de emigração respondeu que com a sua obra quis fazer o elogio do emigrante português, “[...] tantas vezes vilipendiado, humilhado e desprezado e mostrar também emigrantes bem sucedidos. São autênticos heróis os meus personagens. Que, aliás, até existiram na realidade. E com todo este meu romance, eu tive a ambição de desenvolver a nossa auto-estima nacional.”²¹³.

Os emigrantes do romance, postos ao espelho da História, carregam então involuntariamente a herança da continuidade da experiência migratória portuguesa e este património da palavra é transportado por eles sob as vestes de heróis pós-modernos. *Três Vidas ao Espelho* aborda o lado trágico e dramático da emigração mostrando, ao mesmo

²¹¹ Veja-se, a este propósito e por contraponto, o final de outro romance de emigração já referido, *Longe do Meu Coração*, de Júlio Magalhães (2010) que termina com a condecoração de um emigrante de sucesso durante o dia 10 de Junho.

²¹² “As primeiras 150 páginas do livro, que tratam do contrabandista Brigas e da aldeia onde vivia, a Bismula, foram inspiradas em documentos orais. Cheguei mesmo a visitar o cemitério onde encontrei o Serrote, o grande mandão da aldeia, dono da mercearia, que no romance era o patrão do Brigas. Falei com muita gente, li muitos jornais locais e tive mesmo a felicidade de encontrar alguém que tinha feito um dicionário do calão de Quadrazais.” (Neves, 2010b).

²¹³ Manuel da Silva Ramos em entrevista à autora deste trabalho a 25 de Fevereiro de 2013.

tempo, um perfil desembaraçado dos emigrantes, propondo uma versão positiva, mas “doce-amarga” (Ramos, 2010: 205) que se alimenta da mesma força que os empurrou para fora e que também, de torna-viagem, lhes deveria restituir um reconhecimento pela diferença no país de origem, criando laços de amizade e compreensão.

O facto de o sujeito migrante ser menosprezado ou posto à margem depende da sua condição de alteridade. Julia Kristeva em *Estrangeiros para Nós Mesmos* (1994) exemplifica bem o que se entende por estrangeiro, defendendo a ideia de que cada indivíduo é, antes de tudo, estrangeiro para si mesmo e que, por isso, poderia ser capaz de perceber e aceitar a diferença de quem manifestamente (e institucionalmente) é estrangeiro, não o excluindo (*cf.* Kristeva, 1994: 9).

O romance de Manuel da Silva Ramos propõe um repensamento do fenómeno migratório à luz do passado mais remoto do país – vista a sua inegável continuidade histórica – mas também à luz do seu passado recente – vista a enorme quantidade de pessoas que emigraram, se exilaram ou fugiram de Portugal durante o Estado Novo – e, finalmente, à luz do seu presente, através do uso de um olhar contemporâneo capaz de reinterpretar e reescrever uma nova, diferente e desassombrada versão da História.

Das histórias de vida das três personagens principais, alternadas com outras histórias igualmente (des)importantes, emergem assim vozes de emigrantes que de outra forma talvez tivessem ficado desconhecidas, reflexos e ecos que transitam rápidos e incisivos, como no momento de aparição biográfica do autor real, “Lembro-me de ter ajudado um jovem escritor da Covilhã, um tal Ramos, a passar a salto nos finais dos anos 60” (Ramos, 2010: 136). Tudo é contado no ambiente de uma estação de serviço que não apresenta a particular atipicidade dos “não lugares”.

Clara viu ao longe outros emigrantes chegar e que faziam o mesmo que eles: abriam alcofas, desentorpeciam os músculos dos garrafões, frangos assados saíam voando de taparueres como que agilmente ressuscitando, eram toneladas de comida fria ou quente que se expunha ao museu do ar livre. Ora bolas, esqueci-me do saca-rolhas disse a mulher dum bifaço. [...] Passa-me aí o pão. E tu, o queijo. Os pastéis estão bons. Prova lá este arroz malandrinho.

UMA NAÇÃO EM MARCHA. Clara encerrou os olhos e mesmo com eles fechados viu A NAÇÃO EM MARCHA. Eterna e cíclica. (Ramos, 2010: 264)

Faz sentido, então, que Clara, casada com o emigrante Diamantino, veja ou reveja em Tordesilhas uma “NAÇÃO EM MARCHA”, uma imagem que recupera e reescreve a passada experiência imperial e que, ao mesmo tempo, evoca perpétuos movimentos de partida, mais ou menos conhecidos ou reconhecidos.

9.2. Um Surrealismo Ex-Cêntrico

A dedicatória do romance escrita em modo lírico anuncia os jogos polissêmicos presentes ao longo de toda a narrativa.

Aos emigrantes passados, presentes e futuros
Aos valorosos contrabandistas que raiavam entre
Vilar Formoso e Fóios [...]
(Ramos, 2010: 7)

O verbo *raiar* através de um processo criptográfico adquire um duplo sentido e os contrabandistas “brilham”, além de passar ilegalmente a “raia”, zona fronteiriça entre Portugal e Espanha. Em *Três Vidas ao Espelho* a expressividade da língua portuguesa, com não raras incursões no universo semântico de outros idiomas, entre os quais prevalece o francês, é trabalhada com voracidade e levada ao excesso das suas potencialidades tornando-se, além de original, comprometida e subversiva²¹⁴.

A criatividade linguística abunda na primeira parte do romance, onde as duas personagens principais (Reis e Salvat) lançam trampolins dialógicos contando reciprocamente as suas experiências de vida. Os quase solilóquios destas duas personagens irão encontrar fortuitos e sequenciais pontos de encontro. O exemplo mais significativo desta sucessão de colisões é dado pela personagem de Canário, guarda civil espanhol que terá morto o contrabandista José Brigas em 1949 e que, poucos anos antes (na Primavera de 1938), noutra fronteira – entre Espanha e França – terá quase morto o anarquista Jordi Nadal, outro nome pelo qual é conhecido Salvat (*cf.* Ramos, 2010: 149).

A estrutura supostamente uniforme da narrativa pode encontrar uma explicação na forma surrealista aparentemente aleatória de escrever um romance, como elucidava André Breton nos *Segredos da Arte Mágica Surrealista* do *Primeiro Manifesto* de 1924.

Seja você quem for, e se lhe apetecer, há-de mandar queimar algumas folhas

²¹⁴ O escritor, numa entrevista ao *Jornal do Fundão*, enumerava ironicamente os idiomas usados no processo de construção do livro: “No que diz respeito à linguagem, usei o francês, o chinês, o charro, o ramosão – uma língua própria que inventei, a fim de dar relevo à diáspora.” (Neves, 2010b).

de louro e, sem querer alimentar esse magro fogo, começará a escrever um romance. O surrealismo lho permitirá; só terá que colocar o ponteiro de “Bom fixo” em “Acção”, e a coisa far-se-á. Aqui tem personagens de comportamentos muito diversos; os nomes deles na sua maneira de escrever são uma questão de maiúsculas e hão-de portar-se com o mesmo à-vontade em relação aos verbos activos como o pronome impessoal se em relação a palavras como diz, ama, precisa etc. Comandá-los-ão, por assim dizer, e quando a observação, a reflexão e as faculdades de generalização não o ajudarem em nada, pode ficar certo de que eles lhe farão atribuir mil e uma intenções que você não teve. Assim armados de umas poucas características físicas e morais, estes seres que na verdade tão pouco lhe devem desviar-se-ão de uma certa linha de conduta com que não terá que se preocupar. Daqui resultará uma intriga mais ou menos engenhosa na aparência, justificando ponto por ponto aquele desenlace comovente ou tranquilizador, com que você não se preocupa.

O seu falso romance simulará maravilhosamente um romance verdadeiro [...] (Breton, 1996: 39-40)

A estética surrealista define portanto a arquitetura de *Três Vidas ao Espelho*, onde raramente se encontra a incursão direta de um narrador principal. Da mesma forma, é possível observar a influência surrealista em vários elementos do processo narrativo, entre os quais as instâncias da narração no plano da história e o cruzamento dos discursos que contribuem para a relatar. Exemplo disso são as personagens com nomes avulsos como é caso de Martinho (“[...] chame-me Martinho, se quiser, aqui nesta área de serviço somos todos iguais” (Ramos, 2010: 153)), ou com mais nomes, como é o caso de Salvat conhecido também por Jordi Nadal, Monsieur Pierre Salvat ou Juan de Villamos.

Espaço e tempo, por sua vez, mudam segundo o fluir da memória que guia o discurso de cada personagem, numa narratividade flutuante, onde um narrador quase invisível deixa que sejam várias entidades a ocupar-se da diegese. As personagens que habitam a ficção, ao mesmo tempo, são quase todas verídicas mostrando portanto que, se o surrealismo é usado na forma, o realismo permanece nos conteúdos. De facto, a primeira parte do romance é marcada pelo realismo documental com a apresentação de duas declarações relativas à morte do contrabandista Brigas, cunhado e padrinho de Reis: a “Acta de Defunción ou Registo Espanhol da morte de Brigas, contrabandista português da zona da Raia” e o “Registo da Guarda Civil-identificação do morto” (cf.

Ramos, 2010: 25-27).

Outras palavras, palavras novas e invenções lexicais habitam o discurso de Reis que, como Salvat, é um híbrido da sociedade, deslocado e marginalizado. Este representa a típica figura do emigrante português em França, em passado contrabandista e passador de homens. As suas histórias relatam acontecimentos reais contados na primeira pessoa, numa sucessão de eventos em que a realidade retratada chega aos níveis mais extremos da imaginação. Exemplo disso é a morte de Brigas e o encontro entre Reis e Salvat serem antecipados pelas profecias de uma bruxa chamada Gaspar, na altura em que Reis ainda vivia em Portugal: “Vejo um rio atravessado e desatrasado” (referindo-se aqui à morte de Brigas) e “Uma cadela morta por causa da velocidade do teu carro. O proprietário da cadela convidar-te-á para jantar. Comerás galo ensopado em vinho... [...]”(referindo-se aqui ao encontro entre Reis e Salvat) (Ramos, 2010: 36).

O mundo da raia que Reis conta evocando os tempos da sua infância ao lado de Brigas faz parte da realidade de um país extremamente pobre, habitado no seu interior por indivíduos que podem parecer ancestrais, mas cuja existência, documentada na ficção, faz com que também se movam num mundo tangível, como se nota no trecho que aqui refiro.

Entretanto as pessoas passavam fome. Uma fome que consolidava tudo: dentes, unhas, tempo, moedas.[...]

Nasci com riso variável na rua do Forno. O meu pai trabalhava de noite para o dia, e do dia para a noite, sempre às arrecuas. Era um torcido de trabalho que pouco argumentava e muito se lastimava. A minha mãe por esquecimento divino tinha filhos em quantidade suficiente para se irritar. Mas andava à leira.

[...] Os campos eram pois cortantes e uma vez desprovidos das pedras eram ilocalizáveis.” (Ramos, 2010: 40)

Tratar-se-á, portanto, de um mundo real que se reflete na ficção, aqui através do discurso de Reis, em que não se sabe ao certo onde inicia e acaba a imaginação. Um “bismundo” na cosmovisão da Bismula, aldeia natal da personagem antes referida (*cf.* Ramos, 2010: 122, 123).

De entre os muitos cenários que aparecem na primeira parte do romance são particularmente expressivas as tentativas falhadas de resgate do corpo de Brigas, feitas pelos habitantes da Bismula e outros contrabandistas da zona do concelho de Sabugal. A impedir a realização deste sonho intercedem uma invasão de cegonhas na primeira viagem; uma ofensiva de vacas na segunda; uma incursão de melros na terceira e uma invasão de ovelhas na quarta viagem. Acabam todos por abandonar a missão e a amizade entre Reis, que queria “(pôr as coisas no devido sítio)” e Salvat “(que queria fazer um acto extraordinário e humanitário antes de morrer)” (Ramos, 2010: 149), vai fortalecer-se na iniciativa de ir resgatar o corpo do contrabandista, na tentativa de “desencaminhar a História” (Ramos, 2010: 135).

Foi o mais concorrido enterro que se realizou na Bismula. De que há memória, confirmam os seniores. E até os vurmes disseram sim. (Ramos, 2010: 149-150).

Por “vurmes” entenda-se aqui vermes. A experimentação linguística contribui para a criação de uma linguagem rica de neologismos através de metaplasmos como os paragoges, as hipéteses e as elisões, enriquecendo semântica e, foneticamente, a polissemia lexical do romance. Assim, piada diz-se “piadol” (Ramos, 2010: 31), opúsculos “ocúspulos” (Ramos, 2010: 32) e os nomes: Manelzé, por Manuel José (Ramos, 2010: 135) e “brigadistamigo” (Ramos, 2010: 146) por amigo do Brigas ou do brigadista. Da mesma forma, algumas imagens sugestivas são fortalecidas graças ao efeito fonético da paronomásia, como se pode ler neste trecho: “José Reis olhava as chavelhas das ovelhas que passavam diante dele em rebanho compacto.” (Ramos, 2010: 28).

A interferência do fantástico, como forma experimental de trabalhar a língua, cruza-se no romance com elementos pertencentes a uma realidade apresentada em toda a sua crueza. Exemplo disso são o diálogo entre dois aldeões – Antonomásia (Funil) e Rapoula (Caga Hóstias) – na gíria de Quadrazais, com tradução em nota (*cf.* Ramos, 2010: 141, 142), mas também as referências à situação política e social do país, como quando Brigas

denuncia a pobreza que o discurso político da altura orgulhosamente enaltecia.

Cabrão do Salazar que o obrigava a uma boémia extinta.

Pensava também nos filhos que tinha, condenados a uma fome submarina, a um futuro sem oculista, dentista, ou simplesmente um médico de clínica geral.

Cabrão do Salazar que o obrigava a desafiar a morte.

Pensava também na sua bela Preciosa, mulher doce, que se ficasse viúva endoideceria.

Cabrão do Salazar que o obrigava a vestir o fato do contrabandista.

Pensava também no seu afilhado, o Zezito Reis, outra vez.

Se lhe acontecesse alguma coisa o rapazito iria às cordas. (Ramos, 2010: 96)

Na segunda e na terceira parte do romance a ligação entre o real e o surreal continua a manter-se, sobretudo através da voz do segurador Martinho, mas também graças às descrições da vida na República Centro-Africana, ou ainda na aparição do pai de François da Silva, na estação de serviço, vestido de Pôncio Pilatos. A expressividade imagética, fonética e semântica da linguagem utilizada e das imagens evocadas leva-me a pensar na presença e representação no romance do fantástico. Se por um lado a literatura portuguesa abunda de representações literárias deste tipo, assim como tem apontado Eduardo Lourenço (*cf.* Lourenço, 1999a: 22), por outro lado a influência do realismo-maravilhoso sul-americano terá em parte contribuído para a experimentação de efeitos mágicos na ficção literária portuguesa do pós-25 de Abril (*cf.* Seixo, 1984: 32, 33)²¹⁵.

Na realidade, é difícil definir uma fronteira entre literatura fantástica, surrealismo, realismo mágico e realismo maravilhoso. Tzvetan Todorov identifica várias formas de narrativa fantástica (*cf.* 1977: 41-54), que é possível encontrar em *Três Vidas ao Espelho*. A ver, um exemplo para cada uma delas. Um exemplo de *estranho-puro* é o atropelamento da “brancadela bem-morta” Liberdade, a cadela de Salvat (*cf.* Ramos, 2010: 14). Já as várias missões para resgatar o corpo de Brigas precedentemente referidas criam um efeito de *fantástico-maravilhoso*. Os filhos de Jean-Bedel Bokassa que Diamantino encontra e ajuda pelas ruas de Bangui, poderiam parecer imaginários, mas provavelmente não o são, tendo

²¹⁵ Sobre as teorias da recepção do Realismo Mágico na Literatura Portuguesa veja-se Serra, 2008; Branco, 2008.

em conta a história deste ditador centro-africano, dando assim vida a um efeito *fantástico-estranho* (cf. Ramos, 2010: 160). Por último, o *maraviloso-puro* apresenta-se no romance sempre com um apego, ainda que débil, à realidade, como é o caso das profecias da bruxa Gaspar (cf. Ramos, 2010: 35).

O recurso ao fantástico nas suas várias vertentes não pode, a meu ver, ser apenas interpretado como um mero exercício estético e servirá, neste caso, para a criação de uma linguagem de certa forma inédita, de representação do ex-cêntrico que se ajuste à representação do fenómeno migratório. Como afirma a teórica da literatura Maggie Ann Bowers, em *Magic(al) Realism: the New Critical Idiom* (2004), a componente mágica presente na ficção sul-americana, faz parte de uma realidade material (cf. Bowers, 2004: 31) que tenta afirmar-se na sua marginalidade porque paralela ao poder central (cf. Bowers, 2004: 65). Da mesma forma *Três Vidas ao Espelho* ocupa a aparente ausência da temática migratória no campo literário português, recorrendo a traços e a tradições linguísticas populares, modificando-as, plasmando-as, reformulando-as e conferindo assim ao emigrante uma voz “estranha” que o dignifica pela diferença.

Em conclusão, o romance de Manuel da Silva Ramos recorre a um experimentalismo que opera na maleabilidade da língua e nas frações da estrutura narrativa, retratando realidades tão desconhecidas, marginais e inesperadas que até poderiam parecer irrealis. É a partir deste cenário ex-cêntrico que os emigrantes encontram uma tradução possível da própria voz, uma voz que pode parecer diferente como, de resto, pode parecer diferente a voz do outro, do estrangeiro.

Capítulo 10

Reformulações da Portugalidade. Memórias da Emigração em Gente Feliz com Lágrimas de João de Melo

Aqui,
Longe,
Num café de Lisboa
Quase à beira do Tejo turvo das fragatas,
A olhar um pacote que vai na direção da barra,
subitamente é como se eu também partisse

E só de pensar me partindo
Embarco e, deslumbrado,
imagino-me chegado às ilhas
(Pedro da Silveira)

A presença constante de um horizonte de partida, assim como a condição de sentir-se emigrante, são características prementes da identidade açoriana, formando em literatura o que Adelaide Batista define como “[...] uma certa maneira de olhar; um modo ou uma atitude distinta, indispensável à concepção de uma literatura específica” (Batista, 1993: 40). Como a estudiosa refere, a temática migratória é uma presença constante nas obras dos escritores açorianos, retratando o que pode ser definido como um “espaço intervalar” onde o “espírito errante do açoriano” se encontra “[...] repartido entre o aquém e o além-mar, entre a ilha e o continente.” (Batista, 1993: 42).

Será também este o caso do romance *Gente Feliz com Lágrimas* (1988) que de entre as obras de João de Melo é a que mais popularizou o escritor, tendo ganho em 1989 o prémio da APE entre outros reconhecimentos, e sendo hoje um texto muito lido e estudado²¹⁶. O romance surge na continuação de outra conhecida narrativa deste autor, *Meu Mundo não é Deste Reino* (1983), com a qual João de Melo inaugurou o seu percurso

²¹⁶ O romance ganhou o Prémio Cristóvão Colombo da União das Cidades Capitais Ibero Americanas (1988); o Prémio Municipal Eça de Queirós (1988); o Prémio RDP Antena 1 de Literatura e o Prémio Literário Fernando Namora/Estoril Sol (1989). Além disso, a comprovar o sucesso do romance são também as suas traduções em Espanha, França, Itália, Holanda, Roménia, Alemanha e Hungria. Entre os muitos trabalhos académicos sobre o romance veja-se Carmo, 1992-1993; Ribeiro, 1996; Marques, 2007 e Rolim, 2011 (Teses de Mestrado). Outras análises críticas da obra de João de Melo serão referidas ao longo deste capítulo.

literário de interrogação da insularidade e da portugalidade que se prolongará numa trilogia de que *Gente Feliz com Lágrimas* constitui a segunda etapa, sendo a última a novela *A Divina Miséria*, de 2009.

Muitos dos romances deste escritor fazem da periferia do arquipélago um centro a partir do qual é possível pensar Portugal, não podendo, portanto, ser circunscritos exclusivamente ao contexto literário açoriano. Neste âmbito, a apreciação de *Gente Feliz com Lágrimas* escrita por Onésimo Teotónio de Almeida pode ajudar a compreender a anterior afirmação, ao considerar que esta obra é “[...] susceptível de uma leitura predominantemente açoriana, como uma portuguesa *tout court*.” (Almeida, 1991: 8)²¹⁷. De forma parecida se tinha pronunciado também João de Melo ao afirmar que o seu romance apresentava uma “[...] visão açoriana em descolagem: contamos a história de uma família que sai dos Açores e vem protagonizar os destinos da portugalidade. Ao fim e ao cabo, é um livro centrado na interrogação do mito da portugalidade.” (Melo *apud* Figueiredo, 1994: 51).

Gente Feliz com Lágrimas é a saga de uma família extremamente pobre de Rozário – nome fictício de uma freguesia açoriana – contada pela voz do narrador do romance, Nuno Miguel, e, mais tarde, pelo seu duplo, o escritor Rui Zinho. Na narração entram as vozes de dois irmãos de Nuno (Maria Amélia e Luís Miguel) e de Marta, mulher de Rui Zinho, as quais compõem um denso dialogismo que irá colidir, no final, na expressão da identidade repartida do narrador principal que acaba por assumir as vozes de todas as personagens.

Esta obra também pode ser compreendida como um romance de formação dirigido por duas grandes coordenadas – a iniciação e a errância (*cf.* Batista, 1993: 47) – através das quais se percorrem quarenta anos de história portuguesa, a partir de uma multiplicidade de memórias que recriam olhares subjetivos e fragmentários para que,

²¹⁷ Sobre esta temática veja-se, entre outros, Freitas 1991. Sobre o romance açoriano no pós-25 de Abril veja-se Brasil, 2003.

através deles, fique marcada a imagem de vidas anónimas num território marginal, que parece parado no tempo. Um dos primeiros cenários revelados no romance de João de Melo, é o nascimento na pequena e pobre aldeia do Rozário:

Nascíamos em segredo. De partos apenas um pouco queixosos, como murmúrios de gente soterrada. [...] Era como se fosse proibido nascer. (Melo, 2002: 60)

Assim começam as vidas de Luís Miguel, que pronuncia a frase antes referida, e dos seus irmãos, reunindo nestas palavras toda a dor e a pouca importância dada à existência de pessoas marginalizadas e esquecidas pela sociedade que os viu nascer. O período do salazarismo, com o seu carácter paroquial autoritário e inerte, retratado a partir de um microcosmo familiar que representa o perfil emblemático das famílias portuguesas mais desfavorecidas nas décadas de 50 e 60 do século passado, é um dos grandes cenários do romance de João de Melo. Não será este, contudo, um cenário lembrado só na primeira parte da narrativa, porque a caracterização das passagens da infância na ilha de cada irmão são relatadas através das suas recordações, a partir de uma visão subjetiva das próprias vivências e de discursos em que cada interlocutor relativiza tempo e espaço, seguindo os fluxos da própria memória. Neste âmbito, destaca-se a falta geral de instrução, o respeito cauteloso dos preceitos religiosos e de poder, bem como a tragédia da miséria e o desejo persistente de abandonar a ilha.

A reação daquela que no romance é definida como uma “ninhada confusa” de irmãos que crescia “ao ritmo do cio” (Melo, 2002: 44) do pai será a procura de uma via de fuga daquele mundo circunscrito a uma ilha, rodeado por um mar branco como a cor da inocência: “[...] estava finalmente longe de uma infância descalça, fria e aflita” (Melo, 2002: 16).

Será então um movimento de partida, com o qual se abre este relato familiar que principia com as descrições das primeiras emigrações dos dois irmãos rumo ao Continente, uma terra imaginada e idealizada, para onde eles tinham fugido “[...] como

os emigrantes continentais que chegavam à Gare de Austerlitz” (cf. Melo, 2002: 15), e onde talvez seja possível nascer de novo.

A partida está gravada no destino de todas as personagens da ficção antes delas terem nascido, não sendo, contudo, fácil de alcançar, senão através de uma felicidade com lágrimas (cf. Melo, 2002: 44), que acaba por constituir o estado emocional de todos os irmãos da família, inscrita no romance através de um discurso sobre a morte (cf. Figueiredo, 2008: 342). Tal discurso é evidente nas diferentes elaborações do luto dos irmãos falecidos prematuramente (cf. Melo, 2002: 59), bem como na ausência fotográfica de que fala Luís Miguel (cf. Melo, 2002: 61) e no mesmo movimento de partida como morte na vida. Esta infelicidade do cenário da ilha vivido na infância, e que desperta o caminho de errância de todos os protagonistas, prolonga-se e ramifica-se até outros contextos que surgem com a emigração. Irrompem então os cenários de desenraizamento, como a vivência da guerra colonial, as experiências migratórias das personagens e, finalmente, o da sociedade portuguesa no pós-25 de Abril e as contradições presentes num país que regressa à Europa depois de cinco séculos de dispersão e de sonho imperial²¹⁸. É o caso, por exemplo, da trajetória de Amélia, que de Lisboa vai para Luanda, novamente para Lisboa e depois para o Canadá. Ou ainda de Luís Miguel, que encerra o primeiro livro contando que foi mandado para a guerra na Guiné.

As trajetórias dos irmãos desta família, estas “vidas para esquecer” (Melo, 2002: 207), como afirma um dos irmãos, são contadas pelos mesmos intervenientes através de discursos estilhaçados em que a vontade de contar se debate com a prática do silêncio. A condição de silenciamento e aceitação, como a “sonsidão” presente no romance de Lídia Jorge *O Vale da Paixão*²¹⁹, é retratada e justificada pelo escritor Rui Zinho quando vai a

²¹⁸ Destaca-se ainda o tema do divórcio entre o escritor Rui Zinho e Marta, relatado no Livro Quarto “A outra versão de Marta” (Melo, 2002: 327-373).

²¹⁹ No romance de Lídia Jorge *O Vale da Paixão* são contados os percursos migratórios de alguns membros

Vancouver para as exéquias da mãe e aí reencontra toda a família, desvendando neste momento as “narrativas intercalares” (Jorge, 2009: 66) que assombram as vidas dos seus familiares.

Todos se ressentem ainda duma inexplicável ausência de colo materno. Essa maldição está-lhes no sangue, como um veneno e atravessa agora a quarta geração. Primeiro foram os avós dos Açores que não o souberam dar, e por isso não ensinaram aos pais a ciência elementar do colo que era devido às crianças. Os avós, pensa, que decerto não receberam dos bisavós. Papá e mamã erraram a noção, esqueceram a virtude de abrir os braços, curvar-se, levantar do chão e permitir que longamente se sentassem nos seus joelhos os filhos que começavam a crescer. [...] Pode-se repartir tudo, o pão ou a hóstia, o vinho ou o mel, a riqueza ou a pobreza – não porém a miséria sem fundo nem a água turva dessa solidão da infância. (Melo, 2002: 308)

Por último, o desenrolar narrativo de *Gente Feliz com Lágrimas*, além de ter uma dimensão colectiva – isto é, podendo expandir-se o discurso nele reproduzido a uma certa visão do que se passou em Portugal entre os anos de ditadura e o advento da democracia – também reflete indiretamente a vida do autor real do texto, nascido em 1942 numa das freguesias mais pobres e isoladas dos Açores (Achadinha, na ilha de São Miguel). Tal como Nuno Miguel, João de Melo viveu nos Açores até finais da década de 60, quando partiu para o continente e prosseguiu os estudos como interno num seminário perto de Fátima. Tal como Luís Miguel, João de Melo foi incorporado no exército em 1970 como furriel miliciano enfermeiro dos Serviços de Saúde e embarcou no ano sucessivo para o norte de Angola, onde permaneceu durante 27 meses em zona de guerra. Ainda como Rui Zinho – escritor e alter ego de Nuno – João de Melo é um escritor açoriano que vive momentos cruciais da história recente do seu país²²⁰.

Gente Feliz com Lágrimas, porém, não é um romance autobiográfico, traçando uma escrita que, pelo apego ao real que apresenta, pode ser definida como “escrevivida” (*cf.* Melo, 2002: 269), tornando o contexto ex-cêntrico retratado (*cf.* Hutcheon, 2004: 57-73) o centro das memórias de cada personagem e, no geral, da narratividade da obra.

da família Dias num conjunto de partidas que, pelo silêncio e rapidez em que são realizadas, se tornam “sonsas” (*cf.* Jorge, 2009: 68), deixando de parte todo o universo emocional que o ato e as consequências da deslocação envolvem.

²²⁰ Sobre esta temática veja-se, entre outros de Melo: 1979, 1982, 1991 e Almeida, 1983.

Este romance será, portanto, um exemplo de “fiction of memory” (Neumann, 2008: 334), em que o passado é debatido, e é assim reescrito num processo de negociação das memórias de cada personagem. Nele é possível identificar várias “mimesis of memory” (Neumann, 2008: 334), isto é, as representações usadas para reconstruir diferentes processos de recordação. Alguns exemplos são a posição da personagem/narrador que recria as vozes de todos os intervenientes da história; a tensão temporal que usa analepses sem a necessidade de respeitar uma cronologia linear (evidenciando assim as instabilidades dos processos de recordação); a reciprocidade entre passado e presente; os fragmentos onde transparece a primeira pessoa do narrador principal; a proposta de novos mitos culturais que surgem através da recriação e do questionamento das memórias individuais que revelam as fragilidades de uma memória cultural que se quer tornar colectiva²²¹.

É uma certa história de Portugal que é retratada em *Gente Feliz com Lágrimas*, margens de certos mundos que poderiam ficar esquecidos, e também margens delimitadas pelas costas de uma ilha que, circunscrita pelo céu e pelo mar, se torna um espaço de espera que convida a um movimento de evasão. Através do tempo parado das ilhas é possível vislumbrar o tempo de um país permeado e ferido pela sua história recente e por fraturas profundas, como a da emigração. A personagem de Nuno e do seu duplo em veste de escritor é a que, de alguma forma – uma forma desenraizada, que causa “estranheza” (*cf.* Kristeva, 1994: 200) – reelabora parte da própria existência e a dos irmãos para redefinir a sua identidade e, indiretamente, também a identidade do país onde nasceu.

É uma paragem assombrada do tempo que Nuno consegue entrever nas atitudes dos seus irmãos, uma paragem do tempo que lhe permite rever, reviver, lembrar e escrever, isto é, “escrever”, uma infância infeliz, histórias de emigração, identidades crispadas entre países e línguas diferentes, em que o “transitório perpétuo” (Kristeva, 1994: 12) do

²²¹ Sobre a individuação das “mimesis of memory” veja-se Neumann, 2008: 335-341.

emigrante é bloqueado pela imobilidade, a diversidade e a distância²²². Porém, o dialogismo deste romance acaba por se desvelar, sendo esta polifonia fruto da ficção da personagem do escritor Rui Zinho:

Foi o maior de todos os meus erros pensar que podia viver na primeira pessoa e ao mesmo tempo ter sido outros, Nuno e Rui Zinho, o feminino plural das cinco irmãs que não sei se conheci e também o género e o número das vicissitudes de Luís, Jorge e Mário. Todos na verdade persistem como o caleidoscópio de um único rosto. (Melo, 2002: 413)

Os cenários e as memórias assim reescritas tornam-se, por sua vez, narrativas da migração, discursos que representam as trajetórias de cada personagem, testemunhos, histórias de vida que não poderiam encontrar outro espaço senão graças à mediação que Nuno/Rui Zinho opera através do seu ofício de escritor.

Em conclusão, *Gente Feliz com Lágrimas* retrata os cenários e o imaginário da emigração portuguesa a partir do arquipélago açoriano. As histórias contadas no romance pertencem a pessoas que vivem numa constante procura de felicidade face a um mundo adverso. Daí o oxímoro do título, capaz de transmitir a força e, ao mesmo tempo, os obstáculos de ir ao encontro de um caminho para a felicidade. A pluralidade de vozes recriadas na ficção permitem uma visão caleidoscópica de diferentes subjetividades, temporalidades e circunstâncias. A partir dos cenários até agora apresentados, ramifica-se outra pluralidade de contextos que caracterizam a experiência migratória, as suas “miragens” (cf. Bettencourt, 2003: 25) e consequências e, finalmente, a impossibilidade de um regresso definitivo. Características estas que permitem chegar a uma visão profunda da experiência de desenraizamento da emigração e que inscrevem esta temática como um dos novos mitos da portugalidade literária.

²²² Sobre a paragem do tempo em *Gente Feliz com Lágrimas* e como constante na literatura açoriana veja-se Batista, 1993: 42-46.

10.1. “Miragens” da Emigração e Desenraizamento

A emigração apresenta-se neste romance como um horizonte de evasão constante que marca a sua presença através da imensidão do Oceano que rodeia as ilhas. A visão que Nuno diz ter do mar e da transitoriedade dos barcos na infância demonstra, claramente, a condição de um ilhéu que tem como horizonte de espera a partida, um movimento de fuga que, mesmo quando não se realiza, permanece como uma pertinaz alternativa. Trata-se de uma perspectiva alimentada, ciclicamente, pela visão de quem já saiu e volta temporariamente à ilha, exibindo as riquezas conseguidas lá fora (*cf.* Melo, 2002: 30).

Durante horas e horas, os homens permitiam que ele repetisse as inacreditáveis histórias da Terra da América, as quais aludiam à odisseia da construção dos caminhos-de-ferro através das planícies de *sinó* – mas não sabiam imaginar nem os caminhos, nem os carros de fogo a que ele dava o nome de *treines*. Abismados, ouviam a história do frio, dos trabalhos portuários, dos chicotes e da ferragem das reses nas grandes *farmes* americanas. (Melo, 2002: 390)

Não por acaso, todos os irmãos da família, à exceção de Nuno, se tornarão parecidos com os emigrantes descritos nas recordações da infância dos mesmos protagonistas, como se de um destino inevitável se tratasse.

O romance abre com a memória difusa da partida de Amélia e de Nuno contada por um narrador aqui onisciente. A chegada dos dois à capital, depois de uma difícil viagem de barco em terceira classe, é uma verdadeira emigração em que as crianças descobrem um país que tinham estudado nos livros de escola, ficando maravilhados com esta chegada e tendo um choque civilizacional, se comparada Lisboa com o ambiente profundamente rural de onde eles provinham.

Gente calçada (ao contrário dos homens de pés descalços da Ilha), de gravata, com o andar gingão da outra espécie de vertebrados que eu não chegara a conhecer na minha terra. [...] Adorei tudo: os anúncios luminosos, os comboios esbeltos da linha do Estoril, o cheiro discreto a alfazema do táxi em que o Senhor Deus me enfiou e mesmo o ruído daquele mar muito sólido, de pedra, povoado de buzinas, do marulhar dos “eléctricos” nas

calhas dos carris. (Melo, 2002: 16)

O primeiro movimento de emigração presente no romance é o de Amélia para o convento, seguido do de Nuno para o seminário. Neste lugar ele tem a noção da sua diferença relativamente aos outros e sente-se claramente um estrangeiro, apelidado por todos os colegas como “o açoriano” (Melo, 2002: 20). Com a expressão “nunca mais ele voltaria a ser igual a si mesmo” (Melo, 2002: 22), alusiva à chegada de Nuno ao continente, percebe-se que está a começar uma nova etapa da vida desta personagem, que o levará a sentir-se estrangeiro dentro do seu próprio país (*cf.* Kristeva, 1994) e a ter a noção da diferença e da sua identidade inevitavelmente crispada.

Os perfis de Nuno e do seu duplo refletem as posições de solidão e solidariedade que caracterizam o “homem desenraizado” e que, ciente de viver esta condição, consegue ter um olhar diferente do país onde vive, aprendendo “[...] a não confundir o real com o ideal, nem a cultura com a natureza.” (Todorov, 1999: 27).

[...] o escritor não mais do que os outros membros da sociedade, não é um indivíduo completamente isolado e por isso irresponsável; vive na tensão entre esses dois polos, a solidão (necessária à própria política da sua profissão) e a solidariedade (dada a sua necessidade de dirigir-se aos outros). (Todorov, 1999: 160)

Se Nuno vive a experiência de uma infância traumática e de uma vida permeada pelos abandonos, Rui Zinho, enquanto escritor, é responsável pelo dialogismo através do qual é relatada a história da família de Rozário. Na polifonia da obra de João de Melo será então possível distinguir os dois tipos primordiais de narradores individualizados por Walter Benjamin (*cf.* Benjamin, 1987: 197): o narrador camponês e o narrador marinheiro (*cf.* Figueiredo, 1994: 36-38).

Caberia ao “narrador camponês” o relato das histórias da sua comunidade, a visão sedentária de quem ficou, ao contrário do “narrador marinheiro” que possuiria condições de contar o muito que viu pelo mundo através de sua condição nómada da vida. (Figueiredo, 1994: 28)

A estas duas categorias que podem ser individualizadas na estrutura narrativa híbrida de *Gente Feliz com Lágrimas* pode juntar-se, unicamente no caso da personagem central de

Nuno/Rui Zinho, a atitude de solidão (vizinha à do narrador camponês) e uma outra atitude de abertura ou solidariedade (vizinha à do narrador marinheiro). Portanto, através de um narrador camponês e marinheiro que, ao mesmo tempo, é só e solidário (*cf.* Todorov, 1999: 160) o duplo de Nuno, Rui Zinho, autorrepresenta-se como escritor, distanciando-se de si mesmo, da família de origem, da sua terra, produzindo assim as memórias e as vozes dos emigrantes, de um ponto de vista que só aparentemente é subjetivo, pois pertence à visão caleidoscópica do mundo de um “homem desenraizado” condensada num “eu” estilizado.

Tendo em conta o que o narrador do “Livro Zero” diz sobre a ilusão de ter dado voz a todas as personagens da ficção (*cf.* Melo, 2002: 413), é inevitável não pensar que o responsável pelo caleidoscópio de cenários e experiências do romance é um escritor e homem desenraizado. Pertence ao narrador, dividido na polifonia que cria, a responsabilidade da representação da emigração como a ocupação de uma ausência deixada no país de origem e nas vozes que reproduz, numa tentativa de reescrever os destinos da portugalidade. Nuno também é um emigrante quando deixa o Rozário e chega a Lisboa (*cf.* Melo, 2002: 11), mas os que no romance emigram para o Canadá, diferentemente dele, demonstram viver num mundo cristalizado de que não querem ou não conseguem sair, bem visível nas palavras desta personagem quando pensa na sua ligação com o pai autoritário e com os seus irmãos.

Incomodam-me tanto os negócios do coração como a censura medieval dos meus irmãos parados no tempo: cresceram, foram-se daqui embora, mas mantêm-se ainda naquela atitude religiosa dos domingos de missa – místicos, assustados, com a vida e definitivamente órfãos de pai e mãe. (Melo, 2002: 42)

A pluralidade de cenários lembrados e representados complementam uma das grandes questões do romance: retratar, através das evocações fragmentárias das memórias de diferentes sujeitos, os destinos da portugalidade, isto é, de um país traumatizado por quatro décadas de ditadura que, no momento de viragem que se deu

com o 25 de Abril, exigia uma nova colocação identitária no seio da Europa. O escritor Rui Zinho, não por acaso, faz parte da geração de intelectuais que acreditou no advento democrático em Portugal, mas cujo falhanço pessoal é testemunhado em primeira pessoa pela sua companheira, cujo papel no romance é fundamental, porque, ao querer divorciar-se dele, desencadeia e leva o protagonista a uma reflexão profunda sobre a sua experiência pessoal e familiar. Atente-se às palavras que Marta dirige ao marido.

O portugalzinho dessa geração está agora no final dos anos 80, vai mudar de década e de século não tarda: resta-lhe entrar numa Europa metafísica, só dos outros. [...] Irritava-me imenso que você não soubesse sequer disfarçar o tédio perante a visita das minhas amigas, que não eram cultas, mas estavam vivas; [...] Transformou-me na sua censura permanente sempre a querer-me intelectualizar à força, sendo somático e temperamental, apenas suspenso da contínua tragédia de um país quotidiano, jornalístico, tão conventual como as cerimónias do 10 de Junho. Pergunto-lhe onde estão os heróis. (Melo, 2002: 362)

No perfil de Nuno é possível identificar a condição de um sujeito incapaz de perceber a fundo o seu desamparo pessoal de fascínio e repulsa pela Nação (*cf.* Brasil, 2003: 42), como se pode perceber em outro romance de João de Melo, *O Homem Suspenso* (1996) de que cito aqui um trecho.

Não sabe como dizê-lo, nem se o facto de o dizer agora, sem dor nem indignação, sem um sentimento concreto e definido (uma indiferença quase absoluta, um remorso tão ignorado que chegasse a parecer-se com uma negação de todo o desespero), significa apenas que ele não passa, que nunca passará de um pobre homem ridículo. O seu absurdo de viver consiste em pensar que já só existe em duplo, num misto de permanência e mudança; vogando entre a sua individualidade e a partilha de tudo, a casa a dor a gratidão a vida [...] (Melo, 2000: 15)

Em conclusão, é a partir da precária perspectiva de desenraizamento de Nuno e do escritor Rui Zinho que os destinos migrantes da família do Rozário são lembrados e reescritos. Esta pulsão constante de partida, nota-se, por exemplo, na visão dos barcos evocada no romance.

E onde outrora existira o vento, e o mar fora oblíquo, e os barcos passavam de quilha inclinada, cheios de gente feliz com lágrimas em direção à América. (Melo, 2002: 379)

Por outro lado, a emigração é representada como a “miragem” subjetiva do “homem

desenraizado”, capaz de vislumbrar em si e nos outros as chagas que advém da realização da partida. Logo, as vozes reproduzidas pelo escritor Rui Zinho tornam-se, por sua vez, também “miragens”, formulações idealizadas de discursos a que o escritor dá vida, num processo de negociação entre a vontade de lembrar e a de esquecer. Em suma, será uma maneira de escrever Portugal através da evocação e recriação de memórias subjetivas que se apresenta em *Gente Feliz com Lágrimas* na dimensão de uma saga familiar, deixando entrever as feridas abertas do país através de “miragens” projetadas, identidades cristalizadas ou em reformulação, desejos de evasão e movimentos de partida que, na sua concretização, irão tornar o regresso quase como impossível.

10.2. Movimentos de Partidas e Regressos Invisíveis

O narrador invisível que aparece no “Livro Zero” com que se conclui o romance, apresenta-se como o único depositário de toda a memória de uma família. Nas páginas anteriores (refiro-me aqui ao “Livro Quinto”, intitulado “Regresso Invisível”), pelo contrário, o narrador percorre os vários eu(s) que falam ao longo do texto através da entidade de Nuno e do seu duplo. O grau zero de uma focalização paradoxalmente interna que se apresenta no “Livro Zero” por parte de um narrador invisível surge, portanto, como uma tentativa de explicação para o alcance de uma “Felicidade Sábia”, subtítulo da parte final do obra.

O romance, que começa depois do título grafado na capa, será então o início da extremidade mais ampla de uma espiral a partir da qual, como num vórtice, chegar-se-á ao final para voltar ao movimento de partida evocado logo no seu começo, miragem com que também se fecha a narrativa, deixando aberta a história nele contada e empurrando para a revisitação mnemónica da espiral vertiginosa que dá estrutura ao romance e à sua polifonia.

Para atingir a “felicidade sábia” a que se refere o título do “Livro Zero”, a personagem Nuno/Rui Zinho volta aos Açores, depois de vinte e cinco anos de ausência, para visitar a casa que lhe tinha sido destinada como herança pelos pais e vendo apresentar-se diante dos seus olhos a “[...] grande memória da ilha” (Melo, 2002: 378). Não é um *nostos* épico que se apresenta aos olhos de Nuno, mas um percurso de torna-viagem com regresso instável e temporário, sempre na perspectiva de uma nova partida.

Sentado do lado da janela, tentou personificar em si o sonho desse regresso ao Rozário. Não tinha, não teria nunca a importância do mito do retorno à origem perfeita do Homem. Acontecia-lhe só um regresso talvez definitivo após vinte e cinco anos de ausência. Não uma ressurreição. Partira de um cais com navios. Estava de volta a um mundo sublimado, inexistente. [...] Ele não era mais do que um homem suspenso, como se enforcado entre duas paisagens distintas. E no grande delta desta diferença sobreviviam só os hábitos e os nomes. (Melo, 2002: 380)

Neste regresso à ilha Nuno percebe a sua diferença em relação aos que, como ele, a deixaram. Ele volta num movimento silencioso, de contemplação, “cabisbaixo e soturno” (Melo, 2002: 382) à que tinha sido a sua casa, não exibindo, ao contrário de outros emigrantes, “a riqueza deslumbrada dos dólares canadianos” (Melo, 2002: 380-382). Com efeito, estes outros de que o narrador fala são os emigrantes, que “Traziam [...] outra dignidade diferente da sua, pois transportavam objectos inventados para não terem função na Ilha, falavam o americano cáustico do *sbarape* e do *sanabagane* e bebiam *bia* em vez da cerveja preta dos Açores.” (Melo, 2002: 382).

Quem volta como Nuno/Rui Zinho, pelo contrário, é um “homem suspenso”, atormentado por uma pluralidade de memórias, um homem que assistiu à mudança de um país que se tornou europeu. Ele é desenraizado e inquieto (“já sem geração na Ilha” (Melo, 2002: 382)), à constante procura de uma definição de si próprio e do mundo que o rodeia: *Homem Suspenso*, também título do romance já referido de João de Melo, que valerá aqui a pena a citar novamente.

A Europa que eu amo é feita de uma soberania culta, consciente de si e do outro que mora ao lado. Sou um homem da periferia, um cidadão da margem e do mar. Desconheço outro qualquer sentimento europeu. Não imagino sequer a Europa que entrou já nas minhas fronteiras – se é esta que sempre me foi vizinha e ressentida, se a outra que vem agora na nova cúpula de um artifício que se estendeu sobre mim como uma abóbada, uma sombra imensa, invadindo-me, ocupando-me no escuro, da noite para o dia, e subtraindo-me aos mitos portugueses da terra e do mar. Os meus mitos portugueses são: a árvore da minha floresta, a agricultura do vinho e dos pomares, a cidadania da paisagem e do dia, e este infinito mar que nos habita imanente, sábio e necessário ao olhar. (Melo, 2000: 26)

No seu regresso à ilha Nuno é um homem e um escritor que, a partir do seu exílio interior, se confronta com uma casa vazia, feita de destroços e reminiscências. Como o protagonista do romance antes referido não consegue ainda reconhecer a Europa que o subtrai dos seus mitos, não reconstrói a casa onde nasceu, não procura o regresso definitivo, nem sequer sublima a sua presença na ilha. Sabe que voltará a estar ausente, inaugurando assim um novo movimento de partida.

– O pior delas, destas casas – pensa Rui Zinho afastando-se das janelas entreabertas – é serem vazias de quem um dia se foi embora. Tão vazias, que se pode ouvir um tambor de morte nos passos que ecoam nelas... (Melo, 2002: 387)

As casas deixadas vazias pelos emigrantes tornam-se assim vestígios lutuosos da memória onde se ergue “a solidão e a desgraça” (Melo, 2002: 395). A única coisa que permanece igual no regresso são as pombas que têm um significado peculiar na obra de João de Melo, adquirindo uma mitologia nova que completa os pessoais “mitos portugueses” elencados pelo “homem suspenso”, transformando-se “[...] num emblema do povo açoriano” e fazendo da periferia que os Açores representam um centro, um ponto de observação e de locução que “[...] reactualiza a consciência social do açoriano fornecendo-lhe uma nova visão e preparando-o para a ruptura e evolução na conquista de uma nova ordem.” (Batista, 1993: 15).

Nesta condição de “pomba” é possível encontrar uma explicação da suspensão que caracteriza a personagem de Nuno/Rui Zinho, condição que se estende ao povo açoriano, mesmo ao que regressa edificando a sua presença/ausente (*cf.* Rocha-Trindade, 1989; Sayad, 2014: 22), em casas que ficam vazias a maior parte do ano. Num conto intitulado *Movimento de Partida* é possível encontrar a razão deste regresso invisível que nunca se concretiza porque sempre antecipado por um movimento de partida cíclico, que permeia a identidade da população da ilha.

[...] creio que o primeiro de todos os movimentos da infância foi o da partida. Mais tarde, compreendi que esse era um movimento total e definitivo, o que para sempre nos levava para fora dos Açores: o seu despovoamento. (Melo, 2003: 75)

O regresso torna-se então um espaço intervalar entre vários momentos de partida, a par da infinidade de voos simbolizados na imagem da pomba. Porém, a relação dupla entre Nuno e Rui Zinho não é pacífica e explica-se através do regresso invisível como se este fosse o caminho para a possibilidade do reencontro num único eu, ou para o reencontro da pomba com o próprio ninho.

O pior é que Nuno só agora admitia estar finalmente vivendo uma das histórias inventadas pelo seu duplo. Mas a sua ingenuidade consistira em pensar que Rui Zinho seria sempre e apenas um pseudónimo. Eis senão quando tudo se inverte: Zinho é a premonição de Nuno, o seu lado maldito, o Nuno é posto a viver duas vezes, pelo sofrimento da ficção e da vida. Nunca nenhum livro custou tanto a escrever como este. E é um facto que escrever e viver na primeira pessoa é como morrer sobre um tempo e não saber nada do tempo seguinte. (Melo, 2002: 404)

Se este desdobramento identitário funde os dois seres em um e todas as vozes na primeira pessoa num único “eu” estilizado, é preciso ainda juntar mais um perfil, que é o que se gera através da não aceitação deste sujeito duplo, como acontece no reencontro de Nuno com as velhas tias. A tia Olímpia, de facto, é a única a reconhecer o sobrinho e a desvendar a sua intrincada questão identitária detetando nele “uma grande ferida nesses olhos” (Melo, 2002: 410).

O reconhecimento de uma ferida, de uma dor no olhar, faz com que o regresso invisível aos Açores ganhe então algum sentido. Será a “ficção de tudo” a deixar aberto o final romance, na constatação da impossibilidade do regresso definitivo. A contrastar com a invisibilidade do regresso é portanto a presença constante do “movimento da partida” como morte na vida, caracterizado no conto antes referido, que volto aqui a citar.

Conheci-o quando as pessoas das casas vizinhas entravam numa espécie de contagem decrescente de tudo o que até então as movia e explicava. Começavam por despedir-se do mar, da agricultura, dos bois, dos instrumentos e ofícios; depois, paravam ao canto de cada rua a ver quem por aí passava, com uns olhos subitamente saudosos e tristes, como se tivessem que separar-se não da aldeia ou da família, mas da própria vida. De certo modo, aquela era uma nova forma de morrer em redor, de morrer aos olhos da terra e das pessoas – ainda que por dentro uma voz adversa, a da esperança, lhes segredasse os mistérios longínquos da vida em saúde e em abundância. Nas terras do Brasil e da América. (Melo, 2003: 76)

A “felicidade sábia” evocada no “Livro Zero” consiste, portanto, no desvelar-se da traição do real que reside no ato da ficção e na representação da impossibilidade do regresso por causa do luto em vida que acontece no momento da partida e que é elaborado ao longo do romance: “Ainda hei-de pensar que tudo isto não passou afinal de um riso que chora ou de um pranto que ri – e de literatura!” (Melo, 2002: 415).

Por outro lado, contudo, é necessário também notar que o regresso de Nuno,

mesmo que invisível, realiza-se na ficção: ele retorna a casa com uma “dor nos olhos”, não é impassível e não renuncia a voltar. A Ilha da infância só existe agora na memória, mas é ainda possível voltar e constatar a existência de outra realidade, que será também a da ausência deixada pela emigração e a que, conseqüentemente, obriga à reformulação de novos mitos, como o das “pombas”.

Se já “não existem torna-viagens”, como escrevia José Martins Garcia em *Contrabando Original* (cf. Garcia, 1989: 48) se, como se lê no romance *Já não Gosto de Chocolates*, quem parte ainda não imagina que o emigrante é “[...] uma espécie de Penélope tecendo e destecendo o fio da saudade na teia abismável do partir e do ficar.” (Oliveira, 1999: 38), o que existe e permanece neste romance são um mar implacável que rodeia uma ilha e as memórias geradas por inúmeros e cíclicos movimentos de partida.

Nesse preciso momento, pombas muito abertas, leves e fogosas, atravessam o sol de mormaço do princípio da tarde. Segue-as com o olhar. Vê que se extinguem ao longe, nos seus bandos de fósforo. Que pousam sobre terras abandonadas, sobre as árvores das primeiras matas, possivelmente até sobre o mar que é o imenso destino azul das pombas brancas. [...] No momento seguinte sobrevoam as casas novas dos emigrantes que ali regressaram, casas com ideias e formas americanas: os varandins corridos sob os alpendres, os muros baixos que as contornam [...] A América está nalgumas das suas flores de plástico, [...] e sobretudo nas bandeiras riscadas sobre um azul de imensas estrelas.

– São as mesmas pombas – pensa. – Têm a idade da minha ausência: vinte e cinco anos ou o tempo efêmero das aves. (Melo, 2002: 388)

As pombas, com o seu desnorteamento (cf. Melo, 2002: 388), são os mitos de sempre da narrativa de João de Melo (cf. Batista, 1993: 54), símbolo da condição de errância do povo açoriano mas, por extensão, símbolo também da errância do ser humano, da sua condição ínsita de outro, de estrangeiro. As personagens complexificam-se nas narrativas intercalares e nos discursos subjetivos e fragmentários com que expõem as suas vivências assim que as utopias “de torna-viagem” ainda persistem, mas já não transportam consigo o sentido de um regresso definitivo. O ciclo migratório é assim representado numa complexidade e variedade recriada através de múltiplas evocações de memórias subjetivas, que o fazem culminar num movimento cíclico e inconclusivo, de retorno

instável, que se pode fechar somente através de um outro, subsequente, “movimento de partida”.

Finalmente, este romance questiona a realidade açoriana e portuguesa à luz do presente e da posição de Portugal frente à sua nova colocação na Europa, tornando-se neste âmbito a emigração um aspecto problemático e de tratamento literário indispensável. As memórias de todas as personagens deste romance são reevocadas e reescritas por Nuno/Rui Zinho, ao qual coube o papel de as “re-escreviviver”, mostrando os mecanismos de rejeição das experiências traumáticas vividas por estas personagens/migrantes. A família do Rozário, que protagoniza o destino e os mitos da portugalidade, revela-se assim ferida e dividida, num “espaço intervalar” (Batista, 1993: 42) onde os Açores/periferia se tornam um centro a partir do qual é possível pensar Portugal num “tempo presente” que, como diz Nuno no final do seu regresso invisível, “ainda falta inventar” (Melo, 2002: 410).

Capítulo 11

A Emigração que um Escritor não Viveu. Livro de José Luís Peixoto.

Portugal
Eu tenho vinte e dois anos e tu às vezes fazes-me sentir como se tivesse
Oitocentos
[...]
Quase chego a pensar que é tudo uma mentira
que o Infante D. Henrique foi uma invenção do Walt Disney
e o Nuno Álvares Pereira uma releitura do Príncipe Valente
[...]
(Jorge Sousa Braga)

José Luís Peixoto faz parte da que poderia ser considerada uma nova geração de escritores portugueses, nascidos pouco tempo antes ou depois do 25 de Abril, uma geração que herdou um momento importante da história do seu país, que não viveu na pele, mas que lhe foi transmitido, voluntária ou involuntariamente, formal ou informalmente, como património inevitável.

Livro, publicado em 2010, é o quarto romance deste escritor e tem como tema principal a emigração portuguesa para França das décadas de 60 e 70 do século passado. É possível explicar esta narrativa como uma “fiction of memory” (Neumann, 2008: 334), que atravessa quase sete décadas da história recente de Portugal (do final dos anos 40 até a data da publicação) e percorre, através de um olhar em pequena escala e, portanto, “microhistórico” (*cf.* Levi, 1993: 129), os caminhos e as memórias das várias personagens que o habitam.

O romance estrutura-se em duas partes, ou em “[...] dois romances diferentes na medida em que um não poderia existir sem o outro.” (Peixoto, 2010: 33). Na primeira parte – de cerca de duzentas páginas e maior do que a segunda – é a emigração que constitui o tema transversal. Com tons que evocam um cruzamento estilístico entre uma certa tradição da literatura portuguesa (em particular os romances de Camilo Castelo Branco e de Eça de Queirós) e o naturalismo francês (*cf.* Real, 2010), um narrador

heterodiegético, detentor de uma focalização aparentemente onisciente, determina a concatenação das ações (dando referências temporais exatas no início de alguns capítulos) e traça os perfis e os percursos das personagens principais.

A orfandade e a ausência, como já tinha acontecido em textos publicados anteriormente por José Luís Peixoto (*Morreste-me* e *Nenhum Olhar*, ambos de 2000), permeiam o início da ficção que principia com um convincente *incipit*: “A mãe pousou o livro nas mãos do filho” (Peixoto, 2010: 11). Doravante, será contada a história de Ilídio a partir dos seus seis anos de idade, de famílias divididas, de uma vila localizada numa região subdesenvolvida do interior do país, da emigração para França e dos regressos a Portugal em diferentes temporalidades.

Como a narratividade é preponderante sobretudo na primeira parte do romance, vale a pena prestar alguma atenção ao encadeamento dos acontecimentos contados. O tempo da narração começa em 1948, ano em que uma mãe, sem nome e com má reputação numa vila igualmente anónima, abandona o filho de nome Ilídio, deixando-lhe como legado um livro. Ele cresce neste ambiente com o pedreiro Josué que o trata como se fosse seu filho, sendo, contudo, filho do padre da vila. Ilídio escolhe emigrar para França para reencontrar a namorada Adelaide, entretanto obrigada a partir pela tia Lubélia. Acompanha-o Cosme, amigo de infância, que quer fugir da obrigatoriedade do serviço militar e da possibilidade de ser chamado para a guerra colonial. Já no final da primeira parte nasce Livro, filho secreto de Ilídio e Adelaide, a 27 de Abril de 1974 em Paris. Este será criado na casa que ela partilha com o seu marido Constantino. Chega-se enfim, no plano temporal, ao mesmo ano de publicação do romance.

Seguindo um encadeamento temporal linear, o narrador conta de forma sequencial o percurso de cada personagem – ou dos grupos de personagens – criando assim uma aparente harmonia sincrónica entre os vários planos da ação narrativa. Desta forma, à unidade orgânica da vila e dos seus habitantes juntam-se os percursos paralelos do *salto*:

Adelaide, de um lado, e Ilídio e Cosme, do outro. É então relatada a vivência destas personagens em Paris, divididas inicialmente pelos dezasseis quilómetros que separam o *bidonville* de Saint-Denis, onde vai viver Adelaide, e o de Champigny, onde vão morar Ilídio e Cosme. Afastados por vontade de Lubélia, carteira que esconde a correspondência que os poderia ter feito encontrar, Ilídio e Adelaide conduzirão vidas separadas e só um encontro fortuito em Portugal, num Agosto em que os dois regressam de férias à vila, levará à concepção de Livro, nome do filho que une o destino dos dois, estando o livro (entenda-se aqui como objeto) do abandono de Ilídio nas mãos de Adelaide como prenda do noivado inconcluso.

No romance, o estilo realista das descrições da vida na vila, como é o caso, entre outras, da matança do porco (*cf.* Peixoto, 2010: 29), alia-se ao estilo naturalista das descrições da vida urbana dos emigrantes portugueses em Paris, que poderia lembrar o *Assommoir* de Zola, mas com estrangeiros como protagonistas (neste caso, imigrantes portugueses) que, de um meio profundamente rural, passam a viver numa cidade cujo tamanho “[...] não eram capazes de calcular.” (*cf.* Peixoto, 2010: 136). Junta-se a isso a recriação de cenas cujo estilo poderia ser considerado real-maravilhoso: a tia Lubélia sepultada viva; o alcoólico Aquele da Sorna, avô de Ilídio, que acaba por morrer na prisão culpando-se de ter ofendido Salazar em praça pública, para poupar a sorte a outro rapaz da vila; os pombos que esvoaçam sem parar na casa de Galopim e do seu irmão deficiente; a mulher lobo que Ilídio e Cosme encontram a caminho para França; a mala que esconde um corpo em pedaços do misterioso homem que oferece aos dois amigos o bilhete de comboio para Paris.

No final da primeira parte do romance o narrador revela a sua identidade, não sendo ele estranho à história que até ao momento parecia contar com distanciamento. O narrador faz parte dela e com ela partilha o título do romance: é Livro, filho de Ilídio e Adelaide, crescido em Paris com o suposto pai Constantino (português exilado por

razões políticas) que se apropria da primeira pessoa do singular para narrar a sua versão da história, na segunda parte da obra. Depois de um breve inquérito que o narrador/Livro dirige ao leitor, começa uma reflexão umbilical desta personagem que procura decifrar o seu percurso de vida e interroga a sua identidade inevitavelmente crispada pela transitoriedade de um percurso migratório do qual ele é filho.

Note-se que o questionamento da identidade é uma das características mais recorrentes das chamadas “fiction of memory” (Neumann, 2008: 235-241). No romance de José Luís Peixoto, de facto, é possível identificar diferentes processos de representação da memória, isto é, de “mimesis of memory” (cf. Neumann, 2008: 335-341), utilizadas para evocar um passado recente, mas traumático, e capazes de criar, a partir do presente, novas formas de memórias culturais. As temporalidades lineares apresentadas na primeira parte do romance criam pontes com a segunda parte do romance. Pontes que não unem somente o passado ao tempo presente, isto é, as histórias passadas dos protagonistas/emigrantes com o olhar de Livro/filho de emigrantes, mas também passam de uma dimensão individual à dimensão de uma memória coletiva, revelando diferentes epifanias de recordação, bem como considerações sobre o fenómeno migratório por parte de uma personagem que, finalmente, se apropria da primeira pessoa do singular para expor a sua versão da história (cf. Neumann, 2008: 336).

Em *Livro* é inegável também a presença de uma reflexão sobre a portugalidade e os seus mitos, reformulados a partir de narrativas particulares que percorrem os trilhos do repensamento da temática da mais recente e opulenta experiência migratória que o país vivenciou na sua história recente, através de uma reformulação do passado que adota a perspectiva historiográfica da “microhistória”. Uma das principais características desta prática historiográfica que se afirmou em Itália na segunda metade dos anos 70 a partir de um grupo de historiadores reunidos em volta da revista *Quaderni Storici* (cf. Fazio, 2004: 283-289), é a variação da escala de observação, o que permite destacar a importância,

observação e estudo de sujeitos “ex-cêntricos” (*cf.* Hutcheon, 2004: 57-73) que, sem este esforço de focalização, ficariam em lugares secundários, ou mesmo ocultados, por abordagens mais amplas. Dito com as palavras de Giovanni Levi, trata-se de “[...] um paradigma baseado na consciência do individual que não renuncia a uma descrição formal e a uma consciência científica do individual” (Levi, 1993: 129)²²³.

Graças à observação e ao estudo destes sujeitos dentro de um contexto de análise pré-determinado, torna-se então possível problematizar uma certa hierarquia que muda os pressupostos da relevância histórica e propõe novos modelos de interpretação do passado, através dos quais será possível renegociar a memória cultural, acabando assim por inaugurar um caminho de compreensão das identidades estilhaçadas que se formam no percurso migratório²²⁴.

Acrescente-se ainda que, na segunda parte do romance, surge uma reflexão crítica, meta-literária, auto-referencial e desconstrucionista voltada para a existência do texto literário em si. Aqui Livro tece um diálogo com a potencial crítica do romance e reflete sobre a problemática de escrever a experiência migratória portuguesa. Atente-se a este trecho:

O enredo é frouxo, invertebrado e, nos momentos esparsos em que consegue encaixar-se com interesse relativo, narra experiências banais, histórias que não se distanciam daquelas que poderiam pertencer ao vizinho ou, quando muito, ao vizinho do vizinho. [...] A raiz da vulgaridade generalizada está, sem dúvida, na falta de experiência vivida do autor, que não é nenhum Jack London, nenhum Kerouac. Estou bem consciente do mau entendimento que pode redundar de uma defesa simplista de experiência, tanto mais que me estou a referir a um autor que vem logo antes de Pessoa nas estantes alfabéticas das bibliotecas, mas sei que, mesmo Flaubert, que tanto insistiu no afastamento entre e a obra e o autor, ao sentar-se no banco de tribunal, com as nozes cingidas pelo quebra nozes, não teve pudor de admitir que se chamava Emma. Ao tribunal não se mente. É por isso que me indigna que ele, nunca tendo passado pelas dificuldades da emigração, se tenha atrevido a tocar no assunto. Até porque, se aborda o tema, é para o tratar de forma

²²³ Tradução da autora desta tese.

²²⁴ A aproximação historiográfica da “microhistória” tem demonstrado muito interesse pela antropologia nas análises de casos de estudo que permitem uma aproximação ao vivido, de maneira a ultrapassar o obstáculo das fontes e reconhecendo afinidades entre as metodologias de pesquisa destas duas disciplinas (*cf.* Musio, 1993: 136). O método antropológico das “histórias de vida” (*cf.* Lechner, 2009) aproxima-se da concepção de microhistória, pela possibilidade que oferece de dar maior relevância a sujeitos marginais, neste contexto os emigrantes.

superficial, não retratando nunca aquela que foi a vivência de milhões de portugueses. Não se pode falar daquilo que não se conhece, falta o testemunho privilegiado. (Peixoto, 2010: 224, 225)

Em suma, *Livro* é um romance de migração, retratada a partir de “microhistórias” de indivíduos anónimos que vivem nas margens de um passado ainda recente e marcante. Trata-se de uma narrativa que representa e recorda, a partir destas vidas, sessenta anos de vivências, migrações, sonhos e regressos idealizados ou realizados, falhados ou edificados, inscrevendo a temática da emigração na literatura portuguesa numa perspetiva literária, meta-literária e patrimonial.

José Luís Peixoto não viveu a experiência migratória, mas chegará a assumir no texto a sua autoria e responsabilidade literária, como se de uma culpa se tratasse. Culpa a defender perante o julgamento de uma provável crítica futura por parte de um leitor imaginado: “Bovary c’est moi”, admitia Flaubert, “Eu sou o Livro”, afirma José Luís Peixoto em 2010 (*cf.* Peixoto, 2010b).

11.1. Microhistória: a Emigração e os Seus Protagonistas

Enquadrado na que é possível definir como uma “fiction of memory” (*cf.* Neumann, 2008: 334), neste caso realizada através da voz de um narrador onisciente, o romance recria não tanto “histórias de vida” a partir do discurso em primeira pessoa de cada personagem, mas um conjunto de “microhistórias” em interação. Em *Livro* é um narrador, na primeira parte do romance aparentemente estranho à ação narrativa, o detentor da tarefa de contar a vida dos outros sujeitos migrantes que a protagonizam.

Existe no romance um microcosmo social reduzido à dimensão de uma vila do interior do país, hierarquicamente dividido entre o pároco, o professor, a autoridade estatal, os ricos e os pobres, alguns dos quais escolhem a via da emigração. Acrescenta-se ainda a dimensão do abandono. Em *Livro*, de facto, explora-se de forma inédita a questão do afastamento do núcleo familiar dos filhos dos emigrantes: a mãe que deixa Ilídio com seis anos aos cuidados de Josué terá provavelmente emigrado, embora não seja dada continuidade à história desta mulher no romance. Com efeito, apesar do desaparecimento da mãe e conseqüente abandono do filho constituírem uma excepcionalidade no romance de José Luís Peixoto, não eram raros os casos de crianças deixadas aos cuidados dos avós ou de outros familiares por parte dos pais que emigravam e Ilídio e Josué ocultarão o dia do abandono com esta frase: “O dia em que a Dona Milú não pagou ao pedreiro [...]” que funciona como “narrativa intercalar”, usando aqui uma expressão já referida contida no romance *O Vale da Paixão* (1998) de Lídia Jorge (2009: 73) e assim descrita em *Livro*:

[...] uma espécie de lugar árido, de ruína, estava lá, existia mas, depois disso, havia muito que tinha crescido apenas entre os dois. (Peixoto, 2010: 61)

Na primeira parte do romance, ao papel dissimulado de um narrador heterodiegético pode ser atribuída a propensão ilusoriamente onisciente do historiador, dando nova

existência, justamente, a histórias de vida que passam a ocupar um espaço não de testemunho direto, mas propositadamente mediado. É com este intento que o narrador desenvolve o papel de contador de “microhistórias” através da evocação de memórias traumáticas presentes no contexto português e relatando assim experiências ligadas à emigração, como as do *salto*.

Eram uma pequena multidão de desconhecidos assustados. As malas doíam-lhes da mesma maneira que lhes doíam os pés, as pernas ou a espinha. Arrastavam uma vontade que era cada vez mais difícil de explicar, náufragos de todas as palavras que não diziam, manchas cinzentas a atravessarem campos, a esconderem-se. Entre eles, seguia a Adelaide, pensamentos misturados com mágoa e pó. (Peixoto, 2010: 103)

Da mesma forma, também na descrição da viagem de Ilídio e Cosme, é possível observar o papel do narrador como contador de “microhistórias”.

A situação era: estavam no meio do mato, era noite cerrada, não sabiam o caminho para a França e possuíam os seguintes objectos: uma navalha, dois lenços, duas carteiras com um total de duzentos e trinta e cinco escudos, uma agenda pequena, um lápis com o bico partido e uma caixa de fósforos. Além disso tinham os cintos, que podiam dar serventia em alguma ocasião imprevisível, e tinham um alfinete-de-ama, que prendia uma parte do forro do casaco do Ilídio. (Peixoto, 2010: 110, 111)

O discurso do narrador na primeira parte do romance, contudo, não se limita apenas a contar as várias experiências de emigração. Há, com efeito, outras “microhistórias” que merecem ser narradas e que contribuem para a criação e caracterização dos diferentes cenários do romance, através do qual é possível entrever vários aspetos da sociedade portuguesa antes e depois do 25 de Abril. É o caso dos devaneios de Constantino, intelectual português que, exilado por razões ideológicas em Paris, acaba, desiludido, por nunca voltar a Portugal, culminando por sofrer duma esquizofrenia patológica (*cf.* Peixoto, 2010: 221). Ou ainda é o caso de Lubélia, obrigada pelos pais a abortar de forma a evitar a vergonha que o incómodo de um filho sem pai teria causado na ordem social da pequena vila (*cf.* Peixoto, 2010: 58).

O fio condutor desse romance portador de memórias através de “microhistórias” é o seu título, a partir do qual ganha forma a sua narratividade. Livro como objecto que

passa de mão em mão, com o poder de afastar, quando a mãe abandona o filho, e unir pessoas, servindo de prenda de noivado de Ilídio para Adelaide, e meio através do qual esta conhece Constantino, o seu futuro marido. Livro que se torna também pessoa, narrador e escritor ficcional na segunda parte do romance.

Poder-se-ia então apontar o facto de que, querendo escrever sobre a emigração portuguesa das décadas de 60 e 70, nenhuma das personagens principais emigra por razões económicas: Adelaide é obrigada a ir-se embora pela tia, Ilídio emigra para procurar a namorada e Cosme foge da guerra. Este aspecto, contudo, não é deixado completamente à margem, como se pode notar pelas descrições da vida no *bidonville*.

As ruas de terra estavam rodeadas por casas com paredes de chapa de madeira, remendos de lata enferrujada, pregos tortos, arame. Havia vultos de criança a brincar e cães desinteressados. A Adelaide seguiu a Libânia, que seguia o marido. Na rua, ouviam-se as vozes dentro das casas. Na rua, ouviam-se os bebés que choravam dentro das casas, ouviam-se os homens a arrotar. O marido da Libânia tirou uma chave do bolso para abrir o cadeado da porta, puxou a corrente. Entraram. Um fósforo, o candeeiro de petróleo. Pão com azeitonas. Compuseram o canto onde ia dormir. Deitou-se. (Peixoto, 2010: 124)

No processo de enunciação narrativa do romance, a voz que evoca as vidas das várias personagens faz a crónica de um país durante sessenta anos e caracteriza-se por realizar um discurso que transpõe memórias que é preciso interrogar porque vivas, mas marginalizadas.

A fundamental privilege of fictional texts is to integrate culturally separated memory versions by means of mutual perspectivization, bringing together things remembered and things tabooed and testing the memory-cultural relevance of commonly marginalized versions of memory. By giving the voice to those previously silenced fictions of memory, they constitute an imaginative counter-memory, thereby challenging the hegemonic memory culture and questioning the socially established boundary between remembering and forgetting. (Neumann, 2008: 338-339)

A presença de Livro, que reelabora e transpõe na ficção as experiências de todas as personagens, torna-se, a este ponto, fundamental, porque quando ele toma a palavra exprime a condição de um emigrante involuntário de segunda geração. Na segunda parte do romance, as considerações desta personagem aparecem em notas de rodapé. Ocupam

um lugar marginal que não pode, contudo, carecer de desconsideração. O pé de página serve aqui como “paratexto” e é, portanto, um elemento tão importante porquanto acessório à ficção, um lugar de escrita que adquire relevância pelo mesmo lugar marginal que ocupa²²⁵. Gera-se assim uma confusão semântica entre os verbos ir e voltar, onde o primeiro verbo é substituído em rodapé pelo segundo, no momento em que o narrador fala da necessidade de “ir²²⁶ para Portugal” (Peixoto, 2010: 222), evidenciando que, por parte desta personagem, o regresso não só é impossível, como prescindível (*cf.* Peixoto, 2010: 218).

Nunca encontrei o abrigo que ainda procuro, uma mão que me feche no seu interior e me guarde no bolso dentro do casaco, paredes que me digam com veludo: descansa, menino. Mas procuro, continuo como se acreditasse que vou encontrar. (Peixoto, 2010: 211)

A partir do seu lugar de enunciação o narrador aponta e descreve o cenário “microhistórico” das vidas que habitam no romance, do qual ele também faz parte. Estes “seres de papel” (Barthes, 1966: 15-18) poderão então tornar-se parecidos com muitos outros seres reais, como sublinha o narrador, agora desmascarado e na primeira pessoa, na segunda parte do romance:

Tenho trinta e seis anos, tenho um bilhete de identidade, numerado, que o comprova.
Até este xis, este: X, o livro que estás a ler tem 404853 caracteres, incluindo notas de rodapé e espaços.
Em 1990 viviam na França um total de 798837 pessoas de origem portuguesa, 603686 dos quais nascidos em Portugal e 195151 nascidos na França.
Cada letra e cada espaço das páginas anteriores equivale a quase duas pessoas de origem portuguesa a viverem na França em 1990.
[...] Como dizia, entre 1960 e 1974, cerca de um milhão e meio de portugueses emigraram para França.
Cada letra e cada espaço das páginas anteriores equivale a mais de três portugueses que fizeram essa viagem. (Peixoto, 2010: 260, 261)

A amplitude do fenómeno migratório das décadas de 60 e 70 do século passado é aqui evocada numa tentativa de integrar, na certeza e atendibilidade dos números, as vidas recolhidas no romance. Estas invadem a escrita, e não são, portanto, apenas

²²⁵ Sobre a noção de paratexto veja-se Genette, 1997.

²²⁶ “voltar” (Peixoto, 2010: 222).

“contadas”: entenda-se aqui narrativamente e numericamente. Com efeito, na parte final da obra o narrador e assumido autor de *Livro* é literalmente interrompido pelos pais no seu raciocínio e processo de redação do romance que lhe é homónimo:

Entrez, s’il vous plaît. É a minha mãe. O Ilídio está ao seu lado. [...] A minha mãe diz que estão cansados de andar às escondidas, que já ninguém tem idade para isso. [...] É tudo muito rápido. [...] Meu rico filho. O Ilídio dá-me um aperto de mão. [...] Saem, fecham a porta. Este livro podia acabar aqui. Ficávamos assim, no vácuo desta revelação. [...] Como dizia, entre 1960 e 1977, cerca um milhão e meio de portugueses emigraram para a França [...] (Peixoto, 2010: 260-261)

Em suma, são estes portugueses comparados com o número de caracteres do romance em execução que o narrador Livro quer retratar. Para o fazer escolhe entre eles um número reduzido – os que fazem parte da sua esfera pessoal – focalizando o objetivo de forma a recriar o global a partir da pequena escala.

11.2. A Construção de um Espaço Patrimonial da Emigração

No romance é dado relevo a um dos reflexos mais evidentes em Portugal do fluxo migratório dos anos 60 e 70, o da construção de uma casa na terra de origem, como símbolo da realização do sonho de regresso do emigrante e como evidência material de um legado patrimonial que advém, necessariamente, da experiência migratória. No romance são assim mostradas as mudanças que a vivência da emigração acarreta do ponto de vista não só psicológico e cultural de cada sujeito, mas também material.

Neste âmbito será preciso considerar que, uma vez deixado um país pobre, na dimensão de uma vila onde não chegavam inovações e em que o tempo parecia parado, a chegada à capital francesa num momento de pleno crescimento económico representou para grande parte dos emigrantes portugueses a descoberta de algo novo e ignorado, a que a maior parte deles, em Portugal, não tinha acesso.

Adelaide, por exemplo, no momento em que a tia a obriga a partir, não sabe ao certo o que é a França. Conhece apenas o nome deste país e sabe algumas informações desconexas que lhe tinham contado (*cf.* Peixoto, 2010: 105). De uma forma semelhante pensam Ilídio e Cosme, que, durante a viagem, “[...] não sabiam para onde iam, onde estavam.” (Peixoto, 2010: 106). A chegada à capital francesa provoca, portanto, uma sensação de estranhamento nos jovens emigrantes, que se mistura com o espanto causado pelas dimensões da metrópole. Sucessivamente, a chegada ao *bidonville* será ainda outra etapa, quase um regresso à aldeia natal, ou ainda pior, vistas as condições de vida oferecidas num lugar tão hostil.

Durante a experiência francesa, o carácter dos protagonistas vai transformar-se. Enquanto Ilídio parece manter uma ligação forte com a vila, sendo o primeiro a decidir construir lá a própria casa com a perspectiva de regressar, Cosme voltará apenas nas férias acompanhado pela mulher, as suas filhas trigémeas e Livro. A França para Adelaide

será deveras o país onde as pessoas tinham máquinas para fazer a lida da casa e andavam de automóvel, onde terá que aprender outra língua, onde os prédios são grandes e a cidade é luminosa. Será deveras, para Cosme, o lugar que lhe permitiu não ir para a guerra e escolher outro caminho. Será também o lugar onde não existia o controle da ditadura, onde se podia lutar pelos direitos laborais, onde, em suma, existia todo um pensamento democrático que a maior parte das pessoas que escolhiam a via da emigração durante o Estado Novo não podiam conhecer nem praticar. Será, ao mesmo tempo, uma experiência dolorosa feita de duro trabalho e de condições de vida difíceis, de famílias estilhaçadas, da solidão de homens não habituados à ausência da presença feminina em casa e de mulheres e filhos abandonados em Portugal como garantia de regresso. Representará, finalmente, também uma oportunidade para muitos de transportar e realizar os próprios sonhos.

A construção de uma casa na vila de origem, por exemplo, projeta-se como a realização de um desejo que não teria sido possível concretizar sem o percurso migratório. A sua edificação, pelo menos no caso de Ilídio, requer uma participação solidária entre várias pessoas, entre os quais Josué, pedreiro encarregado das obras (*cf.* Peixoto, 2010: 175). Como sugere Roselyne de Villanova no seu estudo sobre o fenómeno da construção de casas em Portugal por parte dos emigrantes, além do interesse que há em perceber o porquê da rejeição destes edifícios por parte da população não emigrada (assim como, em parte, já tinha acontecido com as casas de “brasileiros” descritas em pormenor nos romances de Júlio Dinis e Luís de Magalhães), seria importante observar como se dá o seu processo de construção.

A estudiosa aponta para o facto de não existirem, em Portugal “[...] políticas urbanas e normas de construção que regulamentem e integrem as aspirações dos seus utentes [...]” e, por parte destes últimos, sejam ou não eles emigrantes, de não existir um claro “[...] pensamento sobre o habitar e a habitação” (Villanova *et alii*, 1995: 158). Logo,

na maior parte dos casos tratar-se-ão de casas sem dúvida mais confortáveis do que as que os emigrantes deixaram antes de partir (“casebres insalubres onde vivia a maior parte do povo” (Pereira, 2010: 144)) construídas por vezes sem arquiteto e/ou desenhador profissional, realizando o construtor e o emigrante uma habitação que é resultado de um processo de hibridez e sincretismo (cf. Pereira, 2010: 144) e podendo demorar a sua construção alguns anos, ao ritmo das voltas temporárias ao país por parte do emigrante (cf. Villanova *et alii*, 1995: 105)²²⁷. É o caso de Ilídio que, por exemplo, precisa apenas do pedreiro Josué, das ideias de casas que tinha visto em França e de braços para trabalhar.

A casa representa, para esta personagem, uma promessa de regresso: a sua presença permanente na vila face à ausência real a que a emigração o obriga. De facto, Ilídio terá que trabalhar mais para poder pagar as obras de construção e conseguir comprar um carro antes de regressar definitivamente a Portugal, chorando o seu país a todos os seus regressos no mês de Agosto:

Sentado na penumbra, e Portugal, Ilídio chorava Portugal. Por cima do telhado, construído telha a telha, estava o céu de Portugal. (Peixoto, 2010: 192).

A casa estabelece, portanto, um elo de ligação com o país de origem, como um marco, um monumento antes pessoal e seguidamente colectivo que auxilia e assinala uma presença que não se quer esquecida. Uma presença que, ao mesmo tempo, é dolorosa, porque Ilídio chora Portugal sentado na penumbra da sua casa que também é a do seu país. Um “país penumbra”, Portugal, que se antes invisibilizava o potencial emigrante pela pobreza, agora o invisibiliza pela diferença. Um país para o qual esta personagem de *Livro* volta, assim como tinha voltado para a “opacidade de cenário intransponível” o narrador/autor de *Os Cus de Judas* (1979) de António Lobo Antunes (2000: 241).

Ao mesmo tempo, porém, a casa do emigrante demonstra outro aspeto relevante, isto é, a entrada de novos modelos de vida oriundos de outro país, o de imigração, bem

²²⁷ Sobre este assunto veja-se também Cardoso, 2008 e Tomé e Carreira, 2000.

como de outras pessoas, como Livro. Pessoas estas que nasceram durante o percurso migratório dos seus antecessores e para os quais a ida a Portugal não é um regresso, mas uma nova emigração. De facto, é necessário reconhecer que o regresso para a terra de origem dos emigrantes, apesar de poder suscitar críticas por parte dos que ficaram, aportou uma renovação de pensamento e ideologias feita por baixo, rumo à democracia. O contributo dos emigrantes para que se instaurasse um pensamento democrático em Portugal é inegável, embora pouco reconhecido, como tem vindo a constatar o historiador Victor Pereira:

Os migrantes romperam a quase-autarcia em que se encontrava a maior parte das comunidades rurais do interior do país. Ao introduzirem bens de consumo até então reservados a uma minoria de pessoas, ao comprarem terras, eles propagaram novas exigências e uma vontade de pôr em causa estritas hierarquias sociais em vigor. Como escreveu João de Pina Cabral, a emigração levou ao “florescimento da ideologia do igualitarismo”. Essa abordagem à democratização “por baixo” poderia assentar num postulado segundo o qual “a política se aprende” e que as fontes desta aprendizagem são múltiplas e heterogéneas. (Pereira, 2014: 427-428)

Os emigrantes anteciparam o regresso de Portugal à Europa, cumprindo, ao mesmo tempo, uma emigração sem invenção de uma nova identidade (*cf.* Lourenço, 1999c: 46). Esta vocação “hiperidentitária” que se mantém fiel ao universo identitário português tradicional não evita, contudo, que se gerem mudanças nas pessoas que viveram a experiência migratória que, efetivamente, tinham saído da “geografia imperial” antes do seu definitivo fim político. Livro, como emigrante involuntário de segunda geração, percebe e transmite este processo de negociação da memória cultural, estando ele inscrito na sua identidade estilhaçada. Se são muitas as casas construídas pelos emigrantes em Portugal, são muitos também os que nunca voltaram nem querem voltar, ou os que voltam só por breves períodos, como no romance é o caso de Cosme, cuja família está perfeitamente integrada em França. Ou, como é o caso ainda de Livro, cuja decisão de viver em França ou em Portugal se torna irrelevante: “Eu não tenho para onde voltar” (Peixoto, 2010: 218).

Quando é a vez de Adelaide voltar definitivamente com o filho a Portugal, ela irá à procura de uma habitação para realizar o seu sonho, acabando por comprar a casa que pertencia a uma das famílias mais ricas da vila. A mãe de Livro, no seu regresso, tem quase setenta anos, cinquenta dos quais vividos em Paris, é uma estrangeira no seu país com “[...] falta de assunto para trocar com as outras mulheres da vila” (Peixoto, 2010: 228). Como conta o filho/narrador, a realização do projeto da casa idealizada pela mãe é impedida pelo presidente da junta, que critica as casas dos emigrantes. A posição desta figura administrativa pode ser interpretada como uma tentativa de abafamento das iniciativas dos emigrantes regressados e também como uma tentativa de censura dos gostos e de saberes transportados por alguém que é diferente, estrangeiro.

Se, como aconteceu com as casas de brasileiros, foram precisos mais de cem anos para que algumas destas se tornassem património e fossem aceites por valorizarem a História do país – como é o caso da Quinta da Regaleira em Sintra, da Quinta das Lágrimas em Coimbra, ou ainda da exposição organizada no Porto em ocasião das Comemorações dos Descobrimentos²²⁸ – as “casas de sonho” dos emigrantes talvez possam vir a ter o mesmo destino, como conjectura Livro no momento em que se desfaz a possibilidade de forrar a casa da mãe a azulejos²²⁹.

Não me foi difícil imaginar que, setenta anos após aquela conversa, viessem os presidentes da junta a gabar as antigas casas de emigrantes, traçar roteiros turísticos, planificar brochuras. Até lá, esperavam que vivêssemos num parque temático de noções mantidas a soro, que não autorizavam evolução, cristalizadas com diligência em despachos e decretos. Entretanto, éramos nós que tínhamos de viver ali, de alombar com os critérios deles. (Peixoto, 2010: 230)

Surge então uma questão intrincada sobre a possível ou oportuna colocação das casas dos emigrantes em termos patrimoniais, porque se as casas de “brasileiro” ainda podem

²²⁸ Refiro-me aqui à exposição organizada na Alfândega da cidade do Porto sobre os “brasileiros de torna-viagem” e o seu legado patrimonial nas Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, no mês de Abril de 2000 cujo título era “Os *Brasileiros* de Torna-Viagem no Noroeste de Portugal.” (cf. Santos E., 2000). No que tem a ver com as casas de “brasileiros” veja-se Sampaio e Botelho, 2000: 38, 84,85.

²²⁹ Sobre a apreciação patrimonial das “casas de brasileiros” veja-se o recente estudo de Domingos Tavares (2015) onde se destaca a importância das soluções inovadoras e requintadas adotadas na construção destas habitações.

encontrar um espaço e uma continuidade dentro do contexto do legado imperial (ainda que questionável²³⁰), os emigrantes portugueses da segunda metade do século XX e o seu legado representam, claramente, um “desvio relativamente à epopeia colonial [...]” (Pereira, 2014: 37).

As considerações do narrador/protagonista sobre a casa sonhada e alcançada pela mãe e as impossibilidades de realização do projeto por completo, remetem para uma reflexão sobre um património bem visível em todo o país. Não querendo aqui discutir o possível valor estético que este pode ou não ter, parece-me oportuno apontar para o valor económico e social, mas sobretudo simbólico que estas habitações representam, em particular quando localizadas em zonas de interior do país que hoje parecem condenadas à desertificação. As dificuldades que os emigrantes no romance encontram no processo de construção da própria casa, de facto, demonstram o quão não são ainda aceites na sociedade de origem, onde continuam a ser deslegitimados e “[...] conotados com a cultura popular mais depreciada, de onde resulta que os emigrantes sejam vistos como o povo dos ranchos folklóricos, da música pimba, dos arraiais, de um estilo de vida marcado pela ostentação [...]” (Pereira, 2010: 145).

Mas “Quem fala dos emigrantes” como escreve Victor Pereira “[...] fala também de si próprio.” (2010: 145), de um “estrangeiro” que habita dentro do próprio ser (Kristeva, 1994: 9).

²³⁰ Escreve Igor José Renó Machado a tal propósito: “A Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses (CNCDP) montou a exposição justamente em abril de 2000, ano da comemoração dos 500 anos do Descobrimento do Brasil, como forma de homenagear a ex-colónia. Sintomática e exemplar na leitura dos 500 anos em Portugal, a exposição buscava exaltar os emigrantes portugueses, apresentando-os como construtores do Brasil: por um lado, eles teriam continuado as ações dos descobridores e, por outro, teriam se tornado empreendedores, em Portugal, com o dinheiro ganho no Brasil. Seguindo a estratégia da lusofonia [...] a escolha da reabilitação do brasileiro de torna-viagens cumpre também um papel ideológico de engrandecimento da alma portuguesa e de reconstrução de um império agora em termos culturais, já que se foram as colónias. Algo que fora uma mácula vergonhosa no passado, a “sangria” de emigrantes para o Brasil, passou a ser valorizado como um dos momentos de grandeza do espírito português. A historiografia portuguesa recente sobre os brasileiros de torna-viagens não foge desse carácter jubiloso. A apropriação do trabalho desses historiadores feita pela CNCDP também segue a tendência de revalorização, o que provavelmente é um dos motivos pelos quais foi retirado da direção da exposição. Jorge Fernandes Alves, responsável pelo único trabalho de fôlego - e crítico - sobre a migração de retorno [...]” (Machado, 2005: 49).

As razões destas recusas estarão, portanto, na não aceitação da experiência migratória como também parte da identidade portuguesa, da história e da cultura do país? Livro, enquanto emigrante de segunda geração, percebe estas formas de rasura que, sem que lhe tenha sido dada escolha, também o afetam e sobre as quais sente a necessidade de refletir, oferecendo um ponto de vista inevitavelmente diferente dos seus progenitores.

Na segunda parte do romance é reproduzida a voz de um crítico literário que se indigna com o facto de o escritor ter tido a ambição de tratar da temática da emigração sem ter vivenciado na pele as suas dificuldades: “[...] Não se pode falar daquilo que não se conhece, falta o testemunho privilegiado.” (Peixoto, 2010: 225). Esta crítica é claramente auto-direcionada ao autor real do romance publicado em 2010.

Mas se, indiretamente, representasse também uma reprodução do discurso interpretativo que se produz no país no momento em que são publicadas obras que enfrentam a temática migratória? Ou se representasse, ainda, um desafio para quem irá escrever no futuro, funcionando como um incómodo, mas necessário convite a procurar e elaborar mais histórias, mais memórias, mais sentidos, mais caminhos?

É um trabalho sobre a reabilitação das memórias e de aceitação do valor do acervo material e imaterial da emigração portuguesa para França do século passado a que o romance de José Luís Peixoto apela. Livro, além de título de romance e além de nome de um dos seus protagonistas e narrador torna-se assim também um espaço onde se armazenam dados para o reconhecimento e a preservação da memória da emigração, inscrevendo esse fenómeno como um legado patrimonial permanente, vivo e substancial da História do país e da sua representação em literatura.

Considerações Finais

Na zona brumosa em que o emigrante se move, a claridade das normas não é possível.
(Miguel Torga)

O conceito de migração é estimulante e inclusivo no âmbito da análise literária, não dependendo exclusivamente do facto de o autor do texto em estudo ser ou não ser migrante (*cf.* Pourjafari e Vahidpour, 2014: 679; Frank, 2013: 222-223). De entre as características que é possível identificar na literatura de migração, ou “migration literature” (*cf.* Pourjafari e Vahidpour, 2014: 686-689 e Frank, 2008: 3), encontra-se a hibridez (*cf.* Bhabha, 1994: 9), que remete para a reescrita de uma identidade necessariamente plural²³¹, bem como para a criação de uma tradição extraterritorial e transcultural em literatura (*cf.* Moslund, 2010: 11). Outras características, a partilhar com o campo dos estudos ditos “pós-coloniais”, são a ambivalência – que pode ser interpretada como um elemento desestabilizador da identidade²³² – e o percurso de abandono e retorno, que nunca é definitivo: “Unable to attain that in-between space of hybridity, the migrant yearns to return his homeland, to his ties and bonds from which separation has not been possible.” (Pourjafari e Vahidpour, 2014: 689)²³³.

Daí a necessidade de questionar a categoria de “literatura” (e ainda mais a de “literatura nacional”), de forma a poder englobar textos igualmente relevantes e mais marginalizados no que diz respeito às obras analisadas nesta tese: penso nas produções poéticas e narrativas produzidas em contextos migratórios (*cf.* Capinha e Keating, 1997; Capinha, 1993: 515-556 e 2002: 115-141; Mendes, 2009), mas também no trabalho

²³¹ “[...] rewriting identities in order to evoke their impure and heterogeneous character.” (Frank, 2008: 19).

²³² “[...] experience of being neither the one, nor the other.” (Pourjafari e Vahidpour, 2014: 688-689).

²³³ Sobre as conexões entre “Migration Literature” e as teorias pós-coloniais veja-se Pourjafari e Vahidpour: “Postcolonialism is a way to look at a history from different perspectives. Postcolonial studies, the ideas of which are represented in the writings of Franz Fanon, Edward Said, Homi Bhabha, Gayatri Chakravorty Spivak and others provide an alternative approach to understanding the features of a new phenomenon in the present world: Migration.” (Pourjafari; Vahidpour, 2014: 585).

biográfico das “histórias de vida” (*cf.* Brettel, 1978, 1986, 1994 e Lechner, 2009). Simultaneamente, seria oportuno apelar para a necessidade de uma análise mais detalhada de algumas das obras que nesta tese foram apenas referidas ou brevemente estudadas, bem como a temática do multilinguismo que é possível observar em alguns textos literários em que a experiência migratória é patente (*cf.* Marques, 2009). Alargar o campo de visão destas diferentes formas de textos e perspectivas de estudo permitiria demonstrar a complementaridade e as potencialidades de uma visão caleidoscópica certamente mais enriquecedora.

Enquanto os estudos da chamada “migration literature” olham na maior parte dos casos para a produção literária contemporânea de autores já canonizados a nível do que hoje se entende como “Word Literature” (*cf.* Frank, 2008: 200, 201)²³⁴, nesta tese procurou-se também recuar no tempo, para demonstrar o quanto a rigidez do cânone pode limitar a análise de determinados textos literários²³⁵.

Para analisar a literatura da emigração é necessário quebrar a rigidez do cânone e olhar a literatura como um sistema poroso que absorve história e fragmentos de vida, moldando-os numa multiplicidade de formas: o trabalho do crítico literário é como o do arqueólogo, porque são «morfologias e *patterns* que revelam os processos históricos», por este motivo as «formas excluídas» também devem ser recuperadas e analisadas [...] a literatura não é só “intertextualidade”; cada obra «nasce, existe (e morre) na relação com as outras, perto ou longe delas, anteriores ou posteriores a elas, porque também estas determinam e modificam os modos e os sentidos da leitura», mas sobretudo a obra literária «vive de tensões e contradições internas, e de sobreposições com outros géneros e formas, perspectivas e induções» [...] Os estudos das migrações, mais do que muitos outros, confirmam que para recuperar o frio olhar do historiador ocorre apontar sensíveis antenas não só para disciplinas como a antropologia, a sociologia, a história das ideias e dos modelos culturais, mas, sobretudo, para a literatura (Martelli, 2007: 307-308)²³⁶

²³⁴ Sobre as conexões entre “Word Literature” e “Migration Literature” veja-se Frank, 2008: 12.

²³⁵ “In 2006 the American Comparative Literature Association (ACLA) published *Comparative Literature in an Age of Globalization*, their 2004 report on the state of the discipline. In this contribution, David Damrosch discusses the relationship between what he calls hypercanon, countercanon, and shadow canon (a tripartition replacing the old two-tired model of “major authors” and “minor authors”) and he urges us to “resist the hegemony of hypercanon.” Instead of writing yet another article that compares James Joyce and Marcel Proust, we should compare Joyce to Rabindranath Tagore, Clarice Lispector, and/or Higuchi Ichiyo, thereby drawing “new lines of comparison across the persisting divisions between the hypercanon and the countercanon of world literature.” (Frank, 2008: 200, 201).

²³⁶ Tradução da autora.

Em 1993, Eduardo Lourenço tinha chamado a atenção para a ausência de uma voz capaz de representar, em literatura, as chagas da emigração (*cf.* Lourenço, 1999: 47). Sendo verdade, como tinha afirmado Miguel Torga em 1954, que o silêncio literário que era possível observar sobre esta temática poderia derivar da incapacidade de captação psicológica de uma experiência tão complexa (Torga, 1955: 117, 118), também é verdade que é possível considerar o fenómeno migratório uma persistência ao longo da história portuguesa (*cf.* Rowland *in* Bethencourt e Chaudhuri, 1998. Vol. IV: 321), uma característica estrutural da sua sociedade, como comprovam os estudos pioneiros de Joel Serrão (1970; 1974) e Vitorino Magalhães Godinho (1978), bem como o demonstram os contemporâneos (*cf.* entre outros, Pires *et alii*, 2014).

Foi perante estas considerações que, por um lado, decretam uma ausência literária e, por outro, confirmam uma persistência, que me propus realizar uma pesquisa sobre a representação da emigração na literatura portuguesa.

As afirmações de Eduardo Lourenço e de Miguel Torga não foram com certeza despropositadas, pois sugeriam uma reflexão relevante e necessária no âmbito do estudo que me propus realizar: a emigração económica, como afirmava Eduardo Lourenço, não se presta a glorificações, revelando um estado de subdesenvolvimento (*cf.* Lourenço, 1999c: 48). Será talvez por causa disso, e também pelo facto de que “[...] o que designamos por povo emigrante era o que, em sentido próprio e figurado, não tinha voz.” (Lourenço, 1999c: 47) que se gerou este silêncio literário?

“A nossa emigração [...]” escrevia Eduardo Lourenço “[...] espera ainda os Elia Kazan para a ilustrarem em imagem, como acontecia antigamente à história santa, que era ilustrada nas paredes das catedrais.” (Lourenço, 1999c: 47, 48). Será possível encontrar, como inquiria Miguel Torga, “A realidade dum presença humana sobre o corpo do mito.” (Torga, 1955: 45)?

A presença de um número considerável de textos literários que representam a

experiência migratória, levaram-me a interrogar, à luz do presente, este suposto silêncio. Posto isto, foi inevitável também questionar-me sobre a possível presença de representações da emigração ao longo da história, pelo menos desde o começo da chamada “emigração transoceânica moderna”, vista a popularidade da personagem do “brasileiro de torna-viagem” da ficção camiliana e, sucessivamente, as suas evidentes reescritas e reformulações.

O que surgiu da pesquisa realizada foi o mapeamento de um conjunto heterogêneo de textos, uma assombrada mas consistente produção literária que demonstra uma presença, apesar da invisibilidade crítica e conseqüente falta de interpretação e reconhecimento.

Propor uma análise da ausência teria sido, portanto, falacioso. De facto, a leitura e a interpretação destas narrativas, pareceram-me relevantes não só pelas suas valências estéticas mas também por oferecerem uma leitura dos processos históricos e sociais que caracterizaram diferentes fluxos migratórios ao longo do tempo.

Neste âmbito, torna-se necessária uma reflexão sobre o sentido do vocábulo “torna-viagem”, tratando-se de uma composição linguística formada pelo verbo *tornar*, que vem do latim *tornare*, der. de *tornus*: “trabalhar no torno/ mover em roda” e que significa, efetivamente, também “voltar/ regressar/ restituir”. E pelo substantivo *viagem*. Poder-se-ia então traduzir o significado desta palavra como “tornar de uma viagem”²³⁷. Mas a origem etimológica do verbo *tornar* assume uma importância acrescentada à do verbo *regressar*, isto é, voltar atrás, bem como à do verbo *voltar*. É de um “mover em roda” que se trata, de uma palavra cuja semântica, contendo a seguir o vocábulo *viagem*, convida a novos movimentos de partida. O “torna-viagem”, portanto, poderá não ter a conotação de um regresso definitivo. Tratar-se-á, então, de um *ir* e *voltar* cíclico e intermitente, presente na língua portuguesa pelo menos desde o século XVI, denominando o regresso

²³⁷ Para mais informações sobre a origem etimológica do termo “torna-viagem” veja-se Viterbo (1993).

das naus da Carreira da Índia. Das naus, mas também das mercadorias e sobretudo das pessoas que viajavam nelas²³⁸.

Este vocábulo inaugura a representação da emigração na literatura portuguesa, com os “brasileiros de torna-viagem” grotescos e ridículos na ficção camiliana que se impõem como um paradigma de representação recalcado, dignificado e reescrito pelos autores da corrente realista-naturalista, mas também por autores do século XX como Miguel Torga ou Aquilino Ribeiro, que ofereceram versões mais humanas do mesmo modelo de representação. Nas reescritas do paradigma camiliano desta personagem, surgem contrapontos significativos. Por um lado, nos contos de Miguel Torga, as características dos “brasileiros” estão presentes nas personagens que ficaram no país. Por outro lado, no caso de Aquilino Ribeiro, o “brasileiro” recusa-se em voltar definitivamente, em *A Mina de Diamantes*, ou, quando assume o retorno, usa a sua experiência para mudar a ordem do mundo em que ele nasceu, em *Quando os Lobos Uivam*.

De resto, Eça de Queirós e Ramalho Ortigão, num momento em que a *Geração de 70* a que pertenciam idealizava uma emigração de Portugal para a Europa, tinham intuído que o escárnio que esta personagem proporcionava, não era outra coisa senão a identificação e a recusa de um estrangeiro que, habitando dentro do próprio ser (*cf.* Kristeva, 1994: 9), poderia contribuir para o diversificar e enriquecer. Voltando à decadência com que Camilo Castelo Branco imortalizou as suas personagens, poder-se-á então afirmar que os autores de *As Farças* tentaram transformar o “brasileiro” da mesma forma que tentaram transformar Portugal (*cf.* Lourenço, 2013c: 96). O processo de “desbrasileirização do brasileiro” pode então ser interpretado como uma inaugural tentativa de afastamento da “miragem imperial” que o Brasil continuava a constituir no

²³⁸ O Historiador e Cronista Diogo de Couto (1542-1616) usa a palavra “torna-viagem”. Um exemplo: na *Década Undécima da Ásia*, no Capítulo XXII: *Da torna-viagem destas mesmas náos pera o Reyno: e da perdição da não Santo Alberto na Terra do Natal*. (Couto, 1788: 97). José Pedro Machado, no *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa* (1984) faz remontar o uso do termo a 1377. As mercadorias de torna-viagem são aquelas que voltam ao lugar de onde partiram, se não vendidas ou não utilizadas durante a viagem por nau. (*cf.* Houaiss, 2002).

imaginário cultural português, enquanto se tornava, entre o final do século XIX e os inícios do século XX, no país que mais recebia imigrantes portugueses, rejeitando, ao mesmo tempo, a presença do antigo colonizador. O testemunho do prefácio de Francisco Gomes de Amorim, com o legado colonial que a sua narrativa de viagem arrasta, mostra esta dualidade e começa a preencher o “espaço mágico de enriquecimento” (cf. Oliveira, 2004: 11) que representava o Brasil, ao contar uma experiência migratória vivida na pele. Estas escritas da emigração, assinalam, portanto, uma mudança importante na maneira como se escrevia e imaginava Portugal, a sua cultura e o seu legado “imperial”, a partir da experiência migratória.

À medida que o império foi perdendo os próprios territórios as representações literárias da emigração também se distanciam e questionam o seu universo simbólico. As escritas começam portanto a desprender-se desta imagem hiperbólica (cf. Lourenço, 2014c: 189), mostrando a falácia do paralelismo entre o “português colonizador” e o “português emigrante” que Eduardo Lourenço tinha apontado por ocasião das reassumidas comemorações do dia 10 de Junho, em 1977 (cf. Lourenço, 2013a: 123).

O protagonista de *A Selva* afasta-se, durante o seu percurso de viagem, das projeções culturais do seu país: pensado a partir do Rio Madeira, Portugal aparece como uma quimera. Ferreira de Castro revoluciona, a partir de dentro, modelos narrativos que fazem parte do património literário da língua em que escreve. Conjuntamente, de um arquipélago rodeado por um “atlântico inexorável” que, segundo Miguel Torga (1955: 119), limitava a possibilidade de o drama do emigrante ser escrito, a caracterização da experiência migratória começa a ganhar contornos mais definidos: a literatura produzida numa periferia do império, isto é, no contexto açoriano, com as suas miragens da América e “instinto de amplidão” (Nemésio, 1975: 37), distancia-se ainda mais da sua projeção mítica, instaurando-se a temática migratória como uma das grandes narrativas insulares e permitindo uma complexificação de personagens migrantes e das suas

experiências. Ao mesmo tempo, emerge também uma literatura desterrada, onde as experiências de exílio de escritores como José Rodrigues Miguéis e Jorge de Sena e Manuel Alegre vão ainda mais fundo ao delinear as impossibilidades de regresso e as incongruências do mito, denunciando as evidências de uma emigração que foge das fronteiras imperiais, ao passo que a emigração para os territórios europeus durante as décadas de 60 e 70 do século passado abarca o surgimento de um conjunto heterogêneo de textos publicados, censurados e autocensurados, que são hoje testemunho de uma memória viva importante na História recente do país.

Sucessivamente, com o regresso de Portugal ao cais, o processo de democratização do país e a sucessiva consolidação da integração europeia, os romances analisados de Olga Gonçalves, Manuel da Silva Ramos, João de Melo e José Luís Peixoto recriam uma pluralidade imensa e esquecida de vozes, resgatam as experiências migratórias novecentistas, propõem outras narrativas e versões de uma História que exige ser questionada e reescrita. Aparecem assim representações que, de torna-viagem, já não são ridículas, grotescas, caricaturadas, nem definitivas, dando espaço a vozes que transmitem uma imagem de Portugal que assume, pensa, questiona e modifica a sua vocação universalista através da experiência migratória, pondo em causa uma integridade cultural estabelecida durante séculos por uma semiperiferia que imagina o centro através da projeção do seu império (*cf.* Ribeiro, 2004: 12).

Por um lado, no caso das narrativas de Olga Gonçalves e de Manuel da Silva Ramos, as experiências migrantes proporcionam um exercício de auscultação do outro dentro de nós mesmos, ou são parodiadas versões estabelecidas da História, através da criação de “metaficções historiográficas” (Hutcheon, 2004).

Por outro lado, no caso dos romances de João de Melo e José Luís Peixoto, são evidenciadas as problemáticas impossibilidades dos regressos, ao passo que a memória da emigração é preenchida com uma pluralidade de experiências de desenraizamento,

através da criação de “fiction of memory” (Neumann, 2008).

Foi aqui esboçado um mapa da percepção e representação literária da emigração portuguesa para, na impossibilidade de decretar uma ausência, oferecer uma interpretação, entre muitas outras que espero venham a surgir de uma consistente e assombrada, produção literária. Trata-se, portanto, de uma recuperação crítica de um conjunto heterogêneo de textos, que, além do seu valor documental, oferece uma análise de como foi e é hoje possível interpretar a representação literária do fenómeno migratório no campo literário português. Existe, portanto, uma literatura produzida em Portugal que poderia ser estudada, na contemporaneidade, como um exemplo de pós-moderna literatura de migração, ou “migration literature” (*cf.* Frank, 2008: 5-9), onde o termo “migração”, na sua valência social e estético-literária, revela os processos oscilatórios e ambivalentes que se manifestam em obras literárias híbridas e desenraizadas, que enfrentam aspectos como o do questionamento de identidades pessoais, nacionais e culturais (*cf.* Frank, 2008: 8).

Num contexto em que a extra-territorialidade da literatura é patente (Steiner, 1972: 11), as escritas das migrações representam, sem dúvida, uma parte preponderante e enriquecedora da literatura contemporânea.

Migration has come to play an increasingly significant role in relation to such basic and social foundations such as politics, economics, geography and culture. However, movement and human restlessness has had a remarkable effect on literature (as a particular cultural production) as well. The appearance of a new kind of writing, called literature of migration is the manifestation of this impact. (Pourjafari e Vahidpour, 2014: 679-680)

A literatura da migração é, de facto, o testemunho de cruzamentos culturais conflituosos, de uma globalização que, como hoje é bem evidente perante os nossos olhos, se realiza também e sobretudo por baixo, de uma “dupla ausência” dos migrantes tacitamente acordada entre os países de origem e os de destino (*cf.* Sayad, 2014: 22), mas que a literatura, em todas as suas vertentes extraterritoriais e ficcionais, torna manifesta.

No contexto português contemporâneo, como vêm apontado diversos estudos de

carácter predominantemente sociológico, a emigração continua como uma persistência, na coexistência entre novos fluxos e movimentos migratórios (*cf.* Marques e Góis, 2014b: 55). Sobretudo a partir dos anos 80, o fenómeno migratório português caracteriza-se “[...] pela modificação do contexto institucional em que se processa, pelo surgimento de novas modalidades migratórias e pelo desenvolvimento de novos destinos.” (Marques e Góis, 2014b: 57). Nos últimos anos, ainda, tem-se verificado uma “[...] alteração do posicionamento de Portugal (de país receptor para país emissor de migrantes) no interior deste sistema migratório, sinal de uma substancial modificação da realidade migratória nacional”, podendo assim “[...] compreender o papel semi-periférico de Portugal no sistema migratório mundial” (Marques e Góis, 2014b: 58), como também demonstra o mais recente relatório realizado pelo Observatório da Emigração (*cf.* Pires *et alii*, 2014).

Será então necessário considerar que a emigração económica não se exauriu com o processo de democratização do país, tendo adquirido características novas e estando hoje inserida no sistema de mobilidade europeia, bem como no designado “sistema migratório lusófono” (*cf.* Marques e Góis, 2014a: 58), no âmbito do qual tem se tornado também um dos centros de recepção de imigrantes, vindos das ex-colónias portuguesas, mas também da Europa do leste.

Neste contexto, será inevitável ainda sublinhar que as novas vagas de emigração contemporâneas – nas quais também pode ser incluído o chamado “brain drain” (*cf.* Pires *et alii*, 2010: 94-95; 100-101; 104-113) – já começaram a ser tema literário ou, de qualquer forma, assunto de interesse para a nova geração de escritores portugueses. A chamada “emigração qualificada”, em aumento desde o começo da crise europeia a partir da segunda metade de 2008, deverá neste contexto ser analisada tendo em conta outros fatores para além do precedentemente assinalado: a mobilidade de trabalho como consequência da europeização do país, bem como os problemas de desenvolvimento do

mesmo²³⁹. Isto é, se, por ocasião das reasumidas comemorações do dia 10 de Junho, Eduardo Lourenço alertava para o paralelismo enganoso que associava a imagem do “português colonizador” à do “português emigrante”, hoje será também necessário considerar o que o filósofo entendia, naquele ensaio escrito em 1977, por “português emigrante”. Nesse caso, ele referia-se à emigração das décadas de 60 e 70, dirigida principalmente para França, e protagonizada pela “[...] população mais pobre, mas também a mais enérgica, das nossas aldeias e vilas.” (2013a: 124).

Os fluxos migratórios traumáticos vividos por esta parte da população constituem uma presença marcante da recente história do país, que ainda não parece estar completamente assumida. Hoje, de facto, é possível reconhecer a coexistência de formas de rasura e silenciamento que continuam a identificar os emigrantes como continuadores da vocação universalista do país (*cf.* Pereira, 2015: 27) mas também, ao mesmo tempo, novas e arriscadas sobreposições simbólicas.

Na contemporaneidade a chamada “emigração de cérebros” convive com fluxos de migração económica quantitativamente superiores à primeira, e já diferentes da emigração económica que aconteceu durante o Estado Novo (*cf.* Marques e Góis, 2014b: 55). Apesar da persistência do fenómeno migratório em todas as suas vertentes, associar o que a história separa, isto é identificar um emigrante de hoje com o emigrante dos anos 60 e 70, pode vir a criar novos paralelismos enganadores ou desviantes. Neste caso, entre as muitas diferenças que é possível encontrar podem apontar-se o processo de democratização do país e o estabelecimento de direitos sociais desconhecidos durante o regime ditatorial, a entrada na União Europeia, a abertura das fronteiras, a mobilidade de trabalho, a facilidade das deslocações e das comunicações, o nível de educação dos

²³⁹ Neste âmbito vejam-se estes dois projetos, em fase de realização: “Brain Drain and Academic Mobility from Portugal to Europe” – BRADRAMO (PTDC/IVC-PEC/5049/2012) <http://www.bradramo.pt> (consultado a 25 de Maio de 2015); “REMIGR - Regresso ao futuro: a nova emigração e a relação com a sociedade portuguesa”. http://www.ces.uc.pt/projectos/?prj=8128&id_lingua=1 (consultado a 25 de Maio de 2015).

migrantes.

Num artigo publicado na edição portuguesa de *Le Monde Diplomatique*, o historiador Victor Pereira, sublinhava como, em Portugal, continua ainda a falar-se pelos emigrantes:

No caso das mobilidades, e mais particularmente da emigração, são principalmente as elites políticas e/ou intelectuais do país que produziram discursos sobre as causas e consequências destas deslocações e deram sentido às vivências daqueles que deixavam o país. Raros são os discursos dos próprios emigrantes sobre os motivos das suas partidas, sobre o sentido das suas mobilidades, sobre as relações que tecem com Portugal. Fala-se dos emigrantes, fala-se por eles. Por vezes, os indivíduos que vivem no estrangeiro e partilham a mesma nacionalidade mas não a mesma posição social, distinguem-se deles usando outras palavras para se definirem (expatriados, exilados, deslocados, refugiados, etc.). (Pereira, 2015: 23)

A emigração económica do século passado e o seu legado parece ainda estar em parte relegada a um papel marginal e, por vezes, inadequadamente associado a alguns aspectos dos fluxos que caracterizam a contemporaneidade. Os discursos sobre este fenómeno continuam, portanto, a ser em parte silenciados porque, precisamente, remetem ao subdesenvolvimento do país, não podendo assim espelhar a sua vocação universalista.

Com o aumento das saídas do país desde a crise de 2009, os discursos sobre as mobilidades conservam um cunho muito classista que ocultam parte dos processos sociais. Nos anos 1980, 1990 e 2000, os portugueses não deixaram de emigrar. [...] Porém as elites políticas e mediáticas preferiam não falar desta temática que remetia para o subdesenvolvimento do país. Estas elites queriam, pelo contrário, realçar o desenvolvimento rápido de Portugal. Assim, as atenções dirigiram-se sobretudo para os imigrantes símbolo da modernidade supostamente alcançada. Desde 2009, o discurso mediático dominante sobre emigração dos «jovens diplomados», da «geração mais qualificada de sempre» esconde que a maioria dos que vai procura trabalho no estrangeiro é constituída por trabalhadores pouco qualificados. [...] Uma realidade que programas televisivos como «Portugueses no mundo» bem se empenham em ocultar [...] (Pereira, 2015: 31, 32)

Passadas pouco mais de quatro décadas do advento democrático e quase três décadas da entrada do país na União Europeia, a percepção da abertura das fronteiras deste território em reformulação é naturalmente assombrada pela memória de uma história recente que viu mais de um milhão e meio de portugueses ultrapassarem literalmente as fronteiras em condições difíceis, e por uma situação atual em que é

evidente, mas não completamente assumida, a coexistência de fluxos de pessoas de diferentes estratos sociais. A este propósito, leia-se este trecho do recente livro de Isabel Fidalgo Mateus sobre a emigração qualificada para Inglaterra.

Na década de 2000, os licenciados sem expectativas de ingresso no sistema educativo português tentam o chamariz das vagas no estrangeiro. O apelo da campanha publicitária nos *media* do Reino Unido *Use Your Head, Teach* vem revelar que há menos professores neste país do que em Portugal. Aqui querem-nos. (Mateus, 2013: 40-41)²⁴⁰

Ou leia-se, ainda, o discurso de Alexandra Lucas Coelho, publicado no jornal *Público*, aquando da atribuição do prémio da Associação Portuguesa de Escritores ao seu romance *E a Noite Roda* (2013).

O meu país não é do orgulhosamente só. Não sei o que seja amar a pátria. Sei que amar Portugal é voltar do mundo e descer ao Alentejo, com o prazer de poder estar ali porque se quer. Amar Portugal é estar em Portugal porque se quer. Poder estar em Portugal apesar de o Governo nos mandar embora. Contrariar quem nos manda embora como se fosse senhor da casa. [...] Eu estava no Brasil, para onde ninguém me tinha mandado, quando um membro do [...] Governo disse aquela coisa escandalosa, pois que os professores emigrassem. Ir para o mundo por nossa vontade é tão essencial como não ir para o mundo porque não temos alternativa. Este país é de todos esses, os que partem porque querem, os que partem porque aqui se sentem a morrer, e levam um país melhor com eles, forte, bonito, inventivo. Conheci-os, estão lá no Rio de Janeiro, a fazerem mais pela imagem de Portugal, mais pela relação Portugal-Brasil do que qualquer discurso oco dos políticos que neste momento nos governam. Contra o cliché do português, o português do inho e do ito, o Portugal do apoucamento. Estão lá, revirando a história do avesso, contra todo o mal que ela deixou, desde a colonização, da escravatura. (Coelho, 2014)

A emigração dos anos 60 e 70 foi um fenómeno marcante, tão marcante que ainda tem influência na sociedade e na literatura portuguesa atual, deixando sobras e rastros que são reativados e transportados para o contexto contemporâneo e que, portanto, exigem ser questionados e analisados. Veja-se como às evocações historicamente assombradas dos dois exemplos apenas referidos respondem outros textos em que o país é pensado na sua atual projeção europeia. A este propósito, Manuel da Silva Ramos teceu uma consideração que acho pertinente referir:

Desde que publiquei o meu livro em 2010 (e agora assiste-se a isso de uma maneira premente) houve uma viragem em relação ao facto de como os

²⁴⁰ Da mesma autora veja-se o livro *A Terra do Chiculate* (2011).

portugueses vêm a emigração. Até 2010, e sem a crise, os portugueses viam os emigrantes como coitadinhos, como gente de baixa escala, tinham até uma maneira pejorativa para os designar. Havia até um certo racismo. Agora, com a crise, os portugueses começaram a olhar para a emigração de maneira diferente e isto vê-se principalmente desde 2012, com o facto de haver um novo tipo de emigrantes: licenciados, enfermeiros, médicos, enfim, pessoas especializadas, contrariamente à emigração habitual, que era iletrada e com profissões mais primárias, tais como pedreiros, canalizadores etc. Os portugueses, devido ao facto de terem muitos filhos que fizeram estudos cá dentro e agora partem, reagem de outra maneira. Já não se riem ou subvalorizam os emigrantes.

Agora a emigração pode calhar a cada um.

São sentimentalmente paternalistas, compreensivos, e põem os novos emigrantes ao mesmo nível do que eles pois, naturalmente, de um instante para outro, podem ser eles os futuros emigrantes. Por isso esta mudança de atitude recente é uma das características mais fundamentais para a compreensão do fenómeno²⁴¹.

O romance *Livro*, de José Luís Peixoto, por exemplo, assume a herança migratória do século passado como um modelo enriquecedor de cosmopolitismo e reelabora a memória do que aconteceu a partir da perspectiva da segunda geração. José Luís Peixoto nasceu em 1974, não viveu durante o período ditatorial, nem viu a Revolução de Abril. Carrega, contudo, esse legado e a sua tentativa de escrever um romance de migração pode ser interpretada como um trabalho sobre a memória feito através da escrita literária. A memória transmitida no romance deste escritor, porém, não tem uma moral, mas constrói-se através de palavras em interação (“sugerido pelo significado das palavras.” (Peixoto, 2010: 235)), instituindo uma relação dialógica entre presente e passado. Como o escritor disse numa entrevista para um jornal espanhol, não é fácil escrever uma história cujos protagonistas ainda estão vivos (*cf.* Fanjul, 2011). Porém, é possível e, antes de mais, necessário.

Outros exemplos desta reformulação da experiência migratória passada, que se reflete e continua na contemporaneidade é o festival “Parfums de Lisbonne” da companhia “Cá e Lá” (compagnie de théâtre bilingue français – portugais) em que o emigrante português é legitimado como sujeito histórico e não relegado a ocupar o seu

²⁴¹ Manuel da Silva Ramos em entrevista à autora a 25 de Fevereiro de 2013.

lugar numa “gaiola dourada”, glosando o título do recente filme de Ruben Alves²⁴². Ou, ainda no contexto francês, as atividades da associação “Mémoire Vive / Memória Viva” (2003) e documentários como *A Fotografia Rasgada* de José Vieira (2001), entre outros.

Il s’agit tout autant de lutter contre la représentation de l’immigré portugais «invisible» mais «intégré» et de témoigner, dans la société française, que l’histoire de l’immigration portugaise n’est pas «une histoire sans histoires» (Santos, 2012: 214-215)

Veja-se ainda a reação de Nuno Costa Santos sobre a questão migratória atual, em que o autor recusa a situação de subdesenvolvimento do país. “Decidi: eu não quero mais viver aqui. Vou emigrar para o meu país” (Santos, 2014: 20), escreve, anunciando não uma partida individual ou introspectiva, mas solicitando uma partida coletiva para um algures diferente.

Cansei-me de habitar num país onde os primeiros-ministros mandam passear quem merecia ficar a viver na sua casa, onde o desgraçadismo faz escola em grande escala – do café ao jornal de grande circulação – e onde os demónios são sempre outros. Quero, sim, quero deixar uma terra viciada na palavrinha ‘eles’ e trocá-la por outra que usa um bocadinho mais o termo ‘nós’. Isso: que se responsabiliza pelos seus gestos, da governação à gestão do condomínio, da motoreta ao voto. (Santos, 2014: 19-20)

Em tempo de crise social, económica e política, é necessário pensar criticamente as transformações do espaço europeu e dos seus constructos identitários. Penso que neste âmbito o papel da literatura e das suas representações das experiências migratórias torna-se fundamental (*cf.* Fortunati e Lamberti, 2008: 130).

Hoje é sobretudo a arte que tematiza a crise da memória e encontra novas formas para a dinâmica da recordação e do esquecimento culturais. (Assmann, 2011: 26)

Dos países europeus que passaram por múltiplas experiências migratórias, as revisitações das suas histórias e memórias, criam vozes plurais e cosmopolitas que podem ajudar a perceber melhor o lugar da constelação de países que compõem a Europa no contexto contemporâneo, numa dialética em que a responsabilidade de lembrar dialoga com a necessidade de esquecer.

²⁴² Refiro-me ao filme *La cage dorée/ A Gaiola Dourada* (2013).

For each country there are [...] historical events which have played a fundamental role in the shaping of national identity and that are collectively remembered and celebrated. On the other hand, for each nation there are historical events which, due to political and ideological reasons, continue to constitute a sort of national emotional burden, a real trauma which consciously or unconsciously, is too often “removed” and “forgotten”. (Fortunati e Lamberti, 2008: 132)

Portugal é hoje um país europeu, não só ao mesmo tempo ferido e enriquecido pelas experiências migratórias passadas e contemporâneas, como também pela imigração que recebe. Entre a recuperação e as reformulações de memórias culturais passadas e as continuidades do presente, a literatura da segunda e terceira geração, isto é, a dos filhos de emigrantes, mas também de quem, no agora, emigra, traçam caminhos diferentes, que questionam e transcendem a essência do sentido tradicional de portugalidade.

O que têm para nos contar os grupos que são portadores destas memórias de desenraizamento? O que têm para nos contar as suas famílias, as memórias daqueles que não experienciaram diretamente a emigração, mas cresceram ouvindo as suas histórias? O que tem para nos contar quem vive hoje a experiência migratória?

Europeans still know little about their national migration histories, and even less about those of their neighbours; yet many have heard stories from older members of their family that call to mind the experience of migration. If this strand of individual memory could be woven into a historical background, it could become a European narrative; today, scholarly historical research on migration can provide that background. (Sturm-Martin, 2012: 3)

Em Bremerhaven, a Bremerhaven para onde emigraram as personagens do romance de Olga Gonçalves, existe, desde 2005, o “Museu da Emigração Alemã”, assim como em Paris, existe o “Museu da História da Imigração”, em Itália o “Museu Nacional da Emigração Italiana” ou, em Portugal o “Espaço Memória e Fronteira”. Entre outros exemplos que seria possível referir (*cf.* Sturm-Martin, 2012: 1-6), serão estas tentativas de atribuir a relevância devida a uma parte da história que ainda carece de divulgação e que poderia ser um elemento aglutinador de uma identidade europeia em constante e necessária reformulação?²⁴³

²⁴³ A este propósito veja-se a tese de Irène dos Santos (2010), sobre a institucionalização da memória da

No contexto português contemporâneo, entre as reevocações e revisitações “lusotropicalistas” (cf. Pereira, 2015: 23-32) ou historicamente assombradas das experiências migratórias passadas e presentes, a persistência do fenómeno, com as suas continuidades e diversidades, gera também formas de sublimações de perdas que trazem consigo algo de novo.

Se talvez seja verdade que é impossível escrever sobre aquilo que não se conhece, também será verdade que para nos conhecermos melhor é necessário saber do passado, compreendendo o presente através dele (cf. Agamben, 2009: 71) . Um presente onde, no caso português, a emigração continua a ser vivida por aqueles que partiram ainda durante a ditadura e por novas gerações. Por outras palavras, um presente onde a emigração é memória viva.

Os romances contemporâneos analisados transmitem uma mensagem clara e convidam a uma revisitação da história e a uma reescrita das memórias destas experiências. Nota-se, portanto, uma presença humana decisiva sobre o corpo do mito, parafraseando a expressão de Miguel Torga.

Como pensar a emigração portuguesa hoje e que representações da emigração se poderão imaginar, encontrar e, porventura, estudar a partir daqui?

Bibliografia

Bibliografia Ativa

Obras Literárias Principais

- Almeida, Fialho de (1983), *Contos*. Mem Martins: Europa-América.
- (2008), *O País das Uvas*. Lisboa: Frenesi [conforme a 1ª ed].
- Amorim, Francisco Gomes de (1874), *Cantos Matutinos*. Porto: Livraria Chardron, 3ª ed.
- (1889), “Carta de 1 de Março de 1889”. in Carvalho, Costa (2000), *Aprendiz de Selvagem. O Brasil na Vida e na Obra de Francisco Gomes de Amorim*. Porto: Companhia das Letras, 389-391.
- Braga, Mário (1996), *Serranos*. Lisboa: Editorial Escritor, 7ª ed.
- Castelo Branco, Camilo (1986), *O que Fazem as Mulheres*. Lisboa: Amigos do Livro.
- (1879), *Sentimentalismo e História*. Porto/Braga: Livraria Chardron, 2ª ed.
- (1928), *Serões de São Miguel de Seide*. Porto: Livraria Chardron.
- Castro, Ferreira de (1946), *Emigrantes*. Lisboa: Guimarães Editores, 7ª ed.
- (1999), *A Selva*. Lisboa: Guimarães Editores, 39ª ed.
- Clímaco, Nita (1967), *A Salto*. Lisboa/Paris: Edição da Autora, 1ª ed.
- Coelho, Trindade (s./d.), *Os meus Amores*. Mem Martins: Europa-América.
- Dinis, Júlio (2009), *A Morgadinha dos Canaviais*. Porto: Porto Editora.
- Gonçalves, Olga (1978), *Este Verão o Emigrante Lá-Bas*. Lisboa: Moraes, 1ª ed.
- (1975), *A Floresta em Bremerhaven*. Lisboa: Seara Nova, 1ª ed.
- Madureira, Fernando (1972), *Acidente Ocidental*. Lisboa: Psicoforma, 1ª ed.
- Magalhães, Luís de (1980), *O Brasileiro Soares*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Melo, João de (2002), *Gente Feliz com Lágrimas*. Barcelona: Coleção Mil Folhas.
- Miguéis, José Rodrigues (1984), *Gente de Terceira Classe*. Lisboa: Editorial Estampa, 3ª ed.
- Monteiro, Waldemar (1969), *As Histórias Dramáticas da Emigração*. Lisboa: Prelo, 1ª ed.

- Ortigão, Ramalho (1872a), “O Cortiço”. *As Farpas*. [Dezembro de 1872] Lisboa: Typographia Universal, 24-38.
- (1874b), “Sua Excelência a Nossa Gloria Nacional Sr. Alexandre Herculano”. *As Farpas*. [Janeiro a Fevereiro de 1874] XXI. Lisboa: Typographia Universal, 82-96.
- Peixoto, José Luís (2010), *Livro*. Lisboa: Quetzal, 1ª ed.
- Queirós, José Maria Eça de (1980a), *Uma Campanha Alegre*. Porto: Lello & Irmão.
- (1980b), “Carta Prefácio” in Magalhães, Luís de, *O Brasileiro Soares*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 15-21.
- ; Ortigão, Ramalho (1872a), “O Brasileiro”. *As Farpas*. [Fevereiro de 1872] Lisboa: Typographia Universal: 83-96.
- (1872b), “Fastos da Peregrinação de sua Majestade o Imperador do Brasil por Estes Reinos”. *As Farpas*. [Fevereiro de 1872] Lisboa: Typographia Universal, 3-76.
- Ramos, Manuel da Silva (2010), *Três Vidas ao Espelbo*. Lisboa: Dom Quixote, 1ª ed.
- Ribeiro, Aquilino (2005), *Malhadinhas*. Lisboa: Bertrand, 3ª ed.
- (2014), *Quando os Lobos Uivam*. Lisboa: Edições Documentos.
- Sena, Jorge de (2011a), *América, América*. Lisboa: Guimarães Editores.
- Torga, Miguel (2012a), *Contos da Montanha*. Alfragide: Leya.
- (1952), *A Criação do Mundo (Os Dois Primeiros Dias)*. Coimbra: Coimbra Editora, 3ª ed.
- (1955), *Traço de União*. Coimbra: Coimbra Editora, 2ª ed.

Obras Literárias Secundárias

- Aguiar, Cristóvão de (1979), *Vindima de Fogo*. Coimbra: Centelha, 1ª ed.
- Alegre, Manuel (2009), *Poesia*. I. Lisboa: Dom Quixote.
- Almeida, Fialho de (1911), *Os Gatos*. Lisboa: Liv. Clássica Editora, 2ª ed.
- Almeida, Onésimo Teotónio (1987a), *L(usa)lândia: A Décima Ilha*. Angra do Heroísmo: Dir. Serviços de Emigração.
- (1983), *Sapateia Americana*. Lisboa: Vega.
- (1975), *Da Vida Quotidiana na L(USA)lândia*. Coimbra: Atlântida Editora, 1ª ed.
- Amorim, Francisco Gomes de (1870), *Aleijões Sociais*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- (1845), “Cartas a Almeida Garrett”. in Carvalho, Costa (2000), *Aprendiz de Selvagem*. O

- Brasil na Vida e na Obra de Francisco Gomes de Amorim*. Porto: Companhia das Letras, 229-234.
- (1874), *O Cedro Vermelho*. Lisboa: Imprensa Nacional.
 - (1887), “Dados de Família e Lembranças acerca de meus Filhos”. in Carvalho, Costa (2000), *Aprendiz de Selvagem. O Brasil na Vida e na Obra de Francisco Gomes de Amorim*. Porto: Companhia das Letras, 191-196.
 - (2010), *As Duas Fiandeiras*. Póvoa de Varzim: Edição da Câmara Municipal.
 - (1876), *Frutos de Vário Sabor*. Lisboa: Imprensa Nacional. in Carvalho, Costa (2000), *Aprendiz de Selvagem. O Brasil na Vida e na Obra de Francisco Gomes de Amorim*. Porto: Companhia das Letras: 166.
 - (1869), *Ódio de Raça*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1ª ed.
 - (1875), *Os Selvagens*. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & Co, 1ª ed.
- Andrade, Irene Lucília (1993), *Angélica e a sua Espécie*. Ponta Delgada: Publicações Eurosigno, 1ª ed.
- *A Fonte*. in Santos, Thierry Proença dos (org.) (1997), *Narrativas Contemporâneas da Madeira*. (ed. bilingue) – Funchal [tradução de Isabel B. dos Santos, João Paulo Tavares & Thierry Proença dos Santos].
- Assumpção, João Carlos Beckert d’ (1956), *Emigração*. Coleção Educativa. Série H (2). Campanha Nacional de Educação de Adultos, 1ª ed.
- Besse, Maria Graciete e Conde, Diogo (1995), *Entre o País e o Longe*. Lisboa: Editorial O Escritor, 1ª ed.
- Bragança, Nuno (2009), *Obra Completa*. Lisboa: Dom Quixote, 1ª ed.
- Bulger, Laura (1986), *Vaiém*. Lisboa: Vega, 1ª ed.
- Campinas, António Vicente (1986), *Fronteiriços*. Tomar: Nova Realidade, 2ª ed. revista.
- (1980), *Três Dias de Inferno. Uma História da Emigração*. Vila Real: Jornal do Algarve.
- Carvalho, Rentes de (2012), *O Rebate*. Lisboa: Quetzal, 2ª ed.
- Castelo Branco, Camilo (1973), *Anos de Prosa*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira.
- (2001), *A Brasileira de Prazins: Cenas do Minho*. Porto: Caixotim.
 - (1984), *Os Brilhantes do Brasileiro*. Lisboa: Círculo de Leitores.
 - (1983), *Coração, Cabeça e Estômago*. Lisboa: Círculo de Leitores.
 - (2012), *O Esqueleto*. Lisboa: Edições Vercial.

- (2006), *Estrelas Propícias*. Porto: Caixotim.
- (1984), *Eusébio Macário. A Corja*. Lisboa: Amigos do Livro
- (1863), *Mil por Um. Gazeta de Portugal*, 13 e 14 de Janeiro.
- (1989), *A Neta do Arcediago*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- (2009), *Novelas do Minho*. Lisboa: Bertrand.
- (1862), *Poesia e Dinheiro*. Porto: Cruz Coutinho Editor.
- (1981), *Vingança*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Castro, Ferreira de (1916), *Criminoso por Ambição*. Belém do Pará: Typ. F. Lopes, 1ª ed.
- (1966), *Emigrantes*. Lisboa: Portugália Editora, edição comemorativa.
- (1974), *Os Fragmentos*. Lisboa: Guimarães Editores, 2ª ed.
- (1968), *Instinto Supremo*. Lisboa: Guimarães Editores, 1ª ed.
- (1990), *Terra Fria*. Lisboa: Guimarães Editores, 13ª ed.
- Correia, João de Araújo (1974), *Pó Levantado*. Régua: Imprensa do Douro Editora.
- (1985), *Terra Ingrata*. Lisboa: Estampa.
- Dangerine, Manuela (1997), *A dívida e o riso*. Lisboa: Difel.
- Dinis, Júlio (1986), *Uma Família Inglesa*. Porto: Civilização.
- (1992), *Serões da Província*. Porto: Porto Editora.
- Elísio, Filinto (1837), *Obras de Filinto Elísio*. VIII. Lisboa: Typ. Rollandiana.
- Esperança, Assis (1973), *Obras Completas de Assis Esperança*. Porto: Editorial Inova, 1ª ed.
- Faria, Rosa Lobato de (1999), *O Prenúncio das Águas*. Porto: Asa Editores.
- Fernandes, Ferreira (1991), *Os Primos da América*. Lisboa: Relógio d'Água, 1ª ed.
- Figueiredo, Maria do Pilar (1974), *Horizontes de Bruma*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 1ª ed.
- (1971), *O Vento e as Raízes*. Lisboa: Edições Panorama, 1ª ed.
- França, João (s./d.), *O Emigrante*. Lisboa: Agência Portuguesa de Revistas.
- (2005), *Uma Família Madeirense*. Santa Cruz: Câmara Municipal de Santa Cruz.

- Garção, Correia (1778), *Obras Poéticas*. Lisboa: Regia Officina Typografica.
- Garcia, José Martins (1989), *Contrabando Original*. Lisboa: Vega, 1ª ed.
- (1982), *Imitação da Morte*. Lisboa: Moraes, 1ª ed.
- Geraldo, Manuel (1972), *Emigrados e Ofendidos*. Lisboa: Prelo, 1ª ed.
- Gonçalves, Olga (1992), *Eis uma História*. Lisboa: Caminho, 1ª ed.
- (1989), *Ora Esguardae*. Lisboa: Caminho, 3ª ed.
- Gouveia, Horácio Bento de (1960), *Ilhéus*. Coimbra: Coimbra Editora, 1ª ed.
- (1979), *Torna-Viagem*. Coimbra: Coimbra Editora, 1ª ed.
- Guerra, Rodrigo (1980), *A Americana*. Angra do Heroísmo: Direção Regional dos Assuntos Culturais, 2ª ed.
- Helder, Herberto (2006), *Os Passos em Volta*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Homem, Maria Aurora Carvalho (1992), *A Santa do Calbau*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Jardim, Ricardo (1946), *Saias de Balão*. Funchal: Câmara Municipal do Funchal, 1ª ed.
- Jorge, Lídia (2008), *O Vale da Paixão*. Alfragide: Leya, 6ª ed.
- Lagoeiro, Joaquim (2003), *Desconstrução*. Lisboa: Livraria Ler, 1ª ed.
- (1968), *Madre Antiga*. Lisboa: Editorial Minerva, 1ª ed.
- (1972), *Milagre em São Bartolomeu*. Lisboa: Editorial Minerva, 1ª ed.
- (1967), *Viúvas de Vivos*. Lisboa: Editorial Minerva, 2ª ed.
- Leal, José da Silva Mendes (1857), *O Tio André que Veio do Brasil: Comédia em Três Actos*. Lisboa: Livraria Viúva Marques & Filha, 1ª ed.
- Lehning, Maria João (2003), *D'Acordo*. Lisboa: Presença, 1ª ed.
- (1998), *Travessa da Memória*. Lisboa: Dom Quixote, 1ª ed.
- Luz, Dinis da (1951), *Destinos no Mar*. Lisboa: Portugália Editora, 1ª ed.
- Machado, Álvaro Manuel (1978), *Exílio*. Lisboa: Moraes.
- Magalhães, Júlio (2010), *Longe do meu Coração*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 1ª ed.
- Marques, Helena (1993), *O Último Cais*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

- Mateus, Isabel Maria Fidalgo (2013), *A Terra da Rainha*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1ª ed.
- (2011), *A Terra do Chiculate*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1ª ed.
- Melo, Dias de (1964), *Pedras Negras*. Lisboa: Portugália Editora, 1ª ed.
- Melo, João de (2003), *As Coisas da Alma*. Lisboa: Dom Quixote, 1ª ed.
- Miguéis, José Rodrigues (1989), *Uma Aventura Inquietante*. Lisboa: Editorial Estampa.
- (1989), *Um Homem Sorri à Morte com Meia Cara*. Lisboa: Editorial Estampa, 4ª ed.
- Monteiro, Waldemar (1974), *Les Emigrés Portugais Parlent: Faits Divers de l'Émigration Portugaise*. Paris: Casterman [tradução de António Tavares Teles].
- Nemésio, Vitorino (1975), *Açores – Actualidade e Destinos*. Angra do Heroísmo: Edições Atlântida.
- (2004), *Mau Tempo no Canal*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Nery, Julia (1984), *Pouca Terra... Poncá Terra*. Lisboa: Rolim, 1ª ed.
- Neto, Florêncio (1975), *Os Dramas da Emigração Clandestina*. Coimbra: Atlântida, 1ª ed.
- Neves, Armando (1940), *Emigrantes: um Acto em Verso*. Lisboa: Secretariado de Propaganda Nacional, 1ª ed.
- Oliveira, Álamo (1999), *Já não Gosto de Chocolates*. Lisboa: Salamandra, 1ª ed.
- Oliveira, Carlos de (2004a), *O Aprendiz de Feiticeiro*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- (2004b), *Casa na Duna*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Oliveira, David C. A. (1947), *Notícias de Portugal*. Lisboa: M. J. Santos Carvalho.
- O'Neill, Alexandre (2004), *Coração Acordeão*. Lisboa: O Independente.
- Ortigão, Ramalho (1874a), “A Questão do Pará”. *As Farpas*. [Novembro a Dezembro de 1974] XXIV. Lisboa: Typographia Universal, 61-75.
- (1872b), “Os Terrenos do Alentejo. Explicações”. *As Farpas*. [Janeiro de 1872] Lisboa: Typographia Universal, 78-85.
- Paço d'Arcos, Joaquim (1936), *Diário dum Emigrante*. Lisboa: s./n., 1ª ed.
- Pires, José Cardos (2002), *O Delfim*. Lisboa: Dom Quixote, 20ª ed.
- Queirós, José Maria Eça de (2013), *O Crime de Padre Amaro*. Porto. Porto Editora.
- (2009), *Os Maias*. Lisboa: Bertrand.

- (1991), *O Primo Basílio*. Porto: Porto Editora.
- ; Ortigão, Ramalho (1872c), “O Governo e a Emigração”. *As Farpas*. [Dezembro de 1871] Lisboa: Typographia Universal, 72-84.
- Ramos, Manuel da Silva (1996), *Os Três Seios de Novélia*. Lisboa: Fenda.
- ; Alfice (1996), *Beijinhos*. Lisboa: Fenda, 1ª ed.
- Redol, Alves (1972), *Obras Completas de Alves Redol. Teatro III: Fronteira Fechada*. Mem Martins: Europa-América.
- Reis, Jorge (1990), *A Memória Resguardada*. Lisboa: Escritor.
- Ribeiro, Aquilino (1985), *Casa do Escorpião*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Ribeiro, F. G. Cassola (1986), *Sinais Exteriores de Riqueza*. Lisboa: Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, 1ª ed.
- Rocha, Nuno (1965), *França, a Emigração Dolorosa*. Lisboa: Editora Ulisseia.
- Rosa, Francisco Nunes da (1978), *Gente das Ilhas*. Angra do Heroísmo: Edição do Instituto Açoriano de Cultura. 2ª ed.
- (1988), *Pastorais do Mosteiro*. Angra do Heroísmo: Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 2ª ed.
- Rosa, José David (1983), *Retrato do Artista quando Jovem Cão Emigrante*. Baden: Editora Peregrinação, 2ª ed.
- Sá, Daniel de (1995), *Crónica do Despovoamento das Ilhas (e Outras Cartas de El-Rei)*. Lisboa: Salamandra, 1ª ed.
- (1992), *Ilha Grande Fechada*. Lisboa: Salamandra, 1ª ed.
- Sá de Albergaria (s./d.), *O Brasileiro Pancrácio*. Lisboa: Liv. Popular de Francisco Franco.
- Santos, Nuno Costa (2014), *Vou Emigrar para o meu País*. Lisboa: Escritório Editora, 1ª ed.
- Sena, Jorge de (2013), *Poesia*. Lisboa: Guimarães Editores.
- (2011b), *Rever Portugal*. Lisboa: Guimarães Editores.
- Silva, António José da (1957), *Guerras do Alecrim e da Manjerona*. in Silva, António José da, *Obras Completas*. III. Lisboa: Livraria Sá da Costa.
- Terra, Florêncio (1981), *Contos e Narrativas*. New Bedford: Promotora Portuguesa, 1ª ed.
- Tiago, Manuel (1975), *Cinco Dias, Cinco Noites*. Lisboa: Avante, 1ª ed.

Torga, Miguel (2012b), *Novos Contos da Montanha*. Alfragide: Leya.

– (2003), *O Senhor Ventura*. Porto: Público Comunicação Social.

Vieira, Armando Pinto (1939), *Brasil*. Lisboa: Gráfica Sociedade História.

Outras Obras Literárias Referidas

Andresen, Sophia de Mello Breyner (2004), *Ilhas*. Lisboa: Caminho.

Antonil, André João (1976), *Cultura e Opulência no Brasil por suas Drogas e Minas*. São Paulo: Melhoramento, conforme a edição de 1711.

Antunes, António Lobo (2000), *Os Cus de Judas*. Lisboa: Dom Quixote, 20^a ed.

Assis, Machado de (1997), *Memórias Póstumas de Brás Cuba*. Lisboa: Livraria Universitária.

Azevedo, Aluísio de (1990), *O Cortiço*. São Paulo: Editora Ática.

Bessa Luís, Augustina (1998), *A Sibila*. Lisboa: Guimarães Editores.

Breton, André (1996), *Manifestos do Surrealismo*. Lisboa: Salamandra, 4^a ed [tradução de Pedro Tamen].

Brito, Bernardo Gomes de (1982), *História Trágico-Marítima*. Mem Martins: Europa-América.

Camões, Luís de (2006), *Os Lusíadas*. Porto: Figueirinhas.

– (1994), *Rimas*. Coimbra: Almedina.

Camus, Albert (2012), *O Estrangeiro*. Lisboa: Livros do Brasil [tradução de António Quadros].

Castro, Rosália de (1880), *Follas Novas*. Madrid/Habana: La Propaganda Literaria, 1^a ed.

Coelho, Alexandra Lucas (2013), *E a Noite Roda*. Lisboa: Tinta da China, 1^a ed.

Costa, Maria Velho da (1969), *Maina Mendes*. Lisboa: Moraes.

Couto, Diogo de (1980), *O Soldado Prático*. Lisboa: Sá da Costa.

– (1788), *Década Undécima da Ásia*. Lisboa: Regia Officina Typografica.

De Amicis, Edmondo (2001), *Cuore*. Torino: Einaudi.

– (1882), *Poesie*. Milano: Treves, 1^a ed.

– (2009), *Sull'Oceano*. Milano: Garzanti.

Faria, Almeida (1985), *Rumor Branco*. Lisboa: Difel.

- Ferreira, Vergílio (1996), *Aparição*. Venda Nova: Bertrand.
- Garrett, Almeida (1904), *Diário da Minha Viagem a Inglaterra*. in Garrett, Almeida, *Obras Completas*. II. Lisboa: Empreza da História de Portugal.
- (1871), *Helena. Fragmento de um Romance Inédito*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- (1956), *Komuraby*. Rio de Janeiro: Revista do Livro.
- (2001), *Viagens na Minha Terra*. Lisboa: Guimarães Editores.
- Gersão, Teolinda (1985), *Paisagem com Mulher e Mar ao Fundo*. Lisboa: Edições O Jornal.
- Gombrowicz, Witold (1989), *Diary*. II. Evanston. Illinois: Northwestern University Press, first published in France in 1962 under the title: *Dziennik 1957-61*.
- Gomes, Luísa Costa (1988), *O Pequeno Mundo*. Lisboa: Quetzal.
- Gonçalves, Olga (1988), *Armandina e Luciano, o traficante de Canários*. Lisboa: Caminho.
- (1985), *Rudolfo*. Lisboa: Rolim.
- (1992), *Sara*. Lisboa: Caminho.
- Herculano, Alexandre (1883), *De Jersey á Gramville*. Madrid: Imprenta de Fortanet.
- Kazan, Elia (1964), *America America*. New York: Popular Library.
- Kerouac, Jack (1963), *Pela Estrada Fora*. Lisboa: Ulisseia [tradução de Henrique Santos Carvalho].
- Melo, João de (2009), *A Divina Miséria*. Lisboa: Dom Quixote, 1ª ed.
- (2000), *O Homem Suspenso*. Lisboa: Edições Planeta DeAgostini.
- (1987), *O meu Mundo não é deste Reino*. Lisboa: Dom Quixote.
- Miguéis, José Rodrigues (1997), *Léah*. Lisboa: Editorial Estampa.
- (2001), *Nikalai! Nikalai!*. Lisboa: Editorial Estampa.
- (2002), *Paços Confusos*. Lisboa: Editorial Estampa, 3ª ed.
- Nobre, António (2010), *Só*. Porto: Porto Editora.
- O'Neill, Alexandre (2009), *Anos 70. Poemas Dispersos*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2ª ed.
- (2012), *Poesias Completas*. Lisboa: Assírio & Alvim, 6ª ed.
- Peixoto, José Luís (2001), *Morreste-me*. Lisboa: Temas e Debates, 2ª ed.

- (2000), *Nenhum Olhar*. Lisboa: Temas e Debates, 1ª ed.
- Pessoa, Fernando (1978), *Sobre Portugal – Introdução ao Problema Nacional*. Lisboa: Ática.
- Pinto, Fernão Mendes (1983), *Peregrinação*. Mem-Martins: Europa-América.
- Queirós, José Maria Eça de (1983), *A Correspondência de Fradique Mendes*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- (2001), *A Ilustre Casa Ramires*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- (1988), “A Literatura Nova ou o Realismo como Nova Expressão da Arte. Casino Lisbonense, 12 de Junho de 1871”. in Campos Matos, A. (org.) (1988), *Dicionário de Eça de Queirós*. Lisboa: Caminho, 262.
- Quental, Antero de (2001), *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*. Lisboa: Ulmeiro.
- Ramos, Manuel da Silva (2006), *Ambulância*. Lisboa: D. Quixote, 1ª ed.
- (2003), *Café Montalto: uma Factoficção*. Coimbra: Alma Azul, 1ª ed.
- (2007), *A Ponte Submersa*. Lisboa: D. Quixote, 1ª ed.
- (2000), *Viagem com Branco no Bolso*. Lisboa: Fenda, 1ª ed.
- ; Alfaca (1977), *Os Lusíadas*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1ª ed.
- (1996), *As Noites Brancas do Papa Negro*. Lisboa: Fenda, 1996, 2ª ed.
- Redol, Alves (1989), *Gaibéus*. Lisboa: Caminho.
- Resende, Garcia de (1917), *Miscelânea e Variedade de Histórias, Costumes, Casos e Causas que em seu Tempo Aconteceram*. Coimbra: França Amado Editor.
- Ribeiro, Bernardim (1988), *Menina e Moça*. Mem Martins: Europa-América.
- Sá-Carneiro, Mário (2010), *Verso e Prosa*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Sá de Miranda, Francisco (1972), “Carta a António Pereira, Senhor de Basto, quando se partiu para a corte co’a casa toda”. in *Obras Completas*. II. Lisboa: Sá da Costa.
- Vicente, Gil (1980), *Auto da Índia*. Porto: Porto Editora.
- (1943), *Teatro*. Porto: Livraria Lello & Irmão.
- Zurara, Gomes Eanes de (1978-1981), *Crónica dos Feitos Notáveis que se Passaram na Conquista da Guiné por Mandado do Infante D. Henrique*. Lisboa: APH, 1978-1981 [versão atualizada do texto por Torquato de Sousa Soares].

Bibliografia Passiva

Estudos Críticos e Entrevistas

- Alegre, Manuel (2002), *Arte de Marear*. Lisboa: Dom Quixote.
- Almeida, Onésimo Teotónio (1991), “João de Melo: Escritor Açoriano e Português e... Vice-Versa”. *Letras & Letras* (39), 8.
- (org.) (2001), *José Rodrigues Miguéis: Lisboa em Manhattan*. Lisboa: Editorial Estampa.
- (1987b), *Da Literatura Açoriana: Subsídios para um Balanço*. Angra do Heroísmo: Secretaria Regional da Educação e Cultura.
- (1989), “Quadro Panorâmico da Literatura Açoriana nos Últimos Cinquenta Anos”. in Almeida, Onésimo Teotónio, *Açores Açorianos Açorianidade*. Ponta Delgada: Signo [http://lusofonia.com.sapo.pt/acoreshlit_xx.htm consultado a 11/06/2015].
- (1983), *A Questão da Literatura Açoriana*. Angra do Heroísmo: SREC.
- Alves, Ricardo António (2002), *Anarquismo e Neo-realismo – Ferreira de Castro nas Encruzilhadas do Século*. Lisboa: Âncora Editora.
- Andrade, Marcos Roberto Teixeira (2005), *Memórias do Exílio. Dis-tensão Cultural em Miguel Torga e Murilo Mendes*. Dissertação de Mestrado da Universidade Federal Juiz de Fora.
- (2008), “Uma Ficção Autobiográfica. Construções e Desconstruções no Texto Torguiano”. *SIGNÓTICA*, 20(1), 113-130.
- Baden, Nancy T. (2001), “A Voz do Imigrante nas Histórias de Miguéis”. in Almeida, Onésimo Teotónio (org.), *José Rodrigues Miguéis: Lisboa em Manhattan*. Lisboa: Editorial Estampa, 141-157.
- Baganha, Maria Ioannis (1981), “Uma Contra-Imagem do Brasileiro”. *Revista de História Económica e Social*. (7), 129-137.
- Baptista, Elina Maria Correia (2008), *Emigração e Teatro em Portugal no Século XIX. Retratos da Madeira e de Madeirenses*. Tese de Mestrado da Universidade da Madeira [texto policopiado].
- Batista, Adelaide Monteiro (1993), *João de Melo e a Literatura Açoriana*. Lisboa: Dom Quixote.
- Besse, Maria Graciete (1988), “‘Este Verão o Emigrante Là-Bas’ de Olga Gonçalves. O Corpo em Trânsito”. *Letras & Letras* (10), 13.
- (2000), *Os Limites da Alteridade na Ficção de Olga Gonçalves*. Porto: Campo das Letras.
- Bettencourt, Urbano (1989), *Emigração e Literatura: Alguns Fios da Meada*. Horta: Gabinete de Emigração e Apoio às Comunidades Açorianas/Centro de Estudos e Cultura da Câmara Municipal da Horta.

- (2003), *Ilhas Conforme as Circunstâncias*. Lisboa: Salamandra.
- Brasil, Jaime (1961), *Ferreira de Castro*. Lisboa: Editora Arcádia.
- Brasil, Luiz António de Assis (2003), *Escritos Açorianos: A Viagem de Retorno – Tópicos acerca da Narrativa Açoriana Pós-25 de Abril*. Lisboa: Salamandra.
- Brettell, Caroline B. (1986), *Men Who Migrate, Women Who Wait. Population and History in a Portuguese Parish*. Princeton: Princeton University Press.
- ; Maria Glória dos Santos (1978), *Já Chorei Muitas Lágrimas: Crónica de uma Mulher Portuguesa Imigrada em França*. Lisboa: Universidade Nova.
- Cabral, Alexandre (org.) (2003), *Dicionário de Camilo Castelo Branco*. Lisboa: Caminho.
- Cabral, Mónica da Serpa (2005), “Os Contistas da Horta: os Primeiros Passos do Conto Açoriano”. *Fábula*. (3), 254-272.
- (2010), *O Conto Literário de Temática Açoriana: a Ilha, o Mar e a Emigração*. Tese de Doutoramento da Universidade de Aveiro [texto policopiado].
- (2013), “A Metamorfose do Real na Novela *A Divina Miséria* de João de Melo”. *Forma Breve*, 77-102.
- Campos Matos, A. (org.) (1988), *Dicionário de Eça de Queirós*. Lisboa: Caminho.
- Capinha, Graça (1993), “Literatura e emigração: poetas emigrantes nos estados de Massachusetts e Rhode Island”, in Santos, Boaventura de Sousa (org.), *Portugal: um Retrato Singular*. Porto: Afrontamento.
- (2001), “A Magia da Tribo. Para uma Conceção Agonista e Poética dos Discursos e das Identidades: a Desterritorialização das Palavras na Poesia L=A=N=G=U=A=G=E e na Poesia dos Emigrantes Portugueses”. in Ribeiro, António Sousa; Ramalho, Maria Irene (org.), *Entre Ser e Estar*. Porto: Afrontamento, 115-141.
- ; Keating, Clara (1997), *Emigração e Identidade*. Relatório de Investigação, Coimbra: CES-FEUC [texto policopiado].
- Cardoso, Isabel Maria Czerwionka (2008), *Imaginário e História das Casas dos Portugueses de França*. Tese de Doutoramento da Universidade de Évora [texto policopiado].
- Carmo, Carina Infante do (1992-1993), “O Sentimento de Exílio em *Gente Feliz com Lágrimas* de João de Melo”. *Românica*. (1-2), 27-35.
- Carvalho, Costa (2000), *Aprendiz de Selvagem. O Brasil na Vida e na Obra de Francisco Gomes de Amorim*. Porto: Companhia das Letras.
- Castro, Aníbal Pinto de (1999), “O “Brasileiro” na Ficção Camiliana”. in Alves, Jorge Fernandes (org.), *Os Brasileiros da Emigração*. Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.

- César, Guilhermino (1969), *O Brasileiro na Ficção Portuguesa. O Direito e o Averso de uma Personagem Tipo*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira.
- Chiote, Eduarda (1988), “Olga Gonçalves: A Literatura que Produziu Será Sempre a do ‘Eu Estava Lá’”. *Letras & Letras* (10): 12.
- Chorão, João Bigotte (1995), “O Monodílogo de Torga”. *Colóquio/Letras*. (135/136), 13-18.
- Coelho, Leonor Martins (2011), “‘O Emigrante’ de João França. Da Escrita à Representação Cénica”. *Newsletter CHEA*. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico, 4-7.
- Coelho, Paula Mendes (2009), “Menina e Moça me Levaram...”. in Rocha-Trindade, Maria Beatriz (org.), *Migrações. Permanências e Diversidades*. Porto: Afrontamento, 253-262.
- Dacosta, Fernando (1986), “Olga Gonçalves: Assalto à Casa de uma Escritora”. *Jornal de Letras, Artes e Ideias*. 195(6), 8.
- (1988), “Reinventando a História: Ficções de Mulheres e a Revolução de Abril”. *Letras de Hoje*. 31(1), 87-107.
- D’Agostino, Paola (2014), “I Tre Seni di una Letteratura”. in Ramos, Manuel da Silva, *I tre seni di Novellia*. Siena: Vittoria Iguazu Editora, 108-114.
- De Nicola, Francesco (2009), *Gli Scrittori Italiani e l’Emigrazione*. Formia: Ghenomena.
- Fanjul, Sergio C. (2011), “Los Libros También Leen a los Lectores”. *El País*. 15 de Outubro de 2011 [<http://papeisjlp.blogs.sapo.pt/tag/livro> consultado a 14/5/2014]
- Faria, Almeida (1979), “Os infaustos Ramos/Alface e a mesquinhez local”. *Colóquio/Letras*. (47), 83, 84.
- Figueiredo, Mónica do Nascimento (2008), “De que Morre a Infância? Uma Leitura de *Gente Feliz com Lágrimas*”. in Duarte, Lélia Parreira. (org.). *De Orfeu a Perséfone. Morte e Literatura*. Belo Horizonte: Ateliê Editorial, 340-360.
- (1994), *De Volta a Casa, uma Aventura da Escrita num Tempo de Novas Viagens*. Dissertação de Mestrado da Universidade Federal do Rio de Janeiro [texto policopiado].
- (1992), “Por entre um Mar de Vozes, uma Ilha de Narração. Sobre *Gente Feliz com Lágrimas*”. *Revista Atlântida*. (1), 66-74.
- Ferreira, António Manuel (2008), “Destriçar a Bolota: duas Novelas de Aquilino Ribeiro”. in Ferreira, António Manuel (org.), *Lusofílias*. Aveiro: Departamento de Línguas e Culturas, 119-133.
- Franzina, Emilio (1996), *Dall’Arcadia all’America. Attività Letteraria ed Emigrazione transoceânica in Italia*. Torino: Edizioni della Fondazione Giovanni Agnelli.

- Freitas, Vamberto (1991), “Alguns Aspectos Faulknarianos na Obra de João de Melo”. *Letras & Letras*. (39), 9.
- (1992), *O Imaginário dos Escritores Açorianos*. Lisboa: Salamandra.
- Gago, Dora (2012), “Escre(vi)ver a Diáspora: Retratos da Emigração em Ferreira de Castro e José Rodrigues Miguéis”. *InterDISCIPLINARY Journal of Portuguese Diaspora Studies*. (1), 101–122.
- (2008), *Imagens do Estrangeiro no Diário de Miguel Torga*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Garcia, José Martins (1981), “Vitorino Nemésio e a Emigração”. *Temas Nemesianos. Coleção Gaivota*. (15).
- (1978), *Vitorino Nemésio: a Obra e o Homem*. Lisboa: Arcádia.
- Gobbi, Márcia Valéria Zamboni et alii (org.) (2002), *Intelectuais Portugueses e a Cultura Brasileira. Depoimentos e Estudos*. São Paulo/Bauru: EDUNESP/EDUSC.
- Gonçalves, Fernão de Magalhães (1986), *Ser e Ler Miguel Torga*. Lisboa: Vega.
- Granja, Rosemary da Silva (2009), *Brasileiros e Portugueses: Todos Fora do Lugar. A Imagem do Brasileiro Torna-Viagem na Ficção Camiliana*. Tese de Doutorado da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas de São Paulo (USP) [texto policopiado].
- Jesus, Maria Saraiva de (1995), “Imagens da Emigração na Literatura Portuguesa”. *Revista da Universidade de Aveiro*, 98-132.
- Jorge, Ricardo (1930), *Brasil! Brasil!*. Lisboa: Emp. Literária Fluminense.
- Jorge, Sílvio Renato (2012), “Sobre a Escrita e a Leitura: a Sedução Autorreferencial em *Ora Esguardae* e *A Costa dos Murmúrios*”. *Cadernos de Letras da UFF*. (44), 381-391.
- (2009), *Sobre Mulheres e Estrangeiros. Alguns Romances de Olga Gonçalves*. Niterói, RJ: Editora da UFF.
- Kerr, John A. (1977), *Miguéis – to the Seventh Decade*. Romance Monographs. (29). University of Mississippi.
- Lepecki, Maria Lúcia (1988), “Ora Esguardae, Letras para um Mural”. in Lepecki, Maria Lúcia (1988), *Sobreimpressões: Estudos de Literatura Portuguesa e Africana*. Lisboa: Caminho, 145-151.
- (1992), “Propriedade Colectiva”. in Gonçalves, Olga (1992), *Eis uma História*. Lisboa: Caminho, 69-79.
- Letizia, Maria Eva B. K. (2004), “José Maria Ferreira de Castro. Uma Vivência de Migrante no Brasil”. *Castriana*. (2), 5-56.
- Lopes, Óscar (1961), *Cinco Personalidades Literárias*. Porto: Divulgação.

- Loureiro, Emelda (1998), “Regresso a Ítaca: e Exílio sem Remédio”. in Ferreira, José Ribeiro *et alii* (1998), *Exílio sem Remédio. O tema de Ulisses em Manuel Alegre*. Viseu: Universidade Católica Portuguesa, 117-119.
- Lourenço, Eduardo (2013a), “A Emigração como Mito e os Mitos da Emigração”. in Lourenço, Eduardo, *O Labirinto da Saudade. Psicanálise Mítica do Destino Português*. Lisboa: Gradiva, 118-126.
- (2001), “As Marcas do Exílio no Discurso de Rodrigues Miguéis”. in Almeida, Onésimo Teotónio (org.), *José Rodrigues Miguéis: Lisboa em Manhattan*. Lisboa: Editorial Estampa: 25-45.
- (1995), “O Portugal de Torga” *Revista Colóquio/Letras*. (135/136), 5-12.
- (1994d), “Situação de Camilo”. in Lourenço, Eduardo, *O Canto do Signo. Existência e Literatura*. Lisboa: Presença, 1994, 219-226.
- Lourenço, Jorge Fazenda (1987), *O Essencial sobre Jorge de Sena*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Machado, Álvaro Manuel (1980), “A Geração de 70: uma literatura de exílio”. *Análise Social*. XVI(61, 62), 383-396.
- Machado, Igor José de Renó (2005), “O “Brasileiro de Torna-Viagens” e o Lugar do Brasil em Portugal”. *Estudos Históricos*. (35), 47-67.
- Magalhães, Isabel Allegro de (1987), “Olga Gonçalves. O Tempo de *A Floresta em Bremerhaven*. O Tempo de *Este Verão o Emigrante Là-Bas*”. in Magalhães, Isabel Allegro de, *O Tempo das Mulheres*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 335-386.
- (1998), “O Poder de ‘Um Romance de Impoder’”. *Colóquio/Letras*. (147-148), 306-311.
- Magnani, Ilaria (2015), “I Migranti nella Letteratura Italiana. Dall’Assenza all’Equivalenza”. *Zibaldone. Estudios italianos*. III(1), 260-270.
- Marques, Eugénia Maria Martins (2007), *Gente feliz com Lágrimas de João de Melo - Em Busca de uma Identidade Una e Referencial*. Dissertação de Mestrado da Faculdade de Letras de Universidade do Porto [texto policopiado].
- Marques, João Francisco (2004), “O Contrabando no Romance Contemporâneo Português – Contextos Espaço-Sociais e Histórico-Económicos”. *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 669-695.
- Martelli, Sebastiano (2008), “Compagni di Viaggio sull’Oceano: le Traversate dell’Emigrazione”. in De Caprio, Vincenzo (org.), *Compagni di Viaggio*. Viterbo: Sette Città, 391-426.
- (2010), “L’Italia Ricordata. Memoria e Immaginario dell’Emigrazione”. in Fedi, Roberto; Capecchi, Giovanni (org.), *L’Italia in Italia*. Perugia: Guerra Edizioni, 182-

- (2009), “Letteratura delle Migrazioni”. in Corti, Paola; Sanfilippo, Matteo (org.) *Storia d’Italia. Annali 24. Migrazioni*. Torino: Einaudi, 725-742.
 - (2007), “La Scrittura dell’Emigrazione”. in Aa.Vv., *Italiani e Stranieri nella Tradizione Letteraria*. Roma: Salerno Editrice, 282-339.
- Marques, Isabelle Simões (2009), *Le Plurilinguisme dans le Roman Portugais Contemporain (1963-1983): Caractéristiques, Configurations Linguistiques et Énonciatives*. Thèse pour l’obtention du grade de Docteur en co-tutelle de l’Université de Paris 8 et de la Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa [texto policopiado].
- Matos, Joaquim (org.) (1988), “Dossier Olga Gonçalves”. *Letras & Letras*. (10), 7-14.
- McNab, Gregory (1987), “A Aventura Açoriana na Obra de Dias de Melo”. in Almeida, Onésimo Teotónio (org.), *Da Literatura Açoriana – Subsídios para um Balanço*. Angra do Heroísmo: Secretaria Regional da Educação e Cultura, 55-67.
- Melo, João de (1978), *Antologia Panorâmica do Conto Açoriano*. Lisboa: Vega.
- (1991), “Auto retrato”. *Letras & Letras* (39), 7.
 - (1987), “O Lugar, a Memória e a Vida na Moderna Ficção Açoriana”. in Almeida Onésimo Teotónio de, *Da Literatura Açoriana*. Angra do Heroísmo: Direção Regional dos Assuntos Culturais, 69-78
 - (1979), *A Produção Literária Açoriana nos Últimos Dez Anos. 1968-1978*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
 - (1982), *Há ou não Há Literatura Açoriana*. Coimbra: Ed. Vértice.
- Mendes, Ana Paula Coutinho (2009), *Lentes Bifocais. Representações da Diáspora Portuguesa do Século XX*. Porto: Afrontamento.
- Mendes, José M. Amado (1988), “A Emigração Portuguesa nas Ópticas de Alexandre Herculano, Oliveira Martins e António Costa”. *Revista Portuguesa de História*, (24), 293-308.
- Mourão, Luís (1996), *Um Romance de Impoder. A paragem da História na Ficção Portuguesa Contemporânea*. Coimbra: Angelus Novus.
- Neves, Mário (1990), *José Rodrigues Miguéis. Vida e Obra*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Neves, Ricardo Paulouro (1/7/2010a), “O Leitor Eduardo Lourenço”. *Jornal do Fundão*.
- (17/3/2010b), “Sou um Escritor que se Preocupa com Gente sem Voz Activa”. *Jornal do Fundão*.
- Nunes, Renato (2007), *Miguel Torga e a PIDE. A Repressão e os Escritores no Estado Novo*.

Coimbra: Minerva.

- Oliveira, Fábio Ruela de (2010), *Trajetórias Intelectuais no Exílio: Adolfo Casais Monteiro, Jorge de Sena e Vítor Ramos (1954-1974)*. Tese de Doutoramento em História da Universidade Federal Fluminense [texto policopiado].
- Oliveira, Paulo Motta (2011), “Émigrés et Retournés: Voyages de Rêves et d'Amertume”. in Violle, Nicolas (org.) (2011), *Familles Latines en Migration. Représentations Littéraires, Sociologiques, Historiques*. Clermont-Ferrand: Presses Universitaires Blaise Pascal, 219-231.
- (2005), “Da Ficção Camiliana como Interpretação de Portugal”. in Fernandes, Annie Gisele; Oliveira, Paulo Motta (org.), *Literatura Portuguesa Aquém Mar*. Campinas: Komedi: 135-247.
- (2004), “Pescoceras Rorejantes de Suor: os Brasileiros de Camilo, uma Teia Atlântica”. *Anais do VIII Congresso Luso-afro-brasileiro de ciências sociais*. Coimbra.
- Ornelas, José N. (1979), “A Alienação e Destruição do Ser Humano: Manuel da Bouça em Emigrantes de Ferreira de Castro”. *Vértice*. (420-421), 203-219.
- (1997), “Pacto referencial e ficcionalidade em *O Segundo Dia de A Criação do Mundo*”. in Fagundes, Francisco Cota (Org.) (1997), “*Sou um Homem de Granito*”: Miguel Torga e o Seu Compromisso. Lisboa: Edições Salamandra, 147-166.
- Paiva, José Rodrigues de (2001), “Comentando «Literatura e Imigração nos Trópicos»”. in Aguiar, Cláudio e Paiva; José Rodrigues (org.), *Literatura e Emigração*. Recife: Ed. Associação de Estudos Portugueses Jordão Emerenciano.
- Pandeirada, Margarida Maria de Jesus Simões (2004), *Testemunhos do Oceano: Emigração e Literatura em Ferreira de Castro*. Dissertação de Mestrado da Faculdade de Letras da Universidade do Porto [texto policopiado].
- Paoletti, Gianni (2011), *Vite Ritrovate. Emigrazione e Letteratura Italiana di Otto e Novecento*. Perugia: Editoriale Umbra.
- Peixoto, José Luís (2010b), “O Livro sou Eu. Sou Eu Mascarado”. *Ler*. [<http://papeisjlp.blogs.sapo.pt/tag/livro> consultado a 14/5/2014].
- Peixoto, Jorge (1973), “Novos Elementos Bibliográficos da Obra de Francisco Gomes de Amorim. As suas Descrições da Região do Amazonas”. Separata do *Boletim Cultural*. Póvoa de Varzim, XI e XII.
- Pereira, Maria da Conceição Meireles (2007), “O Brasileiro no Teatro Musicado Português – Duas Operetas Paradigmáticas”. in Martins, Isménia; Sousa, Fernando (org.), *A Emigração Portuguesa para o Brasil*. Porto: Afrontamento, 449-466.
- Picchio, Luciana Stegagno (1983), *Jorge de Sena. Quaderni Portoghesi*. (13 e 14). Pisa: Giardini Editori e Stampatori.
- Pintasilgo, Maria de Lourdes (1986), “Deambulação pelo Espaço/Tempo do 25 de

- Abril”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. (18, 19, 20), 63-70.
- Pires Cabral, A. M. (1985), *A Emigração na Literatura Portuguesa: uma Colectânea de Textos*. Vila Real: Secretaria de Estado da Emigração.
- Pires, José Cardoso (1993), “Aquilino, Mestre da Nave”. *Cadernos Aquilinos*. (2), 13-17.
- Portela, Manuel (2008), “Scriptor Ex-Machina (I-VI)”. *Os Livros Ardem Mal*. [<http://olamtagv.wordpress.com/2008/09/20/scriptor-ex-machina-i/> consultado a 26/4/2013].
- Real, Miguel (2010), “José Luís Peixoto. Romance”. *Jornal de Letras, Artes, Ideias*. [<http://papeisjlp.blogs.sapo.pt/tag/livro> consultado a 14/5/2014].
- (2012), *O Romance Português Contemporâneo*. Lisboa: Caminho.
- Rego, Diogo Pinho dos Santos (1961), *Os “Brasileiros” de Camilo*. Vila Nova de Famalicão: Centro Gráfico.
- Ribeiro, Helena Marques (1996), *Gente Feliz com Lágrimas de João de Melo*. Tese de pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul [texto policopiado].
- Ribeiro, Maria Aparecida (1998), “Gente de Todas as Cores: Imagens do Brasil na Obra de Francisco Gomes de Amorim”. *Máthesis*, 117-164.
- (1999), “Imagens do Brasil na Obra de Garrett”. *Revista Camões*. (4), 115-127 [http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/cat_view/62-revistas-e-periodicos/69-revista-camoes/904-revista-no04-almeida-garrett.html consultado a 25/2/2014].
- ; Oliveira, Fernando Matos (2000), “De Escravo Branco a Escritor Europeu”. in Amorim, Francisco Gomes de, *Teatro*. Braga: Angelus Novus, IX-LIII.
- ; Oliveira, Fernando Matos (2000), “Introdução”. in Amorim, Francisco Gomes, *Ódio de Raça – O Cedro Vermelho*. Braga: Angelus Novus.
- Rocha, Clara Crabbé (1977), *O Espaço Autobiográfico em Miguel Torga*. Coimbra: Almedina.
- (1996), “A Imagem do Emigrante na Ficção Portuguesa dos Séculos XIX e XX”. *Escritor*, (7), 164-178.
- (1980), “Introdução”. in Magalhães, Luís de, *O Brasileiro Soares*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 7-14.
- (2000), *Miguel Torga: Fotobiografia*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Rolim, Rita Cristina Alfenim de Almeida (2011), *Imaginários de Diáspora em João de Melo e Anthony de Sá: para uma Leitura da Alteridade em Gente Feliz com Lágrimas e em Barnacle Love*. Dissertação de Mestrado da Faculdade de Letras de Universidade de Lisboa [texto policopiado].

- Salema, Álvaro (1974), *Ferreira de Castro – A sua Vida, a sua Personalidade, a sua Obra*. Póvoa de Varzim: Europa-América.
- Santos, Tânia Vieira dos (2012), *Ler, Ver e Debater a Problemática da Emigração*. Dissertação de Mestrado da Universidade da Madeira [texto policopiado].
- Santos, Thierry Proença dos (2011), “Figurações da Emigração Madeirense na Narrativa de Horácio Bento de Gouveia”. *Newsletter CHEA*, 8-12.
- Sayers, Raymond (2001), “A América de José Rodrigues Miguéis”. in Almeida, Onésimo Teotónio (org.), *José Rodrigues Miguéis: Lisboa em Manhattan*. Lisboa: Editorial Estampa, 15-25.
- Seixo, Maria Alzira (1984), “Dez Anos de Literatura Portuguesa”. *Colóquio/Letras* (78), 30-42.
- Sena, Jorge de; Lourenço, Eduardo (1991), *Correspondência*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- (2012), *Entrevistas. 1958-1978*. Lisboa: Guimarães Editores.
- Serrão, Joel (1976), *Testemunhos sobre a Emigração Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Silva-Brummel, Fernanda (2002), “O Diário de Ficção na Narrativa de Olga Gonçalves”. in Brauer-Figueiredo, Maria Fátima; Hopfe, Karin (org.), *Metamorfoses do Eu. O Diário e outros Géneros Autobiográficos na Literatura Portuguesa do Século XX*. Frankfurt/Main: TFM-Verlag.
- (2007), “Emigração no Feminino”. in Thorau, Henry (org.), *Heimat in der Fremde. Pátria em terra albeia*. (7). Deutsch-Portugiesische Arbeitsgespräche / Actas do VII encontro Luso-Alemão, Berlin: Edition Tanvía – Verlag Walter Frey, 134-147.
- (1987), „E todos, todos se vão“ *Emigration und Emigranten in der Portugiesischen Literatur*. Frankfurt/Main: HAAG + HERCHEN.
- (2010), “Repräsentationen der Emigration in der Portugiesischen Literatur.” in Pinheiro, Teresa (org.), (2010), *Portugiesische Migrationen Geschichte, Repräsentation und Erinnerungskulturen*. Germany: Springer, 215-230.
- (1994), “Significado e Expressão Literária da Vivência da Emigração em Miguel Torga”. *Actas do Primeiro Congresso Internacional sobre Miguel Torga*. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 77-89.
- Silva, Douglas Mansur da (2007), *Intelectuais Portugueses Exilados no Brasil. Formação e Transferência Cultural. Século XX*. Tese de Doutoramento da Universidade Federal do Rio de Janeiro [texto policopiado].
- (2006), *A Oposição ao Estado Novo no Exílio Brasileiro (1956-1975)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

- Tavares, José Pereira (1953), “Os ‘Brasileiros’ na Obra de Camilo”. *Camiliana. Revista Enciclopédica do Círculo Camiliano*. (6,7), 274-282.
- Valério, Nuno (1998), “A Imagem do “Brasileiro” na Obra Literária de Júlio Dinis”. Working Paper. Lisboa: Gabinete de História Económica e Social.
- Viçoso, Vítor (2011), *A Narrativa no Movimento Neo-Realista*. Lisboa: Colibri.
- Viegas, Francisco José (1987), “João de Melo: O Fundamental é Ter Coisas Importantes para Dizer”. *Jornal de Letras*.
- Vieira, Maria Isabelle (2013), “Images des Portugais Migrants dans les Romans Français et Portugais (1950-2000)”. *Ecartés d’Identité*, (121), 65-76.
- (2007), “Quando os Portugueses Partiam a Salto para França”. *Seminário Internacional - Memórias e Migrações*. Museu da Emigração e das Comunidades (Fafe).
- (2010), *Regards Croisés Francophones et Portugais : Images des Portugais dans la Littérature Romanesque Contemporaine (1950-2000)*. Tese de doutoramento da Universidade Nova de Lisboa [texto policopiado].
- Vieira, Nelson H. (1991), *Brasil e Portugal: a Imagem Recíproca: o Mito e a Realidade na Expressão Literária*. Lisboa: Ministério da Educação, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- Villar, Carmen Ramos (2006), *The Metaphorical «Tenth Island» in Azorean Literature: The Theme of Emigration in the Azorean Imagination*. Lampeter: Edwin Meller Press.

Bibliografia Geral

- Abrantes, Teresa (1974), *Emigração e Despovoamento*. Lisboa: Moraes.
- Adorno, Theodor (2001), *Minima Moralia*. Lisboa: Edições 70 [tradução de Artur Morão].
- Agamben, Giorgio (2009), *O que é Contemporâneo?*. Unochapecó: Argos [tradução de Vinícius Nicastro Honesko].
- Almeida, Carlos; Barreto, António (1970), *Capitalismo e Emigração em Portugal*. Lisboa: Prelo.
- Alves, Jorge Fernandes (1999a), “Os Brasileiros da Emigração no Norte de Portugal”. *Os Brasileiros da Emigração*. Actas do colóquio realizado no Museu Bernardino Machado/ C. M. de V. N. de Famalicão, 233-247.
- (1993), *Os Brasileiros. Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*. Tese de Doutoramento em da Faculdade de Letras da Universidade do Porto [texto policopiado].
- (2004), “O «Brasileiro» Oitocentista - Representações de um Tipo Social”. *Grupos sociais e estratificação social em Portugal no Século XIX*. Lisboa: ISCTE (C.E.H.C.P.), 193-199.
- (2007), “Leituras sobre a Emigração em Portugal – Revisitação da *Teoria Geral* de José

- Frederico Laranjo (1878)". *História Unisinos*. 11(1), 5-13.
- (1999b), “Variações sobre o “Brasileiro” – Tensões na Emigração e no Retorno do Brasil”. *Revista Portuguesa de História*. XXXIII, 191-222.
- Amaro, António R. (1996), “Os Congressos Regionais das Beiras e o Regionalismo em Portugal (1921-1940)”. Trabalho apresentado em “XVI Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social”. in *Portugal e as regiões: perspectivas históricas*. Coimbra.
- Anderson, Benedict (1991), *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London/New York: Verso.
- Andrade, Luís Oliveira; Torgal, Luís Reis (2012), *Feriados em Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Antunes, M. L. Marinho (1970), “Vinte Anos de Emigração Portuguesa: Alguns Dados e Comentários”. *Análise Social*. 30-31(8), 299-385.
- Arroteia, Jorge Carvalho (1985), *Atlas da Emigração Portuguesa*. Porto: Secretaria de Estado da Emigração.
- Assmann, Aleida (2011), *Espaços da Recordação*. Campinas SP: Editora da Unicamp [tradução de Paulo Soethe].
- Augé, Marc (2012), *Não Lugares*. Lisboa: Letra Livre [tradução de Miguel Serras Pereira].
- Azevedo, Cândido (1999), *A Censura de Salazar a Marcelo Caetano*. Lisboa: Caminho.
- (1997), *Mutiladas e Proibidas: Para a História da Censura Literária em Portugal nos Tempos do Estado Novo*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Baganha, Maria Ioannis (1994), “As Correntes Emigratórias Portuguesas no Século XX e o seu impacto na economia nacional”. *Análise Social*, XXIX (123), 959–980.
- (1991), “Uma Imagem Desfocada: a Emigração Portuguesa e as Fontes Portuguesas Sobre Emigração”. in Eiras Roel, A (org.) *Emigración Española y Portuguesa a América*. Alicante: Instituto de Cultura Gil-Albert, 161-175.
- Bakhtin, Michail (1997), *Problemas da poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro: Forense Universitária [tradução de Paulo Bezerra].
- Barthes, Roland (1966), “Introduction à l’Analyse Structurale des Récits”. in Barthes, Roland, *Communication*. (8), 1-27.
- (1980), *S/Z*. Lisboa: Edições 70. [Tradução de Maria de Santa Cruz e Ana Mafalda Leite].
- Benjamin, Walter (1987), “O Narrador. Considerações sobre a Obra de Nikolai Leskov”. in Benjamin, Walter *Obras Escolhidas. Magia e Técnica. Arte e Política*. S. Paulo: Editora Brasiliense, 197-221 [Tradução de Sergio Paulo Rouanet].

- Bethencourt, Francisco; Chaudhuri, Kirti (dir.) (1998-1999), *História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Temas e Debates. Vol. I (1998): *A Formação do Império* (1415-1570); Vol. II (1998): *Do Índico ao Atlântico* (1570-1697); Vol. III (1998): *O Brasil na Balança do Império* (1697-1808); Vol. IV (1998): *Do Brasil para África* (1808-1930); Vol. V (1999): *Último Império e Recentramento* (1930-1998).
- Bevilacqua, Piero *et alii* (2001-2002), *Storia dell'Emigrazione Italiana*. Roma: Donzelli.
- Bhabha, Homi (1994), *The Location of Culture*. London: Routledge.
- Bloncourt, Gérald (2014), “Por uma vida melhor”. *Filmes do Homem*. Catálogo do Festival de documentário de Melgaço. Melgaço (Portugal) de 2 a 7 de Agosto de 2014.
- Borges, Marcelo J. (2009), *Chains of Gold. Portuguese Migration in Transatlantic Perspective*. Leiden: Brill.
- Bourdieu, Pierre (1996), *As Regras da Arte*. Lisboa: Editorial Presença [tradução de Miguel Serras Pereira].
- Bowers, Maggie Ann (2004), *Magic(al) Realism: the New Critical Idiom*. New York: Routledge.
- Boxer, Charles R. (2011), *O Império Marítimo Português. 1415-1825*. Lisboa: Edições 70 [tradução de Inês Silva Duarte].
- Branco, Isabel Araújo (2008), *A Recepção do Realismo Mágico na Literatura Portuguesa Contemporânea*. Dissertação de Mestrado da Universidade Nova de Lisboa [texto policopiado].
- Butler, Judith e Spivak, Gayatri (2012), *Quem Canta o Estado-Nação?*. Lisboa: Unipop [tradução de Fernando Ramalho].
- Candeias, António (1996), “Ritmos e Formas de Alfabetização da População Portuguesa na Transição De Século: O que Nos Mostram os Censos Populacionais Compreendidos entre os Anos de 1890 e 1930”. *Educação, Sociedade e Cultura* (5), 39-63.
- Capinha, Graça (2014), “Prefácio”. in Bosi, Alfredo, *Dialética da Colonização*. Lisboa: Glaciar.
- Carvalho, A. Arons (1999), *A Censura à Imprensa na Época Marcelista*. Coimbra: Minerva.
- Chalhoub, Sidney (1996), *Cidade Febril: Cortiços e Epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Cixous, Hélène (1976), “Fiction and its Phantoms: a Reading of Freud’s ‘Das Unheimliche’”. *New Literary History*. 7(3), 525-548 [tradução de Robert Denomé].
- Clímaco, Ana Cristina (1998), *L'exil politique portugais en France et en Espagne, 1927-1940*. Tese de Doutoramento da Universidade de Paris VII.

- Coelho, Alexandra Lucas (2014), “O meu País não é deste Presidente, nem deste Governo”. *Público*, 8 de Abril de 2014.
- Coelho, Jacinto do Prado (1984), *Dicionário de Literatura: Literatura Portuguesa, Literatura Brasileira, Literatura Galega, Estilística Literária*. Porto: Figueirinhas.
- Cohen, Robin (1996), “East-West and European Migration in a Global Context”. in Holmes, Colin (ed.), *Migration in European History*. Cheltenham: Edward Elgar. (I), 13-26.
- (1987), *The New Helots: Migrants in the International Division of Labour*. Aldershot: Gower.
- Costa, Francisco Ramos da (1973), *Emigração: fatalidade irremediável. Lisboa: Cadernos da República*.
- Damrosh, David (2009), “Frames for World Literature”. in Winko, Simone *et alii* (ed.), *Grenzen der Literatur. Zum Begriff und Phänomen des Literarischen*. Berlin, New York: de Gruyter, 498-515.
- De Martino, Ernesto (1975), *Morte e Pianto Rituale*. Torino: Boringhieri.
- Erl, Astrid (2008), “Cultural Memory Studies: an Introduction”. in Erl, Astrid; Nünning, Ansgar (ed.) *Media and Cultural Memory*. Berlin and New York: Walter de Gruyter, 1-14.
- Farinha, Luís (1998), *O Revivalho: Revoltas Republicanas Contra a Ditadura e o Estado Novo (1926-1940)*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Ferreira, Virgílio *et alii* (1983), *Camões e a Identidade Nacional*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Fitzgerald, Patrick; Lambkin, Brian (2008), *Migration in Irish History. 1607-2007*. London: Palgrave Macmillan.
- Fortunati, Vita; Lamberti, Elena (2008), “Cultural Memory: A European Perspective”. in Erl, Astrid; Nünning, Ansgar (ed.), *Media and Cultural Memory*. Berlin and New York: Walter de Gruyter, 127-137.
- Foucault, Michel (1969), *L'Archéologie du Savoir*. Paris: Gallimard.
- Frank, Søren (2013), “Is There or is There Not a Literature of Migration in Denmark?”. in Behschnitt, Wolfgang *et alii* (ed.), *Literature, Language, and Multiculturalism in Scandinavia and the Low Countries*. Amsterdam: Rodopi, 197-223.
- (2008), *Migration and Literature. Günter Grass, Milan Kundera, Salman Rushdie, and Jan Kjærstad*. New York: Palgrave Macmillan.
- Galvanese, Marina Simões (2013), *A Junta da Emigração e os Discursos acerca da Emigração e dos Emigrantes no Estado Novo do Pós-guerra (1947-1970)*. Dissertação de Mestrado da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra [texto policopiado].
- Genette, Gérard (1997), *Paratext. Thresholds of Interpretation*. Cambridge: Cambridge

- University Press [translator: Jane E. Lewin].
- Gil, José (1995), *Salaazar e a Retórica da Invisibilidade*, Lisboa: Relógio d'Água.
- Godinho, Vitorino Magalhães (1978), “L'Émigration Portugaise (XVe.— XXe. Siècles) — Une Constante Structurelle et les Réponses au Changement du Monde”. *Revista de História Económica e Social*, (1), 5-32.
- (1975), *A Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*. Lisboa: Arcádia.
- Gonçalves, Albertino (1996), *Imagens e Clivagens. Os Residentes face aos Emigrantes*. Porto: Afrontamento.
- (1986), *O Presente Ausente. O Emigrante na Sociedade de Origem*. Relatório de Síntese para Provas de A.P.C.C., Braga: Universidade do Minho [texto policopiado].
- Goodman, Nelson (1995), *Modos de Fazer Mundos*. Porto: Edições ASA [tradução de António Duarte].
- Gramsci, Antonio (1977), *Letteratura e Vita Nazionale*. Roma: Editori Riuniti.
- Hall, Stuart (1992), “The Question of Cultural Identity”. in Hall, S.; Held, D.; McGrew, A. (ed.), *Modernity and its futures. Understanding Modern Societies*. Cambridge: Polity Press, 274-316.
- (1999), “Unsettling the Heritage, Re-Imagining the Post-Nation. Whose Heritage?”. *Third Text*. 13(49), 3-13.
- Herculano, Alexandre (1983a), “A Emigração. 1873-1875”. in Herculano, Alexandre, *Opúsculos*. Vol. II. Lisboa: Presença, 67-128.
- (1983b), “A Emigração para o Brasil”. *Diário do Governo*. (12-13), [Janeiro de 1838], 47, 48. in Herculano, Alexandre *Opúsculos*. Vol. II. Lisboa: Presença, 129-132.
- Houaiss, António (2002), *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Hutcheon, Linda (2004), *A Poetics of Postmodernism. History, Theory, Fiction*. New York and London: Routledge.
- Jakobson, Roman (1985), *Poética e poesia. Questioni di poesia e analisi testuali*. Torino: Einaudi [introdução de Riccardo Picchio]
- Jerónimo, Júlio Teixeira Guerreiro (2001), *Aspectos da Emigração no Conselho de Leiria. 1960-1964*. Dissertação de Mestrado da Universidade Aberta [texto policopiado].
- Kristeva, Júlia (1994), *Estrangeiros para Nós Mesmos*. Rio de Janeiro: Rocco [tradução de Maria Carlota C. Gomes]
- Lechner, Elsa (org.) (2009), *Histórias de Vida: Olhares Interdisciplinares*. Porto: Afrontamento.

- Leite, José Guilherme Reis (1989), “Emigração Clandestina dos Açores para o Brasil no Século XIX”. *Revista Açoriana*. (1).
- Levi, Giovanni (1993), “A Proposito di Microstoria”. in Burke, Peter (org.), *La Storiografia Contemporanea*, Laterza: Roma-Bari, 111-134.
- Lévinas, Emmanuel (2008), *Totalité et Infini. Essai sur l'Extériorité*. Paris: LGF.
- Lisboa, Eugénio (org.) (1985-2001), *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses*. Mem Martins: Europa-América.
- Lourenço, Eduardo (2014a), “Brasil: Caução do Colonialismo Português”. in Lourenço, Eduardo, *Do Colonialismo como Nosso Impensado*. Lisboa: Gradiva, 21-35.
- (2014b), “Da Ficção do Império ao Império da Ficção”. in Lourenço, Eduardo, *Do Colonialismo como Nosso Impensado*. Lisboa: Gradiva, 256-269.
- (1994a), “Identidade e Memória”. in Lourenço, Eduardo, *Nós e a Europa ou as Duas Razões*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 9-15.
- (1999a), “O Imaginário Português neste Fim de Século”. *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, (763), 20-23.
- (2013b), *O Labirinto da Saudade. Psicanálise Mítica do Destino Português*. Lisboa: Gradiva.
- (1999b), “Uma Língua, Dois Discursos”. in Lourenço, Eduardo, *A Nau de Ícaro. Imagem e Miragem da Lusofonia*. Lisboa, Gradiva, 145-154.
- (2013c), “Da Literatura como Interpretação de Portugal”. in Lourenço, Eduardo, *O Labirinto da Saudade. Psicanálise Mítica do Destino Português*. Lisboa: Gradiva, 80-117.
- (1994b), “Uma Literatura Desenvolta ou os Filhos de Álvaro de Campos”. in Lourenço, Eduardo, *O Canto do Signo. Existência e Literatura (1957-1993)*. Lisboa: Editorial Presença, 255-267.
- (1984), “Literatura e Revolução”. *Colóquio/Letras* (78), 7-16.
- (1999c), “A Nau de Ícaro ou o Fim da Emigração”. in Lourenço, Eduardo, *A Nau de Ícaro. Imagem e Miragem da Lusofonia*. Lisboa, Gradiva, 43-53.
- (2012), “Portugal como Destino”. in Lourenço, Eduardo, *Portugal como Destino Seguido de Mitologia da Saudade*. Lisboa: Gradiva, 9-83.
- (1994c), “Du Portugal Émigrant au Portugal Européen”. in Lourenço, Eduardo, *Nós e a Europa. Ou as Duas Razões*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 175-184.
- (2013d), “Psicanálise Mítica do Destino Português”. in Lourenço, Eduardo, *O Labirinto da Saudade. Psicanálise Mítica do Destino Português*. Lisboa: Gradiva, 23-66.
- (2014c), “«Requiem» por um Império que Nunca Existiu”. in Eduardo Lourenço, *Do*

- Colonialismo como Nosso Impensado*. Lisboa: Gradiva, 187-208.
- Lukács, Georg (1971), *A Teoria do Romance*. Lisboa: Editorial Presença [tradução de Alfredo Margarido].
- Machado, José Pedro (1984), *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Confluência.
- Marques, José Carlos e Góis, Pedro (2014a), “Dinâmicas do Sistema Migratório Lusófono: um Olhar a Partir das Migrações Portuguesas”. in Fonseca, Maria Lucinda et alii (2014), *Migrações na Europa e em Portugal. Ensaios de Homenagem a Maria Ioannis Baganha*. Coimbra: Almedina, 185-203.
- (2014b), “A Emigração Portuguesa Contemporânea e o Estado: uma Nação Dispersa, um Estado Longínquo”. *População e Sociedade*. CEPESE. Porto: Afrontamento, 55-71.
- Martins, Oliveira (1978), *O Brasil e as Colónias Portuguesas*. Lisboa: Guimarães Editora.
- (1994), *Fomento Rural e Emigração*. Lisboa: Guimarães Editores.
- Massano, António José (1973), *Emigração, Problema Multinacional*. Lisboa: Dom Quixote.
- Mattoso, José (1998), *A Identidade Nacional*. Lisboa: Gradiva.
- Mendonça, Duarte Miguel Barcelos (2007), *Da Madeira a New Bedford*. Funchal: DRAC.
- Monteiro, Miguel (2000a), “Casas de Brasileiros. O Público e o Privado”. in *O Brasileiro de Torna Viagem*. Lisboa: CNCDP, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- (1991), *Fafe dos “Brasileiros” (1860-1930) Perspectiva Histórica e Patrimonial*. Fafe: edição do autor.
- (2000b), “Representações Materiais do «Brasileiro» e Construção Simbólica do Retorno”. *Revista Camões* (11), 110-119.
- Moslund, Sten Pultz (2010), *Migration Literature and Hybridity*. London: Palgrave Macmillan.
- Musio, Gavino (1993), *Storia e Antropologia Storica*. Roma: Armando Editore.
- Navarro, António Modesto (1973), *Emigração e Crise no Nordeste Transmontano*. Lisboa: Editorial República.
- Neumann, Bright (2008), “The Literary Representation of Memory”. in Ertl, Astrid; Nünning, Ansgar (ed.) *Media and Cultural Memory*. Berlin and New York: Walter de Gruyter, 333-342.
- Paulo, Heloisa (2000), *Aqui também é Portugal. A Colónia Portuguesa do Brasil e o Salazarismo*. Coimbra: Quarteto.

- (1998), “O Estado Novo e a Emigração: Alternativas e Propostas”. *Mathesis* (7), 291–326.
 - (2006/2007), “O Exílio Português no Brasil: os “Budás” e a Oposição Antisalazarista”. *Portuguese Study Review*. 14(2), 125-142.
 - (2012), “O Exílio Português no Brasil nas Décadas de Cinquenta e Sessenta”. *Cadernos CERU*. 23(2): 33-50.
 - (2014), “Exílio: uma História em três Dimensões”. *História*. 33(1), 50-65.
- Pellerin, Agnès (2009), *Les Portugais à Paris au Fil des Siècles & des Arrondissements*. Paris: Ed. Chandeigne.
- Pereira, Miriam Halpern (2002), *A Política Portuguesa de Emigração*. Lisboa: Baurau: EDUSC; Lisboa: Instituto Camões.
- Pereira, Sandra Marques (2011), “Dentro de Portas: os Bastidores. Cenários Domésticos: Modos de Habitar”. in Mattoso, José (dir.); Ana Nunes de Almeida (org.), *História da Vida Privada em Portugal. Os Nossos Dias*. Lisboa: Círculo de Leitores, 16-47.
- Pereira, Victor (2014), *A Ditadura de Salazar e a Emigração*. Lisboa: Círculo de Leitores [tradução de Maria Irene Bigotte de Carvalho].
- (2009), “L’État Portugaise et les Portugaise en France de 1958 a 1974”. *Lusotopie* 2002, 9-27
 - (2009), “Emigração e Desenvolvimento da Previdência Social em Portugal”. *Análise Social*. XLIV(192), 471-510.
 - (2015), “«Portugalidade» para Exportação? Emigração e «Comunidades Portuguesas»”. in Monteiro, Bruno; Domingos, Nuno (org.), *Este País não Existe*. Lisboa: Deriva, 23-32.
 - (2010), “Do Povo à Comunidade. Os Emigrantes no Imaginário Português”. in Neves, João (org.), *Como se Faz um Povo*. Lisboa: Tinta da China.
- Pires, Rui Pena *et alii* (2014), *Emigração Portuguesa. Relatório Estatístico 2014*. Lisboa: Observatório da Emigração e Rede Migra, Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL).
- *et alii* (2010), *Portugal: Atlas das Migrações Internacionais*. Lisboa: Tinta da China.
- Pourjafari, Fatemeh; Vahidpour, Abdolali (2014), “Migration Literature: a Theoretical Perspective”. *The Dawn Journal*. 3(1), 679-691.
- Pratt, Mary Louise (1999), *Os Olhos do Império. Relatos de Viagens e Transculturação*. Bauru: EDUSC. [tradução de Jézio Hernani Bonfim Gutierrez]
- Queirós, José Maria Eça de (2001), *A emigração como força civilizadora*. Lisboa: Dom Quixote.

- Reis, Carlos (1996), *O Conhecimento da Literatura*. Coimbra: Almedina.
- (dir.) (1993, 1994, 1998, 1999, 1995, 2005, 2010), *História Crítica da Literatura Portuguesa*. Vol.s 1-9. Lisboa: Verbo.
- Ramalho, Maria Irene (1993), “Um Imperialismo de Poetas. Fernando Pessoa e o Imaginário do Império”. *Penélope*. (15), 53-77.
- Ribeiro, António Sousa; Ramalho, Maria Irene (2002), “Identidade e Nação na(s) poética(s) da Modernidade: Os casos de Fernando Pessoa e Hugo von Hofmannsthal”. in Ribeiro, António Sousa; Ramalho, Maria Irene (org.), *Entre Ser e Estar*. Porto: Afrontamento, 411-435.
- Ribeiro, António Sousa (1993), “Configurações do Campo Intelectual Português no pós 25 de Abril”. in Santos, Boaventura de Sousa (org.), *Portugal. Um Retrato Singular*. Porto: Afrontamento, 481-512.
- (2005), “A Tradução como Metáfora da Contemporaneidade. Pós-Colonialismo, Fronteiras e Identidades”. in Macedo, Ana Gabriela; Keating, Maria Eduarda (org.), *Colóquio de Outono. Estudos de Tradução. Estudos Pós-coloniais*. Braga: Universidade do Minho/Centro de Estudos Humanísticos, 77-87.
- Ribeiro, Margarida Calafate (2004), *Uma História de Regressos, Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo*. Porto: Edições Afrontamento.
- (1998), “Percurso Africanos: a Guerra Colonial na Literatura Pós 25 de Abril”. *Portuguese Literary and Cultural Studies*. (1), 125-152.
- Rocha-Trindade, Maria Beatriz (1982), *Da Emigração às Comunidades Portuguesas*. Lisboa: Edições Conhecer.
- (1989), “A Presença dos Ausentes”. *Sociedade e Território. Revista de Estudos Urbanos e Regionais*. Porto: Afrontamento (5), 8-16.
- (1995), *Sociologia das Migrações*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Rodrigues, Graça Almeida (1980), *Breve História da Censura Literária em Portugal*. Lisboa: Biblioteca Breve.
- Said, Edward (2000), *Reflexions on Exile and Other Essays*. Harvard University Press, 174-186.
- Salazar, António de Oliveira (1961), *Discursos e Notas Políticas (1928-1934)*. 1. Coimbra: Coimbra Editora.
- (1959), *Discursos e Notas Políticas (1938-1943)*. 3. Coimbra: Coimbra Editora.
- Sampaio, Jorge Pereira de; Botelho, Cândida de Arruda (2000), *Casas Portuguesas e Brasileiras. Duas Visões, Dois Testemunhos*. Lisboa: Edições Inapa.

- Sanches, Manuela Ribeiro (2006), *Portugal não é um País Pequeno. Contar o "Império na Pós-Colonialidade*. Lisboa: Cotovia.
- Santos, Boaventura de Sousa (2001), “Entre Prospero e Caliban: Colonialismo, Pós-colonialismo e Inter-identidade”. in Ribeiro, António Sousa; Ramalho, Maria Irene (org.), *Entre Ser e Estar*. Porto: Afrontamento, 23-85.
- (1993), “O Estado, as Relações Salariais e o Bem Estar Social na Semiperiferia: o Caso Português”. in Santos, Boaventura de Sousa (org.), *Portugal: um Retrato Singular*. Porto: Afrontamento, 17-56.
- (1994), “Modernidade, Identidade e a Cultura de Fronteira”. *Tempo Social Rev. Sociol.* 5(1-2), 31-52.
- (1996), *Pela mão de Alice - O Social e o Político na Pós-Modernidade*. Porto: Afrontamento.
- Santos, Eugénio dos (2000), “Os Brasileiros de Torna-Viagens no Noroeste de Portugal”. in *Os brasileiros de torna-viagens*. Lisboa: CNCDP, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses.
- Santos, Irène dos (2012), “Temporalités dans la Migration: Vivre, se Souvenir et Dire Collectivement l'Expérience Migratoire”. in Godinho, Paula (ed.), *Usos da Memória e Práticas do Património*. Lisboa: Colibri, 205-221.
- Santos, Vanda (2004), *O Discurso Oficial do Estado sobre a Emigração dos anos 60 a 80 e sobre a Imigração dos Anos 90 à Actualidade*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.
- Saraiva, António José; Lopes, Óscar (2008), *História da Literatura Portuguesa*. Porto: Porto Editora.
- Sayad, Abdelmalek (2014), *La Double Absence*. Paris: Éditions Points.
- Serra, Paulo (2008), *O Realismo Mágico na Literatura Portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri.
- Serrão, Joel (1970), “Conspecto Histórico da Emigração Portuguesa”. *Análise Social.* (8), 597–617.
- (1974), *Emigração Portuguesa: Sondagem Histórica*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Steiner, George (1972), *Extraterritorial*. London: Faber and Faber.
- Sturm-Martin, Imke (2012), “Migration: Europe’s Absent History”. *Eurozine* [<http://www.eurozine.com/articles/2012-04-30-sturmmartin-en.html> consultado a 8/7/2015]
- Tavares, Domingos (2015), *Casas de Brasileiro*. Porto: Dafne Editora.
- Thomas, William; Znaniecki, Florian (1918), *The Polish Peasant in Europe and America*. Boston: The Gorham Press.

- Todorov, Tzvetan (1999), *O Homem Desenraizado*. Rio de Janeiro & S. Paulo: Editora Record Moraes [tradução de Christina Cabo].
- (1977), *Introdução à Literatura Fantástica*. Lisboa: Moraes [tradução de Maria Ondina Braga].
- Tomé, Alice & Carreira, Teresa (2000), “Emigração, Identidade, Educação: Mitos, Arte e Símbolos Lusitanos”. *IV Congresso da Associação Portuguesa de Sociologia (APS) Sociedade Portuguesa: passados recentes e futuros próximos*, 1-13.
- Vaquinhas, Irene; Cascão, Rui (1993), “Evolução da Sociedade em Portugal: a Lenta e Complexa Afirmação de uma Civilização Burguesa”. *in* Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*. 5. Lisboa: Circulo de Leitores, 441-457.
- (2011), “Introdução”. *in* Mattoso, José (dir); Vaquinhas, Irene (org.), *História da Vida Privada em Portugal. A Época Contemporânea*. Lisboa: Circulo de Leitores, 6-20.
- Vieira, Alberto (1990), “Migration from the Portuguese Atlantic Islands in the Second Half of the Nineteenth Century: the Case of Madeira”. *in* Higgs, David (1990), *Portuguese Migration in Global Perspective*. Toronto: The Multicultural History Society of Ontario, 42-58.
- Villanova, Roselyne de *et alii* (1995), *Casas de Sonho*. Lisboa: Salamandra.
- Viterbo, Frei Joaquim de Santa Rosa (1993), *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram...* Porto: Livraria Civilização [ed. crítica por Mário Fiúza].
- Waugh, Patricia (2001), *Metafiction. The Theory and Practice of Self-Conscious Fiction*. Taylor & Francis e-Library.
- Williams, J. R. (2005), *In pursuit of their dreams: A History of Azorean Immigration to the United States*. Dartmouth: Center for Portuguese Studies and Culture, University of Massachusetts Dartmouth.

Outras Fontes Consultadas

Arquivo Nacional Torre do Tombo. Direcção dos Serviços de Censura:
<http://digitarq.dgarq.gov.pt>

Association of European Migration Institution: <http://aemi.eu>

La cage dorée/ A Gaiola Dourada. Longa-metragem. Realização de Ruben Alves (2013).

Cantar de Emigração. EP. Adriano Correia de Oliveira (1971)

Cantaremos. LP. Adriano Correia de Oliveira (1970).

Comissão do Livro Negro Sobre o Regime Fascista. Livros Proibidos no Regime Fascista (1981).

CNCDP (Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses)
O Brasileiro de Torna-Viagem no Noroeste de Portugal (2000).

Deutsches Auswanderer Haus: <http://www.dah-bremerhaven.de//ENG/english.php>

Entrevista a Manuel da Silva Ramos. Realizada no dia 25 de Fevereiro de 2013.

Espaço Memória e Fronteira:

http://www.cmmelgaco.pt/portal/page/melgaco/portal_municipal/Cultura/MelgacoMuseus/melgacomuseus_memoriaefronteira

A Fotografia Rasgada. Documentário. Realização de José Vieira (2001).

Gente de aqui e de agora. LP. Adriano Correia de Oliveira (1971).

Guerra ou Paz. Documentário. Realização de Rui Simões (2012).

Junta de Emigração. *Informações Úteis para Quem Deseje Emigrar*. Lisboa: Junta de Emigração (1958).

Junta de Emigração. *Nós, os Emigrantes*. Lisboa: Ministério do Interior (1954).

Musée de l'Histoire de l'Immigration: <http://www.histoire-immigration.fr>

Museo Nazionale Emigrazione Italiana: <http://www.museonazionaleemigrazione.it>

Nacionalidade: Português. Documentário. Realização de Nuno Bragança, Gérard Castello Lopes, Fernando Lopes (1973).

Página Oficial da Presidência da República: <http://www.presidencia.pt>

Projeto BRADRAMO: <http://www.bradramo.pt>

Projeto REMIGR: http://www.ces.uc.pt/projectos/?prj=8128&id_lingua=1

O Salto / Le Saut Longa-metragem. Realização de Christian de Chalonge (1967).

Traz outro amigo também. LP. José Afonso (1960).